Memorando 2.986/2023

De: Simone B. - SMECE

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 26/06/2023 às 15:31:51

Setores (CC):

GAB, SMA-LC

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMECE, SMA-LC

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

SENHOR PREFEITO: A Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, vem perante Vossa Excelência solicitar autorização para contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, na modalidade que couber, conforme documentação em anexo.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Anexos:

CORRESPONDENCIA_INTERNA_1_.docx
CORRESPONDENCIA_INTERNA_1_.pdf
Orcamento.PDF
orcamento_1.PDF
orcamento_2.PDF
RESOLUCAO_N_29_2_.pdf
SOLICITACAO_2_.docx
SOLICITACAO_2_.pdf
TERMO_DE_REFERENCIA.docx
TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 26/06/2023

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, MILHER E FAMILIA / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

VALOR TOTAL: R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais)

REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLÓGICAS PROJETO “CARREGANDO SONHOS” CONFORME EDITAL N° 02/2023 DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- FMDCA APROVADO PELA RESOLUÇÃO N° 29/2023 – CMDCA, PARA ATENDER A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR

Recebida solicitação para contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes do município de Chopinzinho - PR, conforme documentação anexa, protocolada pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, autorizo a abertura de processo licitatório na modalidade que couber.

EDSON LUIZ CENCI

Prefeito

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

TITÃ UNIFORMES LTDA ME
CNPJ 21.642.402/0001-60
RUA CURITIBA N° 815, BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY
FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ
FONE (46) 3524-7757

ORÇAMENTO SACOLAS

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Informações do Produto Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).  	R$ 22,80	R$ 14.820,00
				Valor total da pesquisa de preços	14.820,00

Validade da proposta: 30 dias

Francisco Beltrão, 23 de maio de 2023.

TITA UNIFORMES LTDA:21642402000160

Assinado de forma digital por TITA UNIFORMES LTDA:21642402000160
Dados: 2023.05.23 16:39:00 -03'00'

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

ORÇAMENTO SACOLAS

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

Empresa: NS KARYDI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ/CPF: 24.728.467/0001-10

Porte da Empresa: LTDA / GRANDE PORTE

Endereço: RUA RUTH FRANCO ROCHA 44, BRAGANÇA PAULISTA- SP

Nome do Responsável: NICOLAOS STAVROS KARYDI

Telefones para contato: (11)2473-0474

Local e data: 16 DE MAIO DE 2023, BRAGANÇA PAULISTA- SP

(Obs. Preencher todos os dados do cabeçalho, assinar, rubricar e carimbar todas as folhas – carimbo CNPJ)

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Informações do Produto Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).  	R$25,00	R$16.250,00
				Valor total da pesquisa de preços	R$16.250,00

Nicolaos S. Karydi

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

46 91260732

ORÇAMENTO SACOLAS

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

Empresa: Battistella bolsas Ltda

.....

CNPJ/CPF: 49456966/0001-27

.....

Porte da Empresa:
Pequeno.....

Endereço: Rua Tamoio 790 centro

.....

Nome do Responsável: Paola Battistella

.....

Telefones para contato: 46 32251690

46 991260732

.....

Alivondra

BATTISTELLA BOLSAS LTDA
CNPJ: 49.456.966/0001-27
IE 90985583-70
RUA TAMOIO, 790 - CENTRO
CEP 85.501-054
PATO BRANCO - PR

Local e data: .Pato Branco 17 de maio de 2023.

.....

(Obs. Preencher todos os dados do cabeçalho, assinar, rubricar e carimbar todas as folhas – carimbo CNPJ)

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Informações do Produto Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).	35,30	22.945,00



Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

				Valor total da pesquisa de preços	22.945,00

BATTISTELLA BOLSAS LTDA
CNPJ: 49.456.966/0001-27
IE 90985583-70
RUA TAMOIO, 790 - CENTRO
CEP 85.501-054
PATO BRANCO - PR

Assinatura do Responsável e carimbo

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

Digitalizado com CamScanner

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 29/2023

RESOLUÇÃO Nº 29/2023

Súmula: Apreciação de Projetos da Chamada Pública do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Chopinzinho/PR, conforme Edital 002/2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR - CMDCA, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012; Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022; Lei Municipal nº 3.750/2018 e alterações.
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária ocorrida em 26 de maio de 2023, aprovar os projetos a serem utilizados recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA oriundos de doações.

RESOLVE:
Art. 1° – Aprovar os seguintes projetos:
"Brincando e aprendendo: O desenvolvimento biopsicossocial na integração da criança e do adolescente" solicitado pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família destinando para o Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar, no valor R$13.423,40;
"Fomentando Talentos" solicitado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no valor R$14.880,70;
"Carregando Sonhos" solicitado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no valor R$14.820,00;
Art. 2 ° – Os demais projetos apresentados, ficam alocados no banco de projetos conforme disponibilidade de recursos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor desde realização de reunião ordinária em 26 de maio de 2023.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 06 de junho de 2023.

RODRIGO JAZYNSKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:4A974B37

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/06/2023. Edição 2787
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

SOLICITAÇÃO

SENHOR PREFEITO: A Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, vem perante Vossa Excelência solicitar autorização para contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, na modalidade que couber, conforme documentação em anexo.

Chopinzinho, 26 de Junho de 2023.

Edina Accorsi

Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, conforme descritivo do item no Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	22,80	14.820,00
				Valor Total de Mercado R$	14.820,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MODALIDADE

3.1 Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor preço dos orçamentos encontrados, nas empresas abaixo citadas:

a) NS Karydi Indústria e Comércio Ltda.
b) Battistella Bolsas Ltda.
c) Titã Uniformes Ltda.

3.2 De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço, segue demonstrativo dos valores:

Item	Descrição	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3	
1	Sacola Ecológica	NS Karydi	R$ 25,00	Battistella	R$ 35,30	Titã	**R$ 22,80**

3.3 - Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço encontrado, dentre os itens cotados.

3.4 – Da modalidade na forma em que melhor se enquadrar ao descritivo do Termo de Referência.

4. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município, no Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social de Chopinzinho – PR, localizada na Rua Santos Dumont, 4645 - centro.

4.1.1. O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

4.1.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo.

4.1.3. Em seguida será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

4.2. A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

4.4. O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.6. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

4.7. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

4.8. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

5. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

5.2 - O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

5.2.1 – Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

5.2.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

5.3 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

5.4 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

5.5 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

5.6 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Compete à Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais entregues, para que seja reparado ou corrigido;

6.1.4 Realizar a avaliação das amostras apresentadas, avaliando-as como habilitada ou inabilitada.

6.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;

6.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos;

6.5 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Compete à Contratada:

7.1.1 - Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1.1 - Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.1.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.1.3 - Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.

7.1.1.4 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2 - Cumprir todas as condições especificadas no Contrato;

7.2.1 - Submeter-se a fiscalização do Município;

7.2.1.1 - Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.

7.3 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues;

7.3.1 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

7.3.2 - Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.

7.3.3 - Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional;

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

7.3.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
8.2 - A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Senhora Edina Accorsi.
8.3 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo da Servidora, Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e Fiscal Substituto a cargo do Servidora, Senhora Gislaine Tania Galeazzi, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
8.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
8.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens de rescisão e penalidades, previstos neste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
8.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

9. DA RESCISÃO

9.1 – O contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
9.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

9.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

9.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

9.2 – O Contrato poderá ser rescindida, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

9.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

9.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

9.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

9.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

9.7 - A inexecução do Contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

9.7.1 - A não entrega dos materiais contratados;

9.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

9.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

9.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

9.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

9.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

9.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

9.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.

10. DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

10.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

10.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do Contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

11.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total da Ata;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária na entrega dos produtos: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

11.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

11.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

11.5 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.6 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

11.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

11.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

11.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

11.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

11.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

12. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

12.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

12.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

12.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

13. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

13.1 - A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Simone Biava, portadora do CPF nº 058.356.339-20, agente administrativo.

Chopinzinho/PR, 26 de junho de 2023.

Edina Accorsi

Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F e informe o código 478D-DC50-9BED-FD2F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 478D-DC50-9BED-FD2F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 26/06/2023 15:42:52 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

EDINA ACCORSI (CPF 053.XXX.XXX-55) em 30/06/2023 17:42:57 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/478D-DC50-9BED-FD2F

Memorando 1- 2.986/2023

De: Simone B. - SMECE

Para: SMF-C - Contabilidade - A/C Rodrigo J.

Data: 26/06/2023 às 15:35:05

Prezado Rodrigo, solicito dotação orçamentária para Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, valor total R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais).

Cordialmente.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Memorando 2- 2.986/2023

De: Rodrigo J. - SMF-C

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 10/07/2023 às 13:25:35

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue termo de disponibilidade orçamentária-financeira.

_

Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Anexos:

TERMO_DE_DISPONIBILIDADE_ORCAMENTARIA_AQUISICAO_DE_SACOLAS_ECOLOGICAS.pdf

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO JAZYNSKI e LUCIANI MONTEIRO CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/BF9A-0B4D-7EA2-EF0F e informe o código BF9A-0B4D-7EA2-EF0F

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 10/07/2023

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, MULHER E FAMILIA / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLÓGICAS.

VALOR: R$14.820,00.

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Lei n° 3.931/2021 (LOA), Lei n° 3.932/2021 (PPA) e Lei n° 3.906/2021 (LDO) e alterações, na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família
08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880

Atenciosamente,

Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Luciani Monteiro Cenci
Secretaria de Finanças

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO JAZYNSKI e LUCIANI MONTEIRO CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/BF9A-0B4D-7EA2-EF0F e informe o código BF9A-0B4D-7EA2-EF0F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: BF9A-0B4D-7EA2-EF0F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RODRIGO JAZYNSKI (CPF 053.XXX.XXX-41) em 10/07/2023 13:25:53 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

LUCIANI MONTEIRO CENCI (CPF 820.XXX.XXX-04) em 11/07/2023 17:42:20 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/BF9A-0B4D-7EA2-EF0F

Memorando 3- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: SMECE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Data: 25/07/2023 às 13:52:03

Faço remessa dos presentes autos à Secretaria solicitante para inclusão dos critérios de avaliação de amostras no termo de referência, do que lavro o presente termo.

–

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Memorando 4- 2.986/2023

De: Simone B. - SMECE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos - A/C Micheli D.

Data: 10/08/2023 às 16:26:37

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue termo de referencia ajustado.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA_2_.docx
TERMO_DE_REFERENCIA_2_.pdf

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, conforme descritivo do item no Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	22,80	14.820,00
				Valor Total de Mercado R$	14.820,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MODALIDADE

3.1 Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor preço dos orçamentos encontrados, nas empresas abaixo citadas:

a) NS Karydi Indústria e Comércio Ltda.
b) Battistella Bolsas Ltda.
c) Titã Uniformes Ltda.

3.2 De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço, segue demonstrativo dos valores:

Item	Descrição	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3	
1	Sacola Ecológica	NS Karydi	R$ 25,00	Battistella	R$ 35,30	Titã	**R$ 22,80**

3.3 - Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço encontrado, dentre os itens cotados.

3.4 – Da modalidade na forma em que melhor se enquadrar ao descritivo do Termo de Referência.

4. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município, no Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social de Chopinzinho – PR, localizada na Rua Santos Dumont, 4645 - centro.

4.1.1. O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

4.1.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se dará da seguinte forma:

4.1.2.1 Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada o tecido, a consistência, o corte, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, as cores, posicionamento das figuras e a

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.

4.1.3. Em seguida será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

4.2. A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

4.4. O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.6. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

4.7. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

4.8. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

1Doc: Memorando 4- 2.986/2023 30/564

5. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

5.2 - O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

5.2.1 – Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

5.2.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

5.3 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

5.4 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

5.5 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

5.6 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Compete à Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais entregues, para que seja reparado ou corrigido;

6.1.4 Realizar a avaliação das amostras apresentadas, avaliando-as como habilitada ou inabilitada.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

6.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;

6.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos;

6.5 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Compete à Contratada:

7.1.1 - Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1.1 - Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.1.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.1.3 - Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.

7.1.1.4 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2 - Cumprir todas as condições especificadas no Contrato;

7.2.1 - Submeter-se a fiscalização do Município;

7.2.1.1 - Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.

7.3 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

7.3.1 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

7.3.2 - Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.

7.3.3 - Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional;

7.3.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.2 - A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Senhora Edina Accorsi.

8.3 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo da Servidora, Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e Fiscal Substituto a cargo do Servidora, Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

8.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

8.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens de rescisão e penalidades, previstos neste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

8.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

9. DA RESCISÃO

9.1 – O contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

9.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

9.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

9.2 – O Contrato poderá ser rescindida, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

9.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

9.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

9.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

9.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

9.7 - A inexecução do Contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

9.7.1 - A não entrega dos materiais contratados;

9.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

9.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

9.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

9.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

9.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

9.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

9.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.

10. DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

10.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

10.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

temporária, rescisão do Contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

11.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total da Ata;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária na entrega dos produtos: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

11.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

11.5 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.6 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

11.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

11.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

11.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

11.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

11.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

12. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

12.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

12.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

13. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

13.1 - A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Simone Biava, portadora do CPF nº 058.356.339-20, agente administrativo.

Chopinzinho/PR, 10 de Agosto de 2023.

Edina Accorsi
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B e informe o código 3598-B0A0-F251-E72B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3598-B0A0-F251-E72B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SIMONE BIAVA (CPF 058.XXX.XXX-20) em 10/08/2023 16:27:16 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

EDINA ACCORSI (CPF 053.XXX.XXX-55) em 14/08/2023 13:32:05 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3598-B0A0-F251-E72B

Memorando 5- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: SMECE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Data: 11/08/2023 às 10:53:22

Faço remessa dos presentes autos à Secretaria, para que verifique a possibilidade de dilatação do prazo de entrega das amostras, do que lavro o presente termo.

_

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Memorando 6- 2.986/2023

De: Simone B. - SMECE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 14/08/2023 às 14:44:58

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue termo de referência ajustado.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA.docx
TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, conforme descritivo do item no Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	22,80	14.820,00
				Valor Total de Mercado R$	14.820,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MODALIDADE

3.1 Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor preço dos orçamentos encontrados, nas empresas abaixo citadas:

a) NS Karydi Indústria e Comércio Ltda.
b) Battistella Bolsas Ltda.
c) Titã Uniformes Ltda.

3.2 De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço, segue demonstrativo dos valores:

Item	Descrição	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3	
1	Sacola Ecológica	NS Karydi	R$ 25,00	Battistella	R$ 35,30	Titã	**R$ 22,80**

3.3 - Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço encontrado, dentre os itens cotados.

3.4 – Da modalidade na forma em que melhor se enquadrar ao descritivo do Termo de Referência.

4. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.

4.1.1. O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

4.1.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se dará da seguinte forma:

4.1.2.1 Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisado o tecido, a consistência, o corte,

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

o tipo da costura, a qualidade da costura, a cor, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.

4.1.3. Em seguida será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

4.2. A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

4.4. O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.6. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

4.7. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

4.8. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

5. PRAZO DE VIGÊNCIA, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

5.2 - Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

5.3 - O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

5.3.1 – Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

5.3.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

5.4 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

5.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

5.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

5.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Compete à Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais entregues, para que seja reparado ou corrigido;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

6.1.4 Realizar a avaliação das amostras apresentadas, avaliando-as como habilitada ou inabilitada.

6.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;

6.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos;

6.5 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Compete à Contratada:

7.1.1 - Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1.1 - Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.1.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.1.3 - Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.

7.1.1.4 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2 - Cumprir todas as condições especificadas no Contrato;

7.2.1 - Submeter-se a fiscalização do Município;

7.2.1.1 - Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

7.3 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues;

7.3.1 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

7.3.2 - Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.

7.3.3 - Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional;

7.3.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.2 - A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Senhora Edina Accorsi.

8.3 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Sra. Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e Fiscal Substituto a cargo do Servidora Sra. Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretária de Educação, Cultura e Esporte Sra. Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Sra. Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

8.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

8.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens de rescisão e penalidades, previstos neste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

8.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

9. DA RESCISÃO

9.1 – O contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

9.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

9.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

9.2 – O Contrato poderá ser rescindida, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

9.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

9.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

9.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

9.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

9.7 - A inexecução do Contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

9.7.1 - A não entrega dos materiais contratados;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

9.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

9.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

9.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

9.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

9.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

9.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.

10. DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

10.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

10.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

11.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do Contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

11.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total da Ata;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

IV - suspensão temporária na entrega dos produtos: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

11.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

11.5 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.6 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

11.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

11.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

11.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

11.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

11.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

12. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

12.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

12.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

13. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

13.1 - A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Simone Biava, portadora do CPF nº 058.356.339-20, agente administrativo.

Chopinzinho/PR, 14 de Agosto de 2023.

Edina Accorsi
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15



Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15 e informe o código F415-B3E9-BBDA-1C15

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F415-B3E9-BBDA-1C15

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SIMONE BIAVA (CPF 058.XXX.XXX-20) em 14/08/2023 14:45:26 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

EDINA ACCORSI (CPF 053.XXX.XXX-55) em 16/08/2023 10:43:37 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F415-B3E9-BBDA-1C15

Memorando 7- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 30/08/2023 às 13:24:06

Faço remessa dos presente autos ao Gabinete do Exmo Prefeito, Sr Edson Luiz Cenci, para autorização de abertura de processo licitatório, do que lavro o presente termo.

_

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Memorando 8- 2.986/2023

De: Edson C. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 30/08/2023 às 13:32:08

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Fica autorizado a abertura de procedimento administrativo licitatório, na modalidade em que se enquadrar.

Atenciosamente,

_

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F33F-F3C4-E027-F55D e informe o código F33F-F3C4-E027-F55D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F33F-F3C4-E027-F55D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 30/08/2023 13:32:17 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F33F-F3C4-E027-F55D

Memorando 9- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: CPL - Comissão Permanente de Licitações

Data: 30/08/2023 às 14:04:01

Encaminho para Parecer da CPL.

–

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Memorando 10- 2.986/2023

De: Helder K. - CPL

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 31/08/2023 às 09:00:20

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue parecer CPL.

_

Helder Felipe Klassen

Anexos:

PARECER_CPL_2023_08_31T085944_227.pdf

Assinado por 1 pessoa: HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/72B2-B75E-D05A-9244 e informe o código 72B2-B75E-D05A-9244

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 30/08/2023

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL, MULHER E FAMILIA/ DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER REFERENTE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL, MULHER E FAMILIA PARA AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO “CARREGANDO SONHOS”.

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para Aquisição de Sacolas Ecológicas para o Projeto “Carregando Sonhos”, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que a mesma seja realizada via Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

Atenciosamente,

Helder Felipe Klassen
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Assinado por 1 pessoa: HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/72B2-B75E-D05A-9244 e informe o código 72B2-B75E-D05A-9244

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 72B2-B75E-D05A-9244

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

HELDER FELIPE KLASSEN (CPF 079.XXX.XXX-71) em 31/08/2023 09:00:50 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/72B2-B75E-D05A-9244

Memorando 11- 2.986/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 11:59:23

Em anexo:

- Decreto CPL e Pregoeiro.

_

Paulo Egidio Dalsasso
Agente Administrativo

Anexos:

Decreto_041_2023_altera_art_1__decreto_422_2023_Nomeia_a_Comissao_Permanente_de_Licitacoes.pdf
Decreto_422_2022_Comissao_Permanente_de_Licitacao_exercicio_2023.pdf
Decreto_423_2022_Nomeia_Pregoeiro_e_Equipe_de_apoio_exercicio_2023_2_.pdf

DECRETO Nº 041/2023, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera art. 1° do Decreto n.° 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

CONSIDERANDO a solicitação constante no Memorando Eletrônico n.° 6.977/2022, que informa o afastamento da servidora pública Sra. Neide Marinêz Caldato, por motivos de saúde, e solicita a alteração do Decreto n.° 422/2022, que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1° do Decreto n.° 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações, passando a ter a seguinte redação:

> "**Art.1°.** *Ficam nomeados o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF n° 079.263.659-71, RG n° 9.415.072-8 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Paulo Egídio Dalssasso, CPF n° 037.281.239-27 e RG n° 6.815.803-6/PR, e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.*"

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto n.° 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, permanecem inalterados.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE FEVEREIRO DE 2023.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios
do Estado do Paraná – **AMP**
SIGPUB – Sistema Gerenciador de Publicações Legais
EDIÇÃO Nº 2716 de 23 /02/2023

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ALTERA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 041/2023, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera art. 1° do Decreto n.° 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:
CONSIDERANDO a solicitação constante no Memorando Eletrônico n.° 6.977/2022, que informa o afastamento da servidora pública Sra. Neide Marinêz Caldato, por motivos de saúde, e solicita a alteração do Decreto n.° 422/2022, que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1° do Decreto n.° 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações, passando a ter a seguinte redação:
"**Art.1°.** *Ficam nomeados o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF n° 079.263.659-71, RG n° 9.415.072-8 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Paulo EgídioDalssasso, CPF n° 037.281.239-27 e RG n° 6.815.803-6/PR, e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023."*
Art. 2º - Os demais artigos do Decreto n.° 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, permanecem inalterados.
Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE FEVEREIRO DE 2023.

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Cristiani Scariot Rosa da Cruz
Código Identificador:838A69A3

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23/02/2023. Edição 2716
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 422/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados o Sr. Neide Marinêz Caldato, CPF n° 023.594.429-70, RG n° 7.722.329-0 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF nº 079.263.659-71 e RG nº 9.415.072-8 SSP/PR e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4° do art. 51, da Lei n° 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, ficando revogado o Decreto nº 506/2021, de 30 de dezembro de 2021 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO N° 2759 de 19 /12/2022

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 19 de Dezembro de 2022 Ano XI – Edição Nº 2759

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

DECRETO Nº 422/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados o Sr. Neide Marinêz Caldato, CPF n° 023.594.429-70, RG n° 7.722.329-0 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF nº 079.263.659-71 e RG nº 9.415.072-8 SSP/PR e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4° do art. 51, da Lei n° 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, ficando revogado o Decreto nº 506/2021, de 30 de dezembro de 2021 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Cod404209

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ no dia 19/12/2022.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://dioems.com.br

DECRETO Nº 423/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nomeia Pregoeiros do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF n° 062.575.819-66 e RG n° 9.429.975-6, Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR e o Sr. Sílvio Alves da Rosa, CPF n° 032.805.189-62 e RG n° 7.944.207-0 /PR para exercerem a função de Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2023.

Art. 2º - Ficam igualmente nomeados Sra. Micheli Leticia Dietrich, CPF nº 081.079.229-05 e RG nº 10.612.160-5 SSP/PR, Sra. Clécia Steilmann Weber, CPF n° 021.532.509-51, RG n° 6.539.685-8/PR e a Sra. Andréia da Silva CPF nº 069.545.749-70 e RG nº 9.673.657-6 SSP/PR, como equipe de apoio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, ficando revogado o Decreto nº 507/2021, de 30 de dezembro de 2021, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO N° 2759 de 19 /12/2022

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 19 de Dezembro de 2022 Ano XI – Edição Nº 2759

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

DECRETO Nº 423/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nomeia Pregoeiros do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF n° 062.575.819-66 e RG n° 9.429.975-6, Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR e o Sr. Silvio Alves da Rosa, CPF n° 032.805.189-62 e RG n° 7.944.207-0 /PR para exercerem a função de Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2023.

Art. 2º - Ficam igualmente nomeados Sra. Micheli Leticia Dietrich, CPF nº 081.079.229-05 e RG nº 10.612.160-5 SSP/PR, Sra. Clécia Steilmann Weber, CPF n° 021.532.509-51, RG n° 6.539.685-8/PR e a Sra. Andréia da Silva CPF nº 069.545.749-70 e RG nº 9.673.657-6 SSP/PR, como equipe de apoio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, ficando revogado o Decreto nº 507/2021, de 30 de dezembro de 2021, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Cod404211

Memorando 12- 2.986/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: GAB-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 15:26:01

Encaminha-se para autorização do Senhor Prefeito.

_

Paulo Egidio Dalsasso
Agente Administrativo

Memorando 13- 2.986/2023

De: Edson C. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 16:07:57

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue em anexo a autorização.

Atenciosamente,

_

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Anexos:

AUTORIZACAO_2023_09_06T160539_085.pdf

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/C264-1A6F-6844-D0AF e informe o código C264-1A6F-6844-D0AF

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando Eletrônico nº **2.986/2023** e considerando a formação de preços estipulada pela Secretarias Municipais, **autorizo o Processo Licitatório**, na Modalidade Pregão, forma Eletrônica, aquisição imediata, menor preço por item, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações posteriores e nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a LC 123/06 e LC147/14 e Legislação Municipal.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento convocatório de Licitação, encaminhando os autos à Procuradoria Municipal para emissão de parecer nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei Federal nº 8.666/93.

Chopinzinho - PR, 06 de setembro de 2023.

_____

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/C264-1A6F-6844-D0AF e informe o código C264-1A6F-6844-D0AF

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C264-1A6F-6844-D0AF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 06/09/2023 16:08:18 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/C264-1A6F-6844-D0AF

Memorando 14- 2.986/2023

De: Simone B. - SMECE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos - A/C Paulo D.

Data: 11/09/2023 às 13:45:07

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Prezados, informamos que em contato com as empresas Battistella Bolsas Ltda., NS Karydi Indústria e Comércio Ltda. e Titã Uniformes Ltda., as mesmas confirmaram que mantém os preços conforme orçamentos apresentados no despacho inicial.

Atenciosamente.

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Assinado por 1 pessoa: SIMONE BIAVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A823-A4C4-39E1-B23B e informe o código A823-A4C4-39E1-B23B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A823-A4C4-39E1-B23B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SIMONE BIAVA (CPF 058.XXX.XXX-20) em 11/09/2023 13:47:48 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A823-A4C4-39E1-B23B

Memorando 15- 2.986/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 11/09/2023 às 15:12:25

Prezados, boa tarde

Segue em anexo minuta de Edital e Aviso de Licitação para Pregão Eletrônico.

Faço remessa à Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer jurídico.

–

Paulo Egidio Dalsasso
Agente Administrativo

Anexos:

Aviso_PE_XX_2023_PE_AQUISICAO_DE_SACOLAS_ECOLOGICAS.pdf
EDITAL_PE_XX_2023_PE_AQUISICAO_DE_SACOLAS_ECOLOGICAS.pdf

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR.
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº ____/2023. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia ____ de _____ de 2023, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Sacolas Ecológicas para o Projeto “Carregando Sonhos”. Valor máximo estimado: R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614 (046) 9 8401-3560.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO 2.986/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2023

PREGÃO

EDITAL Nº ____/2023

FORMA: ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO “CARREGANDO SONHOS”

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° ____/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 119/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: ____/____/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas

LOCAL: Prefeitura do Município de Chopinzinho – Paraná

www.comprasgovernamentais.gov.br

"Sistema COMPRASNET - Acesso Identificado"

LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS.

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, Estado do Paraná**,** inscrito no CNPJ sob n.º 76.995.414/0001-60, através da Secretaria de Administração, sediado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Bairro São Miguel, Chopinzinho, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, objetivando a **AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"**, em conformidade com as condições das cláusulas adiante estabelecidas.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

____ de _____ de 2023 às 09h00min

UASG: 987503 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br(Sistema COMPRASNET)

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar Municipal nº. 083/2016, Decreto Municipal nº 387/2022, Decreto Municipal nº 296/2022, de 16 de agosto de 2022 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666/1993.

O Pregoeiro será um dos servidores, designados pelo Decreto 423/2022, de 16 de dezembro de 2022, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição n.º 2759, de 19 de dezembro de 2022.

1 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO.

1.1 - Os documentos referentes às **propostas comerciais**, **documentação de habilitação e anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados de forma concomitante, a partir da disponibilização do Edital no Sistema "COMPRASNET", até **____ de _____ de 2023 às 09h00min**, no site **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

1.2 - A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia ____ de _____ de 2023 às 09h00min, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.3 - É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 10.024/19, art. 30, § 5º).

2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste **PREGÃO** a **AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS".**

2.1.1 - Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo I deste Edital.

2.2 - Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.comprasgovernamentais.gov.br e www.chopinzinho.pr.gov.br**

2.3 - As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (46) 3242-8614 ou (46) 9 8401-3560.
2.4 - As **questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado** serão prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, telefone nº (46) 3242-2005.
2.5 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
2.6 - O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
2.7 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
2.8 - Para efeitos de aplicação do Decreto Municipal nº 296/2022, de 16 de agosto de 2022, considera-se:
2.8.1 - âmbito local: limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação.
2.8.2 - âmbito regional: Municípios do Sudoeste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3.1 - Poderão participar todas as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal www.comprasgovernamentais.gov.br – Sistema COMPRASNET.
3.2 - As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.3 - Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, conforme item 9.2 deste Edital;
d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
e) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
f) Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:
f.1) Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:
a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;
b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;
c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;
d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

3.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
3.4.1 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
3.4.1.1 - Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
3.4.1.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
3.4.1.3 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
3.4.1.4 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
3.4.1.5 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3.4.1.6 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
3.4.1.7 - Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
3.4.1.8 - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
3.4.1.9 - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.4.1.10 - Na ausência das Declarações solicitadas no item 9.6, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que estas serão solicitadas como documento complementar pelo pregoeiro.

4 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme Art. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

4.1.1 - As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro por e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, Correio via SEDEX, ou protocolizados em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Divisão de Licitações e Contratos, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR.

4.1.2 - Quando enviados por e-mail, todos os documentos deverão ser digitalizados e conter a identificação da empresa, endereço completo, nome e assinatura do responsável legal da proponente e a solicitação de confirmação de recebimento.

4.1.3 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.5 - Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

4.2 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6 – DO ENVIO CONCOMITANTE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
7.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
7.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
7.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
7.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.12 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
7.13 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
7.15 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.16 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.17 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
7.18 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.19 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
7.20 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
7.21 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
7.22 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.23 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.24 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.25 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.26 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
7.27 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.28 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
7.29 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
7.30 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
7.30.1 - No país;
7.30.2 - Por empresas brasileiras;
7.30.3 - Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.30.4 - Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.31 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
7.32 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
7.33 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.34 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
7.35 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
8.1.1 - Para aplicação dos benefícios previstos nos Arts. 6º a 8º do Decreto Municipal nº 296/2022:
8.1.2 - Será concedida, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido**.**
8.1.3 - A aplicação do benefício previsto item 8.1.2, observará as seguintes diretrizes:
8.1.3.1 - Nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido;
8.1.3.2 - A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
8.1.3.3 - Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no item 8.1.3.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 8.1.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
8.1.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
8.1.3.5 - Nas licitações a que se refere o art. 8º, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;
8.1.3.6 - Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.
8.1.4 - Os benefícios previstos no item 8.1.2 serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional.
8.2 - **Para o item 1, o licitante detentor da melhor proposta será convocado pelo pregoeiro para enviar amostra do produto para análise e testes.**
8.2.1 - Critérios de julgamento das amostras
8.2.1.1 - O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte,

comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

8.2.1.2 - Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se darão da seguinte forma:

8.2.1.2.1 - **Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisado o tecido, a consistência, o corte, o tipo da costura, a qualidade da costura, a cor, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos**, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.

8.2.2 - Caso a amostra, da empresa que ofertou o menor preço não seja compatível com o objeto da licitação, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação de amostra, no mesmo prazo estabelecido anteriormente sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao licitante desclassificado por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital;

8.2.3 - Será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

8.2.4 - Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido, quando esta for solicitada.

8.2.5 - A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste edital.

8.2.6 - As amostras deverão **ser acompanhadas de ficha técnica dos produtos ofertados** contendo suas características, especificações e matéria prima utilizada, de acordo com o Termo de Referência, podendo os dados dessa ficha estar grafada no corpo da embalagem do produto ou no próprio produto.

8.2.7 - As amostras deverão estar identificadas, com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa, número da licitação e o número do item a que se refere.

8.2.8 - Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente às amostras, independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, a amostra ficará retida no Departamento de Esportes para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas.

8.2.9 - Após o vencimento da Contrato, para os produtos aceitos, ou após a homologação do Pregão, se a proposta não for aceita, a amostra ficará à disposição para que a Licitante a retire pessoalmente em até 30 (trinta) dias. Não sendo a amostra procurada no prazo previsto, ela será integrada ao patrimônio/almoxarifado ou será descartada.

8.2.10 - O Município de Chopinzinho - PR, não se responsabilizará por quaisquer danos causados aos produtos durante o período de análise/teste ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos.

8.2.11 - Os custos referentes a entrega e retirada das amostras serão de inteira responsabilidade do licitante.

8.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
8.7 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.
8.8 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
8.9 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
8.10 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
8.11 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
8.12 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
8.13 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
8.14 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.15 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 48 e 49 da Lei Complementar Municipal nº 83, de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 296/2022, de 16 de agosto de 2022.
8.16 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
9.1.1 - SICAF.
9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
9.1.3 - Comprovante de ausência de registro junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx.
9.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente.
9.2.1 - Consoante o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos 266/2019 e 269/2019 – Plenário) e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdãos 3962/20 e 301/21 – Tribunal Pleno), a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração possui efeitos restritos ao âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade.
9.2.2 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3 - Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

9.3.1 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

9.3.1.1 - No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
9.3.1.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
9.3.1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.4 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

9.4.1 - Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

9.5 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

9.5.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**
9.5.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta Relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
9.5.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;
9.5.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;
9.5.5 - Certificado de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**
9.5.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão (CNDT),** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
9.5.7 - Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.
9.5.7.1 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
9.5.8 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
9.5.9 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.6 - Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

9.6.1 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos de licitar ou contratar com a Administração Pública, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste Edital. **(ANEXO III).**

9.6.2 - Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02. **(ANEXO IV).**
9.6.3 - Declaração de enquadramento como ME ou EPP, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 - **(ANEXO V).**
9.6.4 - A não apresentação da declaração prevista no item 9.6.3, implica no declínio ao tratamento diferenciado previsto na Lei 123/2006.
9.6.5 - Declaração de Não Parentesco - conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93. **(ANEXO VI)**
9.7 - No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.8 - O não atendimento das exigências constantes deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
9.9 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela pregoeira e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.
9.10 - No julgamento da habilitação, a pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.11 - O não atendimento das exigências constantes do item 9 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
9.12 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
9.13 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
9.14 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 – DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA
10.1 - A proposta de preços classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de **02 (duas) horas,** contados a partir da convocação pelo Pregoeiro.
10.1.1 - A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.
10.2 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
10.3 - A proposta deverá **conter:**
10.3.1 - proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
10.3.2 - **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
10.3.3 - indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

10.3.4 - prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;
10.3.5 - **indicação/especificação** do produto e marca;
10.3.6 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.
10.3.7 - A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.
10.3.8 - O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos
10.3.9 - A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
10.3.10 - A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11 – DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL OU AUTENTICADA

11.1 - Os documentos apresentados nesta licitação deverão obedecer ao disposto no parágrafo § 3° do Art. 4 do Decreto Municipal nº 387/2022:

> ***§ 3° Fica reconhecido como estamento de referência o disposto na Medida Provisória n° 2.200 2, de 24 de agosto de 2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil) para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos, reconhecendo que os documentos em meio eletrônico produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma doa artigo 219 da lei nº 10.406/2002 (código civil sem prejuízos das demais disposições em normas especificas.***

11.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
11.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 – DA VERIFICAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 - Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:
12.1.1 - Estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
12.1.2 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
12.1.3 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil.
12.1.4 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias.
12.1.5 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais a “Elaboração Independente de Proposta”.
12.1.6 - Não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR

(https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame.
12.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
12.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13 – DOS RECURSOS
13.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro declarará aberto o prazo de recurso, que será de 20 (vinte) minutos, quando qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso. Manifestada a intenção, lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
13.2 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
13.4 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.
13.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, ou que não tiverem sido manifestados durante a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.
13.6 - Os recursos terão efeito suspensivo.
13.7 - Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões de recurso, o processo ficará custodiado junto à Comissão Permanente de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
14.1.1 - Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
14.2 - A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
14.2.1 - A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
15.1 - As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo VII** deste Edital.
15.2 - O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias**, providenciando a entrega da via original na Divisão de Licitações e Contratos do Município, localizada no prédio da Prefeitura, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

15.3 - A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
15.4 - Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.
15.5 - O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16 – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO
16.1 - A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.
16.2 - A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.
16.3 - Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.
16.4 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos e serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
16.5 - Os produtos poderão ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
16.6 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação do produto ou da necessidade de repô-lo, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
16.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
16.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
16.9 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.
16.10 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

17 – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
17.1 - O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
17.1.1 - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
17.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

17.3 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
17.4 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
17.5 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
17.6 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

18 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
18.1 - Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
18.2 - Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
19.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
19.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
19.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
19.4 - Realizar a avaliação das amostras apresentadas, avaliando-as como habilitada ou inabilitada.
19.5 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
19.6 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
19.7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
19.8 - Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato.
19.9 - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos.
19.10 - Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
20.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
20.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
20.1.3 - Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
20.1.4 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
20.1.5 - Cumprir todas as condições especificadas no Contrato.
20.1.6 - Submeter-se a fiscalização do Município.

20.1.7 - Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.
20.1.8 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues.
20.1.9 – Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
20.1.10 - Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional.
20.1.11 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

21 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
21.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
21.2 - A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Edina Accorsi.
21.3 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e fiscal substituta a cargo da Servidora Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte Senhora Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Senhora Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
21.4 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
21.6 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 22.8. e 24.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
21.7 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

22 – DA RESCISÃO
22.1 - O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
22.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
22.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;
22.1.3 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
22.2 - O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
22.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

22.4 - Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
22.5 - Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
22.6 - Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
22.7 - A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
22.7.1 - A não entrega dos produtos contratados;
22.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
22.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
22.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
22.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
22.8.2 - Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados.
22.8.3 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
22.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
22.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;
22.8.6 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
22.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 22.7 deste Instrumento.

23 – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)
23.1 - O Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
23.2 - Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

24 – DAS PENALIDADES
24.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
24.2 - O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - Advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.
II - Advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
III - Penalidades pecuniárias:
a) Multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;
b) Multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
c) Multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;
d) Multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;
e) Multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;
f) Multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
IV - Suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
V - Rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
VII - O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
24.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
24.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
24.5 - Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
24.6 - Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
24.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
24.7.1- Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
24.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou da Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
24.7.3 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
24.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
24.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

24.7.6 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
24.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

25 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
25.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
25.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
25.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
25.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

26 – DA PUBLICAÇÃO
26.1 - A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

27 – DO FORO
27.1 - Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.
27.2 - E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

28 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 - O extrato resumido, o resultado e demais atos do presente certame será divulgado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.chopinzinho.pr.gov.br/**.
28.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao Município de Chopinzinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
28.3 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
28.4 - Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
28.5 - Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.
28.6 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.
28.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
28.8 - Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
28.9 - Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
28.10 - Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
28.11 - Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
28.12 - Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
28.13 - Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
28.14 - O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
28.15 - O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
28.16 - Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
28.17 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
28.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Chopinzinho.
28.19 - Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.
28.20 - As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a

aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

28.21 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP
ANEXO VI	Declaração de Não Parentesco
ANEXO VII	Modelo de Minuta do Contrato

Chopinzinho, ____ de _____ de 2023.

EDSON LUIZ CENCI
PREFEITO

HELDER FELIPE KLASSEN
PRESIDENTE DA CPL

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, conforme descritivo do item no Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	22,80	14.820,00
				Valor Total de Mercado R$	14.820,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MODALIDADE

3.1 Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor preço dos orçamentos encontrados, nas empresas abaixo citadas:

a) NS Karydi Indústria e Comércio Ltda.
b) Battistella Bolsas Ltda.

c) Titã Uniformes Ltda.

3.2 De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço, segue demonstrativo dos valores:

Item	Descrição	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3	
1	Sacola Ecológica	NS Karydi	R$ 25,00	Battistella	R$ 35,30	Titã	**R$ 22,80**

3.3 Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço encontrado, dentre os itens cotados.

3.4 Da modalidade na forma em que melhor se enquadrar ao descritivo do Termo de Referência.

4. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.

4.1.1 O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

4.1.2 Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se darão da seguinte forma:

4.1.2.1 Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisado o tecido, a consistência, o corte, o tipo da costura, a qualidade da costura, a cor, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.

4.1.3 Em seguida será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

4.2 A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

4.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

4.4 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.6 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

4.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade

contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
4.8 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.
5.2 Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
5.3 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
5.3.1 Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
5.3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
5.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
5.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
5.6 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
5.7 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Compete à Contratante:
6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais entregues, para que seja reparado ou corrigido;
6.1.4 Realizar a avaliação das amostras apresentadas, avaliando-as como habilitada ou inabilitada.
6.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
6.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
6.3 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
6.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos;
6.5 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Compete à Contratada:

7.1.1 Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
7.1.1.1 Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
7.1.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
7.1.1.3 Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
7.1.1.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7.2 Cumprir todas as condições especificadas no Contrato;
7.2.1 Submeter-se a fiscalização do Município;
7.2.1.1 Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.
7.3 Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues;
7.3.1 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.
7.3.2 Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
7.3.3 Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional;
7.3.4 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
8.2 A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família Senhora Edina Accorsi.
8.3 A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e fiscal substituto a cargo do Servidora Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte Senhora Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Senhora Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
8.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
8.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens de rescisão e penalidades, previstos neste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
8.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

9. DA RESCISÃO

9.1 O contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
9.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
9.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
9.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
9.2 O Contrato poderá ser rescindida, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
9.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
9.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
9.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
9.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
9.7 A inexecução do Contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
9.7.1 A não entrega dos materiais contratados;
9.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;
9.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
9.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
9.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
9.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
9.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
9.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
9.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
9.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
9.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.

10. DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

10.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

10.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do Contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

11.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total da Ata;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária na entrega dos produtos: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

11.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

11.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data

do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
11.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
11.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
11.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
11.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
11.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
11.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
11.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
11.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
11.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

12. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
12.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;
e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
12.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
12.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

13. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

13.1 A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Simone Biava, portadora do CPF nº 058.356.339-20, agente administrativo.

Chopinzinho/PR, 14 de agosto de 2023.

Edina Accorsi
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao Município de Chopinzinho-PR, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ___/2023, conforme abaixo discriminado:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT. R$	TOTAL R$

Informar o item que pretende participar, a quantidade/unidade/descrição/marca/modelo.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após entrega e conferência dos produtos e através da apresentação da nota fiscal.

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência, em Chopinzinho-PR.

Informar o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – IV

MODELO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de: ---------- (indicar se é microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Local e data

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/CPF/RG)

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – VI

(MODELO)
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua ....., nº ....., no Município ....., Estado ....., neste ato representada pelo Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº ..... e inscrito(a) no CPF sob nº ....., **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município. Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).
DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº___, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades Decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padastro/Madastra	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – VII
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ____/2023

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Edson Luiz Cenci, inscrito no CPF sob o nº 518.894.719-68, RG nº 3.533.5934 SSP/PR, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: --------, inscrita no CNPJ sob o nº ------- , com sede na Rua: -------, no município de --------, Estado -------, neste ato representada pelo Senhor -------, portador do CPF ------- e do RG ------- , doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº ____/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT. R$	TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 			
			Total – R$			

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:
2.1 A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.
2.2 A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

2.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.
2.4 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos e serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
2.5 O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
2.6 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação do produto ou da necessidade de repô-lo, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
2.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
2.8 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
2.9 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.
2.10 É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
3.1 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
3.1.1 Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
3.3 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
3.4 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
3.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
3.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
4.1 Fica estimado o valor máximo de R$_____para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
4.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
5.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

5.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
5.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
5.4 Realizar a avaliação das amostras apresentadas, avaliando-as como habilitada ou inabilitada.
5.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
5.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
5.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
5.8 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato.
5.9 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos.
5.10 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
6.1.3 Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
6.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.1.5 Cumprir todas as condições especificadas no Contrato.
6.1.6 Submeter-se a fiscalização do Município.
6.1.7 Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.
6.1.8 Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues.
6.1.9 Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
6.1.10 Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional.
6.1.11 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
7.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
7.2 A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família Senhora Edina Accorsi.
7.3 A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e fiscal substituta a cargo do Servidora Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Senhora Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Senhora Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
7.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
7.6 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 8.8. e 10.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
7.7 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:
8.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
8.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;
8.1.3 A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
8.2 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
8.3 Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
8.4 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
8.5 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
8.6 Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
8.7 A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
8.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
8.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
8.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
8.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
8.8.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.8.3 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
8.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
8.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
8.8.6 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
8.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES:
9.1 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte (Artigo 57, §1º e ss. e 65, da Lei 8.666/93).
9.2 Aplica-se ao presente Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93. (Artigo 65, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES:
10.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
10.2 O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
I - Advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.
II - Advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
III - Penalidades pecuniárias:
a) Multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;
b) Multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
c) Multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;
d) Multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;
e) Multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;
f) Multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
IV - Suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
V - Rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII- O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
10.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
10.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
10.5 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
10.6 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
10.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
10.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou da Secretaria Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.3 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
10.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
10.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
10.7.6 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
10.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:
11.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
11.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
11.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas

corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

11.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO:

12.1 A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

13.2 E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho, ___ de _____ de 2023.

Município de Chopinzinho – CONTRATANTE
Edson Luiz Cenci – Prefeito

Empresa – CONTRATADA
– Representante Legal

Edina Accorsi
Gestora do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Fiscal do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Fabiane Riedi Rossi
Fiscal do Contrato – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Zeli Terezinha Soares de Freitas
Fiscal Substituto do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Simone Biava
Fiscal Substituta do Contrato – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Testemunhas:

_____	_____
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

Memorando 16- 2.986/2023

De: Maria S. - PGM

Para: PGM-LIC - LICITAÇÕES - A/C Marcio S.

Data: 11/09/2023 às 15:36:51

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Faço esses autos conclusos ao Procurador Municipal Marcio Stringari - PGM-LIC, do que lavro o presente termo.

_

Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B585-F81F-2B52-8F08 e informe o código B585-F81F-2B52-8F08

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B585-F81F-2B52-8F08

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 11/09/2023 15:37:08 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B585-F81F-2B52-8F08

Memorando 17- 2.986/2023

De: Marcio S. - PGM-LIC

Para: SMASMF-CLIFA - Compras, Licitação, Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado da Assistência Social ...

Data: 18/09/2023 às 14:29:40

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, SMASMF-CLIFA, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue anexo parecer jurídico referente ao Memorando nº 2.986/2023, e Processo Licitatório nº 119/2023.

Atenciosamente,

_

Marcio Stringari
Procurador Municipal

Anexos:

Parecer_155_2023_Mem_2_986_2023_PL_119_2023_pregao_eletronico_aquisicao_de_sacolas_ecologicas_para_o_projetos_carregano

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 2.986/2023
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 119/2023.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER Nº155/2023/PGM/MS

1. DO RELATÓRIO

Cuida-se de análise de legalidade do **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 2.986/2023**, no qual a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família**, através da Divisão de Licitações e Contratos, pretende realizar **pregão eletrônico,** para aquisição de sacolas ecológicas para o projeto "Carregando Sonhos" do CMDCA, **ao valor máximo de R$14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais).**

Os autos foram regularmente formalizados em processo eletrônico (1Doc)[1], e encontram-se instruídos com os seguintes documentos a saber: solicitação, justificativa e termo de referência elaborado pela Secretaria Municipal interessada; pesquisa de preços praticados no mercado; indicação de disponibilidade orçamentária e financeira; autorização do Prefeito Municipal; manifestação do Presidente da Comissão Permanente de Licitações; decretos de nomeação do pregoeiro e membros da Comissão Permanente de Licitações; minutas do edital e contrato.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "*(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade*". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "*(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*".

Porém, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise a regularidade das planilhas de quantitativos, **valores, cálculos e especificação técnica do objeto**, bem

[1] Processo eletrônico autorizado mediante o Decreto Municipal nº 291/2019 e Decreto Municipal nº 489/2020.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2. DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI, da CRFB/1988[2]) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3. DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

Trata-se de análise de legalidade do **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 2.986/2023**, no qual a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família**, através da Divisão de Licitações e Contratos, pretende realizar **pregão eletrônico,** para aquisição de sacolas ecológicas para o projeto "Carregando Sonhos" do CMDCA, **ao valor máximo de R$14.820,00 (quatorze mil e oitocentos e vinte reais).**

2.3.1. DA MODALIDADE

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações manifestou-se favorável à contratação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

De fato, o Pregão é a modalidade de licitação mais adequada para o caso, quer pela possibilidade de flexibilização das propostas de preços e, com ela, o potencial aumento da probabilidade de a Administração obter uma proposta econômica mais vantajosa, quer porque o objeto que almeja adquirir se enquadra no conceito de "serviços comuns", previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002[3].

[2] "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

[3] "Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

O conceito de "bens e serviços comuns" inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e, ainda, aqueles que podem ser descritos objetivamente. Afora isso, a doutrina, a jurisprudência e as Cortes de Contas têm admitido a adoção do pregão em licitações cujos objetos extrapolam o conceito legal.

A complementar o raciocínio, o Tribunal de Contas da União decidiu em plenário que a modalidade licitatória Pregão somente não será utilizada *"para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, assim considerados aqueles que podem apresentar diferentes metodologias, tecnologias e níveis de desempenho e qualidade, sendo necessário avaliar as vantagens e desvantagens de cada solução"*. (Acórdão 1667/2017-Plenário).

Para que não haja dúvida acerca da viabilidade do Pregão, à guisa de exemplos, temos a Súmula 257/2010 do TCU que assim estabelece: O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

Ainda, vejamos o entendimento exarado pelo TCU através do Acórdão 2.749/2010 - Plenário:

> Pregão para serviços de coleta seletiva conteinerizada, reciclagem, compostagem, transbordo, transporte e destinação final de resíduos. Representação oferecida ao TCU apontou possíveis irregularidades na Concorrência Pública n.º 06/2010, promovida pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), tendo como objeto a prestação de serviços de coleta seletiva conteinerizada, reciclagem, compostagem, transbordo, transporte e destinação final de resíduos provenientes das áreas de operação e comercialização de produtos situados dentro do Entreposto Terminal de São Paulo. Instada a se manifestar quanto à não adoção da modalidade pregão, a Ceagesp argumentou que os serviços não seriam de natureza comum, envolvendo o objeto licitado a execução de obras, a produção de adubos e a coleta seletiva de milhares de toneladas de lixo, os quais demandariam expertise por parte da empresa contratada e de seus profissionais. Acrescentou, ainda, que a responsabilidade técnica pela execução dos serviços – incluindo a responsabilidade sanitária, ambiental, ecológica e civil – é de fundamental importância, cuja negligência traria o risco de comprometer os avanços ambientais, ecológicos e sanitários que a companhia teria alcançado nos últimos anos. Por essas razões, a Ceagesp considerou inadequada

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

> a modalidade pregão para a contratação dos serviços pretendidos. Para o relator, os argumentos oferecidos não eram suficientes para descaracterizar o fato de que o objeto do certame "trata-se de serviço de natureza comum, a ser licitado mediante pregão, de acordo com a jurisprudência desta Corte". Bastaria mencionar que, como o critério de classificação era o menor preço, o simples fato de a modalidade ser concorrência "não garante que será selecionada empresa capaz de executar o serviço. Necessário sim que os critérios de habilitação sejam bem delineados, independentemente da modalidade de licitação empregada". Acolhendo o voto do relator, deliberou o Plenário no sentido de determinar à Ceagesp a anulação da Concorrência Pública n.º 06/2010 (TCU. Acórdão n.º 2.749/2010-Plenário, TC-017.914/2010-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 13.10.2010).

Cumpre, a seguir, analisar se nos autos estão presentes os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei nº 10.520/2002[4] e Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

2.3.2. DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a preparação da minuta e o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer.

2.3.3. DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pelo gestor da Secretaria Municipal interessada contempla motivos legítimos e expõe os benefícios resultantes da contratação, a qual foi prolatada nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA

[4] "Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e, IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor."

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

2.3.4. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações dos serviços que a Administração pretende contratar são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas, não indicam direcionamento e estão materializadas nos autos através do Termo de Referência.

2.3.5. DAS MINUTAS DO EDITAL E ANEXOS

As minutas do edital e dos anexos elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos atendem as exigências dos artigos 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos c/c o art. 4º, inc. I, da Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objetos, prazo de validade do contrato, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de execução, penalidades e rescisão.

Da minuta do edital ainda se destaca a previsão expressa e objetiva dos seguintes itens:

a) critério de julgamento;

b) impedidos de licitar;

c) habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista;

d) vigência;

e) dotação orçamentária;

f) gestão e fiscalização do contrato.

2.3.6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria Municipal interessada anexou aos autos orçamentos para aferição dos preços praticados no mercado, em relação aos serviços a serem executados.

Reitera-se que, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*".

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

Logo, não se incluem no âmbito desta análise jurídica a regularidade das planilhas de quantitativos, **valores**, **cálculos e especificação técnica do objeto**, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.3.7. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com os artigos 3º[5] e 48, inc. I,[6] da LC nº 123/2006, alterada pelas LC nº 147/2014 e 155/2015, em vista do valor da licitação e o valor do preço unitário por item, a restrição da participação às micro e pequenas empresas **se aplica,** uma vez que o critério de julgamento é o menor preço por item, o qual não ultrapassa o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.3.8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria Municipal de Finanças emitiu parecer favorável, assegurando a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações.

2.3.9. DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Constam nos autos os respectivos decretos municipais, que comprovam a designação da Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiros e Equipe de Apoio.

2.3.10. DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, como de praxe, anexando-as aos autos.

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município **aprova** as minutas de edital e contrato anexadas no **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 2.986/2023**, no qual a **Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família**, através da Divisão de Licitações e Contratos, pretende realizar **pregão eletrônico,** para aquisição de sacolas ecológicas para o projeto "Carregando Sonhos" do CMDCA, **ao valor máximo de R$14.820,00 (quatorze mil e oitocentos e vinte reais), desde que atendida as seguintes recomendações:**

[5] "Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)."

[6] "Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família:

Recomendação 1: Sem prejuízo da necessidade da secretaria demandante estabelecer os critérios de aceitação das amostras, a parte procedimental da apresentação, análise, e recursos deve seguir as disposições do Prejulgado 22 do TCE/PR, devendo ocorrer na fase de julgamento das propostas, e nunca no momento da execução contratual.

Somente podem ser exigidas amostras do licitante classificado em primeiro lugar.

O procedimento referente a amostras vinha sendo realizado de forma correta pela Divisão de Licitações e Contratos, conforme podemos verificar no Memorando 6768/2022, que segue em anexo.

Com efeito, deve corrigir o disposto no item 4.11 do Termo de Referência; ainda; suprimir o item 6.1.4, posto que a avaliação de amostras deve se dar na fase de julgamento das propostas, antes da adjudicação e homologação do objeto.

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: providenciar as publicações, como de praxe.
Recomendação 2: providenciar para que as minutas do edital e anexos mantenham a devida coerência no que tange ao procedimento de aceitação de amostras, devendo orientar a secretaria demandante quanto à elaboração de termo de referência que não colida com as disposições do Prejulgado 22 do TCE/PR.
Recomendação 3: providencias as adequações nas minutas do edital e anexos, de acordo com as alterações realizadas pela secretaria demandante no termo de referência reformulado.

Em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade que norteiam os procedimentos administrativos, competem à Divisão de Licitações e Contratos e a Secretaria Municipal interessada na contratação em comento, a observância, adequações cabíveis e o cumprimento das recomendações contidas no parecer jurídico, sendo desnecessário o retorno do processo à Procuradoria Geral do Município, salvo requerimento fundamentado contendo nova questão jurídica a ser resolvida.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria Geral do Município os elementos técnicos pertinentes à execução dos serviços e da contratação, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Chopinzinho, PR, datado e assinado eletronicamente.

Márcio Stringari
Procurador Municipal
OAB/PR 82.108

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75 e informe o código A7B1-8DB8-B962-8B75

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A7B1-8DB8-B962-8B75

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCIO STRINGARI (CPF 248.XXX.XXX-23) em 18/09/2023 14:30:04 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A7B1-8DB8-B962-8B75

Memorando 18- 2.986/2023

De: Marcio S. - PGM-LIC

Para: SMASMF-CLIFA - Compras, Licitação, Infraestrutura, Frequência e Almoxarifado da Assistência Social ...

Data: 18/09/2023 às 14:32:32

Setores (CC):

SMA-LC, SMASMF-CLIFA

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, SMASMF-CLIFA, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Seguem anexos que devem fazer parte do parecer jurídico emitido no despacho 17.

Atenciosamente,

–

Marcio Stringari
Procurador Municipal

Anexos:

MEMORANDO_6768_2022_FORNECIMENTO_UNIFORMES_ESCOLARES_ANO_LETIVO_2023.pdf
Prejulgado_22_TCE_PR.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 6.768/2022

De: Simone B. - SMECE

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 07/12/2022 às 11:11:57

Setores (CC):

GAB, SMA-LC

Setores envolvidos:

GAB, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

SENHOR PREFEITO: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, vem perante Vossa Excelência solicitar autorização para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023 para o Município de Chopinzinho/PR, na modalidade que couber, conforme documentação em anexo.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Anexos:

CORRESPONDENCIA_INTERNA.docx
CORRESPONDENCIA_INTERNA.pdf
ORCAMENTO_IVANA.PDF
ORCAMENTO_PITTY_SPORTS.pdf
ORCAMENTO_PONTO_COM.pdf
Previsao_de_Matriculas_2023.pdf
SOLICITACAO.docx
SOLICITACAO.pdf
TR_UNIFORME_ESCOLAR_2023.pdf
TR_UNIFORME_ESCOLAR_2023_2_.odt

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPPI GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 06/12/2022

ORIGEM: GABINETE DO PREFEITO

DESTINO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

VALOR TOTAL: R$ 359.310,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e dez reais)

REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2023

Recebida a solicitação para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023 para o Município de Chopinzinho/PR, conforme documentação anexa, protocolada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, autorizo a abertura de processo licitatório na modalidade que couber.

_____

EDSON LUIZ CENCI

Prefeito

Assinado por 2 pessoas: MARCIO LUIZ ZANCANARI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E03 e informe o código 09675CD5-B284-7E03

ORÇAMENTO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Uniformes Escolares, para distribuição aos alunos regularmente matriculados na Pré-Escola e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2023, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme segue:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1770	Unid.	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS** **JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN :** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata **a)**Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola. **b)**Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout. **c)**Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m. **d)**Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV **e)**Deve conter bolsos embutidos nas laterais **f)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão	R$ 278,00	R$ 492.060,00

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-5D15-F2B4-7E90 e informe o código 09575D15F2B47E90

			deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)** Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **h)**Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **CALÇA ESCOLAR** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata. **a)**Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos. **b)**A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes quadro de medidas **c)**As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno. **d)**Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura. **e)**No gancho deverá conter pesponto 1 agulha **f)** Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos		

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURZ NOGUEIRA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0962-6D15-F2B4-78E8 e informe o código 0962-6D15-F2B4-78E8

			tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)**Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **CAMISETA** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m; **a)** Gola redonda com ribana na cor vermelha. **b)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **c)** Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout. **d)** Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **d)** A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.		
VALOR TOTAL DE PESQUISA DE MERCADO R$					**R$ 492.060,00**

OBS: *Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados. O valor total do lote ofertado pela contratada será subdividido de forma proporcional entre os itens constantes em cada lote, ou seja, por tamanhos, conforme estimativa de quantidades.*

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-5D15-F2B4-7E90 e informe o código 09575D15F2B47E90

2. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

2.1. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar "prova de qualidade" nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95- NBR 13462/95.

2.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

2.3. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-5D15-F284-7E90 e informe o código 0957 5D15 F284 7E90

deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

2.4. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO serão os seguintes:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;

(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;

(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZUKI GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-5D15-F284-7E90 e informe o código 0957 5D15 F284 7E90

2.5. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.

2.6. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.

2.7. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

3.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

3.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentadas com etiqueta, indicando o fabricante, tamanho, composição e instruções de conservação;

3.3 - Cada peça deverá ser embalada individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o tamanho da respectiva peça;

3.4 - As peças deverão estar acondicionadas em caixas de papelão para o transporte e entrega;

3.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;

3.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

3.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;

3.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

4. DA GARANTIA LEGAL

4.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-5D15-F284-7E30 e informe o código 0957-5D15-F284-7E30

nos produtos, através de documento específico emitido e assinado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:

> ***Art. 26.*** *O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*
>
> ***II -*** *noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*
>
> ***§ 1º*** *Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.*

5. DO PAGAMENTO

5.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3957-5D15-F284-7E90 e informe o código 3957-5D15-F284-7E90

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN

1. **Jaqueta:** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata

a)Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola.

b)Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout.

c)Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m.

d)Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV

e)Deve conter bolsos embutidos nas laterais

f) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.

h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

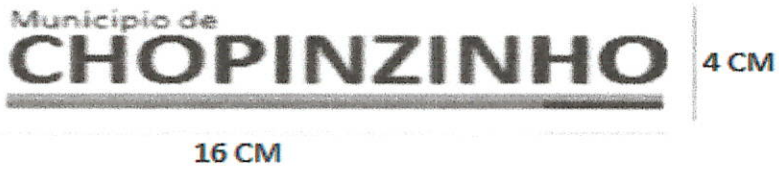
2. **Desenho ilustrativo da jaqueta**



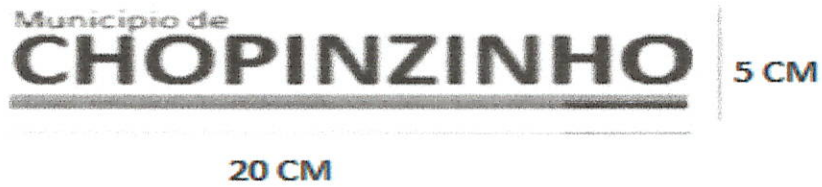


Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/
1Doc: Memorando 822/2022 14/564

ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



CALÇA ESCOLAR

1. **Calça:** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.

a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.

b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes tabela de medidas

c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

Assinado por 2 pessoas: MARIA SUZANA GEARI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-5D15-FF28-47E0 e informe o código 0957 5D15 FF28 47E0

d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.

e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha

f)Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da calça**



CAMISETA MANGA CURTA

1. **Camiseta:** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m;

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZUKI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/

a) Gola redonda com ribana na cor vermelha.

b) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 7,0 altura x 5,5 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

c) Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout.

d) Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com cores conforme layout.

d) A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.

2. **Desenho ilustrativo da camiseta:**



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



Assinado por 2 pessoas: MARIA [illegible] e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/[illegible]

ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G

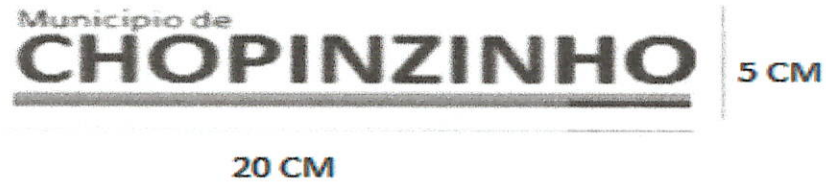


TABELA DE MEDIDAS CALÇA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL	64	70	78	83	89	92	97	101	104	106
B – COXA	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35
C – GANCHO FRENTE	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31
D – GANCHO COSTAS	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36
E – ELÁSTICO	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35
F – ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14
G – ENTRE PERNAS	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77
H – ABERTURA DE PERNAS	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS CAMISETAS

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO DO CORPO	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74
B – LARGURA DO CORPO	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56
C – COMPRIMENTO DA MANGA	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25
D – ABERTURA DA CAVA	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26
E – ABERTURA DA MANGA	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20
F – COMPRIMENTO DO ANTEBRAÇO	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17
G – COMPRIMENTO DO OMBRO	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-6D3F-2847-E908 e informe o código 0957-6D3F-2847-E908

TABELA DE MEDIDAS JAQUETA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73
B – TÓRAX	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62
C – CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
D – ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E –COMPRIMENTO DA MANGA A PARTIR DA CAVA	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76
F – ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
G – ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

SÃO LOURENÇO DO OESTE 25 DE NOVEMBRO DE 2022

Mauro Perazoli

Mauro Perazoli
CPF: 022.926.321-60
RG. 4.551.694 SSP SC

27.082.333/0001-63
PERAZOLI E VERONA LTDA ME
RUA ERNESTO BEUTER, 646
CENTRO - CEP 89990-000
SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Assinado por 2 pessoas: MAURO PERAZOLI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0957-6D15-F2B4-78E8 informando o código 0957-6D15-F2B4-78E8

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

ORÇAMENTO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1770	Unid.	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS** **JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN :** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata **a)**Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola. **b)**Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout. **c)**Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m. **d)**Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV **e)**Deve conter bolsos embutidos nas laterais **f)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0	R$ 223,00	R$ 394.710,00

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEAR e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D19-E2C7-4E78 e informe o código 0967-6D19-E2C7-4E78

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.
g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.
h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

CALÇA ESCOLAR
Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.
a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.
b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes quadro de medidas
c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D19-E2C7-4E78 e informe o código 09675D19E2C74E78

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

			d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura. **e)**No gancho deverá conter pesponto 1 agulha **f)** Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)**Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **CAMISETA** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m; **a)** Gola redonda com ribana na cor vermelha. **b)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **c)** Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm		

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZUKI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D19-E2C7-4E78 e informe o código 09675D19E2C74E78

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

			na cor vermelha, conforme layout. **d)** Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **d)** A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.		
VALOR TOTAL DE PESQUISA DE MERCADO R$					**R$ 394.710,00**

OBS: *Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados. O valor total do lote ofertado pela contratada será subdividido de forma proporcional entre os itens constantes em cada lote, ou seja, por tamanhos, conforme estimativa de quantidades.*

2. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

2.1. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN CEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D19-E2C7-4E70 e informe o código 0967-6D19-E2C7-4E70

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar "prova de qualidade" nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95- NBR 13462/95.

2.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

2.3. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPRIANO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D8F-2847-E308 e informe o código 0967-6D8F-2847-E308

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

2.4. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO serão os seguintes:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUZIN DEAK e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D8F-2847-E308 e informe o código 0967-6D8F-2847-E308

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;

(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;

(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

2.5. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.

2.6. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.

2.7. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

3.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

3.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs,

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPRIANO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D8F-2847-E918 e informe o código 0967-6D8F-2847-E918

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

sendo apresentadas com etiqueta, indicando o fabricante, tamanho, composição e instruções de conservação;

3.3 - Cada peça deverá ser embalada individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o tamanho da respectiva peça;

3.4 - As peças deverão estar acondicionadas em caixas de papelão para o transporte e entrega;

3.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;

3.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

3.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;

3.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

4. DA GARANTIA LEGAL

4.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento específico emitido e assinado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:

> ***Art. 26.*** *O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPRINCIANO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-2847-E308 e informe o código 09675D18284

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

II - *noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D8F-2847-4E30 e informe o código 0967-6D8F-2847-4E30

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN

1. **Jaqueta:** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata

a)Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola.

b)Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout.

c)Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m.

d)Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV

e)Deve conter bolsos embutidos nas laterais

f) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

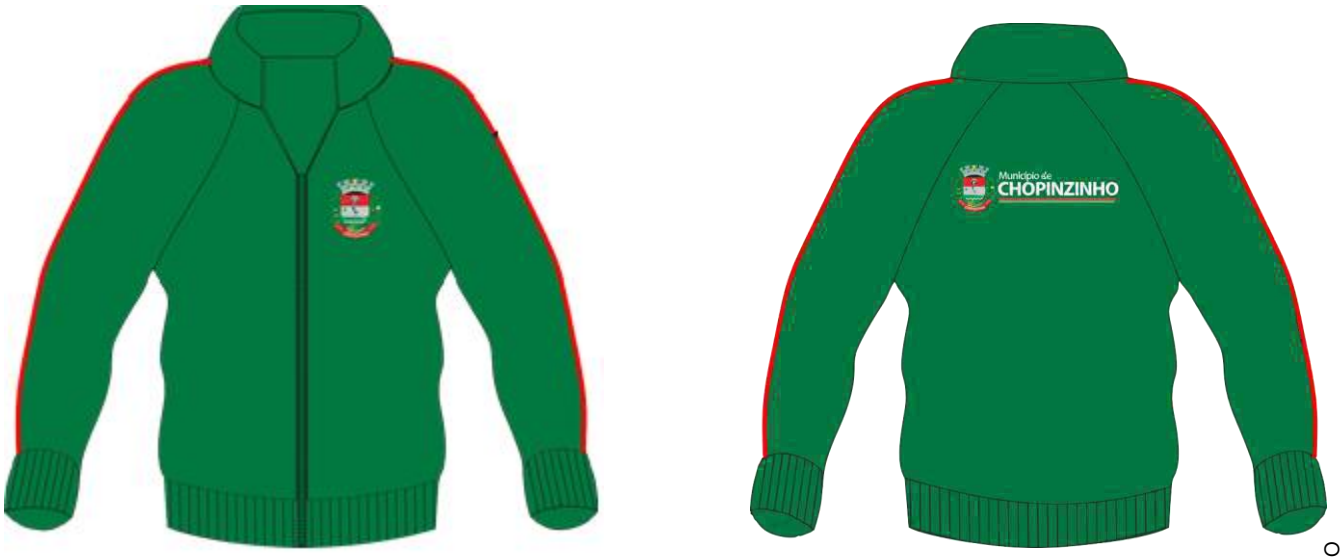
g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPRINOVICZ e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E30 e informe o código 0967-6D18-F284-7E30

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. Desenho ilustrativo da jaqueta



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D8F-2847-8E90 e informe o código 0967-6D8F-2847-8E90

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com



CALÇA ESCOLAR

1. Calça: Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.

a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.

b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes tabela de medidas

c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEAR e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-2847-E308 e informe o código 0967-6D18-2847-E308

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.

e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha

f)Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. Desenho ilustrativo da calça

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-2847-8E30 e informe o código 0967 6D18 2847 8E30

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com



CAMISETA MANGA CURTA

1. Camiseta: Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m;

a) Gola redonda com ribana na cor vermelha.

b) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 7,0 altura x 5,5 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

c) Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout.

d) Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-78E8 e informe o código 0967 6D18 F284 78E8

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com cores conforme layout.

d) A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.

2. **Desenho ilustrativo da camiseta:**





ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZIN GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D58-2847-8E90 e informe o código 0967 6D58 2847 8E90

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



TABELA DE MEDIDAS CALÇA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL	64	70	78	83	89	92	97	101	104	108
B – COXA	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35
C – GANCHO FRENTE	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31
D – GANCHO COSTAS	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36
E – ELÁSTICO	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35
F – ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14
G – ENTRE PERNAS	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77
H – ABERTURA DE PERNAS	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SURIANO GARCIA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-2847-8E30 e informe o código 0967-6D18-2847-8E30

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

TABELA DE MEDIDAS CAMISETAS

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO DO CORPO	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74
B – LARGURA DO CORPO	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56
C – COMPRIMENTO DA MANGA	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25
D – ABERTURA DA CAVA	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26
E – ABERTURA DA MANGA	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20
F – COMPRIMENTO DO ANTEBRAÇO	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17
G – COMPRIMENTO DO OMBRO	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS JAQUETA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73
B – TÓRAX	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62
C – CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
D – ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E –COMPRIMENTO DA MANGA A PARTIR DA CAVA	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76
F – ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
G – ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZUKI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D3F-2047-8E90 em 10/05/2022 08:34:38 sob o código 0967-6D3F-2047-8E90

JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME
CNPJ: 25.371.647/0001-50 FONE: (46) 3526-1366
RUA JOSE SILVA Nº 550 – INDUSTRIAL
ITAPEJARA D'OESTE - PR
IE: 9072887570
Email: pittysports@yahoo.com

Itapejara d`Oeste Paraná 29 de novembro de 2022



Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUZUKI AZAMI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D8F-2847-8E30 e informe o código 0967-6D8F-2847-8E30

ORÇAMENTO PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Uniformes Escolares, para distribuição aos alunos regularmente matriculados na Pré-Escola e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2023, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme segue:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1770	Unid.	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS** **JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN :** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata **a)**Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola. **b)**Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout. **c)**Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m. **d)**Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV **e)**Deve conter bolsos embutidos nas laterais **f)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)** Nas costas, na parte superior, deverá ser	R$ 203,00	R$ 359.310,00

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUFREDINI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D13-F2C4-7E03 e informe o código 09675C05-B2C4-78E8

aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.
h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

CALÇA ESCOLAR
Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.
a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.
b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes quadro de medidas
c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.
d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.
e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha
f) Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUFFI ZANCANARI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D13-E204-4E70 e informe o código 0967 6D13 E204 4E70

			g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **CAMISETA** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m; **a)** Gola redonda com ribana na cor vermelha. **b)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **c)** Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout. **d)** Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **d)** A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.			
VALOR TOTAL DE PESQUISA DE MERCADO R$						**R$359.310,00**

OBS: *Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados. O valor total do lote ofertado pela contratada será subdividido de forma proporcional entre os itens constantes em cada lote, ou seja, por tamanhos, conforme estimativa de quantidades.*

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUFFI NETO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D13-F204-4E93 e informe o código 0967-6D13-F204-4E93

2. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

2.1. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar "prova de qualidade" nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95- NBR 13462/95.

2.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

2.3. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFFERT e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-47E9 e informe o código 0967-6D18-F284-47E9

galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

2.4. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO serão os seguintes:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;

(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFFERT e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E03 e informe o código 0967 6D18 F284 7E03

visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;

(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

2.5. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.

2.6. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.

2.7. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

3. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

3.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

3.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentadas com etiqueta, indicando o fabricante, tamanho, composição e instruções de conservação;

3.3 - Cada peça deverá ser embalada individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o tamanho da respectiva peça;

3.4 - As peças deverão estar acondicionadas em caixas de papelão para o transporte e entrega;

3.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;

3.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

3.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;

3.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPRINCIANI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-4E03 e informe o código 0967-6D18-F284-4E03

4. DA GARANTIA LEGAL

4.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento específico emitido e assinado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:

> ***Art. 26.*** *O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*
>
> ***II -*** *noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*
>
> ***§ 1º*** *Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.*

5. DO PAGAMENTO

5.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUFFI GEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-47E3 e informe o código 0967 0D18 F284 47E3

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN

1. **Jaqueta:** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata

a)Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola.

b)Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout.

c)Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m.

d)Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV

e)Deve conter bolsos embutidos nas laterais

f) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.

h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFFERT NETO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E03 e informe o código 0967 6D18 F284 7E03

2. **Desenho ilustrativo da jaqueta**





ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



CALÇA ESCOLAR

1. **Calça:** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPRINCIANO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E03 e informe o código 0967 6D18 F284 7E03

a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.

b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes tabela de medidas

c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.

e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha

f)Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da calça**

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPRINCEAR e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-47E3 e informe o código 0967 6D18 F284 47E3



CAMISETA MANGA CURTA

1. **Camiseta:** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m;

a) Gola redonda com ribana na cor vermelha.

b) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 7,0 altura x 5,5 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

c) Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout.

d) Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com cores conforme layout.

d) A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.

2. **Desenho ilustrativo da camiseta:**

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPPI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-47E3 e informe o código 0967 6D18 F284 47E3

PONTO COM BRINDES LTDA - ME
CNPJ: 18.036.328/0001-23 / IE: 9063314207
FONE: (46) 3524-7757 / 99980-1717
RUA DIONISI SPESSARO 132, BAIRRO PADRE ULRICO
CEP:85604-444 - FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ





ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



TABELA DE MEDIDAS CALÇA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURZINEAR e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-4D18-F284-47E9 e informe o código 08775C05-B284-78E8

A – COMPRIMENTO TOTAL	64	70	78	83	89	92	97	101	104	106
B – COXA	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35
C – GANCHO FRENTE	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31
D – GANCHO COSTAS	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36
E – ELÁSTICO	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35
F – ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14
G – ENTRE PERNAS	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77
H – ABERTURA DE PERNAS	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS CAMISETAS

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO DO CORPO	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74
B – LARGURA DO CORPO	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56
C – COMPRIMENTO DA MANGA	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25
D – ABERTURA DA CAVA	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26
E – ABERTURA DA MANGA	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20
F – COMPRIMENTO DO ANTEBRAÇO	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17
G – COMPRIMENTO DO OMBRO	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS JAQUETA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73
B – TÓRAX	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62
C – CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
D – ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E –COMPRIMENTO DA MANGA A PARTIR DA CAVA	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76
F – ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPLICY [illegible] e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D3F-2847-4E30 e informe o código 09675C05B2847E30

G – ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Francisco Beltrão Paraná 30 de novembro de 2022

PONTO COM BRINDES LTDA-ME
CNPJ: 18.036.328.0001-23
DOUGLAS JOSÉ WAIAND
CPF: 021.394.299-23

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPRINCIANO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6FD8-FF28-4E03 e informe o código 0967 6FD8 FF28 4E03

MATRÍCULAS OUTUBRO 2022

ESCOLA	DIRETOR	INF 4 CMEIS	INF 4	INF5	1ANO	2ANO	3ANO	4ºANO	5ANO	TOTAL
ESCOLA MUN CEL.SANTIAGO DANTAS	Rafaela Morandi		23	42	45	42	50	34	47	296
ESCOLA MUN DE EXCELENCIA	Andreia Verdi		21	45	49	45	49	52	26	304
ESCOLA MUN PRES.TANCREDO NEVES	Silvia Cattaneo		-	46	50	43	35	36	40	248
ESCOLA MUN TASSO A DA SILVEIRA	Andre Centofante		34	62	49	43	52	61	59	374
CMEI **ONEIDE CECATTO DOS SANTOS**	Eliane Trentin	32	-	-	-	-	-	-	-	32
CMEI **RECANTO FELIZ**	Cintia Winckler	21	-	-	-	-	-	-	-	21
CMEI **CRIANÇA ESPERANÇA**	Cristiane Verdi	29		-	-	-	-	-	-	29
CMEI **PRIMEIROS PASSOS**	Fabiana de Carli	20	-	-	-	-	-	-	-	20
CMEI **CRISTO REI**	Renata Biava	28		-	-	-	-	-	-	28
ESCOLA R MUN **PROF. ANGELICA D.C BATTISTUZ**	Sandra Kirchof		11	17	09	15	13	16	16	101
ESCOLA R MUN **MARIO BETTEGA**	Ana Claudia Zapalalio		14	20	14	20	14	09	19	113
ESCOLA R MUN **NILO PEÇANHA**	Edimara de Quadros		03	02	03	05	07	06	05	31
ESCOLA R MUN **PRES.COSTA E SILVA**	Francieli Piaia		10	10	09	10	05	12	07	65
ESCOLA R MUN **VISÃO DO FUTURO**	Enedir Bochio		04	05	06	07	02	09	03	38
TOTAL DE ALUNOS		130	120	249	245	234	230	227	235	1.670
ACRÉSCIMOS (EVENTUAIS NOVOS ALUNOS)		13	18	17	12	10	10	10	10	100
TOTAL GERAL		143	138	266	257	244	240	237	245	1.770

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPINSKI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-4E93 e informe o código 0967-0D18-F284-4E93

SOLICITAÇÃO

SENHOR PREFEITO: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, vem perante Vossa Excelência solicitar autorização para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023 para o Município de Chopinzinho-PR, na modalidade que couber, conforme documentação em anexo.

Chopinzinho, 06 de Dezembro de 2022.

MARI LUCIA LAZAROTTO

Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFREDINI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6FD8-F284-7E03 e informe o código 0967 6FD8 F284 7E03

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para aquisição de Uniformes Escolares, para distribuição aos alunos regularmente matriculados na Pré-Escola e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2023, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme segue:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1770	Unid.	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS** **JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN :** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata **a)**Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola. **b)**Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout. **c)**Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m. **d)**Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV **e)**Deve conter bolsos embutidos nas laterais **f)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)** Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta	R$ 203,00	R$ 359.310,00

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPPINO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0718-F284-7E03 e informe o código 0967-0718-F284-7E03

			definição, com medidas e cores conforme layout. **h)**Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **<u>CALÇA ESCOLAR</u>** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata. **a)**Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos. **b)**A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes quadro de medidas **c)**As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno. **d)**Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura. **e)**No gancho deverá conter pesponto 1 agulha **f)** Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)**Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **<u>CAMISETA</u>** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m; **a)** Gola redonda com ribana na cor vermelha. **b)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão		

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURFISTINHA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/

			deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **c)** Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout. **d)** Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **d)** A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.		

OBS: *Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados. O valor total do lote ofertado pela contratada será subdividido de forma proporcional entre os itens constantes em cada lote, ou seja, por tamanhos, conforme estimativa de quantidades.*

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - O uso de uniforme na escola pública é elemento de integração e de promoção de inclusão e da igualdade social coloca as crianças em nível igualitário, acabando com as desigualdades causadas pelas diferenças sociais, assim como contribuirá financeiramente às famílias, pois muitos pais não têm condições em adquiri-los.

2.2 - O uniforme constitui uma forma de identificação dos alunos, estimulando a um ambiente escolar harmonioso e estável, garante status e segurança dentro e fora do ambiente escolar, favorecendo um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento psicossocial.

2.3 - As quantidades estimadas foram baseadas na demanda necessária para a distribuição dos uniformes para todos os alunos matriculados da Pré-Escola e do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de Ensino, sendo considerada a distribuição para um ano letivo, cujo levantamento foi realizado diretamente pela Secretaria Municipal de Educação junto as Escolas Municipais e registros do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), totalizando uma média de 1.171 alunos do fundamental e 499 alunos da pré-escola, considerando ainda uma margem para possíveis transferências advindas de outros municípios e de escolas particulares.

2.4 - Considerando que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço e dentro de uma possível e maior aproximação da padronização - fica plenamente justificado o agrupamento de itens específicos em grupo nesta licitação, já que são itens de uniforme escolar, que devem ter um padrão de cor, tecido, acabamentos, etc.

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFREDINI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-47E3 e informe o código 0967-6D18-F284-47E3

2.5 – Justificamos ainda que a licitação por preço global, mostra-se economicamente mais viável, levando em consideração os custos com logística, recebimento dos itens de forma separada, disposição de espaço físico e pessoal para montagem dos kits, espaço para armazenamento, perdas, entre outros.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

3.1. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar "prova de qualidade" nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95- NBR 13462/95.

3.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

3.3. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURZINEAR e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D1B-F284-7E03 e informe o código 0967-6D1B-F284-7E03

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

3.4. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO serão os seguintes:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;

(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;

(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

3.5. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.

3.6. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.

3.7. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPPINO FEARNSIDE e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E03 e informe o código 0967 6D18 F284 7E03

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

4.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

4.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentadas com etiqueta, aplicadas na peça com a identificação do fabricante, CNPJ, composição do tecido, numeração da peça e respectivas instruções de lavagem conforme determinado pela Norma NBR ISO nº 3758 e NBR 15.778. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

4.3 - Cada kit deverá ser embalado individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o seu respectivo tamanho;

4.4 - Os kits deverão estar acondicionados em caixas de papelão para o transporte e entrega;

4.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;

4.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

4.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;

4.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS, LOCAL, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - A solicitação do produto, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade e será formalizada através de Nota de Empenho.

5.2 - Os produtos deverão ser entregues no prazo não superior a 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.3 - Os uniformes deverão ser entregues livres de frete e descarga, separadamente em cada escola, com seus devidos quantitativos levantados no momento da avaliação das medidas tiradas nos alunos.

5.4 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela Contratante, sob pena de devolução dos produtos entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital.

5.5 - O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

5.5.1 - Recebimento provisório: Num prazo de 02 (dois) dias e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.

5.5.2 - Recebimento definitivo: Ocorrerá em, no máximo 10 (dez) dias após o recebimento provisório, pela comissão de recebimento e fiscal do contrato e constará de:

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURFISTINHA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E03 e informe o código 0967-6D18-F284-7E03

5.5.2.1 - Verificação das conformidades com a quantidade requisitada, especificações aderentes aos termos contratuais e análise do item considerando os mesmos critérios da apresentação da amostra, considerando ainda o comparativo das amostras enviadas e aprovadas da contratante.

5.5.2.2 - O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.

5.5.3 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a contratada se obriga substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5.4 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).

5.5.5 - Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum material constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

5.5.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.7 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.6 - O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por igual período.

6. DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto,

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURIAN JUNIOR e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D1B-F284-7E03 e informe o código 0967 6D1B F284 7E03

no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A contratada, em data a ser agendada pela Secretaria Municipal de Educação, deverá comparecer às escolas municipais no prazo máximo de 2 dias para efetuar as medidas dos uniformes individualmente em cada escola do município e de cada estudante, sem qualquer custo adicional.

Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

Os uniformes devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentados com etiquetas indicando o fabricante, o tamanho, composição e embalados de forma individual.

7.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos uniformes após a emissão da autorização de compras no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

7.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, do(s) material(is) que apresentarem defeito, após notificação por escrito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

7.4. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

7.5. Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade conforme Termo de Referência.

7.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência seus anexos.

8. DA GARANTIA LEGAL

8.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento específico emitido e assinado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURFISTINHA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D1B-F284-7E03 e informe o código 09675C05B284E903

Defesa do Consumidor:

> ***Art. 26.*** *O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*
>
> ***II -*** *noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*
>
> ***§ 1º*** *Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.***7. DO JULGAMENTO**

8.2. O procedimento adotado no presente feito será o pregão presencial, por valor global por lote, devendo ser realizada uma Ata de Registro de Preços para futura aquisição dos uniformes.

8.3. Realizado o Registro de Preços, serão tiradas as medidas dos alunos para serem adquiridos os uniformes, uma vez que não há como se prever qual tamanho será utilizado por aluno, razão pela qual utiliza-se de estimativa, e posteriormente realizar-se-á a medição para a aquisição.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser aditado.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Mari Lucia Lazarotto, CPF 759.111.409-34, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

11.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo, que será a responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de

Assinado por 2 pessoas: MARIA SUZANA CANCIAN e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-7E03 e informe o código 0967-0D18-F284-7E03

Referência.

11.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes**.**

11.4. Na sua ausência, a Fiscal substituta será a Servidora Simone Biava, CPF 058.356.339-20, RG 9.268.600-0, Agente Administrativo.

12. DO VALOR

12.1. Informa-se que a pesquisa de preços foi realizada pela servidora da Sra. Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo.

12.2. A contratação se dará pelo **Menor Valor Ofertado** sobre o menor dos valores encontrados entre as pesquisas de preços realizadas junto as empresas: PONTO COM BRINDES LTDA., CNPJ nº 18.036.328/0001-23; JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME, CNPJ 25.371.647/0001-50; PEZAROLI E VERONA LTDA., CNPJ nº 27.082.333/0001-63; coletados entre 25/11/2022 e 30/11/2022. Conforme valores especificados na tabela abaixo:

LOTE	OBJETO	PONTO COM BRINDES	PITTY SPORT'S	PEZAROLI E VERONA	MENOR VALOR
LOTE 1					
1	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS- 1770 UNIDADES**	359.310,00	394.710,00	492.060,00	359.310,00

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato,

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SURIANI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-7E03 e informe o código 0967-0D18-F284-7E03

podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do contrato – este contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei n° 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

VI - Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADO, fica o CONTRATANTE autorizado a reter até o limite dos prejuízos experimentados, os critérios a que aquela teria direito.

VII - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

VIII - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

IX - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

X - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

XI - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPPINO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-7E03 e informe o código 09675C05B284E903

rescisão, os artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

14.2. Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993.

Chopinzinho, 06 de Dezembro de 2022.

_____

Mari Lucia Lazarotto
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN

1. **Jaqueta:** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster peluciada com 263 de gramatura verde mata

a)Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola.

b)Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout.

c)Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m.

d)Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV

e)Deve conter bolsos embutidos nas laterais

f) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.

h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da jaqueta**

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFREDINI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-47E3 e informe o código 0967-6D18-F284-47E3



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06

Município de
CHOPINZINHO

4 CM

16 CM

ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G

Município de
CHOPINZINHO

5 CM

20 CM

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFREDINI e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E93 e informe o código 0967-6D18-F284-7E93

CALÇA ESCOLAR

1. **Calça:** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.

a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.

b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes tabela de medidas

c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.

e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha

f)Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da calça**

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUPRINO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-7E03 e informe o código 0967-0D18-F284-7E03



CAMISETA MANGA CURTA

1. Camiseta: Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m;

a) Gola redonda com ribana na cor vermelha.

b) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 7,0 altura x 5,5 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

c) Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout.

d) Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com cores conforme layout.

d) A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.

2. Desenho ilustrativo da camiseta:

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFFERT e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E93 e informe o código 0967-6D18-F284-7E93





ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



TABELA DE MEDIDAS

CALÇA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL	64	70	78	83	89	92	97	101	104	106
B – COXA	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35
C – GANCHO FRENTE	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31
D – GANCHO COSTAS	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36
E – ELÁSTICO	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35
F – ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14
G – ENTRE PERNAS	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77
H – ABERTURA DE PERNAS	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS CAMISETAS

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G

Assinado por 2 pessoas: MARCIO SUPINO CEARA e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-0D18-F284-47E9 e informe o código 0967 0D18 F284 47E9

1Doc Documento gerado em 26/08/2022 20/564

A – COMPRIMENTO DO CORPO	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74
B – LARGURA DO CORPO	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56
C – COMPRIMENTO DA MANGA	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25
D – ABERTURA DA CAVA	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26
E – ABERTURA DA MANGA	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20
F – COMPRIMENTO DO ANTEBRAÇO	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17
G – COMPRIMENTO DO OMBRO	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS JAQUETA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73
B – TÓRAX	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62
C – CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
D – ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E –COMPRIMENTO DA MANGA A PARTIR DA CAVA	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76
F – ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
G – ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Brasão Chopinzinho

Assinado por 2 pessoas: MARCOS SUFFERT NETO e MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-6D18-F284-7E93 e informe o código 0967 6D18 F284 7E93

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0967-5F18-B2CF-8E90

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 07/12/2022 13:17:58 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARI LÚCIA LAZAROTTO (CPF 759.XXX.XXX-34) em 08/12/2022 06:54:57 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0967-5F18-B2CF-8E90

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 1- 6.768/2022

De: Simone B. - SMECE

Para: SMF-C - Contabilidade - A/C Rodrigo J.

Data: 07/12/2022 às 11:15:32

Prezado Rodrigo, solicitamos dotação orçamentária para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023. Valor total R$ 359.310,00 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e dez reais).

Cordialmente.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 2- 6.768/2022

De: Edson C. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 07/12/2022 às 13:20:54

Setores envolvidos:

GAB, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Fica autorizado a abertura de Processo Administrativo Licitatório na modalidade em que se enquadrar.

Atenciosamente,

_

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38F8-03A5-A7D9-E513 e informe o código 38F8-03A5-A7D9-E513

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1818-D948-A709-8F5D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 07/12/2022 13:21:16 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/1818-D948-A709-8F5D

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 3- 6.768/2022

De: Onerio F. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 08/12/2022 às 08:39:19

Decreto Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro.

_

Onerio Cambruzzi Filho
Divisão de Licitação e Contratos

Anexos:

Decreto_015_2022_Nomeia_pregoeiros_revoga_decreto_507_2021.pdf
Decreto_Comissao_Permanente_de_Licitacoes_2022.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DECRETO Nº 015/2022, DE 19 DE JANEIRO DE 2022

Nomeia os Pregoeiros do Município de Chopinzinho, e revoga o Decreto n° 507/2021 de 30 de dezembro de 2021, que e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Memorando 220/2022 encaminhado pela Secretaria de Administração, o qual solicita revogação do Decreto 507/2022, e a nomeação de uma nova composição de Pregoeiros e Equipe de Apoio;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Onério Cambruzzi Filho, CPF n° 062.575.819-66 e RG n° 9.429.975-6, a Sra. Giliane Teles Forlin, CPF nº 085.098.669-96 e RG nº 10.282.377-0 SSP/PR e o Sr. Paulo Egídio Dalsasso, CPF n° 037.281.239-27 e RG n° 6.815.803-6/PR para exercerem a função de Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2022.

Art. 2º - Ficam igualmente nomeados a Sra. Micheli Letícia Dietrich, CPF nº 081.079.229-05 e RG nº 10.612.160-5 SSP/PR, Sra. Clecia Steilmann Weber, CPF n° 021.532.509-51, RG n° 6.539.685-8/PR e o Sr. Ramon Jonathan Cechet, CPF nº 067.994.249-14 e RG nº 1.341.673-8 SSP/PR, como equipe de apoio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 507/2021, de 30 de dezembro de 2021, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 19 DE JANEIRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO N° 2531 de 20/01/2022

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DECRETO Nº 506/2021, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados o Sr. André Felipe Moraes, CPF n° 094.757.939-76, RG n° 13.155.510-5 SSP/PR, como Presidente, a Sra. Neide Marinêz Caldato, CPF nº 023.594.429-70 e RG nº 7.722.329-0 SSP/PR e o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF nº 079.263.659-71 e RG nº 9.415.072-8 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2022.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4° do art. 51, da Lei n° 8.666/1993.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2021, ficando revogado o Decreto nº 005/2021, de 07 de janeiro de 2021 e o Decreto n° 046/2021, de 02 de fevereiro de 2021, e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

Daniel Zanesco
Vice-Prefeito [1]

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO N° 2538 de 03 / 01 / 2022

1 Decreto n.° 501/2021, de 23/12/2021, delega competência ao Vice-Prefeito e ao Assessor Executivo a partir do dia 27 de dezembro de 2021 a 07 de janeiro de 2022. (https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/chopinzinho/decreto/2021/51/501/decreto-n-501-2021-delega-competencia-ao-vice-prefeito-e-ao-assessor-executivo-a-partir-do-dia-27-de-dezembro-de-2021-a-07-de-janeiro-de-2022?q=501%2F2021)

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 4- 6.768/2022

De: Onerio F. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 08/12/2022 às 08:39:55

Encaminho para Parecer da Comissão Permanente de Licitação e Autorização do Edital.

_

Onerio Cambruzzi Filho
Divisão de Licitação e Contratos

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 5- 6.768/2022

De: Rodrigo J. - SMF-C

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 08/12/2022 às 09:57:13

Setores envolvidos:

GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Segue termo de disponibilidade orçamentária-financeira.

_

Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Anexos:

TERMO_DE_DISPONIBILIDADE_AQUISICAO_DE_UNIFORME.pdf

Assinado por 2 pessoas: MARCIO[illegible] e LUCIANI MONTEIRO CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FA-CD55-C34E-5318 e informe o código 38FA-CD55-C34E-5318

Município de Chopinzinho
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 08/12/2022

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES.

VALOR R$359.310,00.

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Lei n° 3.982/2022 (LOA), Lei n° 3.932/2021 (PPA) e Lei n° 3.958/2022 (LDO) e alterações, na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
06.02.123610005.2.014.3.3.90.30 F: 103
06.02.123610005.2.014.3.3.90.30 F: 104
06.02.123650005.2.015.3.3.90.30 F: 104

Atenciosamente,

Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Luciani Monteiro Cenci
Secretaria de Finanças

Assinado por 2 pessoas: MARCIO[illegible] JAZYNSKI e LUCIANI MONTEIRO CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FA-CD55-C847-6318 e informe o código 38FA-CD55-C847-6318

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7DFA-1FF5-17FE-59BB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RODRIGO JAZYNSKI (CPF 053.XXX.XXX-41) em 08/12/2022 09:58:33 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

LUCIANI MONTEIRO CENCI (CPF 820.XXX.XXX-04) em 08/12/2022 11:13:03 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/7DFA-1FF5-17FE-59BB

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 6- 6.768/2022

De: André M. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 08/12/2022 às 14:04:29

Setores envolvidos:

GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023 para o Município de Chopinzinho/PR.

De posse da documentação apresentada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que a mesma seja realizada via Modalidade de Pregão Eletrônico.

_

Atenciosamente,

André Felipe Moraes
Chefe de Gabinete

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Assinado por 1 pessoa: ANDRE FELIPE MORAES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/8EF3-2D45-0486-74ED e informe o código 8EF3-2D45-0486-74ED

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: EE50-7043-047B-4DD5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANDRÉ FELIPE MORAES (CPF 094.XXX.XXX-76) em 08/12/2022 14:05:37 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/EE50-7043-047B-4DD5

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 7- 6.768/2022

De: Edson C. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 08/12/2022 às 14:12:36

Setores envolvidos:

GAB, SMF, SMECE, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura no Memorando Eletrônico sob o nº **6.768/2022** e considerando a formação de preços estipulada pelas Secretarias Municipais, **autorizo o Processo Licitatório**, na Modalidade Pregão, forma Eletrônica, pelo sistema de contratação imediata, menor preço por lote, nos termos da legislação vigente.

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17, da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento convocatório de Licitação, encaminhando os autos à Procuradoria Municipal para emissão de parecer nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei n. 8.666/93.

_

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3A68-0025-F38C-E294 e informe o código 3A68-0025-F38C-E294

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 4A68-A029-F43C-F294

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 08/12/2022 14:13:03 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/4A68-A029-F43C-F294

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 8- 6.768/2022

De: Onerio F. - SMA-LC

Para: SMECE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Data: 13/12/2022 às 15:25:45

Encaminho para retificação do termo de referência.

–

Onerio Cambruzzi Filho
Divisão de Licitação e Contratos

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 9- 6.768/2022

De: Simone B. - SMECE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos - A/C Onerio F.

Data: 15/12/2022 às 13:31:41

Setores envolvidos:

GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Boa tarde Onério, segue em anexo Termo de Referência retificado.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Anexos:

TR_UNIFORME_ESCOLAR_2023.odt
TR_UNIFORME_ESCOLAR_2023.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALINO ZANOTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32E7-CD2E-6817-A0F8 e informe o código 32E7-CD2E-6817-A0F8

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para aquisição de Uniformes Escolares, para distribuição aos alunos regularmente matriculados na Pré-Escola e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2023, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme segue:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1770	Unid.	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS** **JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN :** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata **a)**Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola. **b)**Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout. **c)**Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m. **d)**Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV **e)**Deve conter bolsos embutidos nas laterais **f)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)** Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta	R$ 203,00	R$ 359.310,00

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO TTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/03E7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 03E7-CD2E-6847-A0F8

			definição, com medidas e cores conforme layout. **h)**Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **<u>CALÇA ESCOLAR</u>** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata. **a)**Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos. **b)**A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes quadro de medidas **c)**As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno. **d)**Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura. **e)**No gancho deverá conter pesponto 1 agulha **f)** Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)**Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **<u>CAMISETA</u>** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m; **a)** Gola redonda com ribana na cor vermelha. **b)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão		

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO TTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32E7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32E7-CD2E-6847-A0F8

			deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **c)** Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout. **d)** Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **d)** A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.		

OBS: *Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados. O valor total do lote ofertado pela contratada será subdividido de forma proporcional entre os itens constantes em cada lote, ou seja, por tamanhos, conforme estimativa de quantidades.*

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - O uso de uniforme na escola pública é elemento de integração e de promoção de inclusão e da igualdade social coloca as crianças em nível igualitário, acabando com as desigualdades causadas pelas diferenças sociais, assim como contribuirá financeiramente às famílias, pois muitos pais não têm condições em adquiri-los.

2.2 - O uniforme constitui uma forma de identificação dos alunos, estimulando a um ambiente escolar harmonioso e estável, garante status e segurança dentro e fora do ambiente escolar, favorecendo um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento psicossocial.

2.3 - As quantidades estimadas foram baseadas na demanda necessária para a distribuição dos uniformes para todos os alunos matriculados da Pré-Escola e do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de Ensino, sendo considerada a distribuição para um ano letivo, cujo levantamento foi realizado diretamente pela Secretaria Municipal de Educação junto as Escolas Municipais e registros do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), totalizando uma média de 1.171 alunos do fundamental e 499 alunos da pré-escola, considerando ainda uma margem para possíveis transferências advindas de outros municípios e de escolas particulares.

2.4 - Considerando que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço e dentro de uma possível e maior aproximação da padronização - fica plenamente justificado o agrupamento de itens específicos em grupo nesta licitação, já que são itens de uniforme escolar, que devem ter um padrão de cor, tecido, acabamentos, etc.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/

2.5 – Justificamos ainda que a licitação por preço global, mostra-se economicamente mais viável, levando em consideração os custos com logística, recebimento dos itens de forma separada, disposição de espaço físico e pessoal para montagem dos kits, espaço para armazenamento, perdas, entre outros.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

3.1. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar "prova de qualidade" nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95- NBR 13462/95.

3.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

3.3. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALANO ZARDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

3.4. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO, serão os seguintes, sendo que as amostras serão desclassificadas quando á preponente:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;

(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;

(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

3.5. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.

3.6. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.

3.7. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO GATTI ZANOTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

4.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

4.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentadas com etiqueta, aplicadas na peça com a identificação do fabricante, CNPJ, composição do tecido, numeração da peça e respectivas instruções de lavagem conforme determinado pela Norma NBR ISO nº 3758 e NBR 15.778. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

4.3 - Cada kit deverá ser embalado individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o seu respectivo tamanho;

4.4 - Os kits deverão estar acondicionados em caixas de papelão para o transporte e entrega;

4.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;

4.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

4.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;

4.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS, LOCAL, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - A solicitação do produto, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade e será formalizada através de Nota de Empenho.

5.2 - Os produtos deverão ser entregues no prazo não superior a 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.3 - Os uniformes deverão ser entregues livres de frete e descarga, separadamente em cada escola, com seus devidos quantitativos levantados no momento da avaliação das medidas tiradas nos alunos.

5.4 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela Contratante, sob pena de devolução dos produtos entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital.

5.5 - O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

5.5.1 - Recebimento provisório: Num prazo de 02 (dois) dias e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.

5.5.2 - Recebimento definitivo: Ocorrerá em, no máximo 10 (dez) dias após o recebimento

Assinado por 1 pessoa: MARCIO GATTI LANZARIN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

provisório, pela comissão de recebimento e fiscal do contrato e constará de:

5.5.2.1 - Verificação das conformidades com a quantidade requisitada, especificações aderentes aos termos contratuais e análise do item considerando os mesmos critérios da apresentação da amostra, considerando ainda o comparativo das amostras enviadas e aprovadas da contratante.

5.5.2.2 - O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.

5.5.3 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a contratada se obriga substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5.4 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).

5.5.5 - Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum material constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

5.5.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.7 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.6 - O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão do contrato, podendo ser prorrogado.

6. DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ARROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A contratada, em data a ser agendada pela Secretaria Municipal de Educação, deverá comparecer às escolas municipais no prazo máximo de 2 dias para efetuar as medidas dos uniformes individualmente em cada escola do município e de cada estudante, sem qualquer custo adicional.

Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

Os uniformes devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentados com etiquetas indicando o fabricante, o tamanho, composição e embalados de forma individual.

7.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos uniformes após a emissão da autorização de compras no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

7.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, do(s) material(is) que apresentarem defeito, após notificação por escrito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

7.4. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

7.5. Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade conforme Termo de Referência.

7.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência seus anexos.

8. DA GARANTIA LEGAL

8.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento específico emitido e assinado

Assinado por 1 pessoa: MARCIO GATTI LANZARIN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:

> ***Art. 26.*** *O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*
>
> ***II -*** *noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*
>
> ***§ 1º*** *Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.*

8.2. O procedimento adotado no presente feito será o pregão presencial, por valor global por lote, devendo ser realizada um contrato para futura aquisição dos uniformes.

8.3. Realizado o contrato, serão tiradas as medidas dos alunos para serem adquiridos os uniformes, uma vez que não há como se prever qual tamanho será utilizado por aluno, razão pela qual utiliza-se de estimativa, e posteriormente realizar-se-á a medição para a aquisição.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser aditado.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Mari Lucia Lazarotto, CPF 759.111.409-34, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

11.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo, que será a responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

11.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes**.**

11.4. Na sua ausência, a Fiscal substituta será a Servidora Simone Biava, CPF 058.356.339-20, RG 9.268.600-0, Agente Administrativo.

12. DO VALOR

12.1. Informa-se que a pesquisa de preços foi realizada pela servidora da Sra. Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo.

12.2. A contratação se dará pelo **Menor Valor Ofertado** sobre o menor dos valores encontrados entre as pesquisas de preços realizadas junto as empresas: PONTO COM BRINDES LTDA., CNPJ nº 18.036.328/0001-23; JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME, CNPJ 25.371.647/0001-50; PEZAROLI E VERONA LTDA., CNPJ nº 27.082.333/0001-63; coletados entre 25/11/2022 e 30/11/2022. Conforme valores especificados na tabela abaixo:

LOTE	OBJETO	PONTO COM BRINDES	PITTY SPORT'S	PEZAROLI E VERONA	MENOR VALOR
LOTE 1					
1	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS- 1770 UNIDADES**	359.310,00	394.710,00	492.060,00	359.310,00

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALINO ZANOTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do contrato – este contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei n° 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

VI - Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADO, fica o CONTRATANTE autorizado a reter até o limite dos prejuízos experimentados, os critérios a que aquela teria direito.

VII - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

VIII - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

IX - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

X - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO GIANLUIZ ARCOTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

XI - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

14.2. Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei n° 8.666/1993.

Chopinzinho, 06 de Dezembro de 2022.

_____

Mari Lucia Lazarotto
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN

1. **Jaqueta:** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster peluciada com 263 de gramatura verde mata

a)Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola.

b)Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout.

c)Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m.

d)Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV

e)Deve conter bolsos embutidos nas laterais

f) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.

h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da jaqueta**

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZANOTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06

Município de
CHOPINZINHO — 4 CM

16 CM

ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G

Município de
CHOPINZINHO — 5 CM

20 CM

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO TTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32E7-CB2E-6847-A0F8 e informe o código 32E7-CB2E-6847-A0F8

CALÇA ESCOLAR

1. **Calça:** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.

a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.

b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes tabela de medidas

c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.

e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha

f)Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da calça**



Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO TTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

CAMISETA MANGA CURTA

1. **Camiseta:** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m;

a) Gola redonda com ribana na cor vermelha.

b) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 7,0 altura x 5,5 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

c) Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout.

d) Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com cores conforme layout.

d) A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.

2. **Desenho ilustrativo da camiseta:**





ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALUNA ZARDO TTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32E7-CB2E-6847-A0F8 e informe o código 32E7-CB2E-6847-A0F8

TABELA DE MEDIDAS CALÇA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL	64	70	78	83	89	92	97	101	104	106
B – COXA	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35
C – GANCHO FRENTE	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31
D – GANCHO COSTAS	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36
E – ELÁSTICO	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35
F – ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14
G – ENTRE PERNAS	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77
H – ABERTURA DE PERNAS	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS CAMISETAS

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO DO CORPO	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74
B – LARGURA DO CORPO	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56
C – COMPRIMENTO DA MANGA	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25
D – ABERTURA DA CAVA	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26
E – ABERTURA DA MANGA	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20
F – COMPRIMENTO DO ANTEBRAÇO	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17
G – COMPRIMENTO DO OMBRO	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS JAQUETA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73
B – TÓRAX	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62
C – CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
D – ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E –COMPRIMENTO DA MANGA A PARTIR DA CAVA	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76
F – ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
G – ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALANI ZARDETTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/32D7-CD2E-6847-A0F8 e informe o código 32D7-CD2E-6847-A0F8

Brasão Chopinzinho



Assinado por 1 pessoa: MARCIO CATALANZARO TTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/03ED7-CB2E-6847-A0F8 e informe o código 03ED7-CB2E-6847-A0F8

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C2D7-EB2E-5531-A0F3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARI LÚCIA LAZAROTTO (CPF 759.XXX.XXX-34) em 15/12/2022 15:26:39 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/C2D7-EB2E-5531-A0F3

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 10- 6.768/2022

De: Onerio F. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 15/12/2022 às 15:18:28

Minutas para Parecer.

_

Onerio Cambruzzi Filho
Divisão de Licitação e Contratos

Anexos:

Aviso_PE_XXX_2022_AQUISICAO_DE_UNIFORMES_ESCOLARES.pdf
EDITAL_XXX_2022_PE_AQUISICAO_DE_UNIFORMES_ESCOLARES.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº XXX/2022. Forma: Eletrônica. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ Data da Licitação: Dia __ de _____ de 2022, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição De Uniformes Escolares, Para Distribuição Aos Alunos Regularmente Matriculados Na Pré-Escola E No Ensino Fundamental Da Rede Municipal De Ensino De Chopinzinho. Gênero: Material de Consumo. Valor máximo da licitação: R$ 359.310,00. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, ou no Site www.chopinzinho.pr.gov.br Informações pelo fone: (46) 3242-8614.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.br.gov.br

Telefone (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel

85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6.768/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 289/2022

PREGÃO

EDITAL Nº ___/2022

FORMA: ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° ___/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° 289/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: __/__/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas

LOCAL: Prefeitura do Município de Chopinzinho – Paraná

www.comprasnet.gov.br "Acesso Identificado"

LICITAÇÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO.

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, Estado do Paraná**,** inscrito no CNPJ sob n.º 46.995.414/0001-60, através da Secretaria de Administração, sediado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Bairro São Miguel, Chopinzinho, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, objetivando a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**, em conformidade com as condições das cláusulas adiante estabelecidas.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

__ de _____ de 2023 às 09h00min

UASG: 987503 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasnet.gov.br

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 387/2022, Lei Complementar Municipal nº. 083/2016 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666/1993.

O Pregoeiro será um dos servidores, designados pelo Decreto nº 15/2022, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição n.º 2931, de 20/01/2022.

1 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

1.1 - Os documentos referentes às **propostas comerciais**, **documentação de habilitação e anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados de forma concomitante, a partir da disponibilização do Edital no Sistema "COMPRASNET", até __ **de** _____ **de 2023 às 09h00min**, no site **www.comprasnet.gov.br**.

1.2 - A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá __ de _____ de 2023 às 09h00min, no site www.comprasnet.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.3 - É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 10.024/19, art. 30, § 5º).

2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste **PREGÃO** a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO.**

2.1.1 - Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo 1 deste Edital.

2.2 - Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.comprasnet.gov.br e www.chopinzinho.pr.gov.br.**

2.3 - As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3242-8614.

2.4 - As **questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado** serão prestadas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, telefone nº (46) 3242-8600.

2.5 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.6 - O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar todas as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal COMPRASNET.

3.3 - As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal COMPRASNET.

3.4 - Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

e) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.

f) **Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:**

f.1) **Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:**

a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;

b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;

c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;

d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

3.5 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5.1.1. - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.1.3 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.1.4 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

3.5.1.5 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.1.6 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.5.1.7 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.5.1.8 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.1.9 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5.1.10 - Na ausência das Declarações solicitadas no item 9.12, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que estas serão solicitadas como documento complementar pelo pregoeiro.

4 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme Art. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

4.1.1 - As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro por e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, Correio via SEDEX, ou protocolizados em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Divisão de Licitações e Contratos, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR.

4.1.2 - Quando enviados por e-mail, todos os documentos deverão ser digitalizados e conter a identificação da empresa, endereço completo, nome e assinatura do responsável legal da proponente e a solicitação de confirmação de recebimento.

4.1.3 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.5 - Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

4.2 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6 – DO ENVIO CONCOMITANTE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
7.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
7.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
7.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total.
7.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.12 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
7.13 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
7.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

7.15 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.16 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.17 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
7.18 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.19 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
7.20 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
7.21 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
7.22 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.23 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.24 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.25 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.26 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
7.27 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.28 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
7.29 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.30 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.31 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

7.32 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
7.33 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
7.34 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
7.35 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances , o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
7.35.1 - no pais;
7.35.2 - por empresas brasileiras;
7.35.3 - por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.35.4 - por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
7.36 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
7.37 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
7.38 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.39 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
7.40 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
8.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
8.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
8.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

8.5. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte. Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar "prova de qualidade" nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G. As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95-NBR 13462/95.

8.5.1. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

8.5.2. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

8.5.3. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO, serão os seguintes, sendo que as amostras serão desclassificadas quando á preponente:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;
(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;
(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.
8.5.4. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.
8.5.5. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.
8.5.6. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

8.6 ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO
8.6.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.
8.6.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentadas com etiqueta, aplicadas na peça com a identificação do fabricante, CNPJ, composição do tecido, numeração da peça e respectivas instruções de lavagem conforme determinado pela Norma NBR ISO nº 3758 e NBR 15.778. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.
8.6.3 - Cada kit deverá ser embalado individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o seu respectivo tamanho;
8.6.4 - Os kits deverão estar acondicionados em caixas de papelão para o transporte e entrega;
8.6.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;
8.6.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.
8.6.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;
8.6.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

8.7 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
8.8 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.
8.9 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
8.10 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e proce-

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

dência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.13 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.14 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.15 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.16 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.3 Comprovante de ausência de registro junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx;

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

9.6 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.8 Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

9.8.1 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

9.8.2 No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

9.8.4 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

9.9.1 Certidão negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

9.10 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

9.10.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

9.10.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta Relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.10.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;

9.10.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;

9.10.5 - Certificado de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

9.10.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.10.7 - Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regula-

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

rização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

9.10.7.1 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.10.8 Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.11 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.12 Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

9.12.1 Declaração de inexistência de fatos impeditivos de licitar ou contratar com a Administração Pública, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste Edital. **(ANEXO III).**

9.12.2 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02. **(ANEXO IV).**

9.12.3 Declaração de Não Parentesco - conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93. (conforme modelo em anexo). **(ANEXO VII)**.

9.12.4 Declaração de enquadramento como ME ou EPP (somente para as empresas que se enquadram em tal condição e interessadas em participar do Certame), de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 - **(ANEXO V).**

10 – DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA

10.1 - A proposta de preços classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de **02 (duas) horas,** contados a partir da convocação pelo Pregoeiro.

10.1.1 - A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.

10.2 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.3 - A proposta deverá **conter:**

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

10.3.1 - proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

10.3.2 - preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

10.3.3 - indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

10.3.4 - prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

10.3.5 - indicação/especificação do produto e marca**;**

10.3.6 - declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.

10.3.7 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.

10.3.8 - A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.

10.3.9 - A Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

10.3.11 - A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

10.4 - A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11 – DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NA LICITAÇÃO

11.1 Os documentos apresentados nesta licitação deverão obedecer ao disposto no parágrafo § 3° do Art. 4 do Decreto Municipal nº 387/2022:

> *§ 3° Fica reconhecido como estamento de referência o disposto na Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil) para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos, reconhecendo que os documentos em meio eletrônico produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do artigo 219 da Lei n° 10.406/2002 (Código Civil), sem prejuízo das demais disposições em normas específicas.*

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

11.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 – DA VERIFICAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:

12.1.1 estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

12.1.2 ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

12.1.3 ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil;

12.1.4 ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;

12.1.5 ter declarado no sítio Compras Governamentais a “Elaboração Independente de Proposta”;

12.1.6 não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame;

12.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13 – DOS RECURSOS

13.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro declarará aberto o prazo de recurso, que será de 20 (vinte) minutos, quando qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso. Manifestada a intenção, lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

13.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.

13.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, ou que não tiverem sido manifestados durante a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

13.6 Os recursos terão efeito suspensivo.

13.7 Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões de recurso, o processo ficará custodiado junto à Comissão Permanente de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

14.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

14.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.

15.2 O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias**, providenciando a entrega da via original na Divisão de Licitações e Contratos do Município, localizada no prédio da Prefeitura, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

15.3 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

15.4 Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

15.5 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16 - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - A solicitação do produto, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade e será formalizada através de Nota de Empenho.
16.2 - Os produtos deverão ser entregues no prazo não superior a 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
16.3 - Os uniformes deverão ser entregues livres de frete e descarga, separadamente em cada escola, com seus devidos quantitativos levantados no momento da avaliação das medidas tiradas nos alunos.
16.4 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela Contratante, sob pena de devolução dos produtos entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital.
16.5 - O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
16.5.1 - Recebimento provisório: Num prazo de 02 (dois) dias e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.
16.5.2 - Recebimento definitivo: Ocorrerá em, no máximo 10 (dez) dias após o recebimento provisório, pela comissão de recebimento e fiscal do contrato e constará de:
16.5.2.1 - Verificação das conformidades com a quantidade requisitada, especificações aderentes aos termos contratuais e análise do item considerando os mesmos critérios da apresentação da amostra, considerando ainda o comparativo das amostras enviadas e aprovadas da contratante.
16.5.2.2 - O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.
16.5.3 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a contratada se obriga substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
16.5.4 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).
16.5.5 - Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum material constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

16.5.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5.7 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16.6 - O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão do contrato, podendo ser prorrogado.

17 - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

17.1.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09.

17.2 - Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.

17.3 - Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

17.4 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

17.5 – A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

17.6 - Os preços contratados não serão objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.7 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa vencedora e a retribuição do Município de Chopinzinho para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 Fica estipulado o valor de R$ 359.310,00 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e dez reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

18.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: 06.02.123610005.2.014.3.3.90.30 F: 103 06.02.123610005.2.014.3.3.90.30 F: 104 06.02.123650005.2.015.3.3.90.30 F: 104

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. São obrigações da Contratante:
19.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
19.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
19.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
19.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
19.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. A contratada, em data a ser agendada pela Secretaria Municipal de Educação, deverá comparecer às escolas municipais no prazo máximo de 2 dias para efetuar as medidas dos uniformes individualmente em cada escola do município e de cada estudante, sem qualquer custo adicional.
Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição. Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência. Os uniformes devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentados com etiquetas indicando o fabricante, o tamanho, composição e embalados de forma individual.
20.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos uniformes após a emissão da autorização de compras no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.
20.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, do(s) material(is) que apresentarem defeito, após notificação por escrito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
20.4. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
20.5. Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade conforme Termo de Referência.
20.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência seus anexos.
20.7. DA GARANTIA LEGAL
20.7.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento especí-

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

fico emitido e assinado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:
Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:
II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
20.7.2. O procedimento adotado no presente feito será o pregão presencial, por valor global por lote, devendo ser realizada um contrato para futura aquisição dos uniformes.
20.7.3. Realizado o contrato, serão tiradas as medidas dos alunos para serem adquiridos os uniformes, uma vez que não há como se prever qual tamanho será utilizado por aluno, razão pela qual utiliza-se de estimativa, e posteriormente realizar-se-á a medição para a aquisição.

21 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

21.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Mari Lucia Lazarotto, CPF 759.111.409-34, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:
a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.
21.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo, que será a responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.
21.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
21.4. Na sua ausência, a Fiscal substituta será a Servidora Simone Biava, CPF 058.356.339-20, RG 9.268.600-0, Agente Administrativo.

22 - DA RESCISÃO

22.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
22.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
22.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;
22.1.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
22.2 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
22.3 Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
22.4 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

22.5 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.

22.6 Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

22.7 A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

22.7.1. A não entrega dos produtos contratados;

22.7.2. Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

22.7.3. Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

22.8. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:

22.8.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

22.8.2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

22.8.3. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

22.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

22.8.5. Decisão do Prefeito Municipal;

22.8.6. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

22.8.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital.

23 - DAS ALTERAÇÕES

23.1. O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.

23.2. Aplica-se ao presente Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

24 - DAS PENALIDADES

24.1. Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

24.2. O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

24.3. Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

24.4. Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

24.5. Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

24.6. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

24.7. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

24.7.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
24.7.2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
24.7.3. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
24.7.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
24.7.5. Decisão do Prefeito Municipal;
24.7.6. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
24.7.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

28 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

28.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
28.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
28.3. Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
28.4. Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

29 – DA PUBLICAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

29.1. A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

30 - DO FORO

30.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

31 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 O extrato resumido, o resultado e demais atos do presente certame será divulgado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.chopinzinho.pr.gov.br/**.
31.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao Município de Chopinzinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
31.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
31.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
31.5 Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.
31.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.
31.7 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
31.8 Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
31.9 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
31.10 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
31.11 Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
31.12 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
31.13 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento,

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

31.14 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

31.15 O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

31.16 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

31.17 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

31.18 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Chopinzinho.

31.19 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

31.20 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

31.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO VI	Modelo de Minuta do Contrato
ANEXO VII	Declaração de Não Parentesco.

Chopinzinho, __ de _____ de 2022.

Edson Luiz Cenci
PREFEITO

André Felipe Moraes
Presidente da CPL

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO – I

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para aquisição de Uniformes Escolares, para distribuição aos alunos regularmente matriculados na Pré-Escola e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Chopinzinho, para o ano letivo de 2023, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme segue:

LOTE	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1770	Unid.	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS** **JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN :** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 240 de gramatura verde mata **a)**Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola. **b)**Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout. **c)**Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m. **d)**Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV **e)**Deve conter bolsos embutidos nas laterais **f)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)** Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta	R$ 203,00	R$ 359.310,00

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

			definição, com medidas e cores conforme layout. **h)**Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **<u>CALÇA ESCOLAR</u>** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata. **a)**Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos. **b)**A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes quadro de medidas **c)**As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno. **d)**Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura. **e)**No gancho deverá conter pesponto 1 agulha **f)** Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **g)**Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos. **<u>CAMISETA</u>** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m; **a)** Gola redonda com ribana na cor vermelha. **b)** Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão		

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

			deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura. **c)** Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout. **d)** Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout. **d)** A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.		

OBS: *Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados. O valor total do lote ofertado pela contratada será subdividido de forma proporcional entre os itens constantes em cada lote, ou seja, por tamanhos, conforme estimativa de quantidades.*

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - O uso de uniforme na escola pública é elemento de integração e de promoção de inclusão e da igualdade social coloca as crianças em nível igualitário, acabando com as desigualdades causadas pelas diferenças sociais, assim como contribuirá financeiramente às famílias, pois muitos pais não têm condições em adquiri-los.

2.2 - O uniforme constitui uma forma de identificação dos alunos, estimulando a um ambiente escolar harmonioso e estável, garante status e segurança dentro e fora do ambiente escolar, favorecendo um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento psicossocial.

2.3 - As quantidades estimadas foram baseadas na demanda necessária para a distribuição dos uniformes para todos os alunos matriculados da Pré-Escola e do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de Ensino, sendo considerada a distribuição para um ano letivo, cujo levantamento foi realizado diretamente pela Secretaria Municipal de Educação junto as Escolas Municipais e registros do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), totalizando uma média de 1.171 alunos do fundamental e 499 alunos da pré-escola, considerando ainda uma margem para possíveis transferências advindas de outros municípios e de escolas particulares.

2.4 - Considerando que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço e dentro de uma possível e maior aproximação da padronização - fica plenamente justificado o agrupamento de itens específicos em grupo nesta licitação, já que são itens de uniforme escolar, que devem ter um padrão de cor, tecido, acabamentos, etc.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

2.5 – Justificamos ainda que a licitação por preço global, mostra-se economicamente mais viável, levando em consideração os custos com logística, recebimento dos itens de forma separada, disposição de espaço físico e pessoal para montagem dos kits, espaço para armazenamento, perdas, entre outros.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

3.1. O licitante detentor da melhor proposta será convocado para enviar amostra do produto para análise e teste, devendo apresentar uma amostra para cada numeração do item cotado (04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G), ou seja, uma peça de uniforme para cada numeração de todas as peças do kit (camisetas, calças e jaquetas), à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel - Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em Ata, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da Secretaria de Educação, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto – Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Levando em consideração a falta de conhecimento técnico no ramo têxtil de confecção de vestuário, verificou-se a necessidade de solicitar “prova de qualidade” nesta aquisição de uniformes. Portanto, a empresa vencedora deverá apresentar Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

As amostras deverão ser submetidas a ensaios laboratoriais expedidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e/ou Órgãos Credenciados, de acordo com as especificações técnicas constantes no edital, sendo o critério mínimo análise da determinação da gramatura dos tecidos NBR.10591/88, análise qualitativa do conteúdo fibroso NBR. 13538/95; análise quantitativa do conteúdo fibroso NBR. 11914/97; determinação do ligamento em tecido malha NBR. 13460/95- NBR 13462/95.

3.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise no prazo de 03 (três) dias úteis verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo, sendo emitido Laudo de Análise de Amostras.

3.3. Todas as amostras serão comparadas detalhadamente com as descrições exigidas no Edital e analisadas principalmente quanto a:

a) CAMISETAS

a.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a consistência, composição e gramatura da malha, o corte e a especificação da gola e galões, o tipo da costura, a linha utilizada na costura, a costura, etiqueta de identificação, as cores, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

b) CALÇAS

b.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

c) JAQUETA

c.1) Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisada a matéria-prima quanto à sua cor e consistência, gramatura da malha, o tipo de costura e se realmente é reforçada, a qualidade dos arremates de acabamento, a cor e o tecido dos frisos, etiqueta de identificação, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital e com a descrição técnica fornecida pelo licitante.

3.4. Os CRITÉRIOS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO, serão os seguintes, sendo que as amostras serão desclassificadas quando á preponente:

(a) Deixar de apresentar uma ou mais amostras exigidas;

(b) Apresentar uma ou mais amostras sem a etiqueta indicativas conforme exigido no Termo de Referência;

(c) Apresentar uma ou mais amostras cuja gramatura, composição, construção, densidade, título do fio, cores dos tecidos ou aviamentos sejam divergentes das especificações técnicas, considerando as tolerâncias para cada requisito;

(d) Apresentar uma ou mais amostras que apresentem defeitos de fabricação na peça ou nos tecidos, assim considerados rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, tonalidade do tecido e construção do tecido visivelmente diferentes do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos ou não conformidades aparentes nos uniformes ou em seus insumos;

(e) Ausência Laudo Técnico das peças confeccionadas, nos tamanhos: nº 04 ao G.

3.5. A amostra da peça de uniforme que estiver de acordo com o solicitado no edital será aprovada.

3.6. A amostra da peça de uniforme que não estiver de acordo com o solicitado no edital, ou que não for entregue no prazo, será desclassificada.

3.7. Após a desclassificação da proponente por reprovação, ou não entrega da amostra, será solicitada amostra do licitante remanescente, subsequente obedecendo à ordem de classificação no certame, até que se encontre aquela que atenda integralmente os requisitos e as exigências estabelecidas no edital.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

4.1 – As peças deverão ser fabricadas com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

4.2 - As peças deverão ser fabricadas de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentadas com etiqueta, aplicadas na peça com a identificação do fabricante, CNPJ, composição do tecido, numeração da peça e respectivas instruções de lavagem conforme determinado pela Norma NBR ISO nº 3758 e NBR 15.778. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas pela Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

4.3 - Cada kit deverá ser embalado individualmente em saco plástico, contento na parte externa da embalagem o seu respectivo tamanho;

4.4 - Os kits deverão estar acondicionados em caixas de papelão para o transporte e entrega;

4.5 - Todas as peças deverão estar isentas de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação;

4.6 - Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

4.7 - As quantidades relativas a cada tamanho serão enviadas à empresa vencedora do certame juntamente com a nota de empenho;

4.8 - As aquisições serão efetivadas no todo ou em partes pela Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com a necessidade.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS, LOCAL, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - A solicitação do produto, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade e será formalizada através de Nota de Empenho.

5.2 - Os produtos deverão ser entregues no prazo não superior a 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.3 - Os uniformes deverão ser entregues livres de frete e descarga, separadamente em cada escola, com seus devidos quantitativos levantados no momento da avaliação das medidas tiradas nos alunos.

5.4 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela Contratante, sob pena de devolução dos produtos entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital.

5.5 - O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

5.5.1 - Recebimento provisório: Num prazo de 02 (dois) dias e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.

5.5.2 - Recebimento definitivo: Ocorrerá em, no máximo 10 (dez) dias após o recebimento

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

provisório, pela comissão de recebimento e fiscal do contrato e constará de:

5.5.2.1 - Verificação das conformidades com a quantidade requisitada, especificações aderentes aos termos contratuais e análise do item considerando os mesmos critérios da apresentação da amostra, considerando ainda o comparativo das amostras enviadas e aprovadas da contratante.

5.5.2.2 - O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.

5.5.3 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a contratada se obriga substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5.4 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).

5.5.5 - Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum material constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

5.5.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.7 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.6 - O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão do contrato, podendo ser prorrogado.

6. DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A contratada, em data a ser agendada pela Secretaria Municipal de Educação, deverá comparecer às escolas municipais no prazo máximo de 2 dias para efetuar as medidas dos uniformes individualmente em cada escola do município e de cada estudante, sem qualquer custo adicional.

Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição.

Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência.

Os uniformes devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentados com etiquetas indicando o fabricante, o tamanho, composição e embalados de forma individual.

7.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos uniformes após a emissão da autorização de compras no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

7.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, do(s) material(is) que apresentarem defeito, após notificação por escrito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

7.4. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

7.5. Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade conforme Termo de Referência.

7.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência seus anexos.

8. DA GARANTIA LEGAL

8.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento específico emitido e assinado

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:

> ***Art. 26.*** *O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*
>
> ***II -*** *noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*
>
> ***§ 1º*** *Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.*

8.2. O procedimento adotado no presente feito será o pregão presencial, por valor global por lote, devendo ser realizada um contrato para futura aquisição dos uniformes.

8.3. Realizado o contrato, serão tiradas as medidas dos alunos para serem adquiridos os uniformes, uma vez que não há como se prever qual tamanho será utilizado por aluno, razão pela qual utiliza-se de estimativa, e posteriormente realizar-se-á a medição para a aquisição.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser aditado.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Mari Lucia Lazarotto, CPF 759.111.409-34, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:

a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.

11.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo, que será a responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.

11.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes**.**

11.4. Na sua ausência, a Fiscal substituta será a Servidora Simone Biava, CPF 058.356.339-20, RG 9.268.600-0, Agente Administrativo.

12. DO VALOR

12.1. Informa-se que a pesquisa de preços foi realizada pela servidora da Sra. Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo.

12.2. A contratação se dará pelo **Menor Valor Ofertado** sobre o menor dos valores encontrados entre as pesquisas de preços realizadas junto as empresas: PONTO COM BRINDES LTDA., CNPJ nº 18.036.328/0001-23; JEVERSON IVAN PAESE- PITTY SPORTS - ME, CNPJ 25.371.647/0001-50; PEZAROLI E VERONA LTDA., CNPJ nº 27.082.333/0001-63; coletados entre 25/11/2022 e 30/11/2022. Conforme valores especificados na tabela abaixo:

LOTE	OBJETO	PONTO COM BRINDES	PITTY SPORT'S	PEZAROLI E VERONA	MENOR VALOR
LOTE 1					
1	**KIT DE UNIFORME ESCOLAR UNISEX, CONTENDO: UMA CALÇA CHIMPA, UMA JAQUETA CHIMPA, DUAS CAMISETAS- 1770 UNIDADES**	359.310,00	394.710,00	492.060,00	359.310,00

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Os contratantes decidem aplicar aos contratos decorrentes desta Licitação, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/1993 e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita - quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção - impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula por cento) do último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 0,5% (zero virgula por cento) do valor total do contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do último faturamento mensal e

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato, por parte da Contratada, nos termos da Lei n. 8.666/1993;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento), calculada sobre último faturamento mensal e liquidado, ou na falta de faturamento e liquidação, de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços - será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do contrato – este contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei n° 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

VI - Na hipótese de a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADO, fica o CONTRATANTE autorizado a reter até o limite dos prejuízos experimentados, os critérios a que aquela teria direito.

VII - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento a inserção do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

VIII - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no subitem anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente, a critério deste.

IX - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

X - A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer razão do subitem anterior, implicará a apuração de perdas e danos e a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

XI - Os contratantes resolvem aplicar ao contrato gerado por esta licitação, no que tange à rescisão, os artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

14.2. Na aplicação das penalidades, observa-se as disposições constantes na Lei n° 8.666/1993.

Chopinzinho, 06 de Dezembro de 2022.

_____

Mari Lucia Lazarotto
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

JAQUETA ESCOLAR MANGA REGLAN

1. **Jaqueta:** Jaqueta confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster peluciada com 263 de gramatura verde mata

a)Fechamento frontal com zíper destacável em nylon, na mesma cor da jaqueta, da barra até o final da gola.

b)Ziper com engate rápido para puxador de metal, conforme layout.

c)Acabamento na barra e punhos com ribana de 6 cm de largura, 91% poliéster e 9% elastano, na mesma cor da jaqueta, gramatura de 410 g/m.

d)Na manga deve ter, do punho até a gola, um filete vermelho sobreposto de 10 mm em PV

e)Deve conter bolsos embutidos nas laterais

f) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g) Nas costas, na parte superior, deverá ser aplicado em silk de alta definição o brasão do munícipio em suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com medidas e cores conforme layout.

h)Devem estar limpas, integras, montadas corretamente, e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da jaqueta**

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06

Município de
CHOPINZINHO

4 CM

16 CM

ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G

Município de
CHOPINZINHO

5 CM

20 CM

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

CALÇA ESCOLAR

1. **Calça:** Calça confeccionada em tecido chimpa 100% poliéster com 250 de gramatura na cor verde mata.

a)Cintura com elástico 4cm embutido e cordão pra melhor ajuste com costura de 4 agulhas com espaçamentos de 0,9 mm de primeira pra segunda, da segunda pra terceira de 15 mm e da terceira pra quarta de 0,9 mm. A medida final do cos deve ser de 3,5cm externo com limpezas e acabamentos internos.

b)A calça deve conter 2 bolsos laterais conformes tabela de medidas

c)As barras devem conter bainha de 2,5cm com pesponto, 2 agulhas, em maquina de cobertura, com limpeza e acabamento interno.

d)Filete vermelho sobreposto em PV de 10 mm na lateral externa das pernas com pesponto duplo para maior garantia de reforço de costura feito em maquina de cobertura.

e)No gancho deverá conter pesponto 1 agulha

f)Aplicação do brasão do municipio, e suas respectivas cores, em silk de alta definição do lado esquerdo de quem veste, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 6,5 altura x 5,0 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

g)Devem estar limpas, integras montadas corretamente e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torsões ou pontos falhados, rompidos ou soltos.

2. **Desenho ilustrativo da calça**



Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

CAMISETA MANGA CURTA

1. **Camiseta:** Camiseta manga curta em malha poliviscose na cor branca, composição 65% poliéster, 35% viscose, anti-pillyng gramatura de 160 g/m;

a) Gola redonda com ribana na cor vermelha.

b) Na frente do lado esquerdo de quem veste deverá ser aplicado um silk em alta definição com o brasão do município e suas respectivas cores, ajustado conforme cada tamanho. No tamanho 4 e 6 o brasão deverá ter as medidas 7,0 altura x 5,5 largura e nos tamanhos 8 ao G deverá ter as medidas 7,5 altura x 6,0 largura.

c) Nas mangas deverá ter ribana de 2 cm na cor vermelha, conforme layout.

d) Na parte de trás superior da camiseta deverá conter silk de alta definição com o brasão do município nas cores originais, ajustado por tamanho e a escrita Município de Chopinzinho em silk de alta definição, com cores conforme layout.

d) A peça deverá ser costurada em máquina overlock em ponto cadeia seguindo o modelo apresentado pelo município. Tamanhos: 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, P, M e G.

2. **Desenho ilustrativo da camiseta:**





ESCRITA COSTAS – TAMANHO 04 E 06



ESCRITA COSTAS – TAMANHO 08 A G



Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

TABELA DE MEDIDAS CALÇA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL	64	70	78	83	89	92	97	101	104	106
B – COXA	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35
C – GANCHO FRENTE	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31
D – GANCHO COSTAS	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36
E – ELÁSTICO	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35
F – ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14
G – ENTRE PERNAS	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77
H – ABERTURA DE PERNAS	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS CAMISETAS

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO DO CORPO	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74
B – LARGURA DO CORPO	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56
C – COMPRIMENTO DA MANGA	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25
D – ABERTURA DA CAVA	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26
E – ABERTURA DA MANGA	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20
F – COMPRIMENTO DO ANTEBRAÇO	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17
G – COMPRIMENTO DO OMBRO	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

TABELA DE MEDIDAS JAQUETA ESCOLAR

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS									
TAMANHOS	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G
A – COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73
B – TÓRAX	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62
C – CAVA RETA	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
D – ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E –COMPRIMENTO DA MANGA A PARTIR DA CAVA	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76
F – ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
G – ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENOS, CONFORME ABNT NBR 12.071/02										

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Brasão Chopinzinho



Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao Município de Chopinzinho-PR, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ___/2022, conforme abaixo discriminado:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT. R$	TOTAL R$
VALOR TOTAL - R$					

Informar o item que pretende participar, a quantidade/unidade/descrição/marca/modelo.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo de pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

Prazo de entrega: A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

Informar o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.

Local e data

_____
(nome e assinatura do representante legal do licitante)
RG :
Cargo :

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

1Doc: Memorando 18- 2.986/2023 288/564

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

_____
Nome e assinatura do representante legal/procurador.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO - IV

MODELO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(papel timbrado da licitante)

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO - V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP
(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de: ---------- (indicar se é microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/CPF/RG)

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO – VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Edson Luiz Cenci, brasileiro, portador do RG nº 3.533.593-5/PR, inscrito no CPF nº 518.894.719-68, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: --------, inscrita no CNPJ sob o nº ------- , com sede na Rua: -------, Cidade de--------, Estado -------, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº ___/2022**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Unit. R$	Total – R$
			Total - R$		

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

2.1 - A solicitação do produto, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade e será formalizada através de Nota de Empenho.
2.2 - Os produtos deverão ser entregues no prazo não superior a 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
2.3 - Os uniformes deverão ser entregues livres de frete e descarga, separadamente em cada escola, com seus devidos quantitativos levantados no momento da avaliação das medidas tiradas nos alunos.
2.4 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela Contratante, sob pena de devolução dos produtos entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital.
2.5 - O recebimento do objeto da aquisição se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/1993, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
2.5.1 - Recebimento provisório: Num prazo de 02 (dois) dias e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.
2.5.2 - Recebimento definitivo: Ocorrerá em, no máximo 10 (dez) dias após o recebimento provisório, pela comissão de recebimento e fiscal do contrato e constará de:

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

2.5.2.1 - Verificação das conformidades com a quantidade requisitada, especificações aderentes aos termos contratuais e análise do item considerando os mesmos critérios da apresentação da amostra, considerando ainda o comparativo das amostras enviadas e aprovadas da contratante.
2.5.2.2 - O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.
2.5.3 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a contratada se obriga substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
2.5.4 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).
2.5.5 - Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum material constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do "fechamento do empenho" com a entrega de todos os itens conforme solicitado.
2.5.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
2.5.7 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
2.6 - O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão do contrato, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
3.1 - O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a data efetiva do recebimento dos materiais e aceite da Secretaria solicitante, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.
3.1.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09.
3.2 - Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.
3.3 - Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.
3.4 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
3.5 – A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

3.6 - Os preços contratados não serão objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
3.7 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa vencedora (detentora da ata) e a retribuição do Município de Chopinzinho para justa remuneração do fornecimento de cada produto, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 Fica estipulado o valor de R$ 359.310,00 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e dez reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
4.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: 06.02.123610005.2.014.3.3.90.30 F: 103 06.02.123610005.2.014.3.3.90.30 F: 104 06.02.123650005.2.015.3.3.90.30 F: 104

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. São obrigações da Contratante:
5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. A contratada, em data a ser agendada pela Secretaria Municipal de Educação, deverá comparecer às escolas municipais no prazo máximo de 2 dias para efetuar as medidas dos uniformes individualmente em cada escola do município e de cada estudante, sem qualquer custo adicional.
Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões em silk digital em DTF de alta definição. Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas no termo de referência. Os uniformes devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes e NBRs, sendo apresentados com etiquetas indicando o fabricante, o tamanho, composição e embalados de forma individual.
6.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos uniformes após a emissão da autorização de compras no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.
6.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, do(s) material(is) que apresentarem defeito, após notificação por escrito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
6.4. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

6.5. Zelar pela padronização e qualidade do trabalho fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade conforme Termo de Referência.
6.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência seus anexos.
6.7. DA GARANTIA LEGAL
6.7.1. Prazo de garantia de todos os itens que compõem o presente termo de, no mínimo, 90 (noventa) dias de garantia legal, não estando inclusa a garantia contratual em respectivo prazo por considerar-se desnecessária, ou outro maior declarado na proposta, a contar do recebimento definitivo do objeto, contra quaisquer possíveis vícios nos produtos, através de documento específico emitido e assinado pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte, conforme dispõe o artigo 26, II e §1° do Código de Defesa do Consumidor:
Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:
II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
6.7.2. O procedimento adotado no presente feito será o pregão presencial, por valor global por lote, devendo ser realizada um contrato para futura aquisição dos uniformes.
6.7.3. Realizado o contrato, serão tiradas as medidas dos alunos para serem adquiridos os uniformes, uma vez que não há como se prever qual tamanho será utilizado por aluno, razão pela qual utiliza-se de estimativa, e posteriormente realizar-se-á a medição para a aquisição.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
7.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Senhora Mari Lucia Lazarotto, CPF 759.111.409-34, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato e ainda:
a) propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
c) manter controles adequados e efetivos do Contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
d) propor medidas que melhorem a execução do Contrato.
7.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo da Servidora Fabiane Riedi Rossi, CPF 039.056.669-10 RG 7.562.764-5, Agente Administrativo, que será a responsável pelo recebimento dos produtos e a comprovação de atendimento ao Termo de Referência, quando poderá suspender a execução desde que os serviços não estejam compatíveis com a proposta apresentada e o Termo de Referência.
7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência desta, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
7.4. Na sua ausência, a Fiscal substituta será a Servidora Simone Biava, CPF 058.356.339-20, RG 9.268.600-0, Agente Administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:
8.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
8.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

8.1.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
8.2 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
8.3 Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
8.4 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
8.5 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
8.6 Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
8.7 A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
8.7.1. A não entrega dos produtos contratados;
8.7.2. Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.7.3. Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
8.8. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
8.8.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
8.8.2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
8.8.3. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
8.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
8.8.5. Decisão do Prefeito Municipal;
8.8.6. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
8.8.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES:

9.1. O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte.
9.2. Aplica-se ao presente Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES:

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

10.1. Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

10.2. O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

10.3. Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

10.4. Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

10.5. Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

10.6. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
10.7. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
10.7.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.3. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
10.7.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
10.7.5. Decisão do Prefeito Municipal;
10.7.6. Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
10.7.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:

11.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
11.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
11.3. Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
11.4. Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

12.1. A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho, ___ de _____ de 2022.

Edson Luiz Cenci
PREFEITO
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

Gestor
Fiscal
Fiscal Substituto

TESTEMUNHAS:

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO **GLOBAL POR ITEM**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO**

ANEXO – VII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua ....., nº ....., no Município ....., Estado ....., neste ato representada pelo Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº ..... e inscrito(a) no CPF sob nº ....., **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.
Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).
DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº___, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

Assinatura de Representante Legal

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padrasto/Madrasta	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padrasto/Madrasta	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 11- 6.768/2022

De: Maria S. - PGM

Para: PGM-LIC - LICITAÇÕES - A/C Marcio S.

Data: 16/12/2022 às 08:56:29

Setores envolvidos:

GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Faço esses autos conclusos ao Procurador Municipal Marcio Stringari - PGM-LIC, do que lavro o presente termo.

–

Maria Antonia Schizzi

Auxiliar Administrativa

Decreto 433/2018

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: BD26-1585-8180-FBA0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 16/12/2022 08:56:37 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/BD26-1585-8180-FBA0

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 12- 6.768/2022

De: Marcio S. - PGM-LIC

Para: SMECE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Data: 16/12/2022 às 14:40:27

Setores (CC):

SMECE, SMA-LC

Setores envolvidos:

GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC

Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de uniformes escolares para o ano letivo de 2023

Segue anexo parecer jurídico referente ao Memorando nº 6.768/2022, processo Licitatório nº 289/2022, e Prejulgado nº 22 do TCE/PR.

Atenciosamente,

_

Marcio Stringari
Procurador Municipal

Anexos:

Parecer_175_2022_ME_6_768_2022_P_L_289_2022_Pregao_Eletronico_aquisicao_de_uniformes_escolares_para_o_ano_letivo_de_20
prejulgado_22_TCE_PR.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6.768/2022.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 289/2022.

PARECER JURÍDICO Nº 175/2022/PGM/MS

1. DO RELATÓRIO

Cuida-se de análise de legalidade do **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6.768/2022**, no qual a **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, através da Divisão de Licitações e Contratos, pretende realizar **pregão eletrônico** para **aquisição de uniformes escolares para os alunos do ensino infantil e fundamental, para o ano letivo de 2023, ao preço máximo de R$ 359.310,00 (trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dez reais).**

Os autos foram regularmente formalizados em processo eletrônico (1Doc)[1], e encontram-se instruídos com os seguintes documentos a saber: solicitação, justificativa e termo de referência elaborado pela Secretaria Municipal interessada; pesquisa de preços praticados no mercado; indicação de disponibilidade orçamentária e financeira; autorização do Prefeito Municipal; manifestação do Presidente da Comissão Permanente de Licitações; decretos de nomeação do pregoeiro e membros da Comissão Permanente de Licitações; minutas do edital e contrato.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "*(...) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade*". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "*(...) as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*".

Porém, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*".

[1] Processo eletrônico autorizado mediante o Decreto Municipal nº 291/2019 e Decreto Municipal nº 489/2020.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9[illegible] e informe o código 9[illegible]

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise a regularidade das planilhas de quantitativos, **valores, cálculos e especificação técnica do objeto**, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2. Da Obrigatoriedade da Contratação Via Licitação e Suas Exceções

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI, da CRFB/1988[2]) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3. Da Análise do Caso Concreto

A **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, através da Divisão de Licitações e Contratos, pretende realizar **pregão eletrônico** para **aquisição de uniformes escolares para os alunos do ensino infantil e fundamental, para o ano letivo de 2023, ao preço máximo de R$ 359.310,00 (trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dez reais).**

2.3.1. Da Modalidade

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações manifestou-se favorável à contratação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

De fato, o Pregão é a modalidade de licitação mais adequada para o caso, quer pela possibilidade de flexibilização das propostas de preços e, com ela, o potencial aumento da probabilidade da Administração obter uma proposta econômica mais vantajosa, quer porque o objeto que almeja adquirir se enquadra no conceito de "serviços comuns", previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002[3].

---

[2] "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

[3] "Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9B0B-CE5F-E347-6D78 e informe o código 9B0B-CE5F-E347-6D78

O conceito de "bens e serviços comuns" inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e, ainda, aqueles que podem ser descritos objetivamente. Afora isso, a doutrina, a jurisprudência e as Cortes de Contas têm admitido a adoção do pregão em licitações cujos objetos extrapolam o conceito legal.

A complementar o raciocínio, o Tribunal de Contas da União decidiu em plenário que a modalidade licitatória Pregão somente não será utilizada *"para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, assim considerados aqueles que podem apresentar diferentes metodologias, tecnologias e níveis de desempenho e qualidade, sendo necessário avaliar as vantagens e desvantagens de cada solução"*. (Acórdão 1667/2017-Plenário).

Para que não haja dúvida acerca da viabilidade do Pregão, à guisa de exemplos, temos a Súmula 257/2010 do TCU que assim estabelece: O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

Ainda, vejamos o entendimento exarado pelo TCU através do Acórdão 2.749/2010 - Plenário:

> Pregão para serviços de coleta seletiva conteinerizada, reciclagem, compostagem, transbordo, transporte e destinação final de resíduos. Representação oferecida ao TCU apontou possíveis irregularidades na Concorrência Pública n.º 06/2010, promovida pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), tendo como objeto a prestação de serviços de coleta seletiva conteinerizada, reciclagem, compostagem, transbordo, transporte e destinação final de resíduos provenientes das áreas de operação e comercialização de produtos situados dentro do Entreposto Terminal de São Paulo. Instada a se manifestar quanto à não adoção da modalidade pregão, a Ceagesp argumentou que os serviços não seriam de natureza comum, envolvendo o objeto licitado a execução de obras, a produção de adubos e a coleta seletiva de milhares de toneladas de lixo, os quais demandariam expertise por parte da empresa contratada e de seus profissionais. Acrescentou, ainda, que a responsabilidade técnica pela execução dos serviços – incluindo a responsabilidade sanitária, ambiental, ecológica e civil – é de fundamental importância, cuja negligência traria o risco de comprometer os avanços ambientais, ecológicos e sanitários que a companhia teria alcançado nos últimos anos. Por essas razões, a Ceagesp considerou inadequada

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9B0B-CE5F-E874-6078 e informe o código 9B0B-CE5F-E874-6078

> a modalidade pregão para a contratação dos serviços pretendidos. Para o relator, os argumentos oferecidos não eram suficientes para descaracterizar o fato de que o objeto do certame "trata-se de serviço de natureza comum, a ser licitado mediante pregão, de acordo com a jurisprudência desta Corte". Bastaria mencionar que, como o critério de classificação era o menor preço, o simples fato de a modalidade ser concorrência "não garante que será selecionada empresa capaz de executar o serviço. Necessário sim que os critérios de habilitação sejam bem delineados, independentemente da modalidade de licitação empregada". Acolhendo o voto do relator, deliberou o Plenário no sentido de determinar à Ceagesp a anulação da Concorrência Pública n.º 06/2010 (TCU. Acórdão n.º 2.749/2010-Plenário, TC-017.914/2010-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 13.10.2010).

Cumpre, a seguir, analisar se nos autos estão presentes os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei nº 10.520/2002[4] e Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

2.3.2. DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a preparação da minuta e o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer.

2.3.3. DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pelo gestor da Secretaria Municipal interessada contempla motivos legítimos e expõe os benefícios resultantes da contratação.

2.3.4. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

[4] "Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e, IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor."

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9B0B-CE5F-E347-6078 e informe o código 9B0B-CE5F-E347-6078

As especificações dos serviços que a Administração pretende contratar são claros, objetivos e vinculados às necessidades apontadas, não indicam direcionamento e estão materializadas nos autos através do Termo de Referência.

2.3.5. DAS MINUTAS DO EDITAL E ANEXOS

As minutas do edital e dos anexos elaborados pela Divisão de Licitações e Contratos atendem as exigências dos artigos 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos c/c o art. 4º, inc. I, da Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Trazem seus elementos essenciais: sujeitos, objetos, prazo de validade do contrato, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de execução, penalidades e rescisão.

Da minuta do edital ainda se destaca a previsão expressa e objetiva dos seguintes itens:

a) critério de julgamento;

b) impedidos de licitar;

c) habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista;

d) vigência;

e) dotação orçamentária;

f) gestão e fiscalização do contrato.

2.3.6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A Secretaria Municipal interessada anexou aos autos orçamentos para aferição dos preços praticados no mercado, em relação aos produtos a serem adquiridos.

Reitera-se que, de acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.*".

Logo, não se incluem no âmbito desta análise jurídica a regularidade das planilhas de quantitativos, **valores**, **cálculos e especificação técnica do objeto**, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.3.7. DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9306-CE5F-E347-6078 e informe o código 9306-CE5F-E347-6078

De acordo com os artigos 3º[5] e 48, inc. I,[6] da LC nº 123/2006, alterada pelas LC nº 147/2014 e 155/2015, em vista do valor da licitação e o valor do lote único, a restrição da participação às micro e pequenas empresas **não se aplica**, uma vez que o critério de julgamento é o menor preço por item, que excede o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.3.8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria Municipal de Finanças emitiu parecer favorável, assegurando a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações.

2.3.9. DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Constam nos autos os respectivos decretos municipais, que comprovam a designação da Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiros e Equipe de Apoio.

2.3.10. DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, como de praxe, anexando-as aos autos.

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município **não** vê óbice no prosseguimento do **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6.768/2022**, no qual a **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, através da Divisão de Licitações e Contratos, pretende realizar **pregão eletrônico** para **aquisição de uniformes escolares para os alunos do ensino infantil e fundamental, para o ano letivo de 2023, ao preço máximo de R$ 359.310,00 (trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dez reais), desde que atendidas as seguintes recomendações:**

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Recomendação 1: retificar o termo de referência, de acordo com as adequações a serem veiculadas pela Divisão de Licitações e Contratos, no que se refere ao procedimento para a apre-

[5] "Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)."

[6] "Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9B0B-CE5F-E347-6078 e informe o código 9B0B-CE5F-E347-6078
1Doc: Memorando 18- 2.986/2023 306/564

sentação de amostras pelos licitantes, observando as recomendações do Prejulgado 22 do TCE PR, em anexo a este parecer.

Recomendação 2: adequar o texto do item 8.2 do termo de referência, posto que não se trata de pregão presencial.

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: sempre que receberem termos de referência para a confecção das minutas do instrumento convocatório, devem observar, no que tange á apresentação de amostras por parte dos licitantes, as disposições do Prejulgado 22 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; não foi observado nas minutas em análise, a previsão de contraditório, o que deve ser saneado.

Recomendação 2: adequar o prazo de entrega descrito no Anexo II do Edital ao prazo de entrega estabelecido no termo de referência.

Recomendação 3: providenciar as publicações, como de praxe, anexando-as ao processo licitatório.

Recomendação 4: adequar as minutas do edital e anexos ao termo de referência a ser reformulado pela secretaria interessada.

Em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade que norteiam os procedimentos administrativos, competem à Divisão de Licitações e Contratos e Secretaria Municipal interessada na contratação em comento, a observância, adequações cabíveis e o cumprimento das recomendações contidas no parecer jurídico, sendo desnecessário o retorno do processo à Procuradoria Geral do Município, salvo requerimento fundamentado contendo nova questão jurídica a ser resolvida.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria Geral do Município os elementos técnicos pertinentes à execução dos serviços e da contratação, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

Chopinzinho, PR, datado e assinado eletronicamente.

Márcio Stringari

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

Procurador Municipal
OAB/PR 82.108

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREJULGADO Nº 22

A apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas somente do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. O instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise. A apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas. O instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características. Na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo. A Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Órgão Colegiado de Origem: Tribunal Pleno.

Assunto: momento adequado para a apresentação de amostras em licitações.

Autuação do Prejulgado: Protocolo nº 409502/13.

Relator: Conselheiro Fábio de Souza Camargo.

Protocolo: 951430/15.

Decisão: Acórdão nº 4243/16 - Tribunal Pleno.

Sessão: Sessão de 25/08/2016.

Publicação: DETC nº 1435 de 01/09/2016.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREJULGADO Nº 22

PROCESSO N.º : 951430/15
ASSUNTO : PREJULGADO
ENTIDADE : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR : CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

ACÓRDÃO N.º 4243/16 - Tribunal Pleno

Prejulgado. Licitação. Exigência de amostra. A apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas.

I. RELATÓRIO

A instauração do presente Prejulgado, suscitada pelo Corregedor-Geral, o Excelentíssimo Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, nos autos de Representação n.º 40.950-2/13, foi aprovada na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno n.º 43, realizada em 12 de novembro de 2015, com o objetivo de firmar o entendimento deste Tribunal, com força normativa, quanto à possibilidade de constar de edital de licitação lançado pela Administração a exigência de apresentação de amostra prévia do bem a ser adquirido de todos os licitantes ou somente do vencedor do certame.

A Coordenadoria de Fiscalização Municipal manifestou-se no seguinte sentido:

> **1)** As amostras só podem ser exigidas quando indispensável à garantia de prestação das obrigações. **2)** As características exigidas da amostra devem ser objetivas, limitando-se àquilo que é essencial à Administração Pública, garantindo, por exemplo, a durabilidade, usabilidade e qualidade do suprimento. **3)** As amostras devem ser exigidas somente do vencedor do certame após a classificação das propostas, e em momento anterior à adjudicação e contratação, fixando-se prazo razoável para sua apresentação, ou seja prazo que permita a devida elaboração – quando eventualmente fora dos padrões usuais – e entrega desses objetos. **4)** Na situação de o proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar ser desclassificado, o segundo deve ser chamado a apresentar amostra e, caso satisfaça as necessidades da Administração, poderá ser contratado pelo preço por ele ofertado, sem prejuízo da possibilidade de que a Administração tente negociar os valores. **5)** Para garantir a devida publicidade e isonomia da licitação, a Administração deve fixar previamente data e horário que irá analisar as amostras, permitindo que os concorrentes, se assim desejarem, presenciem os testes e impugnem as decisões.

A Coordenadoria de Fiscalização Estadual apresentou as seguintes conclusões:

> **1)** A exigência de amostras só pode ocorrer nas contratações públicas quando

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

> expressamente prevista em edital e quando justificada a sua apresentação, considerando as necessidades e as demandas específicas a serem atendidas. **2)** As características exigidas da amostra devem ser objetivas, limitando- se àquilo que é essencial à Administração Pública, à durabilidade, à usabilidade e à qualidade do suprimento. **3)** A apresentação de amostra pode ser exigida apenas do licitante que se encontra provisoriamente em primeiro lugar. **4)** A exigência das amostras deve ocorrer após a classificação das propostas e antes da adjudicação e contratação, fixando-se prazo razoável para sua apresentação. **5)** A análise das amostras apresentadas deve ser transparência e com a possibilidade de acompanhamento pelo licitante, sendo-lhe facultado acesso irrestrito ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação, que deverá apontar de modo completo as falhas identificadas na amostra, assegurado o direito de interposição de recurso. **6)** Caso o proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar seja desclassificado em razão da não conformidade , o segundo deve ser chamado a apresentar amostra e, caso satisfaça as necessidades da Administração, poderá ser contratado por preço diferente do proposto pelo primeiro colocado, respeitada a razoabilidade e circunstancialidade justificada das propostas, que deve ser observada conforme o caso concreto, sem prejuízo da possibilidade de negociação de valores.

O Ministério Público de Contas aduziu que a exigência de amostra deve seguir os dispositivos legais relacionados à delimitação do objeto e padrões mínimos de desempenho e qualidade previstos em instrumento convocatório.

Citando o artigo 10, parágrafo 6º da Lei Estadual n.º 15.608/2007[1], inferiu cingir-se a exigência ao primeiro classificado, posteriormente ao momento competitivo em si, tendo em vista a existência de preceitos legais que impedem a previsão de critérios que possam restringir a participação de concorrentes.

Por fim, endossou as conclusões expostas na manifestação da Coordenadoria de Fiscalização Estadual em face da maior abrangência da instrução por ela apresentada.

É o Relato.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Estadual n.º 15.608/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, em seu art. 10, § 6º, expressamente prevê que "A Administração pode exigir do licitante vencedor amostra do objeto pretendido", a demonstrar que, ao menos no âmbito da Administração dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a questão suscitada já possui expressa previsão legal.

Entretanto, nada obsta que a Administração Municipal, de igual forma, formule tal exigência em seus procedimentos licitatórios, ainda que à falta de norma local

[1] Art. 10. As compras, sempre que possível, devem:
(...)
§ 6º. A Administração pode exigir do licitante vencedor amostra do objeto pretendido.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

específica.

Isto porque tal decisão estaria amparada no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, segundo o qual a licitação se destina a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e, a *contrario sensu,* no art. 7º, § 5º, também da Lei de Licitações, que veda a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável.

A Administração Pública deve abster-se de formular especificações que, por excessivas ou desnecessárias, limitem ou frustrem o caráter competitivo da licitação, conforme dispõe o art. 49, II da Lei Estadual de Licitações[2], sendo licitas apenas aquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações e tecnicamente justificáveis.

Cabe aqui enfatizar que, em consonância com os princípios da vinculação ao edital e da publicidade, o instrumento convocatório deve conter, de forma detalhada, porém objetiva, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios técnicos e os métodos que serão empregados na análise da amostra.

Com fundamento nos princípios da publicidade e da isonomia, a Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando-se aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Em consonância com a legislação estadual, a fase apropriada para a apresentação das amostras é a do julgamento das propostas, na medida em que os requisitos para habilitação estão delimitados em lei e não permitem ampliação, na dicção do art. 37, XXI da Constituição Federal[3].

---

[2] **Art. 49.** Na fase interna ou preparatória do pregão, o servidor responsável pela formalização do processo licitatório deverá adotar, sem prejuízo de outras, as seguintes providências:
(...)
II – definir o objeto a ser contratado, de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do contrato;

[3] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências**

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.
Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

III. VOTO

Diante do exposto, **VOTO** pela aprovação do Prejulgado nos seguintes termos:

i. a apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas somente do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar;

ii. o instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise;

iii. a apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas;

iv. o instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características;

v. na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo;

vi. a Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

VISTOS, relatados e discutidos, ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em aprovar o Prejulgado nos seguintes termos:

i. a apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas somente do licitante classificado

de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifei)

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

provisoriamente em primeiro lugar;

ii. o instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise;

iii. a apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas;

iv. o instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características;

v. na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo;

vi. a Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2016 - Sessão n.º 30.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9C0B-FE3F-E876-6078

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCIO STRINGARI (CPF 248.XXX.XXX-23) em 16/12/2022 14:41:20 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9C0B-FE3F-E876-6078

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREJULGADO Nº 22

A apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas somente do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. O instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise. A apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas. O instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características. Na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo. A Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Órgão Colegiado de Origem: Tribunal Pleno.

Assunto: momento adequado para a apresentação de amostras em licitações.

Autuação do Prejulgado: Protocolo nº 409502/13.

Relator: Conselheiro Fábio de Souza Camargo.

Protocolo: 951430/15.

Decisão: Acórdão nº 4243/16 - Tribunal Pleno.

Sessão: Sessão de 25/08/2016.

Publicação: DETC nº 1435 de 01/09/2016.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREJULGADO Nº 22

PROCESSO N.º : 951430/15
ASSUNTO : PREJULGADO
ENTIDADE : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR : CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

ACÓRDÃO N.º 4243/16 - Tribunal Pleno

Prejulgado. Licitação. Exigência de amostra. A apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas.

I. RELATÓRIO

A instauração do presente Prejulgado, suscitada pelo Corregedor-Geral, o Excelentíssimo Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, nos autos de Representação n.º 40.950-2/13, foi aprovada na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno n.º 43, realizada em 12 de novembro de 2015, com o objetivo de firmar o entendimento deste Tribunal, com força normativa, quanto à possibilidade de constar de edital de licitação lançado pela Administração a exigência de apresentação de amostra prévia do bem a ser adquirido de todos os licitantes ou somente do vencedor do certame.

A Coordenadoria de Fiscalização Municipal manifestou-se no seguinte sentido:

> **1)** As amostras só podem ser exigidas quando indispensável à garantia de prestação das obrigações. **2)** As características exigidas da amostra devem ser objetivas, limitando-se àquilo que é essencial à Administração Pública, garantindo, por exemplo, a durabilidade, usabilidade e qualidade do suprimento. **3)** As amostras devem ser exigidas somente do vencedor do certame após a classificação das propostas, e em momento anterior à adjudicação e contratação, fixando-se prazo razoável para sua apresentação, ou seja prazo que permita a devida elaboração – quando eventualmente fora dos padrões usuais – e entrega desses objetos. **4)** Na situação de o proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar ser desclassificado, o segundo deve ser chamado a apresentar amostra e, caso satisfaça as necessidades da Administração, poderá ser contratado pelo preço por ele ofertado, sem prejuízo da possibilidade de que a Administração tente negociar os valores. **5)** Para garantir a devida publicidade e isonomia da licitação, a Administração deve fixar previamente data e horário que irá analisar as amostras, permitindo que os concorrentes, se assim desejarem, presenciem os testes e impugnem as decisões.

A Coordenadoria de Fiscalização Estadual apresentou as seguintes conclusões:

> **1)** A exigência de amostras só pode ocorrer nas contratações públicas quando

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

expressamente prevista em edital e quando justificada a sua apresentação, considerando as necessidades e as demandas específicas a serem atendidas. **2)** As características exigidas da amostra devem ser objetivas, limitando- se àquilo que é essencial à Administração Pública, à durabilidade, à usabilidade e à qualidade do suprimento. **3)** A apresentação de amostra pode ser exigida apenas do licitante que se encontra provisoriamente em primeiro lugar. **4)** A exigência das amostras deve ocorrer após a classificação das propostas e antes da adjudicação e contratação, fixando-se prazo razoável para sua apresentação. **5)** A análise das amostras apresentadas deve ser transparência e com a possibilidade de acompanhamento pelo licitante, sendo-lhe facultado acesso irrestrito ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação, que deverá apontar de modo completo as falhas identificadas na amostra, assegurado o direito de interposição de recurso. **6)** Caso o proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar seja desclassificado em razão da não conformidade , o segundo deve ser chamado a apresentar amostra e, caso satisfaça as necessidades da Administração, poderá ser contratado por preço diferente do proposto pelo primeiro colocado, respeitada a razoabilidade e circunstancialidade justificada das propostas, que deve ser observada conforme o caso concreto, sem prejuízo da possibilidade de negociação de valores.

O Ministério Público de Contas aduziu que a exigência de amostra deve seguir os dispositivos legais relacionados à delimitação do objeto e padrões mínimos de desempenho e qualidade previstos em instrumento convocatório.

Citando o artigo 10, parágrafo 6º da Lei Estadual n.º 15.608/2007[1], inferiu cingir-se a exigência ao primeiro classificado, posteriormente ao momento competitivo em si, tendo em vista a existência de preceitos legais que impedem a previsão de critérios que possam restringir a participação de concorrentes.

Por fim, endossou as conclusões expostas na manifestação da Coordenadoria de Fiscalização Estadual em face da maior abrangência da instrução por ela apresentada.

É o Relato.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Estadual n.º 15.608/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, em seu art. 10, § 6º, expressamente prevê que "A Administração pode exigir do licitante vencedor amostra do objeto pretendido", a demonstrar que, ao menos no âmbito da Administração dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a questão suscitada já possui expressa previsão legal.

Entretanto, nada obsta que a Administração Municipal, de igual forma, formule tal exigência em seus procedimentos licitatórios, ainda que à falta de norma local

[1] Art. 10. As compras, sempre que possível, devem:
(...)
§ 6º. A Administração pode exigir do licitante vencedor amostra do objeto pretendido.

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

específica.

Isto porque tal decisão estaria amparada no art. 3º da Lei n.º 8.666/93, segundo o qual a licitação se destina a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e, a *contrario sensu,* no art. 7º, § 5º, também da Lei de Licitações, que veda a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável.

A Administração Pública deve abster-se de formular especificações que, por excessivas ou desnecessárias, limitem ou frustrem o caráter competitivo da licitação, conforme dispõe o art. 49, II da Lei Estadual de Licitações[2], sendo licitas apenas aquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações e tecnicamente justificáveis.

Cabe aqui enfatizar que, em consonância com os princípios da vinculação ao edital e da publicidade, o instrumento convocatório deve conter, de forma detalhada, porém objetiva, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios técnicos e os métodos que serão empregados na análise da amostra.

Com fundamento nos princípios da publicidade e da isonomia, a Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando-se aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Em consonância com a legislação estadual, a fase apropriada para a apresentação das amostras é a do julgamento das propostas, na medida em que os requisitos para habilitação estão delimitados em lei e não permitem ampliação, na dicção do art. 37, XXI da Constituição Federal[3].

---

[2] **Art. 49.** Na fase interna ou preparatória do pregão, o servidor responsável pela formalização do processo licitatório deverá adotar, sem prejuízo de outras, as seguintes providências:
(...)
II – definir o objeto a ser contratado, de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do contrato;

[3] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências**

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.
Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

III. VOTO

Diante do exposto, **VOTO** pela aprovação do Prejulgado nos seguintes termos:

i. a apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas somente do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar;

ii. o instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise;

iii. a apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas;

iv. o instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características;

v. na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo;

vi. a Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

VISTOS, relatados e discutidos, ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em aprovar o Prejulgado nos seguintes termos:

i. a apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas somente do licitante classificado

de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifei)

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

provisoriamente em primeiro lugar;

ii. o instrumento convocatório deverá estabelecer, além do prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise;

iii. a apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas somente na fase de julgamento das propostas;

iv. o instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características;

v. na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo;

vi. a Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2016 - Sessão n.º 30.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

Assinado por 1 pessoa: MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318 e informe o código 38FB-CD5F-C847-E318

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CVBG.KIIS.FVVA.6JDR.

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 38FB-CD5F-C847-E318

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARCIO STRINGARI (CPF 248.XXX.XXX-23) em 18/09/2023 14:36:33 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/38FB-CD5F-C847-E318

Memorando 19- 2.986/2023

De: Simone B. - SMECE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos - A/C Micheli D.

Data: 19/09/2023 às 14:23:03

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, SMASMF-CLIFA, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Prezados, segue em anexo Termo de Referência ajustado conforme parecer da procuradoria.

_

Simone Biava
AGENTE ADMINISTRATIVO

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA.docx
TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de sacolas ecológicas projeto “Carregando Sonhos” conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, conforme descritivo do item no Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	22,80	14.820,00
				Valor Total de Mercado R$	14.820,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MODALIDADE

3.1 Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor preço dos orçamentos encontrados, nas empresas abaixo citadas:

a) NS Karydi Indústria e Comércio Ltda.
b) Battistella Bolsas Ltda.
c) Titã Uniformes Ltda.

3.2 De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço, segue demonstrativo dos valores:

Item	Descrição	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3	
1	Sacola Ecológica	NS Karydi	R$ 25,00	Battistella	R$ 35,30	Titã	**R$ 22,80**

3.3 - Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço encontrado, dentre os itens cotados.

3.4 – Da modalidade na forma em que melhor se enquadrar ao descritivo do Termo de Referência.

4. DA APRESENTAÇÃO E DOS CRITÉRIOS PARA ANALISE DAS AMOSTRAS

4.1- O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

4.2. Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se darão da seguinte forma:

4.2.1 Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisado o tecido, a consistência, o corte, o tipo da costura, a qualidade da costura, a cor, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

4.3. Em seguida será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

5. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.

5.2. A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

5.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

5.4. O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

5.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.6. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

5.7. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

5.8. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 – A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

6.2 - Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

6.3 - O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

6.3.1 – Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6.3.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

6.4 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

6.5 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

6.6 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

6.7 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Compete à Contratante:

7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais entregues, para que seja reparado ou corrigido;

7.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;

7.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos;

7.5 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Compete à Contratada:

8.1.1 - Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1.1 - Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.1.3 - Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.

8.1.1.4 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2 - Cumprir todas as condições especificadas no Contrato;

8.2.1 - Submeter-se a fiscalização do Município;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

8.2.1.1 - Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.

8.3 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues;

8.3.1 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

8.3.2 - Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.

8.3.3 - Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional;

8.3.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

9.2 - A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Senhora Edina Accorsi.

9.3 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Sra. Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e Fiscal Substituto a cargo do Servidora Sra. Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretária de Educação, Cultura e Esporte Sra. Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Sra. Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

9.3.1 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

9.4 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens de rescisão e penalidades, previstos neste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

9.5 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

10. DA RESCISÃO

10.1 – O contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

10.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

10.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

10.2 – O Contrato poderá ser rescindida, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

10.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

10.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

10.7 - A inexecução do Contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

10.7.1 - A não entrega dos materiais contratados;

10.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

10.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

10.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

10.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

10.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

10.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

10.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

10.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

10.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.

11. DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

11.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

11.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do Contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

12.2 - O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total da Ata;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária na entrega dos produtos: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

12.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

12.5 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

12.6 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

12.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

12.7.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

12.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Municipal de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

12.7.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;

12.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

12.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

12.7.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

12.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

13. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

13.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

13.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

14. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

14.1 - A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Simone Biava, portadora do CPF nº 058.356.339-20, agente administrativo.

Chopinzinho/PR, 19 de setembro de 2023.

Edina Accorsi
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

Assinado por 2 pessoas: SIMONE BIAVA e EDINA ACCORSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1 e informe o código 074E-A083-B343-38D1

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 074E-A083-B343-38D1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SIMONE BIAVA (CPF 058.XXX.XXX-20) em 19/09/2023 14:23:54 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

EDINA ACCORSI (CPF 053.XXX.XXX-55) em 20/09/2023 11:25:09 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/074E-A083-B343-38D1

Memorando 20- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 20/09/2023 às 13:27:53

Edital de Pregão Eletrônico nº 70/2023.

_

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Anexos:

EDITAL_PE_70_2023_PE_AQUISICAO_DE_SACOLAS_ECOLOGICAS.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Edson Luiz Cenci	20/09/2023 13:39:44	ICP-Brasil	EDSON LUIZ CENCI CPF 518.XXX.XXX-68
Helder Felipe Klassen	20/09/2023 16:32:29	ICP-Brasil	HELDER FELIPE KLASSEN CPF 079.XXX.XXX-71

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **0D19-B3D4-BB9D-2092**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO 2.986/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2023

PREGÃO

EDITAL Nº 70/2023

FORMA: ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO “CARREGANDO SONHOS”

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 70/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 119/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 05/10/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas

LOCAL: Prefeitura do Município de Chopinzinho – Paraná

www.comprasgovernamentais.gov.br

"Sistema COMPRASNET - Acesso Identificado"

LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS.

O **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, Estado do Paraná**,** inscrito no CNPJ sob n.º 76.995.414/0001-60, através da Secretaria de Administração, sediado à Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Bairro São Miguel, Chopinzinho, Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO – GLOBAL POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, objetivando a **AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"**, em conformidade com as condições das cláusulas adiante estabelecidas.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

05 de outubro de 2023 às 09h00min

UASG: 987503 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br(Sistema COMPRASNET)

O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar Municipal nº. 083/2016, Decreto Municipal nº 387/2022, Decreto Municipal nº 296/2022, de 16 de agosto de 2022 e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666/1993.

O Pregoeiro será um dos servidores, designados pelo Decreto 423/2022, de 16 de dezembro de 2022, publicado no Diário Eletrônico DIOEMS - Edição n.º 2759, de 19 de dezembro de 2022.

1 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

1.1 - Os documentos referentes às **propostas comerciais**, **documentação de habilitação e anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados de forma concomitante, a partir da disponibilização do Edital no Sistema "COMPRASNET", até **05 de outubro de 2023 às 09h00min**, no site **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

1.2 - A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia 05 de outubro de 2023 às 09h00min, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.3 - É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 10.024/19, art. 30, § 5º).

2 – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste **PREGÃO** a **AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS".**

2.1.1 - Conforme descrição, características e preços máximos a serem praticados, constante no Anexo I deste Edital.

2.2 - Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.comprasgovernamentais.gov.br e www.chopinzinho.pr.gov.br**

2.3 - As informações **administrativas relativas a este Edital** poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (46) 3242-8614 ou (46) 9 8401-3560.
2.4 - As **questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado** serão prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, telefone nº (46) 3242-2005.
2.5 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
2.6 - O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
2.7 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
2.8 - Para efeitos de aplicação do Decreto Municipal nº 296/2022, de 16 de agosto de 2022, considera-se:
2.8.1 - âmbito local: limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação.
2.8.2 - âmbito regional: Municípios do Sudoeste do Paraná conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
3.1 - Poderão participar todas as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal www.comprasgovernamentais.gov.br – Sistema COMPRASNET.
3.2 - As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao Portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.3 - Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

b) Impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
c) Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, conforme item 9.2 deste Edital;
d) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
e) Sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial de crédito.
f) Não poderão participar de qualquer fase da Licitação:
f.1) Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:
a) Seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município, e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação;
b) Seja ocupante de cargo comissionado e servidor efetivo com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados na Administração Pública do Município de Chopinzinho, e incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, por afinidade ou por adoção, em linha reta, colateral até o 3º grau;
c) Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;
d) Seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, da Lei 8.666/93).

3.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
3.4.1 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
3.4.1.1 - Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
3.4.1.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
3.4.1.3 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
3.4.1.4 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
3.4.1.5 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3.4.1.6 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
3.4.1.7 - Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
3.4.1.8 - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
3.4.1.9 - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
3.4.1.10 - Na ausência das Declarações solicitadas no item 9.6, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que estas serão solicitadas como documento complementar pelo pregoeiro.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

4 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, conforme Art. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

4.1.1 - As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro por e-mail: licita2@chopinzinho.pr.gov.br, Correio via SEDEX, ou protocolizados em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Divisão de Licitações e Contratos, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR.

4.1.2 - Quando enviados por e-mail, todos os documentos deverão ser digitalizados e conter a identificação da empresa, endereço completo, nome e assinatura do responsável legal da proponente e a solicitação de confirmação de recebimento.

4.1.3 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.1.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.5 - Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

4.2 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6 – DO ENVIO CONCOMITANTE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
7.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
7.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
7.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
7.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.12 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
7.13 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
7.14 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

7.15 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.16 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.17 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
7.18 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
7.19 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
7.20 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
7.21 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
7.22 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.23 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.24 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.25 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.26 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
7.27 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.28 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
7.29 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
7.30 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
7.30.1 - No país;
7.30.2 - Por empresas brasileiras;
7.30.3 - Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.30.4 - Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
7.31 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

7.32 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
7.33 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.34 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
7.35 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
8.1.1 - Para aplicação dos benefícios previstos nos Arts. 6º a 8º do Decreto Municipal nº 296/2022:
8.1.2 - Será concedida, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido**.**
8.1.3 - A aplicação do benefício previsto item 8.1.2, observará as seguintes diretrizes:
8.1.3.1 - Nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido;
8.1.3.2 - A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
8.1.3.3 - Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no item 8.1.3.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 8.1.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
8.1.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
8.1.3.5 - Nas licitações a que se refere o art. 8º, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;
8.1.3.6 - Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.
8.1.4 - Os benefícios previstos no item 8.1.2 serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional.
8.2 - **Para o item 1, o licitante detentor da melhor proposta será convocado pelo pregoeiro para enviar amostra do produto para análise e testes.**
8.2.1 - Critérios de julgamento das amostras
8.2.1.1 - O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

8.2.1.2 - Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se darão da seguinte forma:

8.2.1.2.1 - **Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisado o tecido, a consistência, o corte, o tipo da costura, a qualidade da costura, a cor, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos**, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.

8.2.2 - Caso a amostra, da empresa que ofertou o menor preço não seja compatível com o objeto da licitação, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação de amostra, no mesmo prazo estabelecido anteriormente sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao licitante desclassificado por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital.

8.2.3 - Será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

8.2.4 - Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido, quando esta for solicitada.

8.2.5 - A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste edital.

8.2.6 - As amostras deverão **ser acompanhadas de ficha técnica dos produtos ofertados** contendo suas características, especificações e matéria prima utilizada, de acordo com o Termo de Referência, podendo os dados dessa ficha estar grafada no corpo da embalagem do produto ou no próprio produto.

8.2.7 - As amostras deverão estar identificadas, com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa, número da licitação e o número do item a que se refere.

8.2.8 - Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente às amostras, independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, a amostra ficará retida no Departamento de Esportes para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas.

8.2.9 - Após o vencimento da Contrato, para os produtos aceitos, ou após a homologação do Pregão, se a proposta não for aceita, a amostra ficará à disposição para que a Licitante a retire pessoalmente em até 30 (trinta) dias. Não sendo a amostra procurada no prazo previsto, ela será integrada ao patrimônio/almoxarifado ou será descartada.

8.2.10 - O Município de Chopinzinho - PR, não se responsabilizará por quaisquer danos causados aos produtos durante o período de análise/teste ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos.

8.2.11 - Os custos referentes a entrega e retirada das amostras serão de inteira responsabilidade do licitante.

8.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
8.7 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.
8.8 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
8.9 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
8.10 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
8.11 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
8.12 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
8.13 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
8.14 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.15 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 48 e 49 da Lei Complementar Municipal nº 83, de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 296/2022, de 16 de agosto de 2022.
8.16 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
9.1.1 - SICAF.
9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
9.1.3 - Comprovante de ausência de registro junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx.
9.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente.
9.2.1 - Consoante o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos 266/2019 e 269/2019 – Plenário) e Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdãos 3962/20 e 301/21 – Tribunal Pleno), a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração possui efeitos restritos ao âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade.
9.2.2 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
9.3 - Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

9.3.1 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

9.3.1.1 - No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
9.3.1.2 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EI-RELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
9.3.1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.4 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

9.4.1 - Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

9.5 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

9.5.1 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**
9.5.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta Relativa a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
9.5.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;
9.5.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;
9.5.5 - Certificado de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**
9.5.6 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
9.5.7 - Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.
9.5.7.1 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
9.5.8 - Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
9.5.9 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

9.6 - Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

9.6.1 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos de licitar ou contratar com a Administração Pública, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo deste Edital. **(ANEXO III).**
9.6.2 - Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 c/c Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02. **(ANEXO IV).**

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

9.6.3 - Declaração de enquadramento como ME ou EPP, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 - **(ANEXO V).**
9.6.4 - A não apresentação da declaração prevista no item 9.6.3, implica no declínio ao tratamento diferenciado previsto na Lei 123/2006.
9.6.5 - Declaração de Não Parentesco - conforme o prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e de que a Licitante não está incursa nas vedações do Inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93. **(ANEXO VI)**
9.7 - No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.8 - O não atendimento das exigências constantes deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
9.9 - Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela pregoeira e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.
9.10 - No julgamento da habilitação, a pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.11 - O não atendimento das exigências constantes do item 9 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
9.12 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
9.13 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
9.14 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 – DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA
10.1 - A proposta de preços classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de **02 (duas) horas,** contados a partir da convocação pelo Pregoeiro.
10.1.1 - A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.
10.2 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
10.3 - A proposta deverá **conter:**
10.3.1 - proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
10.3.2 - **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
10.3.3 - indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
10.3.4 - prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

10.3.5 - **indicação/especificação** do produto e marca;
10.3.6 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.
10.3.7 - A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.
10.3.8 - O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos
10.3.9 - A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
10.3.10 - A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

11 – DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL OU AUTENTICADA
11.1 - Os documentos apresentados nesta licitação deverão obedecer ao disposto no parágrafo § 3° do Art. 4 do Decreto Municipal nº 387/2022:

> ***§ 3° Fica reconhecido como estamento de referência o disposto na Medida Provisória n° 2.200 2, de 24 de agosto de 2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil) para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos, reconhecendo que os documentos em meio eletrônico produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma doa artigo 219 da lei nº 10.406/2002 (código civil sem prejuízos das demais disposições em normas especificas.***

11.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
11.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12 – DA VERIFICAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
12.1 - Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:
12.1.1 - Estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
12.1.2 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
12.1.3 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil.
12.1.4 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias.
12.1.5 - Ter declarado no sítio Compras Governamentais a “Elaboração Independente de Proposta”.
12.1.6 - Não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

12.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
12.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13 – DOS RECURSOS
13.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro declarará aberto o prazo de recurso, que será de 20 (vinte) minutos, quando qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso. Manifestada a intenção, lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
13.2 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
13.4 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.
13.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax, ou que não tiverem sido manifestados durante a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.
13.6 - Os recursos terão efeito suspensivo.
13.7 - Durante o prazo para apresentação das razões e contrarrazões de recurso, o processo ficará custodiado junto à Comissão Permanente de Licitações, localizada no Prédio da Prefeitura.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
14.1.1 - Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
14.2 - A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
14.2.1 - A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
15.1 - As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo VII** deste Edital.
15.2 - O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias**, providenciando a entrega da via original na Divisão de Licitações e Contratos do Município, localizada no prédio da Prefeitura, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
15.3 - A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

15.4 - Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

15.5 - O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16 – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.

16.2 - A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

16.3 - Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.

16.4 - O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos e serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16.5 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

16.6 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação do produto ou da necessidade de repô-lo, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

16.7 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

16.8 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

16.9 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.

16.10 - É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

17 – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.

17.1.1 - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

17.2 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

17.3 - Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
17.4 - O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
17.5 - A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
17.6 - O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

18 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
18.1 - Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
18.2 - Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
19.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
19.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
19.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
19.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
19.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
19.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
19.7 - Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato.
19.8 - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos.
19.9 - Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
20.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
20.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
20.1.3 - Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
20.1.4 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
20.1.5 - Cumprir todas as condições especificadas no Contrato.
20.1.6 - Submeter-se a fiscalização do Município.
20.1.7 - Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

20.1.8 - Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues.
20.1.9 – Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
20.1.10 - Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional.
20.1.11 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

21 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
21.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
21.2 - A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Edina Accorsi.
21.3 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e fiscal substituta a cargo da Servidora Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte Senhora Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Senhora Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
21.4 - Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
21.6 - Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 22.8. e 24.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
21.7 - Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

22 – DA RESCISÃO
22.1 - O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
22.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
22.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;
22.1.3 - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
22.2 - O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
22.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
22.4 - Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
22.5 - Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
22.6 - Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
22.7 - A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
22.7.1 - A não entrega dos produtos contratados;
22.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
22.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
22.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
22.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
22.8.2 - Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados.
22.8.3 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
22.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
22.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;
22.8.6 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
22.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 22.7 deste Instrumento.

23 – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)
23.1 - O Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
23.2 - Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

24 – DAS PENALIDADES
24.1 - Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
24.2 - O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
I - Advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

II - Advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
III - Penalidades pecuniárias:
a) Multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;
b) Multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
c) Multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;
d) Multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;
e) Multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;
f) Multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
IV - Suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
V - Rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
VII - O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
24.3 - Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
24.4 - Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
24.5 - Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
24.6 - Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
24.7 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
24.7.1- Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
24.7.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
24.7.3 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
24.7.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
24.7.5 - Decisão do Prefeito Municipal;
24.7.6 - Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
24.7.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

25 – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

25.1 - Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

25.2 - Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

25.3 - Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

25.4 - Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

26 – DA PUBLICAÇÃO

26.1 - A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

27 – DO FORO

27.1 - Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

27.2 - E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

28 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 - O extrato resumido, o resultado e demais atos do presente certame será divulgado nos Órgãos Oficiais de Divulgação do Município, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.chopinzinho.pr.gov.br/**.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

28.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e ao Município de Chopinzinho não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
28.3 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
28.4 - Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
28.5 - Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro.
28.6 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.
28.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
28.8 - Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
28.9 - Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
28.10 - Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
28.11 - Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
28.12 - Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
28.13 - Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
28.14 - O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
28.15 - O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
28.16 - Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
28.17 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
28.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Chopinzinho.
28.19 - Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.
28.20 - As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.
28.21 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Licitar ou Contratar com a Administração
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP
ANEXO VI	Declaração de Não Parentesco
ANEXO VII	Modelo de Minuta do Contrato

Chopinzinho, 20 de setembro de 2023.

EDSON LUIZ CENCI
PREFEITO

HELDER FELIPE KLASSEN
PRESIDENTE DA CPL

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA, para atender a crianças e adolescentes, conforme descritivo do item no Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	22,80	14.820,00
				Valor Total de Mercado R$	14.820,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de um projeto apresentado por uma organização da sociedade civil que executa ações voltadas a garantia dos direitos da criança e do adolescente, o projeto apresentado está em consonância com o Edital n°02/2023 do FMDCA, aprovado pela Resolução n° 29/2023 do CMDCA. O projeto contempla a aquisição 650 (seiscentas e cinquenta) sacolas ecológicas que serão distribuídos aos alunos do projeto, na modalidade em que melhor se enquadrar conforme termo de referência.

3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MODALIDADE

3.1 Justifica-se o preço total do Termo de Referência com base no menor preço dos orçamentos encontrados, nas empresas abaixo citadas:

a) NS Karydi Indústria e Comércio Ltda.
b) Battistella Bolsas Ltda.
c) Titã Uniformes Ltda.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

3.2 De modo a comprovar que não há superfaturamento no preço, segue demonstrativo dos valores:

Item	Descrição	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3	
1	Sacola Ecológica	NS Karydi	R$ 25,00	Battistella	R$ 35,30	Titã	**R$ 22,80**

3.3 Por fim, justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço encontrado, dentre os itens cotados.
3.4 Da modalidade na forma em que melhor se enquadrar ao descritivo do Termo de Referência.

4. DA APRESENTAÇÃO E DOS CRITÉRIOS PARA ANALISE DAS AMOSTRAS

4.1 O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a), contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.
4.2 Recebida a amostra, a área requisitante efetuará a análise verificando sua compatibilidade com o Termo de Referência, a proposta comercial, e os critérios de avaliação contidos no termo. Os critérios utilizados para avaliação das amostras se darão da seguinte forma:
4.2.1 Para verificar se as medidas conferem com as estabelecidas em edital, far-se-á uso de fita métrica; além disso, através do manuseio das peças, será analisado o tecido, a consistência, o corte, o tipo da costura, a qualidade da costura, a cor, posicionamento das figuras e a qualidade das impressões das serigrafias, que deverão possuir cores e contornos definidos, confrontando esses detalhes com a descrição do produto constante do Edital.
4.3 Em seguida será emitido um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o (s) item (ns) em desacordo, quando então serão publicados, assegurando a todos os licitantes, quando declarado o vencedor, o prazo de 03 (três) dias uteis, para o exercício do contraditório e eventuais impugnações.

5. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.
5.2 A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.
5.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.
5.4 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
5.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
5.6 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação dos produtos ou da necessidade de repô-los, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

5.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
5.8 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.
6.2 Fica estimado o valor máximo de R$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
6.3 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
6.3.1 Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
6.3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
6.4 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
6.5 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
6.6 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
6.7 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Compete à Contratante:
7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais entregues, para que seja reparado ou corrigido;
7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.3 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato;
7.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos;
7.5 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Compete à Contratada:
8.1.1 Todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
8.1.1.1 Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
8.1.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
8.1.1.3 Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
8.1.1.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.2 Cumprir todas as condições especificadas no Contrato;
8.2.1 Submeter-se a fiscalização do Município;
8.2.1.1 Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.
8.3 Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues;
8.3.1 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.
8.3.2 Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
8.3.3 Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional;
8.3.4 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
9.2 A Gestão do Contrato gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Edina Accorsi.
9.3 A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Sra. Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e Fiscal Substituta a cargo do Servidora Sra. Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretária de Educação, Cultura e Esporte Sra. Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Sra. Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
9.3.1 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
9.4 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens de rescisão e penalidades, previstos neste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
9.5 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

10. DA RESCISÃO

10.1 O contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:
10.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;
10.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;
10.1.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
10.2 O Contrato poderá ser rescindida, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.
10.3 Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
10.4 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
10.5 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.
10.6 Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
10.7 A inexecução do Contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
10.7.1 A não entrega dos materiais contratados;
10.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;
10.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
10.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
10.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.8.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretário Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.8.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
10.8.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
10.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
10.8.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
10.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Termo.

11. DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

11.1 O Contrato gerado poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.
11.2 Aplica-se ao Contrato, gerado, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, até o limite de 25%, conforme art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do Contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
12.2 O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato gerado, na hipótese de inexecução das obrigaçõespela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.
II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
III - penalidades pecuniárias:
a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total da Ata;
b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;
d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;
e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;
f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
IV - suspensão temporária na entrega dos produtos: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
12.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
12.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

12.5 Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
12.6 Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
12.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:
12.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
12.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou do Secretaria Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
12.7.3 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
12.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
12.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
12.7.6 Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
12.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.

13. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
13.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;
e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
13.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

13.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

14. RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

14.1 A pesquisa de preços ficou a cargo da Servidora Simone Biava, portadora do CPF nº 058.356.339-20, agente administrativo.

Chopinzinho/PR, 19 de setembro de 2023.

Edina Accorsi
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao Município de Chopinzinho-PR, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ___/2023, conforme abaixo discriminado:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT. R$	TOTAL R$

Informar o item que pretende participar, a quantidade/unidade/descrição/marca/modelo.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após entrega e conferência dos produtos e através da apresentação da nota fiscal.

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência, em Chopinzinho-PR.

Informar o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – IV

MODELO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de: ---------- (indicar se é microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/CPF/RG)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – VI

(MODELO)
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A (Razão Social da licitante)....., inscrita no CNPJ sob nº....., com sede à Rua ....., nº ....., no Município ....., Estado ....., neste ato representada pelo Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº ..... e inscrito(a) no CPF sob nº ....., **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município. Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).
DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº___, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e data.

_____
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

OBS: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Parentesco:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Pai/Mãe	Filho (a)	-
2°	Avô/Avó	Neto (a)	Irmão (ã)
3°	Bisavô/Bisavó	Bisneto (a)	Sobrinho (a)/Tio(a)

Afinidades Decorrentes de Casamento/União Estável:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Sogro (a)	Enteado (a)	-
2°	Pai/Mãe do (a) Sogro (a)	Filhos (as) do (a) Enteado (a)	Cunhado (a) – Irmão (ã) do Cônjuge
3°	Avô (ó) do (a) Sogro (a)	Netos (as) do (a) Enteado (a)	Sobrinho (a)/tio (a) do Cônjuge

Afinidades decorrentes de casamento/união dos parentes consanguíneos:

Grau	Linha Reta Ascendente	Linha Reta Descendente	Linha Colateral
1°	Padastro/Madastra	Genro/Nora	-
2°	Pai/Mãe do (a) Padastro/Madrasta	Cônjuge do (a) Neto (a)	Cunhado (a) – Cônjuge do (a) irmão (ã)
3°	Avô (ó) do (a) Padastro/Madastra	Cônjuge do (a) Bisneto (a)	Cônjuge do (a) Sobrinho (a)/Tio (a)

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – VII
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ____/2023

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor Edson Luiz Cenci, inscrito no CPF sob o nº 518.894.719-68, RG nº 3.533.5934 SSP/PR, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: --------, inscrita no CNPJ sob o nº ------- , com sede na Rua: -------, no município de --------, Estado -------, neste ato representada pelo Senhor -------, portador do CPF ------- e do RG ------- , doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº ____/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT. R$	TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 			
			Total – R$			

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:
2.1 A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.
2.2 A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

2.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.
2.4 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos e serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
2.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
2.6 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação do produto ou da necessidade de repô-lo, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
2.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
2.8 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
2.9 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.
2.10 É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
3.1 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
3.1.1 Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
3.3 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
3.4 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
3.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
3.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
4.1 Fica estimado o valor máximo de R$_____para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
4.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
5.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ GENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

5.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
5.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
5.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
5.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
5.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
5.7 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato.
5.8 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos.
5.9 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
6.1.3 Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
6.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.1.5 Cumprir todas as condições especificadas no Contrato.
6.1.6 Submeter-se a fiscalização do Município.
6.1.7 Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.
6.1.8 Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues.
6.1.9 Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
6.1.10 Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional.
6.1.11 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
7.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
7.2 A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família Senhora Edina Accorsi.
7.3 A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e fiscal substituta a cargo do Servidora Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte Senhora Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Senhora Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

7.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
7.6 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 8.8. e 10.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
7.7 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:
8.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
8.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;
8.1.3 A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
8.2 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
8.3 Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
8.4 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
8.5 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
8.6 Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
8.7 A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de algumas das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
8.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
8.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
8.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
8.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
8.8.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
8.8.3 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
8.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

8.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
8.8.6 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
8.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES:
9.1 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte (Artigo 57, §1º e ss. e 65, da Lei 8.666/93).
9.2 Aplica-se ao presente Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93. (Artigo 65, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES:
10.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
10.2 O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
I - Advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.
II - Advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
III - Penalidades pecuniárias:
a) Multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;
b) Multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
c) Multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;
d) Multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;
e) Multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;
f) Multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
IV - Suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
V - Rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.
VII- O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
10.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93 quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ GENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

10.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
10.5 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
10.6 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
10.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
10.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou da Secretaria Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.3 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
10.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
10.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
10.7.6 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;
10.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:
11.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
11.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
11.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.
11.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO:

12.1 A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

13.2 E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho, ___ de _____ de 2023.

Município de Chopinzinho – CONTRATANTE
Edson Luiz Cenci – Prefeito

Empresa – CONTRATADA
– Representante Legal

Edina Accorsi
Gestora do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Fiscal do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Fabiane Riedi Rossi
Fiscal do Contrato – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Zeli Terezinha Soares de Freitas
Fiscal Substituto do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Simone Biava
Fiscal Substituta do Contrato – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Testemunhas:

_____ _____

NOME: NOME:
CPF: CPF:

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092 e informe o código 0D19-B3D4-BB9D-2092

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0D19-B3D4-BB9D-2092

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 20/09/2023 13:39:34 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

HELDER FELIPE KLASSEN (CPF 079.XXX.XXX-71) em 20/09/2023 16:32:18 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/0D19-B3D4-BB9D-2092

Memorando 21- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 20/09/2023 às 13:28:25

Aviso de Edital de Pregão Eletrônico nº 70/2023.

_

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Anexos:

Aviso_PE_70_2023_PE_AQUISICAO_DE_SACOLAS_ECOLOGICAS.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Edson Luiz Cenci	20/09/2023 13:40:12	ICP-Brasil	EDSON LUIZ CENCI CPF 518.XXX.XXX-68

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **CC2A-8CF4-18BD-00C4**

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR.
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 70/2023. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 05 de outubro de 2023, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Sacolas Ecológicas para o Projeto “Carregando Sonhos”. Valor máximo estimado: R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614 (046) 9 8401-3560.

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/CC2A-8CF4-18BD-00C4 e informe o código CC2A-8CF4-18BD-00C4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: CC2A-8CF4-18BD-00C4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 20/09/2023 13:40:04 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/CC2A-8CF4-18BD-00C4

Memorando 22- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 21/09/2023 às 15:06:08

Em anexo:

- Publicações

_

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Anexos:

Aviso_AMP.pdf
Aviso_Jornal.pdf

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 70/2023

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 70/2023. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 05 de outubro de 2023, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Sacolas Ecológicas para o Projeto "Carregando Sonhos". Valor máximo estimado: R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614 (046) 9 8401-3560.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:B6FDCE22

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/09/2023. Edição 2862
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recursos o excesso de arrecadação, conforme demonstrado logo abaixo:

FONTE	RECURSO	VALOR
960	Programa Estadual de Incentivo Apoio à Promoção do Direitos da criança e do adolescente por meio de acesso à produtos de higiene íntima	5.000,00
960	Programa Estadual de Apoio e Fortalecimento ao acompanhamento intersetorial as famílias com gestantes e/ou crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância	R$ 85.000,00
934	Programa Estadual de Fortalecimento emergencial do atendimento do cadastro único no SUAS - PROCAD-SUAS	R$ 12.000,00

TOTAL---------- R$ 102.000,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2023.

EMANOEL VANDERLEI VOLF:64410412949 — Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLF:64410412949 Dados: 2023.09.20 08:51:37 -03'00'

Emanoel Vanderlei Volff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br

ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2022
CONTRATO Nº 67/2022
02º TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
Contratado: SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME

Publicação: Edição 4192 de 25 de julho de 2023 – 6A
Jornal Correio do Povo do Paraná

Onde se Lê: **"Cláusula Primeira:** Fica aditivado o Contrato nº 67/2022 pelo período de 60 (sessenta) dias, estendendo a vigência do mesmo até a data de **19/09/2023".**

Leia-se: **"Cláusula Primeira:** Fica aditivado o Contrato nº 67/2022 pelo período de 60 (sessenta) dias, estendendo o prazo de execução do mesmo até a data de **19/09/2023".**

Porto Barreiro-PR, 20 de Setembro de 2023.

Emanoel Vanderlei Volff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1237

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2023-PMPB

Analisando o procedimento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, na apreciação do Pregão Presencial nº 46/2023-PMPB e concordando plenamente com o mesmo, **HOMOLOGO** o presente, aceitando os termos da proposta, para a assinatura do contrato, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO,** em favor da proponente:

51.387. 787 LUANA CARLA SEIBEL RODRIGUES, CNPJ sob o nº 51.387.787/0001-27, vencedora no item 01 totalizando R$ 89.640,00 (oitenta e nove mil seiscentos e quarenta reais).

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2023.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1237

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº. 83/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2023

Empresa Contratada:
51.387.787 LUANA CARLA SEIBEL RODRIGUES
CNPJ nº. 51.387.787/0001-27

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A LINHA ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO.**

Valor do Contrato:

Item	Nome do produto/material/serviço	QTD	UN	Preço máx.	Preço máx. total
1	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM VEÍCULO TIPO PERUA - LINHA ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO ROTEIRO: 06:00 - SAI DA ENCRUZILHADA DO AUGUSTINHO BOLZON, PASSANDO PROXIMO A PROPRIEDADE DE PAULO GONZATTO, ATÉ A ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ. SAI DA ESCOLA E VAI PROXIMO A PROPRIEDADE DO NERI SKRYPCZAK, E VOLTA PRA ESCOLA. 11:15 - SAI DA ESCOLA E VAI ATÉ O PAULO GONZATTO RETORNA PELA ESTRADA DA CACHOEIRA, PASSA PELO PONTO DO ADRIANO EINSFELD, E VAI ATÉ O PONTO DO EGO, E RETORNA ATÉ A ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ, TRAZENDO OS ALUNOS DO TURNO DA TARDE. SAI NOVAMENTE DA ESCOLA, VAI ATÉ O NERI SKRYPCZAK, PASSA PELO ROGERIO RIGON, SEGUE ATÉ O PONTO DOS ROSA, E RETORNA ATÉ A ESCOLA. 12:20 - SAI DA ESCOLA PASSANDO PELO PONTO DO PAULO GONZATTO, INDO ATÉ O PONTO DO AUGUSTINHO BOLZON. 16:45 - SAI DA ESCOLA PASSANDO PELOS PONTOS DO NERI SKRYPCZAK, ROGÉRIO RIGON E DOS ROSA, VOLTA PELA ESTRADA DA CACHOEIRA, VAI ATÉ O ADRIANO EINSFELD, PASSANDO PELO PAULO GONZATTO ATÉ O PONTO DO EGO.	18.000,00	KM	4,98	89.640,00

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1237

	APROXIMADAMENTE 20 ALUNOS 90 QUILOMETROS POR DIA				
					TOTAL R$ 89.640,00

R$ 89.640,00 (oitenta e nove mil seiscentos e quarenta reais).

Vigência:

De 19/09/2023 a 18/09/2024

Foro:

Comarca de Laranjeiras do Sul – Paraná

Porto Barreiro – PR, 19 de setembro de 2023.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal
CPF: 644.104.129-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-15
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 075/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

OBJETO: **CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RADIO BANDA LARGA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE ACESSO, CONECTIVIDADE E INTERCOMUNICAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS E SUAS DEPENDÊNCIAS DESSE MUNICÍPIO.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO/PR.

CONTRATADO: CARVALHO COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA – ME inscrita no CNPJ nº 27.458.852/0001-83, com sede à Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 66, Centro, CEP 85.162-000, Município de Goioxim, Estado do Paraná.

VALOR TOTAL: R$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais).

JUSTIFICATIVA: De acordo com o disposto no inciso II do art. 24 da Lei 8666/93 e alterações posteriores e demais dispositivos aplicados a espécie.

Publique-se;

Marquinho/PR, em 19 de Setembro de 2023.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-15
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2023

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de Setembro de 2023.

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO:** CARVALHO COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA LTDA – ME inscrita no CNPJ nº 27.458.852/0001-83, com sede à Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 66, Centro, CEP 85.162-000, Município de Goioxim, Estado do Paraná.
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 4.320,00** (quatro mil trezentos e vinte reais).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RADIO BANDA LARGA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE ACESSO, CONECTIVIDADE E INTERCOMUNICAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS E SUAS DEPENDÊNCIAS DESSE MUNICÍPIO.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (doze) meses.
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Paraná, em 20 de Setembro de 2023.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-15
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS
REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2023
DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 067/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2023

O MUNICÍPIO DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, de acordo com o art. 55, do Decreto Municipal nº 087/2020, de 16 de julho de 2020, torna público o Registro de Preços, referente à Ata acima enumerada, assinada em 19 de setembro de 2023, com validade de 12 meses, de acordo com a homologação datada do dia 18/09/2023, conforme abaixo relacionado.

FORNECEDOR: C.M. ORATHES CONFECCOES E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ Nº 12.824.334/0001-69
LOTE 001 – UNIFORMES PARA REDE DE ENSINO MUNICIPAL

ITEM	DESCRIÇAO DO ITEM	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	CAMISETA MANGA CURTA, NOS TAMANHOS: RN, 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, P, M, N, G, GG E EXG. TECIDO CORPO: MEIA MALHA FLAMÊ COM COMPOSIÇÃO 36,3% VISCOSE, 34,2% ALGODÃO E 29,5% POLIÉSTER, GRAMATURA DO TECIDO 170G/M². TOQUE SUAVE, LEVE, BRILHO, RESISTENTE A FORMAÇÃO DE PILLING (BOLINHAS), DEVENDO APRESENTAR OS ENSAIOS: • NBR 13538/95 = POLIÉSTER 65% / 35% ALGODÃO (+/-5% TOL.) • COMPOSIÇÃO: 36,3% VISCOSE, 34,2% ALGODÃO E 29,5% POLIÉSTER; NORMA 20/13 E 20A/14 DA AATCC. (VARIAÇÃO DE 5%) • GRAMATURA: 170G/M² - NORMA NBR 10591/08 (VARIAÇÃO DE 5%) • PILLING: MÍNIMO NOTA 4 – NORMA ISO 12945-1:2000 • SOLIDEZ DA COR A LAVAGEM: ALTERAÇÃO 4 (MÍNIMO) NORMA NBR ISO 105 C06/10 - A1S • SOLIDEZ DA COR AO SUOR: ALTERAÇÃO 4 (MÍNIMO) NORMA NBR ISO 10591. CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO	UN	1.060,00	20,14	21.348,40
002	BERMUDA, NOS TAMANHOS: RN, 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, P, M, N, G, GG E EXG. TECIDO CORPO: DEVERA SER CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 60,5%POLIESTER, 27,3%ALGODÃO 11% VISCOSE 1,2% ELASTANO, COM GRAMATURA DE 270G/M². A BERMUDA DEVERA SER RRESISTENTE, CONFORTÁVEL, TOQUE SUAVE E LEVE E BRILHO, RESISTENTE A FORMAÇÃO DE PILLING (BOLINHAS), DEVENDO APRESENTAR OS ENSAIOS; • COMPOSIÇÃO: 60,5% POLIÉSTER, 27,3% ALGODÃO 11%VISCOSE 1,2%ELASTANO; NORMA 20/13 E 20A/14 DA AATCC. (VARIAÇÃO DE 5%) • GRAMATURA: 270G/M² - NORMA NBR 10591/08 (VARIAÇÃO DE 5%) • PILLING: MÍNIMO NOTA 4 – NORMA ISO	UN	280,00	24,08	6.742,40
	12945-1:2000 • ESTRUTURA DA MALHA: MALHA INTERLOCK DUPLA FRONTURA TIPO HELANCA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO				
003	SHORTS SAIA, NOS TAMANHOS: RN, 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, P, M, N, G, GG E EXG. TECIDO CORPO: DEVERA SER CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 60,5%POLIESTER, 27,3%ALGODÃO 11% VISCOSE 1,2% ELASTANO, COM GRAMATURA DE 270G/M². HELANCA RESISTENTE, CONFORTÁVEL, TOQUE SUAVE E LEVE E BRILHO, RESISTENTE A FORMAÇÃO DE PILLING (BOLINHAS), DEVENDO APRESENTAR OS ENSAIOS; • NBR 13538/95 = POLIÉSTER 75% / POLIAMIDA 25% (+/-5% TOL.) • COMPOSIÇÃO: 60,5% POLIÉSTER, 27,3% ALGODÃO 11%VISCOSE 1,2%ELASTANO; NORMA 20/13 E 20A/14 DA AATCC. (VARIAÇÃO DE 5%) • GRAMATURA: 270G/M² - NORMA NBR 10591/08 (VARIAÇÃO DE 5%) • PILLING: MÍNIMO NOTA 4 – NORMA ISO 12945-1:2000 • ESTRUTURA DA MALHA: MALHA INTERLOCK DUPLA FRONTURA TIPO HELANCA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO	UN	259,00	24,70	6.397,30
004	CALÇA, NOS TAMANHOS: RN, 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, P, M, N, G, GG E EXG. TECIDO CORPO: DEVERA SER CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 60,5%POLIESTER, 27,3%ALGODÃO 11% VISCOSE 1,2% ELASTANO, COM GRAMATURA DE 270G/M². HELANCA RESISTENTE, CONFORTÁVEL, TOQUE SUAVE E LEVE E BRILHO, RESISTENTE A FORMAÇÃO DE PILLING (BOLINHAS), DEVENDO APRESENTAR OS ENSAIOS; • COMPOSIÇÃO: 60,5% POLIÉSTER, 27,3% ALGODÃO 11%VISCOSE 1,2%ELASTANO; NORMA 20/13 E 20A/14 DA AATCC. (VARIAÇÃO DE 5%) • GRAMATURA: 270G/M² - NORMA NBR 10591/08 (VARIAÇÃO DE 5%) • PILLING: MÍNIMO NOTA 4 – NORMA ISO 12945-1:2000 • ESTRUTURA DA MALHA: MALHA INTERLOCK DUPLA FRONTURA TIPO HELANCA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO	UN	530,00	32,16	17.044,80
005	JAQUETA, NOS TAMANHOS: RN, 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, P, M, N, G, GG E EXG.	UN	530,00	54,17	28.710,10

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-15
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

	TECIDO CORPO: DEVERA SER CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 60,5%POLIESTER, 27,3%ALGODÃO 11% VISCOSE 1,2% ELASTANO, COM GRAMATURA DE 270G/M². HELANCA RESISTENTE, CONFORTÁVEL, TOQUE SUAVE E LEVE E BRILHO, RESISTENTE A FORMAÇÃO DE PILLING (BOLINHAS), DEVENDO APRESENTAR OS ENSAIOS. • COMPOSIÇÃO: 60,5% POLIÉSTER, 27,3% ALGODÃO 11%VISCOSE 1,2%ELASTANO; NORMA 20/13 E 20A/14 DA AATCC. (VARIAÇÃO DE 5%) • GRAMATURA: 270G/M² - NORMA NBR 10591/08 (VARIAÇÃO DE 5%) • PILLING: MÍNIMO NOTA 4 – NORMA ISO 12945-1:2000 • ESTRUTURA DA MALHA: MALHA INTERLOCK DUPLA FRONTURA TIPO HELANCA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO				
				TOTAL DO LOTE	80.243,00

FORNECEDOR: TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI CNPJ Nº 11.991.420/0001-01
LOTE 002 – UNIFORME PARA A FANFARRA MUNICIPAL

ITEM	DESCRIÇAO DO ITEM	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	UNIFORME COMPOSTO DE TÚNICA, MACACÃO, BARRETINA E CALÇADO, SENDO: TÚNICA SPENCER ESTILO "ORUM CORP": COM CORTE A LASER PARA BLOQUEIO DE DESFIO DO TECIDO, COM A FRENTE FORRADA, EM CORES A COMBINAR, CONFECCIONADA EM TECIDO OXFORD COMPOSTO DE 100% POLIÉSTER, ORNADA COM FITAS REFLETIVAS E GALÃO METALIZADO, BOTÕES FRONTAIS, OMBREIRAS SOBRE MANGAS COM ESTRUTURAÇÃO EM E.V.A. DE ALTA DENSIDADE DE 02 MM E ACABAMENTO EM VIÉS DE 20 MM. OMBREIRA INTERNA FIXA DE ESPUMA REVESTIDA DE TECIDO, PUNHOS REMOVÍVEIS COM ESTRUTURAÇÃO EM E.V.A. DE ALTA DENSIDADE DE 02 MM CONFECCIONADOS EM VERNIZ MOLHADO E ACABAMENTO EM VIÉS DE 20 MM, GOLA COM ESTRUTURAÇÃO EM E.V.A. DE ALTA DENSIDADE DE 02 MM E ACABAMENTO EM VIÉS DE 20 MM. FECHAMENTO NAS COSTAS COM ZÍPER INVISÍVEL. CAPA PORTA TERNO CONFECCIONADA COM PVC FRONTAL E TNT NA PARTE TRASEIRA. ZÍPER FRONTAL AO LONGO DA CAPA E CABIDE. MACACÃO: ESTILO SOCIAL COR A COMBINAR, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, TIPO JARDINEIRA COM ALÇAS REGULÁVEIS E FIVELAS, TODO OVERLOCADO, BARRA OVERLOCADA, TARJA LATERAL E VINCO PERMANENTE.	UN	40,00	178,14	7.125,60
002	BARRETINA: MONTADA EM ESTRUTURA INTEIRIÇA DE POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE	UN	40,00	62,98	2.519,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.612.552/0001-15
e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.

	INJETADO (SEM EMENDAS E COM COPA), 13,5 CM DE ALTURA REVESTIDA COM VERNIZ MOLHADO EM ATÉ 03 CORES, ABA TERMOFORMADA, MOLDADA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE INJETADO DE ALTO BRILHO COM DEBRUM EM COR A DETERMINAR, PORTA PENACHO TERMOFORMADO MOLDADO EM ABS INJETADO DE ALTO BRILHO EM COR A ESCOLHER COLOCADO NA PARTE SUPERIOR DA BARRETINA (COPA) FIXADO COM BAILARINA DOURADA ESCONDIDA, JUGULAR FRONTAL DA BARRETINA EM COR A ESCOLHER, REVESTIMENTO INTERNO DA BARRETINA COM AUTO-REGULAGEM DO 52 AO 62, FEITO DO MESMO MATERIAL DO REVESTIMENTO DA BARRETINA COM ILHOSES E BAG PARA TRANSPORTE.				
003	CALÇADO CORPO MUSICAL: 1/2 BOTA EM COR A DEFINIR, COM ZÍPER LATERAL, CANO CURTO, TOTALMENTE FORRADO INTERNAMENTE, MODELO CLÁSSICO, EM COURO SINTÉTICO, COM SALTO REBAIXADO NA PARTE TRASEIRA, SOLADO INJETADO EM TR MICROPOROSO ANTIDERRAPANTE, PALMILHA COM TRATAMENTO BACTERICIDA. BAG PARA TRANSPORTE.	UN	40,00	58,88	2.355,20
				TOTAL DO LOTE	12.000,00

Marquinho/PR, em 19 de Setembro de 2023.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
Rua Sete de Setembro s/n
CEP. 85.168.000 - Fone (42)3648 1152, Marquinho - Pr.

Resolução Nº 05/2023 - CMAS

Súmula: Aprovar Prestação de contas 1º semestre de 2023 do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS-I.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 15 de setembro 2023, reuniram – se para apresentação e aprovação da Prestação de conta do 1º semestre 2023, referente ao repasse do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS-I.

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, **aprovou** a Prestação de conta referente ao 1º semestre 2023 do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS I, repasse continuo anual no valor de R$: 75.000,00, da forma que foram gastos o recurso no Valor de R$: 25.716,70, conforme será preenchido e confirmado no SIFF-Sistema Fundo a Fundo.

Art. 2º - Esta Resolução passa a ter vigor na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrários.

Publique-se.

Marquinho-PR, 15 de setembro 2023.

Diego Pereira Moreira
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO – PR
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RUA SETE DE SETEMBRO, BAIRRO CENTRO, S/N,
FONE:4236481102, CEP: 85168000

RESOLUÇÃO Nº11/2023 - CMDCA

Súmula: Aprovar prestação de conta 1º semestre 2022 Deliberação Nº043/2021 CEDCA/PR,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Marquinho - PR, no uso das competências e atribuições legais que lhe conferem a Lei nº 888/2023, de 28 de março de 2023. Em reunião ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2023, reuniram – se para Pauta do dia referente apreciação e aprovação da prestação de conta referente ao 1º semestre de 2022, do repasse para "Ações para Crianças e Adolescentes que sofreram impactos em virtude da Pandemia da SARS - COVID 19º, DELIBERAÇÃO Nº 043/2021 – CEDCA/PR, recurso recebido via FIA/CDECA-PR, no valor de R$: 10.000,00 que se encontra em execução dentro do prazo de vigência do repasse.

Resolve:

Art. 1º - após apresentar relatório da conta do repasse junto a este conselho onde não houve gastos nesse período apenas rendeu a aplicação do recurso está com R$: 10.255,58 de saldo em conta mais que o mesmo será executado dentro do período de vigência do repasse, conforme Plano de Ação.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, decidiu por: **aprovar** a prestação de conta referente ao 1º semestre de 2022, do repasse para "Ações para Crianças e Adolescentes que sofreram impactos em virtude da Pandemia da SARS - COVID 19º, DELIBERAÇÃO Nº 043/2021 – CEDCA/PR/ 2021.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigora na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrários.

Publique-se.

Marquinho - PR, 18 de setembro de 2023.

Aldair Mossolin
Presidente–CMDCA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO – PR
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RUA SETE DE SETEMBRO, BAIRRO CENTRO, S/N,
FONE:4236481102, CEP: 85168000

RESOLUÇÃO Nº12/2023 - CMDCA

Súmula: Aprovar prestação de conta 2º semestre 2022 Deliberação Nº043/2021 CEDCA/PR,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Marquinho - PR, no uso das competências e atribuições legais que lhe conferem a Lei nº 888/2023, de 28 de março de 2023. Em reunião ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2023, reuniram – se para Pauta do dia referente apreciação e aprovação da prestação de conta referente ao 2º semestre de 2022, do repasse para "Ações para Crianças e Adolescentes que sofreram impactos em virtude da Pandemia da SARS - COVID 19º, DELIBERAÇÃO Nº 043/2021 – CEDCA/PR, recurso recebido via FIA/CDECA-PR, no valor de R$: 10.000,00 que se encontra em execução dentro do prazo de vigência do repasse.

Resolve:

Art. 1º - após apresentar relatório da conta do repasse junto a este conselho onde não houve gastos nesse período apenas rendeu a aplicação do recurso está com R$: 10.769,94 de saldo em conta mais que o mesmo será executado dentro do período de vigência do repasse, conforme Plano de Ação.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, decidiu por: **aprovar** a prestação de conta referente ao 2º semestre de 2022, do repasse para "Ações para Crianças e Adolescentes que sofreram impactos em virtude da Pandemia da SARS - COVID 19º, DELIBERAÇÃO Nº 043/2021 – CEDCA/PR/ 2021.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigora na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrários.

Publique-se.

Marquinho - PR, 18 de setembro de 2023.

Aldair Mossolin
Presidente–CMDCA.



AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 19/2023

O Município de Chopinzinho, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 76.995.414/0001-60, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, torna público que fará, **a partir da publicação deste Edital, pelo prazo 15 (quinze) dias,** CHAMADA PÚBLICA, para fins de credenciamento de Produtores Rurais da Agricultura Familiar interessadas em acessar o Programa de Auxílio para Construção de Esterqueiras para manejo de dejetos animais.

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.chopinzinho.pr.gov.br/.

Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, do Município de Chopinzinho, ou através do telefone (46) 3242-2503 ou (46) 9 8401-3129.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR.
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão. Edital nº 70/2023. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 05 de outubro de 2023, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Sacolas Ecológicas para o Projeto "Carregando Sonhos". Valor máximo estimado: R$ 14.820,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte reais). Gênero: Material de Consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 3242-8614 (046) 9 8401-3560.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

Aditivo n° 01 ao Termo de Colaboração nº 01/2023 - Chamamento Público nº 01/2023. Município: Município de Coronel Vivida. ENTIDADE: INSTITUTO MÉDICO NOSSA VIDA DE CORONEL VIVIDA, CNPJ nº 17.340.842/0001-95. O valor total do repasse das emendas impositivas é de R$ 384.000,00, conforme cronograma de desembolso, sendo que o município já faz um repasse mensal de R$ 40.000,00, fica aumentado um valor mensal de R$ 24.000,00, a partir de 01 de outubro de 2023. Totalizando para este aditamento o valor total de R$ 144.000,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 19 de setembro de 2023. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Memorando 23- 2.986/2023

De: SILVIO R. - SMA-LC

Para: SMECE-DE - Documentação Escolar

Data: 05/10/2023 às 11:47:15

Prezada; Fabiane Riedi Rossi - SMECE-DE

Encaminho proposta da empresa RMR Gráfica Ltda, CNPJ 46.202.155/0001-01

Concedido prazo para envio das amostras ate dia 06 de novembro de 2023.

–

Silvio Alves da Rosa

Anexos:

proposta_rmr_chopinzinho1.pdf

CNPJ: 46.202.155/0001-01

RMR GRAFICA LTDA

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social do Proponente: RMR GRAFICA LTDA

CNPJ do Proponente BRASIL: 46.202.155/0001-01

E-mail: RMR.LICITACAO@HOTMAIL.COM

Endereço: RUA VIDAL RAMOS, 682, BELA VISTA, CHAPECO-SC

Telefone/Fax: (49) 3304-5883

Dados bancários: BANCO DO BRASIL AGENCIA 7643-0 CONTA 658-0

PIX (CNPJ) 46.202.155/0001-01

Item	Especificação do Produto	Quantidade TOTAL	Unidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto
04	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm re-forçadas no mesmo material, contendo bolso ex-terno na parte superior, no tamanho 15 cm de lar-gura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).	**650**	Und	**11,49**	7.468,50

Valor total da proposta: R$7.468,50(sete mil e quatrocentos e sessenta e oito reais com cinquenta centavos)

Marca / modelo: RMR

Prazo de garantia 12 meses

Condições de Pagamento: conforme edital

A validade da proposta é de **90 (noventa) dias**.

IMPRESSÃO DIGITAL

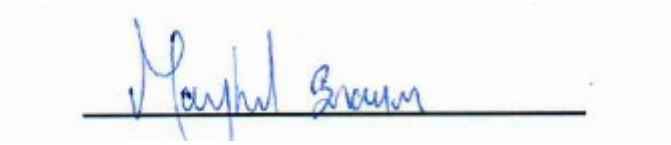
CNPJ: 46.202.155/0001-01

RMR GRAFICA LTDA

PRAZO DE ENTRAGA: conforme edital

LOCAL DE ENTREGA DE ACORDO COM O EDITAL

CHAPECO-SC 05 DE OUTUBRO DE 2023



MAYKEL BRAUN DE OLIVEIRA:02662081007

Assinado de forma digital por MAYKEL BRAUN DE OLIVEIRA:02662081007
Dados: 2023.10.05 11:17:42 -03'00'

MAYKEL BRAUN DE OLIVEIRA – DIRETOR
CPF 026.620.810-07
RG 41065806 SSP-RS

Memorando 24- 2.986/2023

De: Fabiane R. - SMECE-DE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos - A/C SILVIO R.

Data: 06/11/2023 às 10:17:08

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, SMECE-DE, SMASMF-CLIFA, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Segue relatório de avaliação da amostra.

_

Fabiane Riedi Rossi
Agente Adm

Anexos:

20231105_170954_PDF_2_.pdf
RELATORIO_DE_ANALISE_SACOLA_ECO_BAG_2023.doc

Assinado por 1 pessoa: FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/E66F-CA41-F316-F95D e informe o código E66F-CA41-F316-F95D

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600

85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL, REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO 119/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL 70/2023.

Item	PRODUTO	EMPRESA	AVALIAÇÃO
01	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm	RMR GRAFICA LTDA	O produto não atende as especificações do edital em relação as medidas da sacola, bolso externo e das sublimações.

** Amostra apresentada no dia 30 de outubro de 2023 e analisada* pela Equipe Técnica da Secretaria de Educação, *estando de acordo com o descritivo, atendendo todas as especificações sem ressalvas.*

Chopinzinho, 06 de novembro de 2023.

Mari Lucia Lazarotto

Mari Lucia Lazarotto
Secretária M. de Educação Cultura e Esportes

Mari Lucia Lazarotto
Secretária de Educação
Cultura e Esportes
Dec. nº 010/2021 de 07/01/2021

Assinado por 1 pessoa: FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/E66F-CA41-F316-F95D e informe o código E66F-CA41-F316-F95D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E66F-CA41-F316-F95D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

FABIANE RIEDI ROSSI (CPF 039.XXX.XXX-10) em 06/11/2023 10:17:35 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/E66F-CA41-F316-F95D

Memorando 25- 2.986/2023

De: Micheli D. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 07/11/2023 às 08:07:14

Em anexo:

- Publicação do Relatório

_

Micheli Leticia Dietrich
Auxiliar Administrativo

Anexos:

Publicacao_do_Relatorio_de_Avaliacao_de_Amostras.pdf

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL, REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO 119/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL 70/2023.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL, REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO 119/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL 70/2023.

Item	Produto	EMPRESA	AVALIAÇÃO
01	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm	RMR GRAFICA LTDA	O produto não atende as especificações do edital em relação as medidas da sacola, bolso externo e das sublimações.

** Amostra apresentada no dia 30 de outubro de 2023 e analisada* pela Equipe Técnica da Secretaria de Educação*, estando de acordo com o descritivo, atendendo todas as especificações sem ressalvas.*

Chopinzinho, 06 de novembro de 2023.

MARI LUCIA LAZAROTTO
Secretária M. de Educação Cultura e Esportes

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:0F033CEC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/11/2023. Edição 2893
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Memorando 26- 2.986/2023

De: SILVIO R. - SMA-LC

Para: SMECE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Data: 07/11/2023 às 10:54:29

Prezada Fabiane Riedi Rossi - SMECE-DE

Encaminho proposta da empresa Bela Vista Textil Ltda, CNPJ 30.824.284/0001-00

Concedido prazo para envio das amostras ate dia 27 de novembro de 2023.

_
_

Silvio Alves da Rosa

Anexos:

BELA_VISTA_PROPOSTA_FINAL_07_11_2023pdf.pdf

BELA VISTA
TÊXTIL

A,
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - PR

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta de preço, de acordo com o objeto: Constitui objeto deste PREGÃO a AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PRO JETO "CARREGANDO SONHOS", conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos referente ao Pregão Eletrônico 70/2023, de 05/10/2023 às 09:00.

DADOS DO LICITANTE:

Razão social: BELA VISTA TEXTIL LTDA
CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00 / **Inscrição Estadual nº:** 003222740.00-05 / **Inscrição Municipal:** 1.090.973/001-3
Endereço: RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, Nº 91, **BAIRRO:** SÃO JOÃO BATISTA, **CIDADE:** BELO HORIZONTE/MG, **CEP:** 31.520-085
Telefone: (31) 9 8109-2105 / Atas e pedidos (31) 97247-4161/ Amostras e documentação
Banco: BANCO DO BRASIL | **AGÊNCIA** - 1222-X | **CONTA CORRENTE** - 60.339-2
E-mail: BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL:

Nome: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Cargo: Diretor Proprietário
Identidade: MT-475520060
CPF: 979.801.886-91

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA, FABRICANTE E ORIGEM	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	650 Unid.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm refor-çadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identifica-ção e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).	BV Bela Vista BRASIL	R$ 15,29	R$ 9.938,50
VALOR TOTAL:	**R$ 9.938,50**	**(Nove mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).**			

Prazo de entrega: 30 DIAS
Prazo de validade da proposta: 60 DIAS
Condições de pagamento: 30 DIAS
Garantia: CONFORME O EDITAL

(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com
Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085

BELA VISTA
TÊXTIL

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do edital do pregão e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar do pregão foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado.

Belo Horizonte/MG, 7 de novembro 2023 .

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691

Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.11.07 10:21:01 -03'00'

(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com
Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085

Memorando 27- 2.986/2023

De: Fabiane R. - SMECE-DE

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos - A/C SILVIO R.

Data: 28/11/2023 às 16:32:11

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, SMECE-DE, SMASMF-CLIFA, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

_

Fabiane Riedi Rossi
Agente Adm

Anexos:

2_RELATORIO_DE_ANALISE_SACOLA_ECO_BAG_2023.doc
2_RELATORIO_DE_ANALISE_SACOLA_ECO_BAG_2023.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FCED-02B0-2964-3122 e informe o código FCED-02B0-2964-3122

Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.414/0001-60

Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Telefax (46) 3242-8600

85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

2 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL, REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO 119/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL EDITAL 70/2023.

Item	PRODUTO	EMPRESA	AVALIAÇÃO
01	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm	BELA VISTA TEXTIL	O produto atende as especificações do edital

** Amostra apresentada no dia 24 de novembro de 2023 e analisada* pela Equipe Técnica da Secretaria de Educação, *estando de acordo com o descritivo, atendendo todas as especificações sem ressalvas.*

Chopinzinho, 28 de novembro de 2023.

Mari Lucia Lazarotto
Secretária M. de Educação Cultura e Esportes

Assinado por 1 pessoa: MARI LÚCIA LAZAROTTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FCED-02B0-2964-3122 e informe o código FCED-02B0-2964-3122

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: FCED-02B0-2964-3122

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARI LÚCIA LAZAROTTO (CPF 759.XXX.XXX-34) em 28/11/2023 16:45:49 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FCED-02B0-2964-3122

Memorando 28- 2.986/2023

De: Andreia S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 30/11/2023 às 09:25:44

Publicação do Relatório.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

Relatorio_Analise_de_Amostra_AMP.pdf

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2_RELATORIO_DE_ANALISE_SACOLA_ECO_BAG_2023

2 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL, REFERENTES AO
PROCESSO LICITATÓRIO 119/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL 70/2023.

Item	Produto	EMPRESA	AVALIAÇÃO
01	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm	BELA VISTA TEXTIL	O produto atende as especificações do edital

***** *Amostra apresentada no dia 24 de novembro de 2023 e analisada* pela Equipe Técnica da Secretaria de Educação*, estando de acordo com o descritivo, atendendo todas as especificações sem ressalvas.*

Chopinzinho, 28 de novembro de 2023.

MARI LUCIA LAZAROTTO
Secretária M. de Educação Cultura e Esportes

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:0695ADAE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30/11/2023. Edição 2909
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Memorando 29- 2.986/2023

De: SILVIO R. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 30/11/2023 às 13:21:02

Proposta e Documentos de Habilitação da Empresa Bela Vista Textil Ltda

_

Silvio Alves da Rosa

Anexos:

308242_1.PDF
308242_2.PDF
BELAVI_2.PDF
BELA_VISTA_ACT_E_NF_4_PARANAIBA_MOCHILA_ESTOJO_NECESSAIRE_ECOBAG.pdf
BELA_VISTA_ACT_E_NF_5_DOBRA_CAMISETAS_PERSONALIZADAS_EIRELI_MOCHILA.pdf
BELA_VISTA_ALVARA_DE_LOCALIZACAO_E_FUNCIONAMENTO_VALIDADE_11_05_2028.pdf
BELA_VISTA_Carteira_CRC_THIAGO.pdf
BELA_VISTA_CEIS_CNEP_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CERTIDAO_DE_HABILITACAO_PROFISSIONAL_CRC_MG_11_10_2023.pdf
BELA_VISTA_CERTIDAO_DE_INTEIRO_TEOR_05_07_2023.pdf
BELA_VISTA_CNDS_SIMPLIFICADA_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CNDT_05_11_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_CNEP_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_ESPECIFICA_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_ESTADUAL_18_10_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_ESTADUAL_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_FALENCIA_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_FALENCIA_E_CONCORDATA_22_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_FALENCIA_E_CONCORDATA_24_12_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_FEDERAL_26_12_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_FGTS_08_10_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_IMPROBILIDADE_ADMINISTRATIVAE_INELEGIBILIDADE_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_MUNICIPAL_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_MUNICIPAL_AUTENTICIDADE_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_SIMPLIFICADA_25_08_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_SIMPLIFICA_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_TCU_INIDONEOS_PF_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CND_TCU_INIDONEOS_PJ_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CNEP_E_CEIS_PF_E_PJ_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CNH_WILLIAM.pdf
BELA_VISTA_CNPJ_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CNP_E_CEIS_PF_19_09_2023.pdf
BELA_VISTA_CONTRATO_SOCIAL_REGISTRADO.pdf
BELA_VISTA_DECLARACAO_CONJUNTA_E_DADOS_DA_EMPRESA.pdf
BELA_VISTA_INCRICAO_MUNICIPAL_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_INSCRICAO_ESTADUAL_21_09_2023(1).pdf
BELA_VISTA_INSCRICAO_ESTADUAL_21_09_2023.pdf

BELA_VISTA_OPTANTE_SIMPLES_NACIONAL.pdf
BELA_VISTA_PROPOSTA_FINAL_07_11_2023pdf.pdf
BELA_VISTA_QSA_21_09_2023.pdf
BELA_VISTA_SICAF_08_10_2023(1).pdf
BELA_VISTA_SICAF_08_10_2023.pdf
BELA_VISTA_TCU_CONSULTA_CONSOLIDADA_24_08_2023.pdf
BELA_VISTA_TermoAutenticacao_232341125_2022.pdf
BELA_VISTA_termo_e_desmostrativo_2022.pdf
CNDT.pdf
consultarSituacaoFornecedor_30824284000100_2023_11_29.pdf
Consulta_Regularidade_do_Empregador.pdf
DECLARACAO.pdf
Livro_232341125.pdf
NF_4_DIST_DE_PRODUTOS_ALIMENTICIOS_PARANAIBA_LTDA_EPP.pdf
nivel1Credenciamento_30824284000100_2023_11_29.pdf
nivel3RegFiscalFederal_30824284000100_2023_11_29.pdf
nivel4RegFiscalEstadualMunicipal_30824284000100_2023_11_29.pdf
nivel6QualificacaoEconomicaFinanceira_30824284000100_2023_11_29.pdf
PROPOSTA_2023_11_07T103813_530.pdf
TCE.pdf
TCU.pdf
TermoAutenticacao_232341125.pdf

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **ABGDLJILOJ**
Documento/Certidão nº **25.145.904** Exercício: **2023**
Emissão em: **24/11/2023** Requerimento em: **14:33:37** Validade: **24/12/2023**

Nome: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
CNPJ: **30.824.284.0001.00**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 11/10/2023

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 09/01/2024

NOME/NOME EMPRESARIAL: BELA VISTA TEXTIL LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003222740.00-05	CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R MADRE TERESA DE CALCUTA		NÚMERO: 91
COMPLEMENTO:	BAIRRO: SAO JOAO BATISTA	CEP: 31520085
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000695907402

DOBRA
CAMISETAS PERSONALIZADAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que Bela Vista Têxtil, empresa estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, situada a rua Madre Teresa de Calcutá, n° 91, Bairro São João Batista, inscrita no CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00, forneceu o(s) material (is) abaixo discriminado(s), atendendo a todos os requisitos técnicos qualitativos e quantitativos exigidos por esta contratante.

ITEM	QUANT.	DISCRIMINAÇÃO DO ITEM
01	5.000	Mochila/Sacochila.

Registramos ainda que as entregas dos produtos acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser verdade firmamos o presente.

30.152.838/0001-61
Insc. Est.: 003463507.00-18
DOBRA CAMISETAS PERSONALIZADAS EIRELI
Av. Elias Antônio Issa, nº. 85
B: Letícia - CEP: 31.570-010
BELO HORIZONTE - MG

DOBRA CAMISETAS PERSONALIZADAS LTDA:30152838000161

Assinado de forma digital por DOBRA CAMISETAS PERSONALIZADAS LTDA:30152838000161
Dados: 2023.08.07 13:13:57 -03'00'

Belo Horizonte, 22 de Março de 2023.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA; inscrita no CNPJ sob o número 30.824.284/0001-00, sediada à RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, Nº 91, BAIRRO SÃO JOÃO BATISTA, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 31.520-085, forneceu-nos o material abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Mochila	2.000 Und.
2	Estojo	2.000 Und.
3	Necessaire	2.000 Und.
4	Sacolas ecológicas	2.000 Und.

Informamos ainda que o fornecimento foi executado dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.

Por ser verdade, este documento segue assinado por Alex Teodoro de Oliveira, Gerente da Distribuidora de Produtos Alimentícios Paranaíba Eireli.

Vespasiano/MG, 14 de março de 2023.

ALEX TEODORO DE OLIVEIRA:82844020682

Assinado de forma digital por ALEX TEODORO DE OLIVEIRA:82844020682
Dados: 2023.03.14 16:09:37 -03'00'

Alex Teodoro de Oliveira
Gerente
Distribuidora de Produtos Alimentícios Paranaíba Eireli
CNPJ: 19.825.613/0001-96
Rua Otávio de Almeida Rodrigues, nº 170, Bela Vista,
Vespasiano/MG - CEP 33.205-518
(31) 3453-1198

DOBRA
CAMISETAS PERSONALIZADAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que Bela Vista Têxtil, empresa estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, situada a rua Madre Teresa de Calcutá, n° 91, Bairro São João Batista, inscrita no CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00, forneceu o(s) material (is) abaixo discriminado(s), atendendo a todos os requisitos técnicos qualitativos e quantitativos exigidos por esta contratante.

ITEM	QUANT.	DISCRIMINAÇÃO DO ITEM
01	5.000	Mochila/Sacochila.

Registramos ainda que as entregas dos produtos acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser verdade firmamos o presente.

30.152.838/0001-61
Insc. Est.: 003463507.00-18
DOBRA CAMISETAS PERSONALIZADAS EIRELI
Av. Elias Antônio Issa, nº. 85
B: Letícia - CEP: 31.570-010
BELO HORIZONTE - MG

Belo Horizonte, 22 de Março de 2023.

(31) 98758-0424
(31) 3457-8335
contato@dobracamisetas.com.br
Av. Elias Antônio Issa, 85 - Candelária - Belo Horizonte | MG
CEP: 31.570-010 | CNPJ: 30.152.838/0001-61

RECEBEMOS DE BELA VISTA TEXTIL LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO - DESTINATÁRIO: DOBRA CAMISETAS PERSONALIZADAS EIRELI - AV ELIAS ANTONIO ISSA, 85 - CANDELARIA - BELO HORIZONTE - MG - EMISSÃO: 20-03-2023 - VALOR TOTAL: R$ 19.500,00

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº: 5
Série: 1

BELA VISTA TEXTIL LTDA

Madre Teresa de Calcuta, 91
Sao Joao Batista
Belo Horizonte
MG (31) 3429-9800 31.520-085

DANFE

Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saída: 1
Entrada: 0
1

FL 1 / 1
Nº: 5
Série: 1

CHAVE DE ACESSO
3123 0330 8242 8400 0100 5500 1000 0000 0512 8247 4820

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	131235279096377 21/03/2023 08:48:07

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTÁRIA	CNPJ
0032227400005		30.824.284/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF		DATA DA EMISSÃO
DOBRA CAMISETAS PERSONALIZADAS EIRELI			30.152.838/0001-61		20-03-2023
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**		**DATA DA ENTRADA/SAÍDA**
AV ELIAS ANTONIO ISSA, 85	CANDELARIA		31.570-010		20-03-2023
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INDICADOR IE**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA ENTRADA/SAÍDA**
BELO HORIZONTE		MG	1-Contribuinte	0034635070018	18:00:00

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	VALOR DO DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
5	19.500,00	0,00	19.500,00

DUPLICATAS

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	19-04-2023	19.500,00	------	------	------	------	------	------	------	------	------

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. DE ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0 - Emitente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID	QTD.	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL	BC.ICMS	VLR.ICMS	VLR.IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
002884	MOCHILA/SACOCHILA	63053900	0102	5102	UN	5.000,000	3,90	19.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI. /// O PAGAMENTO DEVE SER REALIZADO NA NA SEGUINTE CONTA: 001 - BANCO DO BRASIL / AG 1222-X / CONTA CORRENTE 60339-2. - Voce pagou aproximadamente : R$3835,65 de tributos federais R$3510,00 de tributos estaduais Fonte : IBPT	

powered by alterdata

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA - DML

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - Pessoa Jurídica

Nº do Alvará: 2023017211 **Data Concessão:** 11/05/2023 **Data de Validade:** 11/05/2028

Nº do Processo de Concessão: Emitido pela internet

SITUAÇÃO: Ativo **Responsável** Gerência de Licenciamento de Atividades Econômicas

A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

DADOS DO LICENCIADO

CNPJ: 30.824.284/0001-00 **Inscr. Municipal:** 1.090.973/001-3 **Data de Registro:** 24/01/2023

Razão Social: BELA VISTA TEXTIL LTDA

Nome Fantasia: BELA VISTA TEXTIL

O local é residência de um dos sócios da empresa: Não

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Índice Cadastral do IPTU: 908085 008 0015 **Regional:** VENDA NOVA - VN3

Endereço: RUA MADRE TERESA DE CALCUTA

Número: 91

Bairro: SAO JOAO BATISTA

Município: Belo Horizonte **CEP:** 31520-085

Tipo de imóvel constante no IPTU: CASA

Área utilizada(m²): 100,00

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS DO IMÓVEL

Permissividade da via: Vias Preferencialmente Residenciais - VR

Classificação da via: LOCAL **Largura da via:** < 10 M

Zoneamento: OM-4 - Ocupacao Moderada - 4

Área de Diretrizes Especiais (ADE): não inserido

ATIVIDADES

Código	Descrição
Subcategoria: INDÚSTRIA	**Tipologia:** Indústria de vestuário, couro e calçados
152110000	FABRICACAO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL (Grupo II) - Não exercida no local
141260100	CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA (Grupo II) - Não exercida no local
141260200	CONFECCAO, SOB MEDIDA, DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS (Grupo II) - Não exercida no local
141260300	FACCAO DE ROUPAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS (Grupo II) - Não exercida no local
141340100	CONFECCAO DE ROUPAS PROFISSIONAIS, EXCETO SOB MEDIDA (Grupo II) - Não exercida no local
141340200	CONFECCAO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS (Grupo II) - Não exercida no local
Subcategoria: INDÚSTRIA	**Tipologia:** Indústria editorial e gráfica
181300100	IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO (Grupo II) - Não exercida no local
Subcategoria: COMÉRCIO	**Tipologia:** Comércio atacadista de artigos de uso pessoal e doméstico
464190100	COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS (Grupo II) - Não exercida no local
464270100	COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA (Grupo II) - Não exercida no local
464270200	COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO (Grupo II) - Não exercida no local
464350100	COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS (Grupo II) - Não exercida no local

Código	Descrição
464350200	COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM (Grupo II) - Não exercida no local
Subcategoria: COMÉRCIO	**Tipologia:** Comércio atacadista de artigos de uso técnico profissional, máquinas, equipamentos e ferramentas
464780100	COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA (Grupo II) - Não exercida no local
465160100	COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA (Grupo II) - Não exercida no local
465160200	COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (Grupo II) - Não exercida no local
468690200	COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS (Grupo II) - Não exercida no local
464510100	COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS (Grupo II) - Não exercida no local
Subcategoria: SERVIÇO	**Tipologia:** Serviços auxiliares das atividadedes econômicas
821130000	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO (Grupo I) - Não exercida no local
Subcategoria: SERVIÇO	**Tipologia:** Serviços de reparação e conservação
952910100	REPARACAO DE CALCADOS, BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM (Grupo II) - Não exercida no local
952919900	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (Grupo II) - Não exercida no local

ATIVIDADES AUXILIARES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
	Tipologia: ATIVIDADES AUXILIARES
A	Escritório / sede administrativa de empresa (Grupo II)

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

- Todos os documentos indicados nas exigências para funcionamento da atividade deverão estar disponíveis no estabelecimento, à disposição para consulta da fiscalização e dos órgãos competentes

CONDIÇÕES GERAIS PARA FUNCIONAMENTO

- Para o funcionamento da atividade, deverão ser atendidas as normas sanitárias, ambientais, de segurança, acessibilidade e posturas, além das orientações constantes neste documento.
- Nos empreendimentos situados em terrenos com frente para logradouros de permissividade de usos diferentes, o acesso ao empreendimento por via na qual o uso não é permitido é condicionada a parecer favorável da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN, nos casos que não se enquadram no art. 1º da Portaria SMPU 028/2020 (Lei 11.181/19, artigo 176, §5o). Informações sobre como solicitar o parecer da SUPLAN podem ser obtidas em servicos.pbh.gov.br, no link https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5f159ffa9d569f7c4d4e29e6

De posse do parecer favorável ao acesso pela via no qual o uso não é permitido, solicitar o serviço de Consulta prévia manual para que essa informação seja incluída na consulta de viabilidade e consequentemente no Alvará de Localização e Funcionamento.

- O exercício da atividade não residencial deverá ocorrer em conformidade com os termos do alvará de localização e funcionamento, especialmente aqueles referentes às atividades licenciadas, à área utilizada e às restrições ou condições específicas de funcionamento. Caso haja alteração de atividade(s), área utilizada, endereço do estabelecimento, ou demais condições que estejam em desacordo com as informações constantes neste documento, deverá ser providenciado novo alvará de localização e funcionamento (Lei 11.181/19, artigo 339, §º3).

- Caso sejam utilizados terrenos adjacentes ou com frentes para outra(s) via(s), deverá ser realizada consulta de viabilidade para os demais índices cadastrais e endereços. Havendo resultados negativos, é necessário verificar a possibilidade de EXTENSÃO DE USO conforme §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 176 da Lei 11.181/2019 e Portaria SMPU 028/2020. Caso haja extensão de uso, a possibilidade de acesso ao empreendimento pela via para a qual a atividade não seja admitida deverá ser avaliada mediante requerimento de consulta prévia manual.

- Em caso de edificação condominial, o atendimento ao disposto na convenção de condomínio e no código civil é de total responsabilidade do licenciado.
- Em imóveis de propriedade pública, o exercício da atividade somente pode ser autorizado mediante obtenção de termo de permissão de uso emitido pelo órgão proprietário do imóvel.
- O alvará de localização e funcionamento deverá ficar afixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização. (Decreto 14.060/2010, artigo 6º, parágrafo único)

- Todas as edificações destinadas ao USO COLETIVO, cuja finalidade seja comercial, serviço, industrial ou residencial multifamiliar deverão possuir Laudo Técnico de segurança, emitido por profissional legalmente habilitado, com a respectiva ART ou RRT, que ateste a eficiência do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (Decreto 11.998/05).
- A emissão de ruídos, sons e vibrações em decorrência de atividades exercidas em ambientes confinados ou não, no Município de Belo Horizonte, obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pela Lei n° 9.505, de 23 de janeiro de 2008 que dispõe sobre o controle de ruídos, sons e vibrações no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Conforme disposto em seu (Art. 2°; Inciso I a IV) é proibida a emissão de ruídos, sons e vibrações, produzidos de forma que ponha em perigo ou prejudique a saúde individual ou coletiva; cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas; cause incômodo de qualquer natureza; cause perturbação ao sossego ou ao bem-estar públicos; ultrapasse os níveis fixados nesta Lei. A imissão de ruídos acima do limite permitido pode gerar penalidades (Lei Municipal 9.505 de 23 de janeiro de 2008). Se no futuro forem constatados incômodos ou o não atendimento aos limites estabelecidos pela mencionada lei, medidas de adequação deverão ser implementadas.

- A atividade deve ser exercida dentro dos limites da área informada, não sendo permitida a utilização de espaço público, como calçadas, praças entre outros, exceto nos casos de obtenção de licenças específicas para tal (mesas e cadeiras, toldos, etc).
- Caso o imóvel possua Área de Preservação Permanente (APP), esteja a menos de 30m de curso d´água em leito natural e/ou a 50m de nascente ou insurgência d´água, solicitar avaliação da SMMA. Neste caso, deverão ser observadas as disposições referente as áreas de preservação permanente (APP's) constantes na Lei Federal n° 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Federal) e Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (Código Florestal do Estado de Minas Gerais).
- Estabelecimentos que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares são obrigados a implantar sistema eletrônico de alarme sonoro e luminoso detector do gás (Lei 10.270/2011, artigo 1º).
- Os endereços dos imóveis de Belo Horizonte passam por constantes processos de consolidação e adequação, podendo, o Executivo promover a qualquer tempo sua retificação total ou parcial. Portanto o endereço constante nesse documento poderá ser alterado, caso se enquadre em algum critério de adequação (Lei Municipal n.º 9.691/2009, artigo 41).
- Para a instalação de engenho de publicidade (placas ou similares) obter licença específica junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 281). Para obter informações sobre licença de engenho de publicidade, acesse o link: https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6a7597ea9b0e547c484d9e

Para a instalação de toldos no afastamento frontal ou no passeio obter licença de toldo junto à Prefeitura, conforme Código de Posturas (Lei 8.616/2003, artigo 84). Para obter informações sobre licença de toldo, acesse o link: https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5e6fb6acea9b0e547cd7016c

- É responsabilidade do empreendedor a garantia do exercício das atividades econômicas com o cumprimento das medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias atribuídas a elas pela Lei 11.181/19 ou no processo de licenciamento urbanístico ou ambiental, bem como com o atendimento às condições de segurança previstas na legislação pertinente. (Lei 11.181/19, artigo 339, §4º).
- O munícipe é responsável pela veracidade das informações por ele prestadas ao Executivo (Lei 11.181/19, artigo 346 § 3º).
- O consumo humano de água potável somente pode ser realizado por meio do sistema público de abastecimento de água (COPASA), não sendo permitida a utilização de fontes alternativas de água para consumo humano como poço tubular, cacimba, nascente, entre outros. (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Municipal 7.031/1996)

- Estabelecimentos localizados dentro dos limites laterais das superfícies de APROXIMAÇÃO, DECOLAGEM ou TRANSIÇÃO de AERÓDROMOS, que exerçam atividades de natureza perigosa (consideradas como aquelas que produzem ou armazene material explosivo ou inflamável, que cause perigosos reflexos, irradiações, fumaça ou emanações, ou que possam proporcionar riscos à segurança de voo), necessitam de aprovação do COMAER para sua instalação, conforme itens 10.6 e 10.7 da Portaria COMAER ICA 11-408. Informações sobre as zonas de proteção na qual o imóvel está inserido podem ser verificadas na informação básica, obtida no endereço eletrônico https://siurbe.pbh.gov.br

Documento válido até a data de validade indicada.
A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo QRCode ao lado ou no site alf.siatu.pbh.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CATEGORIA
CONTADOR

Nº DO REGISTRO
MG-089008/O-0

NOME
THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS



FILIAÇÃO
ADILSON LUCAS DOS SANTOS

MARIA DA PAIXAO ALMEIDA SANTOS

ASSINATURA DO PROFISSIONAL

NASCIMENTO	NACIONALIDADE	NATURALIDADE
03/06/1984	BRASILEIRA	BELO HORIZONTE-MG
DIPLOMAÇÃO	CPF	RG
26/01/2011	014.410.486-50	MG-8.633.740 SSP-MG
TÍTULO		TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS		FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.



DATA DE EXPEDIÇÃO
02/10/2015

Marco Aurélio Cunha De Almeida
PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS CNEP

CPF / CNPJ sancionado: 97980188691 30824284000100

LIMPAR

Data da consulta: 21/09/2023 08:43:14

Data da última atualização: 01/1900 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 09/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
REGISTRO..... : MG-089008/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.410.486-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 13/07/2023 as 08:17:50.
Válido até: 11/10/2023.
Código de Controle: 420846.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2300037273

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

BELO HORIZONTE
Local

16 JANEIRO 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23030765518 e código de segurança 4C1Y. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
Doc: Memorando 2-986/2023 | Anexo: BELA_VISTA_CERTIDAO_DE_INTEIRO_TEOR_05_07_2023.pdf:18) 4C1Y64
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/030.765-5	MGP2300037273	18/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e código de segurança 4SJ8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

Empresa: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
Nome Fantasia: **BELA VISTA TEXTIL**
Endereço**:** Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085.

CNPJ: **30.824.284/0001-00** Inscrição municipal **1.090.9730001-3**
Inscrição Estadual: **003222740.00-05** Capital Social: **R$ 100.000,00**

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, brasileiro, empresário, divorciado, nascido em 08/11/1971, portador da Carteira de identidade nº 475520060, expedida pela MT/MG e com o CPF nº 979.801.886-91, residente e domiciliado na Rua Verdejante, nº 216, bairro São Gabriel, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.980-480, empresário com sede na Rua Verdejante, nº 216, bairro São Gabriel, Belo Horizonte/MG –CEP: 31.980-480, registrada com o CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00**,** fazendo uso do que permite o § 3ºdo art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**, que após o deferimento deste instrumento passará a reger mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1ª CLÁUSULA - DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE
A sociedade adotará o nome empresarial **BELA VISTA TEXTIL LTDA**, com o nome fantasia **"BELA VISTA TEXTIL"**.

2ª CLAUSULA – SEDE
A empresa terá sua sede na Rua Madre tereza de Calcutá, nº 91, bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085.

3ª CLÁUSULA - OBJETO SOCIAL
O objeto da sociedade passou a ser: a) comercio atacadista de calcados, tecidos, bolsas, malas e artigos de viagem, comercio atacadista de artigos de escritório, material escolar, papelaria, agendas, brindes e embalagens, comercio atacadista de artigos do vestuário, acessórios exceto profissionais e segurança, comercio atacadista de roupas, acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, comercio atacadista de suprimentos e equipamentos para informática, comercio atacadista de maquinas de costuras, equipamentos de proteção individual - EPIS, produtos descartáveis, acrílicos, comercio atacadista de materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios. b) confecção de peças de vestuário profissional de modo geral, confecção de peças do vestuário exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medidas, confecção sob medidas de peças do vestuário exceto roupas intimas, facção de peças do vestuário exceto roupas intimas, fabricação de: roupas de proteção, segurança e resistência a fogo, materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios, artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material. c) importação e exportação de: maquinas de costuras, roupas de vestuário e profissionais, equipamentos de proteção individual - EPIS, calcados, bolsas, brindes, produtos descartáveis, canetas, tecidos, acrílicos, agendas, material escolar, papelaria, artigos de escritório e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios. d) reparação e manutenção de calcados, bolsas, artigos de viagem e outros objetos, impressão de material para uso publicitário, prestação de serviços em serigrafia, combinados de escritórios e apoio administrativo

4ª CLÁUSULA - ATIVIDADE COMERCIAL
As atividades comerciais da empresa iniciaram na data do seu registro na Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG) e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

5ª CLÁUSULA - FILIAL
A empresa até a presente data, não possui nenhuma filial, entretanto lhe é facultada o direito de promovera abertura de filial e/ou filiais em qualquer época e em qualquer parte do território nacional e também noexterior.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030/765-5 e código de segurança AS1W. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

6ª CLÁUSULA - CAPITAL SOCIAL

O capital social que era de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), integralizado em moeda corrente nacional,passará a ser de R$ 100.000,00, (Cem mil reais) divididos em 100.000,00 (cem mil) quotas no valor nominalde R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o presente aumento de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) integralizados em moeda corrente nacional neste ato, ficando assim, distribuídos da seguinte forma:

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	**R$ 100.000,00**
TOTAL	**R$ 100.000,00**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Tendo esta sociedade o caráter personalíssimo e de atributos essenciais da personalidade e habilitação de seu sócio e único administrador, a totalidade das quotas do capital social são gravadas com adoção do instituto **INTUITU *PERSONAE*,** não se admitindo em nenhuma hipótese a transferência de quotas, total ou parcial, a qualquer título, para quaisquer terceiros, salvo se por direitos hereditários indisponíveis previstos na legislação brasileira, e sendo assim, será sob condições restritivas de **INCOMUNICABILIDADE** e de **IMPENHORABILIDADE**, nos termos do Código Civil (Lei 10.406/2002) e ainda pelas cláusulas do presente instrumento, que passa a ser oficial para todos os efeitos legais e jurídicos.

7ª CLÁUSULA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade, bem como o uso do nome empresarial, será exercida pelo sócio **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS,** acima já qualificado, com os poderes e atribuições de representar a sociedade ativae passivamente, em juízo ou fora dele, ***assinando isoladamente*** pelas movimentações em repartições públicas, cartórios, sindicatos, Ministérios e onde mais preciso for, emitir e assinar contratos em geral, assinar carteiras profissionais, admitir e demitir empregados, movimentações financeiras em quaisquer órgãos bancários em especial do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, autorizando o uso do nomeempresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações sejaem favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Fica facultado a sociedade a nomeação de administradores não sócios ou procuradores, para agir em nome da sociedade, para determinado período, sendo especificados no documento de procuração todos os atos a serem praticados pelos procuradores. Excetua-se pelo prazo determinado a procuração ad judicia, que poderá ser por prazo indeterminado.

8ª CLÁUSULA - RETIRADA PRÓ-LABORE

O sócio **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS,** acima já qualificado, poderá a qualquer momento, fixar uma retirada mensal,a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

9ª CLÁUSULA - COMPETÊNCIA DOS ADMINISTRADORES

Compete ao sócio/administrador, cumprir e fazer cumprir todas as Cláusulas Contratuais deste instrumento, tendo para tanto, poderes que a lei outorga e assegura o pleno funcionamento regular da sociedade, ficando, outrossim, investidos das faculdades que ora lhes são atribuídas: transigir, acordar, renunciar, confessar dívida ou firmar compromissos.

10ª CLÁUSULA - FALECIMENTO, INTERDIÇÃO E OUTROS

Em caso de falecimento, interdição ou insolvência de qualquer um dos sócios quotistas, não determinaráa dissolução da sociedade que continuará a existir entre os remanescentes e os herdeiros do quotista falecido ou interditado, que desejarem. Quando os herdeiros e/ou sucessores ou representantes legais não desejarem participar da sociedade, a parte do sócio excluído será com base no último balanço levantado e paga a quem de direito, em parcelas mensais e sucessivas, preservando sempre a saúde financeira da empresa. O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar deste seu propósito ao outro sócio, por escrito, contra recibo. Nos 60 (sessenta) dias seguintes ä mencionada notificação, será feito um Balanço geral com base na data da mesma e os haveres que assim forem apurados, serãopagos ao sócio retirante, através de parcelas iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) diasapós data do Balanço de apuração de haveres e não serão computados os lucros e perdas ulteriores a retirada se não forem consequências diretas de atos anteriores às notificações de retirada.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030765-5 e código de segurança 4ESW. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

11ª CLÁUSULA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O sócio/administrador declara sob as penas da lei, de não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitosdela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar,de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistemafinanceiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública,ou a propriedade.

12ª CLÁUSULA - EXERCÍCIO COMERCIAL

Ao termino de cada exercício social se dará sempre em 31 de dezembro de cada ano, os administradoresprestarão contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas os lucros ou prejuízos apurados.

13ª CLÁUSULA - TRANSFERÊNCIAS DE QUOTAS

As quotas de capital são indivisíveis e a sua transferência a terceiros estranhos a sociedade, somente poderá ser realizada mediante consentimento expresso dos demais sócios, que sempre terão direito de preferência, em iguais condições às de terceiros.

14ª CLAUSULA - EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Por decisão do sócio representando mais da metade do capital social, poderá ser excluído da sociedade,mediante alteração do contrato social, o sócio que encontrar-se em mora, em relação ás quotas subscritas, ou que colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegáveis gravidades, tais como: uso da Sociedade e/ou do nome empresarial em atividades estranhas ao interessesocial, fornecimento de informações técnicas a terceiros, desenvolvimento de atividades ou atuação profissional, fora da sociedade, no mesmo ramo de atividade desta.

15ª CLÁUSULA - USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A denominação social da empresa não pode ser usada em casos de Avais, Favores Abonos Fianças, e/ou assuntos da mesma semelhança.

16ª CLÁUSULA - ENQUADRAMENTO

O signatário do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

17ª CLÁUSULA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as leis vigentes do País, ficando eleito o FORO da Comarca de Belo Horizonte/MG como único competente para apreciar e/ou dirimir, quaisquer dúvidas surgidas quanto á integridade do presente instrumento com renúncia expressa a qualquer outro que lhespossam assegurar.

E por acharem assim justos e pactuados, assinam digitalmente o presente instrumento de alteração contratual em 01 (uma) via, encaminhando a Junta Comercial para os seus devidos fins.

Belo Horizonte/MG, 16 de Janeiro de 2023.

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030/76550 e código de segurança 4CVM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/030.765-5	MGP2300037273	18/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e código de segurança 4ST8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, de NIRE 3121377463-7 e protocolado sob o número 23/030.765-5 em 18/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31213774637, em 24/01/2023. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Belo Horizonte. terça-feira, 24 de janeiro de 2023

Documento assinado eletrônicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 24/01/2023, às 07:06 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/030.765-5.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e código de segurança 4E5W Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. terça-feira, 24 de janeiro de 2023

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/1/0323960/87 e código de segurança 4S1V. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: BELA VISTA TEXTIL LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
30.824.284/0001-00	30/06/2018	30/06/2018

Endereço Completo:

RUA MADRE TERESA DE CALCUTA 91 - BAIRRO SAO JOAO BATISTA CEP 31520-085 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

A) COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS, TECIDOS, BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO, MATERIAL ESCOLAR, PAPELARIA, AGENDAS, BRINDES E EMBALAGENS, COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO, ACESSORIOS EXCETO PROFISSIONAIS E SEGURANCA, COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS, ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO, COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA, COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS DE COSTURAS, EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL - EPIS, PRODUTOS DESCARTAVEIS, ACRILICOS, COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS. B) CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO PROFISSIONAL DE MODO GERAL, CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDAS, CONFECCAO SOB MEDIDAS DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS, FACCAO DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS, FABRICACAO DE: ROUPAS DE PROTECAO, SEGURANCA E RESISTENCIA A FOGO, MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS, ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL . C) IMPORTACAO E EXPORTACAO DE: MAQUINAS DE COSTURAS, ROUPAS DE VESTUARIO E PROFISSIONAIS, EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL - EPIS, CALCADOS, BOLSAS, BRINDES, PRODUTOS DESCARTAVEIS, CANETAS, TECIDOS, ACRILICOS, AGENDAS, MATERIAL ESCOLAR, PAPELARIA, ARTIGOS DE ESCRITORIO E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS. D) REPARACAO E MANUTENCAO DE CALCADOS, BOLSAS, ARTIGOS DE VIAGEM E OUTROS OBJETOS, IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO, PRESTACAO DE SERVICOS EM SERIGRAFIA, COMBINADOS DE ESCRITORIOS E APOIO ADMINISTRATIVO

Capital Social: R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	R$ 100.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 24/01/2023 — Número: 31213774637

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230003305686 e visualize a certidão)

23/552.373-9

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	BELA VISTA TEXTIL LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Ato	002	-	ALTERACAO
Evento(s)	2244	-	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
	2247	-	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
	020	-	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
	2015	-	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
	051	-	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	315	-	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
	046	-	TRANSFORMACAO

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023 10:41

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230003305686 e visualize a certidão)

23/552.373-9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.824.284/0001-00
Certidão nº: 19446411/2023
Expedição: 09/05/2023, às 09:37:41
Validade: 05/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BELA VISTA TEXTIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.824.284/0001-00, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/09/2023 17:15:10

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
CNPJ: **30.824.284/0001-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **23/552.032-2**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **BELA VISTA TEXTIL LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3121377463-7, CNPJ 30.824.284/0001-00, ATIVA, com sede na RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, 91, BAIRRO SAO JOAO BATISTA, BELO HORIZONTE/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
INSCRICAO INSCRICAO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	30/06/2018	31812742619	30/06/2018
DESENQUADRAMENTO MEI	17/01/2023	9927931	17/01/2023
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL TRANSFORMACAO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	24/01/2023	31213774637	16/01/2023

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe o nº de protocolo C235003305995 e o código de segurança ajbw. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 21/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 20/07/2023 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 18/10/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: BELA VISTA TEXTIL LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003222740.00-05	CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R MADRE TERESA DE CALCUTA		NÚMERO: 91
COMPLEMENTO:	BAIRRO: SAO JOAO BATISTA	CEP: 31520085
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000668281841

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DE MINAS GERAIS

COMPROVANTE DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

NÚMERO DO PROTOCOLO	SERVIÇO
202.313.265.896-5	**Solicitar Certidão de Débitos Tributários**
CPF REQUISITANTE	NOME
30.824.284/0001-00	**BELA VISTA TEXTIL LTDA**

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	DATA DA SOLICITAÇÃO
Inscrição Estadual	**003222740.00-05**	**21/09/2023**
NOME/NOME EMPRESARIAL		DATA DA EMISSÃO
BELA VISTA TEXTIL LTDA		**21/09/2023**

OBSERVAÇÕES

1 - O atendimento nas Administrações Fazendárias está sendo realizado prioritariamente por meio digital. Veja todas as orientações para emissão de CDT em: http://www.fazenda.mg.gov.br/servicos/empresa/cdt/emitir-certidao-de-debitos-tributarios-cdt/. Em caso de dúvidas, se a CDT não for gerada automaticamente pelo sistema ou para detalhamento de CDT positiva de pessoa física ou jurídica não inscrita o contribuinte deverá entrar em contato por e-mail com a unidade da Administração Fazendária de sua circunscrição. Endereços de e-mail: http://www.fazenda.mg.gov.br/secretaria/enderecos/admfazendaria/ Se empresa da circunscrição de Belo Horizonte ou Contagem deverá registrar a demanda no canal de atendimento FALE COM A AF BH e Contagem disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/atendimento/fale-com-a-af/

2 - Endereços da unidade de sua circunscrição:
AF/1º NIVEL/BH-2
RUA: DA BAHIA Número: 1816
Bairro: LOURDES
Municipio: BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
CEP: 30160-924

3 - ATENÇÃO:
Documentos necessários para detalhamento da CDT com resultado Positiva ou Positiva com efeitos de Negativa, enviar requerimento por e-mail ou Fale com a AF BH e Contagem com número de protocolo da solicitação com dados para contato e anexar:
- Pessoa Jurídica INSCRITA na SEF/MG: Necessário realizar o login no SIARE;
- Pessoa Jurídica NÃO INSCRITA na SEF/MG: Contrato social ou de alteração que tenha cláusula administrativa ou do estatuto e da ata de eleição da última diretoria e Documento de identidade do representante legal;
- Pessoa Física: Documento de identidade;
- Espólio/inventário: Documento de identidade do(a) inventariante e Termo de nomeação do(a) inventariante.
Obs.: No caso de procurador, anexar identidade e procuração.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 05/09/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS 97980188691

30.824.284/0001-00

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 05/09/2023
Selo digital de segurança: **2023.CTD.Q9SP.ME4U.K0P0.AQL9.1X5I**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA
CNPJ: 30.824.284/0001-00

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 22 de Setembro de 2023 às 08:56

BELO HORIZONTE, 22 de Setembro de 2023 às 08:57

Código de Autenticação: 2309-2208-5722-0651-9866

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA
CNPJ: 30.824.284/0001-00

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 24 de Novembro de 2023 às 14:42

BELO HORIZONTE, 24 de Novembro de 2023 às 14:43

Código de Autenticação: 2311-2414-4333-0827-1798

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA
CNPJ: 30.824.284/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:44:27 do dia 29/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/12/2023.
Código de controle da certidão: **44A2.4B91.C57D.3ABA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.824.284/0001-00

Razão Social: BELA VISTA TEXTIL LTDA

Endereço: R MADRE TERESA DE CALCUTA 91 / SAO JOAO BATISTA (V / BELO HORIZONTE / MG / 31520-085

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/09/2023 a 08/10/2023

Certificação Número: 2023090903165847301290

Informação obtida em 15/09/2023 09:55:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/09/2023 às 16:00) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 30.824.284/0001-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6509.EFC0.4FB0.B016 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **IBEFKNMMOL**
Documento/Certidão nº **24.761.538** Exercício: **2023**
Emissão em: **19/09/2023** Requerimento em: **16:07:06** Validade: **19/10/2023**

Nome: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
CNPJ: **30.824.284.0001.00**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

CONFIRMAÇÃO DE AUTENTICIDADE

CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **IBEFKNMMOL**
Certidão nº **24.761.538** Exercicio: **2023**
Emissão em: **19/09/2023** Requerimento em: **16:07:06** Validade: **19/10/2023**

Nome: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
CNPJ: **30.824.284.0001.00**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: BELA VISTA TEXTIL LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
30.824.284/0001-00	30/06/2018	30/06/2018

Endereço Completo:

RUA MADRE TERESA DE CALCUTA 91 - BAIRRO SAO JOAO BATISTA CEP 31520-085 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

A) COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS, TECIDOS, BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM, COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO, MATERIAL ESCOLAR, PAPELARIA, AGENDAS, BRINDES E EMBALAGENS, COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO, ACESSORIOS EXCETO PROFISSIONAIS E SEGURANCA, COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS, ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO, COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA, COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS DE COSTURAS, EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL - EPIS, PRODUTOS DESCARTAVEIS, ACRILICOS, COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS. B) CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO PROFISSIONAL DE MODO GERAL, CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDAS, CONFECCAO SOB MEDIDAS DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS, FACCAO DE PECAS DO VESTUARIO EXCETO ROUPAS INTIMAS, FABRICACAO DE: ROUPAS DE PROTECAO, SEGURANCA E RESISTENCIA A FOGO, MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS, ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL . C) IMPORTACAO E EXPORTACAO DE: MAQUINAS DE COSTURAS, ROUPAS DE VESTUARIO E PROFISSIONAIS, EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL - EPIS, CALCADOS, BOLSAS, BRINDES, PRODUTOS DESCARTAVEIS, CANETAS, TECIDOS, ACRILICOS, AGENDAS, MATERIAL ESCOLAR, PAPELARIA, ARTIGOS DE ESCRITORIO E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALARES E DE LABORATORIOS. D) REPARACAO E MANUTENCAO DE CALCADOS, BOLSAS, ARTIGOS DE VIAGEM E OUTROS OBJETOS, IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO, PRESTACAO DE SERVICOS EM SERIGRAFIA, COMBINADOS DE ESCRITORIOS E APOIO ADMINISTRATIVO

Capital Social: R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	R$ 100.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 24/01/2023 — Número: 31213774637

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230003052244 e visualize a certidão)

23/504.027-4

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	BELA VISTA TEXTIL LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Ato	002	-	ALTERACAO
Evento(s)	2244	-	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
	2247	-	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
	020	-	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
	2015	-	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
	051	-	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	315	-	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
	046	-	TRANSFORMACAO

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 25 de Agosto de 2023 13:45

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230003052244 e visualize a certidão)

23/504.027-4

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **23/552.032-2**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **BELA VISTA TEXTIL LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3121377463-7, CNPJ 30.824.284/0001-00, ATIVA, com sede na RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, 91, BAIRRO SAO JOAO BATISTA, BELO HORIZONTE/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
INSCRICAO INSCRICAO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	30/06/2018	31812742619	30/06/2018
DESENQUADRAMENTO MEI	17/01/2023	9927931	17/01/2023
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL TRANSFORMACAO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	24/01/2023	31213774637	16/01/2023

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe o nº de protocolo C235003305995 e o código de segurança ajbw. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 21/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS**

CPF/CNPJ: **979.801.886-91**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:30:19 do dia 19/09/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: CZF8190923163019

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**

CPF/CNPJ: **30.824.284/0001-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:24:56 do dia 19/09/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: LRA2190923162456

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**

CPF/CNPJ: **30.824.284/0001-00**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:33:34 do dia 19/09/2023 , com validade até o dia 19/10/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: 4nXFfZ9iOoFPU7o4ttkr

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN **QR CODE**





DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.824.284/0001-00 **MATRIZ**		**30/06/2018**

NOME EMPRESARIAL
BELA VISTA TEXTIL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BELA VISTA TEXTIL	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
15.21-1-00 - Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
14.12-6-03 - Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
14.13-4-02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
95.29-1-01 - Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem
95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MADRE TERESA DE CALCUTA	**91**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
31.520-085	**SAO JOAO BATISTA**	**BELO HORIZONTE**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM	**(31) 8109-2105**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/06/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/09/2023** às **10:32:52** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS**

CPF/CNPJ: **979.801.886-91**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:44:14 do dia 19/09/2023 , com validade até o dia 19/10/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: W3Zf3vzBUpLWxDYRbdcR

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2300037273

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

BELO HORIZONTE
Local

16 JANEIRO 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e código de segurança ETAG. Este ato foi autenticado digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/030.765-5	MGP2300037273	18/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e código de segurança. ESTADO DE MINAS GERAIS. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
Doc: Memorando 2.380.2023 | Anexo: BELA_VISTA_CONTRATO_SOCIAL_ALTERADO.pdf (3 de 8)
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

Empresa: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
Nome Fantasia: **BELA VISTA TEXTIL**
Endereço**:** Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085.

CNPJ: **30.824.284/0001-00** Inscrição municipal **1.090.9730001-3**
Inscrição Estadual: **003222740.00-05** Capital Social: **R$ 100.000,00**

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, brasileiro, empresário, divorciado, nascido em 08/11/1971, portador da Carteira de identidade nº 475520060, expedida pela MT/MG e com o CPF nº 979.801.886-91, residente e domiciliado na Rua Verdejante, nº 216, bairro São Gabriel, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.980-480, empresário com sede na Rua Verdejante, nº 216, bairro São Gabriel, Belo Horizonte/MG –CEP: 31.980-480, registrada com o CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00**,** fazendo uso do que permite o § 3ºdo art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**, que após o deferimento deste instrumento passará a reger mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1ª CLÁUSULA - DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE
A sociedade adotará o nome empresarial **BELA VISTA TEXTIL LTDA**, com o nome fantasia **"BELA VISTA TEXTIL"**.

2ª CLAUSULA – SEDE
A empresa terá sua sede na Rua Madre tereza de Calcutá, nº 91, bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085.

3ª CLÁUSULA - OBJETO SOCIAL
O objeto da sociedade passou a ser: a) comercio atacadista de calcados, tecidos, bolsas, malas e artigos de viagem, comercio atacadista de artigos de escritório, material escolar, papelaria, agendas, brindes e embalagens, comercio atacadista de artigos do vestuário, acessórios exceto profissionais e segurança, comercio atacadista de roupas, acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, comercio atacadista de suprimentos e equipamentos para informática, comercio atacadista de maquinas de costuras, equipamentos de proteção individual - EPIS, produtos descartáveis, acrílicos, comercio atacadista de materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios. b) confecção de peças de vestuário profissional de modo geral, confecção de peças do vestuário exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medidas, confecção sob medidas de peças do vestuário exceto roupas intimas, facção de peças do vestuário exceto roupas intimas, fabricação de: roupas de proteção, segurança e resistência a fogo, materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios, artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material. c) importação e exportação de: maquinas de costuras, roupas de vestuário e profissionais, equipamentos de proteção individual - EPIS, calcados, bolsas, brindes, produtos descartáveis, canetas, tecidos, acrílicos, agendas, material escolar, papelaria, artigos de escritório e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios. d) reparação e manutenção de calcados, bolsas, artigos de viagem e outros objetos, impressão de material para uso publicitário, prestação de serviços em serigrafia, combinados de escritórios e apoio administrativo

4ª CLÁUSULA - ATIVIDADE COMERCIAL
As atividades comerciais da empresa iniciaram na data do seu registro na Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG) e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

5ª CLÁUSULA - FILIAL
A empresa até a presente data, não possui nenhuma filial, entretanto lhe é facultada o direito de promovera abertura de filial e/ou filiais em qualquer época e em qualquer parte do território nacional e também noexterior.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.705-5 e código de segurança GETA. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

6ª CLÁUSULA - CAPITAL SOCIAL

O capital social que era de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), integralizado em moeda corrente nacional,passará a ser de R$ 100.000,00, (Cem mil reais) divididos em 100.000,00 (cem mil) quotas no valor nominalde R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o presente aumento de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) integralizados em moeda corrente nacional neste ato, ficando assim, distribuídos da seguinte forma:

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	**R$ 100.000,00**
TOTAL	**R$ 100.000,00**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Tendo esta sociedade o caráter personalíssimo e de atributos essenciais da personalidade e habilitação de seu sócio e único administrador, a totalidade das quotas do capital social são gravadas com adoção do instituto **INTUITU *PERSONAE*,** não se admitindo em nenhuma hipótese a transferência de quotas, total ou parcial, a qualquer título, para quaisquer terceiros, salvo se por direitos hereditários indisponíveis previstos na legislação brasileira, e sendo assim, será sob condições restritivas de **INCOMUNICABILIDADE** e de **IMPENHORABILIDADE**, nos termos do Código Civil (Lei 10.406/2002) e ainda pelas cláusulas do presente instrumento, que passa a ser oficial para todos os efeitos legais e jurídicos.

7ª CLÁUSULA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade, bem como o uso do nome empresarial, será exercida pelo sócio **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS,** acima já qualificado, com os poderes e atribuições de representar a sociedade ativae passivamente, em juízo ou fora dele, ***assinando isoladamente*** pelas movimentações em repartições públicas, cartórios, sindicatos, Ministérios e onde mais preciso for, emitir e assinar contratos em geral, assinar carteiras profissionais, admitir e demitir empregados, movimentações financeiras em quaisquer órgãos bancários em especial do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, autorizando o uso do nomeempresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações sejaem favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Fica facultado a sociedade a nomeação de administradores não sócios ou procuradores, para agir em nome da sociedade, para determinado período, sendo especificados no documento de procuração todos os atos a serem praticados pelos procuradores. Excetua-se pelo prazo determinado a procuração ad judicia, que poderá ser por prazo indeterminado.

8ª CLÁUSULA - RETIRADA PRÓ-LABORE

O sócio **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS,** acima já qualificado, poderá a qualquer momento, fixar uma retirada mensal,a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

9ª CLÁUSULA - COMPETÊNCIA DOS ADMINISTRADORES

Compete ao sócio/administrador, cumprir e fazer cumprir todas as Cláusulas Contratuais deste instrumento, tendo para tanto, poderes que a lei outorga e assegura o pleno funcionamento regular da sociedade, ficando, outrossim, investidos das faculdades que ora lhes são atribuídas: transigir, acordar, renunciar, confessar dívida ou firmar compromissos.

10ª CLÁUSULA - FALECIMENTO, INTERDIÇÃO E OUTROS

Em caso de falecimento, interdição ou insolvência de qualquer um dos sócios quotistas, não determinaráa dissolução da sociedade que continuará a existir entre os remanescentes e os herdeiros do quotista falecido ou interditado, que desejarem. Quando os herdeiros e/ou sucessores ou representantes legais não desejarem participar da sociedade, a parte do sócio excluído será com base no último balanço levantado e paga a quem de direito, em parcelas mensais e sucessivas, preservando sempre a saúde financeira da empresa. O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar deste seu propósito ao outro sócio, por escrito, contra recibo. Nos 60 (sessenta) dias seguintes ä mencionada notificação, será feito um Balanço geral com base na data da mesma e os haveres que assim forem apurados, serãopagos ao sócio retirante, através de parcelas iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) diasapós data do Balanço de apuração de haveres e não serão computados os lucros e perdas ulteriores a retirada se não forem consequências diretas de atos anteriores às notificações de retirada.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e o código de segurança ETAG. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

11ª CLÁUSULA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO
O sócio/administrador declara sob as penas da lei, de não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitosdela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar,de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistemafinanceiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública,ou a propriedade.

12ª CLÁUSULA - EXERCÍCIO COMERCIAL
Ao termino de cada exercício social se dará sempre em 31 de dezembro de cada ano, os administradoresprestarão contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas os lucros ou prejuízos apurados.

13ª CLÁUSULA - TRANSFERÊNCIAS DE QUOTAS
As quotas de capital são indivisíveis e a sua transferência a terceiros estranhos a sociedade, somente poderá ser realizada mediante consentimento expresso dos demais sócios, que sempre terão direito de preferência, em iguais condições às de terceiros.

14ª CLAUSULA - EXCLUSÃO DE SÓCIOS
Por decisão do sócio representando mais da metade do capital social, poderá ser excluído da sociedade,mediante alteração do contrato social, o sócio que encontrar-se em mora, em relação ás quotas subscritas, ou que colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegáveis gravidades, tais como: uso da Sociedade e/ou do nome empresarial em atividades estranhas ao interessesocial, fornecimento de informações técnicas a terceiros, desenvolvimento de atividades ou atuação profissional, fora da sociedade, no mesmo ramo de atividade desta.

15ª CLÁUSULA - USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
A denominação social da empresa não pode ser usada em casos de Avais, Favores Abonos Fianças, e/ou assuntos da mesma semelhança.

16ª CLÁUSULA - ENQUADRAMENTO
O signatário do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

17ª CLÁUSULA - CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as leis vigentes do País, ficando eleito o FORO da Comarca de Belo Horizonte/MG como único competente para apreciar e/ou dirimir, quaisquer dúvidas surgidas quanto á integridade do presente instrumento com renúncia expressa a qualquer outro que lhespossam assegurar.

E por acharem assim justos e pactuados, assinam digitalmente o presente instrumento de alteração contratual em 01 (uma) via, encaminhando a Junta Comercial para os seus devidos fins.

Belo Horizonte/MG, 16 de Janeiro de 2023.

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº protocolo 23/030.705-5 e código de segurança TATG. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/030.765-5	MGP2300037273	18/01/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/030.765-5 e código de segurança ETAC. Este ato foi autenticado digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, de NIRE 3121377463-7 e protocolado sob o número 23/030.765-5 em 18/01/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31213774637, em 24/01/2023. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Belo Horizonte. terça-feira, 24 de janeiro de 2023

Documento assinado eletrônicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 24/01/2023, às 07:06 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/030.765-5.

Página 1 de 1

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. terça-feira, 24 de janeiro de 2023

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31213774637 em 24/01/2023 da Empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, Nire 31213774637 e protocolo 230307655 - 18/01/2023. Autenticação: 89707ED681B42BDFA96404AD27853651785E7A0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br/conferenciadigital e informe o nº do protocolo 23/030.765-5 e o código de segurança. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/01/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

BELA VISTA
TÊXTIL

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: BELA VISTA TEXTIL LTDA
CNPJ: 30.824.284/0001-00
ENDEREÇO: RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, Nº 91, BAIRRO: SÃO JOÃO BATISTA
CIDADE: BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS **CEP:** 31.520-085
TELEFONE: (31) 9 8109-2105
E-MAIL: BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
FUNÇÃO: Diretor e Proprietário
RG: MT-475520060 **CPF:** 979.801.886-91
ENDEREÇO: Rua Verdejante, nº 216, bairro São Gabriel,
CIDADE: Belo Horizonte/MG **CEP:** 31.980-480
TELEFONE: (31) 9 8109-2105
E-MAIL: BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM

DADOS BANCÁRIOS

BANCO: Banco do Brasil
AGÊNCIA: 1222-X
CONTA CORRENTE: 60.339-2

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.08.11 16:24:26 -03'00'

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

BELA VISTA
TÊXTIL

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ: 30.824.284/0001-00, sediada na Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085, telefone: (031) 981092105, E-mail: belavistatextil@gmail.com, por intermédio de seu representante legal Sr. WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, portador do Documento de Identidade nº MT MG 475.520.060 e inscrito no CPF sob o nº 979.801.886-91,

, DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade deste Pregão Eletrônico o que se segue:

A) Declaramos que não existe em nosso quadro de empregados, **servidores públicos** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

B) Declaramos que atendemos plenamente Todos os **Requisitos de Habilitação** exigidos pelo presente Edital**,** nos termos da Lei nº 10.520/02 e 8.666/93.

C) Declaramos para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666/93, acrescido pela Lei no 9.854/99, que **não emprega menor** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

D) Declaramos que até a presente data inexistem **fatos impeditivos** para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

E) A empresa declara ainda que tem ciência que a **falsidade de declaração** prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal,

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n˚ 8.666/93.

F) Declaramos que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomamos **conhecimento de todas as informações**, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

G) Declaramos para os devidos fins que na proposta comercial encontram-se **incluídos todos os tributos**, encargos sociais, comissões, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fiel cumprimento do objeto.

H) Declaramos que assumimos inteira **responsabilidade pela autenticidade** de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias e comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação, comprometemo-nos, ainda, a repassar na proporção correspondente, eventuais **reduções de preços** decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

I) Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do PREGÃO.

J) É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no presente procedimento licitatório.

H) Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da instrução normativa SLTI/MPOG nº2, de setembro de 2002.

I) Autoriza o órgão supracitado a realizar investigações complementares que se fizerem necessárias.

J) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

K) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Belo Horizonte/MG, 11/08/2023.

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.08.11 16:24:12 -03'00'

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

BELA VISTA
TÊXTIL

DECLARAÇÃO ANTIFRAUDE E DA CORRUPÇÃO

A empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ: 30.824.284/0001-00, sediada na Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085, telefone: (031) 981092105, E-mail: belavistatextil@gmail.com, por intermédio de seu representante legal Sr. WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, portador do Documento de Identidade nº MT MG 475.520.060 e inscrito no CPF sob o nº 979.801.886-91, vem em atenção ao edital do Pregão Eletrônico, declarar, sob as penalidades cabíveis que tem ciência do seguinte:

|- Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes o prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoasou sua propriedade, visando influenciar sua participação em outro processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

|| - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outrora de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

||| - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Belo Horizonte/MG, 11/08/2023.

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.08.11 16:23:59 -03'00'

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

PREFEITURA BELO HORIZONTE

FICHA INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTABELECIMENTO

FIC

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	DATA DE INÍCIO	DATA EMISSÃO
1.090.973/001-3	30.824.284/0001-00	30/06/2018	21/09/2023

NOME OU RAZÃO SOCIAL

BELA VISTA TEXTIL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)

BELA VISTA TEXTIL

NATUREZA JURÍDICA

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ÁREA ÚTILIZADA	REGIONAL	PORTE DA EMPRESA
100	VENDA NOVA	MICROEMPRESA - ME

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA MADRE TERESA DE CALCUTA	91	

BAIRRO / DISTRITO	CEP	MUNICÍPIO	UF
SAO JOAO BATISTA	31520-085	BELO HORIZONTE	MG

CPF DO RESPONSAVEL	NOME DO RESPONSAVEL
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAL

152110000 FABRICACAO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

4645-1/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E LABORATORIOS
1412-6/02-00	CONFECCAO, SOB MEDIDA, DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS
1412-6/03-00	FACCAO DE ROUPAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS
1413-4/01-00	CONFECCAO DE ROUPAS PROFISSIONAIS, EXCETO SOB MEDIDA
1413-4/02-00	CONFECCAO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS
1813-0/01-00	IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO
4641-9/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS
4642-7/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANCA
4642-7/02-00	COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA DO TRABALHO
4643-5/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS
4643-5/02-00	COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM
4647-8/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA
4651-6/01-00	COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
4651-6/02-00	COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
4686-9/02-00	COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS
8211-3/00-00	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO
9529-1/01-00	REPARACAO DE CALCADOS, BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM
9529-1/99-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS E EQUIPAMENTOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
1412-6/01-00	CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA

Este documento não implica no reconhecimento da regularidade do contribuinte, com relação a concessão ou não do Alvará de Localização e Funcionamento.

Não faz prova de regularidade fiscal, que por sua vez deve ser feita mediante exibição da Certidão Negativa de Débitos - CND.

Este documento somente fará prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuinte de Tributos Mobiliários-CMC, quando acompanhado do respectivo

Ato Constitutivo ou de Alteração registrado no órgão competente no caso de Pessoa Jurídica e, no caso de Pessoa Física com apresentação de identifidade,

CPF ou Carteira de Órgão de Classe.

- Ocorrendo encerramento de atividade, mudança de endereço ou qualquer outra alteração de dados constantes do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, deverá o contribuinte promover a competente baixa ou atualização no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ocorrido o fato, conforme Decreto Municipal 17.175/2019, sob pena de ser autuado, conforme prevê a letra B do inciso I, art. 7º da Lei 7.378/97;

- Os procedimentos para efetuar a baixa ou atualização dos dados cadastrais, será através da Redesim, e as Informações estão disponíveis através do site www.redesim.gov.br .

- As informações sobre serviços, procedimentos, emissão da FIC - Ficha de Inscrição Cadastral e emissão de formulários do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, estão disponíveis através do site https://prefeitura.pbh.gov.br/servicos.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003222740.00-05 **CPF/CNPJ:** 30.824.284/0001-00

NOME/NOME EMPRESARIAL: BELA VISTA TEXTIL LTDA

NOME FANTASIA: BELA VISTA TEXTIL

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 1521-1/00 - Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / DESMEMBRAMENTO: 1412-6/01 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 01/07/2018 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 01/07/2018

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 31520085 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: BELO HORIZONTE

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: SAO JOAO BATISTA

LOGRADOURO: R MADRE TERESA DE CALCUTA

NUMERO: 91

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

21/09/2023 08:50:26

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003222740.00-05 **CPF/CNPJ:** 30.824.284/0001-00

NOME/NOME EMPRESARIAL: BELA VISTA TEXTIL LTDA

NOME FANTASIA: BELA VISTA TEXTIL

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 1521-1/00 - Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / DESMEMBRAMENTO: 1412-6/01 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 01/07/2018 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 01/07/2018

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 31520085 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: BELO HORIZONTE

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: SAO JOAO BATISTA

LOGRADOURO: R MADRE TERESA DE CALCUTA

NUMERO: 91

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

21/09/2023 11:16:12

Data da consulta: 17/01/2023 09:42:58

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **30.824.284/0001-00**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS 97980188691**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 30/06/2018**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF

BELA VISTA
TÊXTIL

A,
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - PR

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta de preço, de acordo com o objeto: Constitui objeto deste PREGÃO a AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLÓGICAS PARA O PRO JETO "CARREGANDO SONHOS", conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos referente ao Pregão Eletrônico 70/2023, de 05/10/2023 às 09:00.

DADOS DO LICITANTE:

Razão social: BELA VISTA TEXTIL LTDA
CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00 / **Inscrição Estadual nº:** 003222740.00-05 / **Inscrição Municipal:** 1.090.973/001-3
Endereço: RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, Nº 91, **BAIRRO:** SÃO JOÃO BATISTA, **CIDADE:** BELO HORIZONTE/MG, **CEP:** 31.520-085
Telefone: (31) 9 8109-2105 / Atas e pedidos (31) 97247-4161/ Amostras e documentação
Banco: BANCO DO BRASIL | **AGÊNCIA** - 1222-X | **CONTA CORRENTE** - 60.339-2
E-mail: BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL:

Nome: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Cargo: Diretor Proprietário
Identidade: MT-475520060
CPF: 979.801.886-91

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA, FABRICANTE E ORIGEM	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	650 Unid.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm refor-çadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identifica-ção e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).	BV Bela Vista BRASIL	R$ 15,29	R$ 9.938,50
VALOR TOTAL:	**R$ 9.938,50**	**(Nove mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).**			

Prazo de entrega: 30 DIAS
Prazo de validade da proposta: 60 DIAS
Condições de pagamento: 30 DIAS
Garantia: CONFORME O EDITAL

(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com
Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085

BELA VISTA
TÊXTIL

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do edital do pregão e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar do pregão foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado.

Belo Horizonte/MG, 7 de novembro 2023 .

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691

Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.11.07 10:21:01 -03'00'

(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com
Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	30.824.284/0001-00
NOME EMPRESARIAL:	BELA VISTA TEXTIL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **21/09/2023** às **08:47** (data e hora de Brasília).

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**30.824.284/0001-00**	DUNS®:	**94*****52**
Razão Social:	**BELA VISTA TEXTIL LTDA**		
Nome Fantasia:	**BELA VISTA TEXTIL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**06/02/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**16/03/2024**
FGTS		Validade:	**08/10/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**19/03/2024**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**18/10/2023**
Receita Municipal	Validade:	**19/10/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 979.801.886-91 Nome: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Ass: _____

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**30.824.284/0001-00**	DUNS®:	**94*****52**
Razão Social:	**BELA VISTA TEXTIL LTDA**		
Nome Fantasia:	**BELA VISTA TEXTIL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**06/02/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**04/03/2024**
FGTS		Validade:	**08/10/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**13/03/2024**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**18/10/2023**
Receita Municipal	Validade:	**23/09/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 979.801.886-91 Nome: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS

Ass: _____

1Doc: Memorando 2.986/2023 | Anexo: BELA_VISTA_TCU_CONSULTA_CONSOLIDADA_24_08_2023.pdf (1/1) 473/564

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 24/08/2023 15:23:29

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
CNPJ: **30.824.284/0001-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, por mim conferido e autenticado sob o nº 99775293 em 04/05/2023. Assinado digitalmente por Marilda dos Santos Costa. Para validação da Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e a chave de segurança abaixo:

Número de Protocolo	Chave de Segurança
23/234.112-5	7tjj

Identificação da Empresa	
Nome Empresarial:	BELA VISTA TEXTIL LTDA
Nire:	3121377463-7
CNPJ:	30.824.284/0001-00
Município:	BELO HORIZONTE

Identificação do Livro Digital	
Espécie:	DIARIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	02/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)		
CPF	Nome	CRC
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	
014.410.486-50	THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS	0890080

SRM

Documento assinado eletrônicamente por Marilda dos Santos Costa, Servidor (a) Público(a), em 04/05/2023, às 10:39 conforme horário oficial de Brasília.

Belo Horizonte. quinta-feira, 04 de maio de 2023

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/234.112-5.

Termo de Abertura

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
BELA VISTA TEXTIL LTDA					
NIRE:	3121377463-7	CNPJ:	30.824.284/0001-00	NIRE Anterior:	3181274261-9
Nome Anterior:					
WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS 97980188691					
Município:	BELO HORIZONTE			UF:	MINAS GERAIS
Inscrição Estadual:		Inscrição Municipal:			
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:		30/06/2018			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Quantidade de páginas:	34
Data Encerramento do Exercício	31/12/2022	Data Assinatura:	03/05/2023

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	Administrador	
014.410.486-50	THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS	Contador	0890080

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BALANCETE

Código	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
10000	**ATIVO**	**8.000,00D**	**32.200,00**	**29.898,60**	**10.301,40D**
11000	**ATIVO CIRCULANTE**	**8.000,00D**	**32.200,00**	**29.898,60**	**10.301,40D**
11001	**DISPONIVEL**	**8.000,00D**	**15.400,00**	**14.498,60**	**8.901,40D**
11002	**DISPONIBILIDADE IMEDIATA**	**8.000,00D**	**15.400,00**	**14.498,60**	**8.901,40D**
11110	**CAIXA**	**8.000,00D**	**15.400,00**	**14.498,60**	**8.901,40D**
11111	CAIXA	8.000,00D	15.400,00	14.498,60	8.901,40D
11199	**REALIZAVEL A CURTO PRAZO**	**0,00**	**16.800,00**	**15.400,00**	**1.400,00D**
11200	**CLIENTES**	**0,00**	**16.800,00**	**15.400,00**	**1.400,00D**
60000	**CLIENTES NACIONAIS**	**0,00**	**16.800,00**	**15.400,00**	**1.400,00D**
60002	CLIENTES DIVERSOS	0,00	16.800,00	15.400,00	1.400,00D
20000	**PASSIVO**	**8.000,00C**	**15.955,40**	**16.800,00**	**8.844,60C**
20001	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.166,60C**	**14.498,60**	**15.343,20**	**2.011,20C**
21000	**EXIGIVEL A CURTO PRAZO**	**1.166,60C**	**14.498,60**	**15.343,20**	**2.011,20C**
21300	**OBRIGAÇOES TRABALHISTAS**	**1.100,00C**	**14.432,00**	**14.544,00**	**1.212,00C**
21350	**OBRIGAÇOES COM DIRIGENTES**	**1.100,00C**	**14.432,00**	**14.544,00**	**1.212,00C**
21351	PRO LABORE	1.100,00C	14.432,00	14.544,00	1.212,00C
21400	**OBRIGAÇOES TRIBUTARIAS**	**66,60C**	**66,60**	**799,20**	**799,20C**
21401	**TRIBUTOS A RECOLHER**	**66,60C**	**66,60**	**799,20**	**799,20C**
21408	SIMPLES	66,60C	66,60	799,20	799,20C
28000	**PATRIMONIO LIQUIDO**	**6.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**6.833,40C**
28001	**PATRIMONIO LIQUIDO**	**6.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**6.833,40C**
28100	**CAPITAL SOCIAL**	**5.000,00C**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00C**
28110	**CAPITAL SOCIAL**	**5.000,00C**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00C**
28111	CAPITAL INTEGRALIZADO	5.000,00C	0,00	0,00	5.000,00C
28499	**LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS**	**1.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**1.833,40C**
28500	**RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS**	**1.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**1.833,40C**
28501	RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	1.833,40C	0,00	1.456,80	3.290,20C
28503	LUCROS DO EXERCICIO	0,00	1.456,80	0,00	1.456,80D
30000	**RECEITAS**	**0,00**	**799,20**	**16.800,00**	**16.000,80C**
30100	**RECEITA GERAIS**	**0,00**	**799,20**	**16.800,00**	**16.000,80C**
30110	**RECEITAS OPERACIONAIS**	**0,00**	**799,20**	**16.800,00**	**16.000,80C**
30111	**RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS**	**0,00**	**0,00**	**16.800,00**	**16.800,00C**
31100	**REVENDA DE MERCADORIAS**	**0,00**	**0,00**	**16.800,00**	**16.800,00C**
31101	VENDAS NO MERCADO INTERNO	0,00	0,00	16.800,00	16.800,00C
31200	**DEDUÇOES DA RECEITA BRUTA**	**0,00**	**799,20**	**0,00**	**799,20D**
31201	**TRIBUTOS**	**0,00**	**799,20**	**0,00**	**799,20D**
31210	SIMPLES	0,00	799,20	0,00	799,20D
40000	**DESPESAS/CUSTOS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
40002	**DESPESAS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
40003	**DESPESAS OPERACIONAIS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
43000	**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
43201	**HONORARIOS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
43202	PRO-LABORE	0,00	14.544,00	0,00	14.544,00D

RESUMO DO BALANCETE

ATIVO	8.000,00D	32.200,00	29.898,60	10.301,40D
PASSIVO	8.000,00C	15.955,40	16.800,00	8.844,60C
PATRIMONIO LIQUIDO	6.833,40C	1.456,80	1.456,80	6.833,40C
RECEITAS	0,00	799,20	16.800,00	16.000,80C
DESPESAS/CUSTOS	0,00	14.544,00	0,00	14.544,00D
TRANSFERENCIAS PARA APURAÇAO RESULTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTAS DEVEDORAS	8.000,00D	46.744,00	29.898,60	24.845,40D
CONTAS CREDORAS	14.833,40C	18.211,40	35.056,80	31.678,80C
RESULTADO DO MES	0,00	14.544,00	16.000,80	1.456,80C
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	14.544,00	16.000,80	1.456,80C

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
Reg. no CRC - MG sob o No. MG-089008/O-0
CPF: 014.410.486-50

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**10.301,40D**
ATIVO CIRCULANTE	**10.301,40D**
DISPONIVEL	**8.901,40D**
DISPONIBILIDADE IMEDIATA	**8.901,40D**
CAIXA	**8.901,40D**
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	**1.400,00D**
CLIENTES	**1.400,00D**
CLIENTES NACIONAIS	**1.400,00D**
PASSIVO	**10.301,40C**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.011,20C**
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	**2.011,20C**
OBRIGAÇOES TRABALHISTAS	**1.212,00C**
OBRIGAÇOES COM DIRIGENTES	**1.212,00C**
OBRIGAÇOES TRIBUTARIAS	**799,20C**
TRIBUTOS A RECOLHER	**799,20C**
PATRIMONIO LIQUIDO	**8.290,20C**
PATRIMONIO LIQUIDO	**8.290,20C**
CAPITAL SOCIAL	**5.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	**5.000,00C**
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	**3.290,20C**
RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	**3.290,20C**

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
Reg. no CRC - MG sob o No. MG-089008/O-0
CPF: 014.410.486-50

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**16.800,00**
VENDA DE PRODUTOS	**16.800,00**
REVENDA DE MERCADORIAS	16.800,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**(799,20)**
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇOES	**(799,20)**
TRIBUTOS	(799,20)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**16.000,80**
(=) LUCRO BRUTO	**16.000,80**
(-) DESPESAS OPERACIONAL	**(14.544,00)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(14.544,00)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(14.544,00)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**0,00**
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	**1.456,80**
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.456,80**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.456,80**

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Conthales Contabilidade

BELA VISTA TEXTIL LTDA

30.824.284/0001-00

INDICADORES DO BALANÇO EM 31/12/2022

DESCRIÇÃO		2022
1 - INDICADORES DE LIQUIDEZ		
- LIQUIDEZ GERAL - LG	AC+ARLP / PC+PELP	5,12
- LIQUIDEZ CORRENTE - LC	AC / PC	5,12
2 - ENDIVIDAMENTO		
- SOLVÊNCIA GERAL	AT / (PC + PELP)	5,12
- ENDIVIDAMENTO	(PC + PELP) / PT	0,20
3 - RENTABILIDADE		
- RENTABILIDADE	REX / AT	0,14
4 - CAPITAL SOCIAL	CS	R$ 5.000,00

ATIVO CIRCULANTE	10.301
ATIVO REAL. LONGO PRAZO	-
ATIVO PERMANENTE - NÃO CIRCULANTE	-
PASSIVO CIRCULANTE	2.011
PASSIVO EXIG. LONGO PRAZO	-
PATRIM. LÍQUIDO	8.290
RESULTADO ANUAL	1.457
FATURAMENTO ANUAL	16.800
CAPITAL SOCIAL	5.000
ATIVO TOTAL	10.301

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

BELA VISTA TEXTIL LTDA
William de Jesus dos Santos
Sócio Administrador
CPF: 979.801.886-91

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Thiago Lucas de Almeida Santos
Contador
CPF: 014.410.486-50
CRCMG 89008

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

30.824.284/0001-00

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.000	-	-	-	5.000
Ajustes de exercícios anteriores identificados em 2022	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000,00	-	- -	-	5.000

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2022.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

BELA VISTA TEXTIL LTDA
WILLIAM DEJESUS DOS SANTOS
Sócio Administrador
CPF: 979.801.886-91

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas

Thiago Lucas de Almeida Santos
CRC: 014.410.486-50/ MG - CPF: 014.410.486-50
Contador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BELA VISTA TEXTIL LTDA

CNPJ: 30.824.284/0001-00

Notas explicativas das demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2022.(Valores em R$)

1 - Contexto operacional

A empresa, é uma sociedade limitada BELA VISTA TEXTIL LTDA, Rua Madre Teresa de Calcuta , n° 91 , no Bairro São Joao Batista - Belo Horizonte- MG CEP: 31.520-085, e tem seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG NIRE: 3121272586-1 em 17/06/2019.

A empresa tem como atividade a comercio atacadista de calçados. CNAE Principal é 15.21.100.

O Regime Tributario e Simples Nacional.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Alteração da Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, em 12 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449 que recentemente foi convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Ambos normativos legais alteraram significativamente a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, para os exercícios sociais encerrados após 31.12.2007. Segundo a nova legislação, a emissão de normativos contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para as companhias brasileiras deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais.

3 – Principais Práticas Contábeis

As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis podem ser assim resumidas:

a. As operações da Empresa são contabilizadas de acordo com o regime de competência;
b. Os Estoques estão apresentados estão conforme a movimentação apresentada através de notas de compra e saídas, o controlo do mesmo e conforme relatórios apresentado pela empresa;
c. As Receitas e Despesas no exercício de 2022 foram incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram,de acordo com o regime de competência.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2022.

William de Jesus dos Santos
Socio Administrador
CPF: 979.801.886-91

Thiago Lucas de Almeida Santos
Contador
CPF: 014.410.486-50
CRCMG 89008

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

BELO HORIZONTE, 31/12/2022

À

CONTHALES CONTABILIDADE LTDA
CRC n.º MG-089008/O-0
Endereço: Rua PITANGUI, nº 1601, COLEGIO BATISTA, CEP nº 31110-492
BELO HORIZONTE, MG

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ 30.824.284/0001-00, que as informações relativas ao período base 31/12/2022, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

(a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;

(b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;

(c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;

(d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2022;

(e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

(a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;

(b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;

(c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....
WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Termo de Encerramento

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
BELA VISTA TEXTIL LTDA					
NIRE:	3121377463-7	CNPJ:	30.824.284/0001-00	NIRE Anterior:	3181274261-9
Nome Anterior:					
WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS 97980188691					
Município:	BELO HORIZONTE			UF:	MINAS GERAIS
Inscrição Estadual:		Inscrição Municipal:			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Data assinatura:	03/05/2023
Quantidade de páginas:	34		
Período de escrituração			
Início:	02/01/2022	Fim:	31/12/2022
Período de retificação:			
Início:		Fim:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	Administrador	
014.410.486-50	THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS	Contador	0890080

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BELA VISTA TEXTIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.824.284/0001-00
Certidão nº: 68225245/2023
Expedição: 30/11/2023, às 08:16:32
Validade: 28/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BELA VISTA TEXTIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.824.284/0001-00, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**30.824.284/0001-00**	DUNS®:	**947589352**
Razão Social:	**BELA VISTA TEXTIL LTDA**		
Nome Fantasia:	**BELA VISTA TEXTIL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**06/02/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**13/05/2024**
FGTS		Validade:	**23/12/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**22/05/2024**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**09/01/2024**
Receita Municipal	Validade:	**24/12/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.824.284/0001-00

Razão Social: BELA VISTA TEXTIL LTDA

Endereço: R MADRE TERESA DE CALCUTA 91 / SAO JOAO BATISTA (V / BELO HORIZONTE / MG / 31520-085

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/11/2023 a 23/12/2023

Certificação Número: 2023112407123577206696

Informação obtida em 30/11/2023 08:12:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

BELA VISTA
TÊXTIL

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CON-TRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

A empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA com sede na CNPJ: 30.824.284/0001-00, sediada na Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085, telefone: (031) 981092105, E-mail: belavistatextil@gmail.com
DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP

Pelo presente instrumento, a empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA CNPJ com sede na empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA com sede na CNPJ: 30.824.284/0001-00, sediada na Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085, telefone: (031) 981092105, E-mail: belavistatextil@gmail.com através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de: microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

BELO HORIZONTE 05 DE OUTUBRO DE 2023

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.10.04 14:22:59 -03'00'

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com
Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085

BELA VISTA
TÊXTIL

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE CON-TAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.

A BELA VISTA TEXTIL LTDA inscrita no CNPJ sob nº 30.824.284/0001-00, com sede à Rua na Rua Madre Tereza de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.520-085, telefone: (031) 981092105, E-mail: belavistatextil@gmail.com , nº 91 no Município Estado BELO HORIZONTE neste ato representada pelo Sr(a) WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS portador(a) da carteira de identidade RG nº MT MG 475.520.060 e inscrito(a) no CPF sob nº 979.801.886-91
, **DECLARA** sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:
Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município. Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.
Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, in-clusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados **ou qualquer outra autoridade ligada à contratação**, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Pa-ranavaí-PR-4ª Câmara Cível).
DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a mo-dalidade PREGÃO nº70/2023, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou enti-dade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.
A presente declaração tem validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.
Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

BELO HORIZONTE 05 DE OUTUBRO DE 2023

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Assinado de forma digital por WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS:97980188691
Dados: 2023.10.04 14:23:47 -03'00'

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
Diretor Proprietário
MT- 475520060
CPF: 979.801.886-91

30.824.284/0001-00
INSC. EST. 003222740.00-05
BELA VISTA TEXTIL LTDA
RUA MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 91
SÃO JOÃO BATISTA – CEP 31.520-085
BELO HORIZONTE - MG

(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com
Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085

Termo de Abertura

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
BELA VISTA TEXTIL LTDA					
NIRE:	3121377463-7	CNPJ:	30.824.284/0001-00	NIRE Anterior:	3181274261-9
Nome Anterior:					
WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS 97980188691					
Município:	BELO HORIZONTE			UF:	MINAS GERAIS
Inscrição Estadual:		Inscrição Municipal:			
Data do ato constitutivo em Junta Comercial:		30/06/2018			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Quantidade de páginas:	34
Data Encerramento do Exercício	31/12/2022	Data Assinatura:	03/05/2023

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	Administrador	
014.410.486-50	THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS	Contador	0890080

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DIÁRIO

Data	Lote	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
02/01/2022	62	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.100,00	
02/01/2022	62	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.100,00
15/01/2022	9	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/01/2022	9	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
20/01/2022	47	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A PGTO GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
20/01/2022	47	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PGTO GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/01/2022	35	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/01/2022	35	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/01/2022	49	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/01/2022	49	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	3.845,20	3.845,20
05/02/2022	63	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/02/2022	63	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/02/2022	10	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/02/2022	10	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/02/2022	100	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/02/2022	100	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
28/02/2022	36	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
28/02/2022	36	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
28/02/2022	50	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
28/02/2022	50	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/03/2022	64	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/03/2022	64	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/03/2022	90	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/03/2022	90	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/03/2022	101	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/03/2022	101	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/03/2022	37	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/03/2022	37	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/03/2022	51	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/03/2022	51	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/04/2022	65	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/04/2022	65	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/04/2022	91	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/04/2022	91	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/04/2022	102	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/04/2022	102	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/04/2022	38	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/04/2022	38	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/04/2022	52	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/04/2022	52	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/05/2022	66	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/05/2022	66	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/05/2022	92	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/05/2022	92	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/05/2022	103	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/05/2022	103	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/05/2022	39	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/05/2022	39	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/05/2022	53	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
				TRANSPORTE	5.290,60	4.078,60

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DIÁRIO

Data	Lote	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	5.290,60	4.078,60
30/05/2022	53	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/06/2022	67	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/06/2022	67	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/06/2022	93	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/06/2022	93	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/06/2022	104	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/06/2022	104	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/06/2022	40	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/06/2022	40	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/06/2022	54	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/06/2022	54	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/07/2022	68	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/07/2022	68	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/07/2022	94	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/07/2022	94	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/07/2022	105	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/07/2022	105	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/07/2022	41	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/07/2022	41	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/07/2022	55	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/07/2022	55	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/08/2022	69	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/08/2022	69	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/08/2022	95	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/08/2022	95	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/08/2022	106	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/08/2022	106	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/08/2022	42	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/08/2022	42	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/08/2022	56	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/08/2022	56	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/09/2022	70	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/09/2022	70	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/09/2022	96	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/09/2022	96	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/09/2022	107	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/09/2022	107	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/09/2022	43	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/09/2022	43	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/09/2022	57	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/09/2022	57	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/10/2022	71	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/10/2022	71	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/10/2022	97	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/10/2022	97	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/10/2022	108	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/10/2022	108	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/10/2022	44	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
				TRANSPORTE	4.078,60	4.012,00

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DIÁRIO

Data	Lote	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	4.078,60	4.012,00
30/10/2022	44	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/10/2022	58	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/10/2022	58	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/11/2022	72	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/11/2022	72	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/11/2022	98	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/11/2022	98	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/11/2022	109	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/11/2022	109	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/11/2022	45	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/11/2022	45	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/11/2022	59	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/11/2022	59	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
				TOTAL DO MÊS	5.290,60	5.290,60
05/12/2022	73	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
05/12/2022	73	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REF A PAGAMENTO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
15/12/2022	99	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS	1.400,00	
15/12/2022	99	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A VENDA DE MERCADORIAS		1.400,00
15/12/2022	110	1.1.1.1.01.0001	CAIXA	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES	1.400,00	
15/12/2022	110	1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	VALOR REFERENTE A RECEBIMENTO NO MES		1.400,00
30/12/2022	46	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI	66,60	
30/12/2022	46	2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	VALOR REF A GUIA DO PGDAS SIMEI		66,60
30/12/2022	60	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES	1.212,00	
30/12/2022	60	2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	VALOR REF A PROVISAO DE PRO LABORE NO MES		1.212,00
31/12/2022	111	3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO	16.800,00	
31/12/2022	111	5.1.1.1.01.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO		16.800,00
31/12/2022	112	5.1.1.1.01.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO	799,20	
31/12/2022	112	3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO		799,20
31/12/2022	113	5.1.1.1.01.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO	14.544,00	
31/12/2022	113	4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO		14.544,00
31/12/2022	114	5.1.1.1.01.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO	1.456,80	
31/12/2022	114	2.4.4.7.01.0003	LUCROS DO EXERCICIO	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO		1.456,80
31/12/2022	115	2.4.4.7.01.0003	LUCROS DO EXERCICIO	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO	1.456,80	
31/12/2022	115	2.4.4.7.01.0001	RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	VALOR REFERENTE A ENCERRAMENTO DE EXERCICIO		1.456,80
				TOTAL DO MÊS	40.347,40	40.347,40

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
Reg. no CRC - MG sob o No. MG-089008/O-0
CPF: 014.410.486-50

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BALANCETE

Código	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
10000	**ATIVO**	**8.000,00D**	**32.200,00**	**29.898,60**	**10.301,40D**
11000	**ATIVO CIRCULANTE**	**8.000,00D**	**32.200,00**	**29.898,60**	**10.301,40D**
11001	**DISPONIVEL**	**8.000,00D**	**15.400,00**	**14.498,60**	**8.901,40D**
11002	**DISPONIBILIDADE IMEDIATA**	**8.000,00D**	**15.400,00**	**14.498,60**	**8.901,40D**
11110	**CAIXA**	**8.000,00D**	**15.400,00**	**14.498,60**	**8.901,40D**
11111	CAIXA	8.000,00D	15.400,00	14.498,60	8.901,40D
11199	**REALIZAVEL A CURTO PRAZO**	**0,00**	**16.800,00**	**15.400,00**	**1.400,00D**
11200	**CLIENTES**	**0,00**	**16.800,00**	**15.400,00**	**1.400,00D**
60000	**CLIENTES NACIONAIS**	**0,00**	**16.800,00**	**15.400,00**	**1.400,00D**
60002	CLIENTES DIVERSOS	0,00	16.800,00	15.400,00	1.400,00D
20000	**PASSIVO**	**8.000,00C**	**15.955,40**	**16.800,00**	**8.844,60C**
20001	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.166,60C**	**14.498,60**	**15.343,20**	**2.011,20C**
21000	**EXIGIVEL A CURTO PRAZO**	**1.166,60C**	**14.498,60**	**15.343,20**	**2.011,20C**
21300	**OBRIGAÇOES TRABALHISTAS**	**1.100,00C**	**14.432,00**	**14.544,00**	**1.212,00C**
21350	**OBRIGAÇOES COM DIRIGENTES**	**1.100,00C**	**14.432,00**	**14.544,00**	**1.212,00C**
21351	PRO LABORE	1.100,00C	14.432,00	14.544,00	1.212,00C
21400	**OBRIGAÇOES TRIBUTARIAS**	**66,60C**	**66,60**	**799,20**	**799,20C**
21401	**TRIBUTOS A RECOLHER**	**66,60C**	**66,60**	**799,20**	**799,20C**
21408	SIMPLES	66,60C	66,60	799,20	799,20C
28000	**PATRIMONIO LIQUIDO**	**6.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**6.833,40C**
28001	**PATRIMONIO LIQUIDO**	**6.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**6.833,40C**
28100	**CAPITAL SOCIAL**	**5.000,00C**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00C**
28110	**CAPITAL SOCIAL**	**5.000,00C**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00C**
28111	CAPITAL INTEGRALIZADO	5.000,00C	0,00	0,00	5.000,00C
28499	**LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS**	**1.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**1.833,40C**
28500	**RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS**	**1.833,40C**	**1.456,80**	**1.456,80**	**1.833,40C**
28501	RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	1.833,40C	0,00	1.456,80	3.290,20C
28503	LUCROS DO EXERCICIO	0,00	1.456,80	0,00	1.456,80D
30000	**RECEITAS**	**0,00**	**799,20**	**16.800,00**	**16.000,80C**
30100	**RECEITA GERAIS**	**0,00**	**799,20**	**16.800,00**	**16.000,80C**
30110	**RECEITAS OPERACIONAIS**	**0,00**	**799,20**	**16.800,00**	**16.000,80C**
30111	**RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS**	**0,00**	**0,00**	**16.800,00**	**16.800,00C**
31100	**REVENDA DE MERCADORIAS**	**0,00**	**0,00**	**16.800,00**	**16.800,00C**
31101	VENDAS NO MERCADO INTERNO	0,00	0,00	16.800,00	16.800,00C
31200	**DEDUÇOES DA RECEITA BRUTA**	**0,00**	**799,20**	**0,00**	**799,20D**
31201	**TRIBUTOS**	**0,00**	**799,20**	**0,00**	**799,20D**
31210	SIMPLES	0,00	799,20	0,00	799,20D
40000	**DESPESAS/CUSTOS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
40002	**DESPESAS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
40003	**DESPESAS OPERACIONAIS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
43000	**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
43201	**HONORARIOS**	**0,00**	**14.544,00**	**0,00**	**14.544,00D**
43202	PRO-LABORE	0,00	14.544,00	0,00	14.544,00D

RESUMO DO BALANCETE

ATIVO	8.000,00D	32.200,00	29.898,60	10.301,40D
PASSIVO	8.000,00C	15.955,40	16.800,00	8.844,60C
PATRIMONIO LIQUIDO	6.833,40C	1.456,80	1.456,80	6.833,40C
RECEITAS	0,00	799,20	16.800,00	16.000,80C
DESPESAS/CUSTOS	0,00	14.544,00	0,00	14.544,00D
TRANSFERENCIAS PARA APURAÇAO RESULTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTAS DEVEDORAS	8.000,00D	46.744,00	29.898,60	24.845,40D
CONTAS CREDORAS	14.833,40C	18.211,40	35.056,80	31.678,80C
RESULTADO DO MES	0,00	14.544,00	16.000,80	1.456,80C
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	14.544,00	16.000,80	1.456,80C

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
Reg. no CRC - MG sob o No. MG-089008/O-0
CPF: 014.410.486-50

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**10.301,40D**
ATIVO CIRCULANTE	**10.301,40D**
DISPONIVEL	**8.901,40D**
DISPONIBILIDADE IMEDIATA	**8.901,40D**
CAIXA	**8.901,40D**
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	**1.400,00D**
CLIENTES	**1.400,00D**
CLIENTES NACIONAIS	**1.400,00D**
PASSIVO	**10.301,40C**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.011,20C**
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	**2.011,20C**
OBRIGAÇOES TRABALHISTAS	**1.212,00C**
OBRIGAÇOES COM DIRIGENTES	**1.212,00C**
OBRIGAÇOES TRIBUTARIAS	**799,20C**
TRIBUTOS A RECOLHER	**799,20C**
PATRIMONIO LIQUIDO	**8.290,20C**
PATRIMONIO LIQUIDO	**8.290,20C**
CAPITAL SOCIAL	**5.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	**5.000,00C**
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	**3.290,20C**
RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	**3.290,20C**

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
Reg. no CRC - MG sob o No. MG-089008/O-0
CPF: 014.410.486-50

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**16.800,00**
VENDA DE PRODUTOS	**16.800,00**
REVENDA DE MERCADORIAS	16.800,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**(799,20)**
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇOES	**(799,20)**
TRIBUTOS	(799,20)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**16.000,80**
(=) LUCRO BRUTO	**16.000,80**
(-) DESPESAS OPERACIONAL	**(14.544,00)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(14.544,00)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(14.544,00)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**0,00**
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	**1.456,80**
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.456,80**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.456,80**

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Conthales Contabilidade

BELA VISTA TEXTIL LTDA

30.824.284/0001-00

INDICADORES DO BALANÇO EM 31/12/2022

DESCRIÇÃO		2022
1 - INDICADORES DE LIQUIDEZ		
- LIQUIDEZ GERAL - LG	AC+ARLP / PC+PELP	5,12
- LIQUIDEZ CORRENTE - LC	AC / PC	5,12
2 - ENDIVIDAMENTO		
- SOLVÊNCIA GERAL	AT / (PC + PELP)	5,12
- ENDIVIDAMENTO	(PC + PELP) / PT	0,20
3 - RENTABILIDADE		
- RENTABILIDADE	REX / AT	0,14
4 - CAPITAL SOCIAL	CS	R$ 5.000,00

ATIVO CIRCULANTE	10.301
ATIVO REAL. LONGO PRAZO	-
ATIVO PERMANENTE - NÃO CIRCULANTE	-
PASSIVO CIRCULANTE	2.011
PASSIVO EXIG. LONGO PRAZO	-
PATRIM. LÍQUIDO	8.290
RESULTADO ANUAL	1.457
FATURAMENTO ANUAL	16.800
CAPITAL SOCIAL	5.000
ATIVO TOTAL	10.301

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

BELA VISTA TEXTIL LTDA
William de Jesus dos Santos
Sócio Administrador
CPF: 979.801.886-91

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Thiago Lucas de Almeida Santos
Contador
CPF: 014.410.486-50
CRCMG 89008

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

30.824.284/0001-00

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.000	-	-	-	5.000
Ajustes de exercícios anteriores identificados em 2022	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000,00	-	- -	-	5.000

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2022.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

BELA VISTA TEXTIL LTDA
WILLIAM DEJESUS DOS SANTOS
Sócio Administrador
CPF: 979.801.886-91

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas

Thiago Lucas de Almeida Santos
CRC: 014.410.486-50/ MG - CPF: 014.410.486-50
Contador

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

BELA VISTA TEXTIL LTDA

CNPJ: 30.824.284/0001-00

Notas explicativas das demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2022.(Valores em R$)

1 - Contexto operacional

A empresa, é uma sociedade limitada BELA VISTA TEXTIL LTDA, Rua Madre Teresa de Calcuta , n° 91 , no Bairro São Joao Batista - Belo Horizonte- MG CEP: 31.520-085, e tem seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG NIRE: 3121272586-1 em 17/06/2019.

A empresa tem como atividade a comercio atacadista de calçados. CNAE Principal é 15.21.100.

O Regime Tributario e Simples Nacional.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Alteração da Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, em 12 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449 que recentemente foi convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Ambos normativos legais alteraram significativamente a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, para os exercícios sociais encerrados após 31.12.2007. Segundo a nova legislação, a emissão de normativos contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para as companhias brasileiras deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais.

3 – Principais Práticas Contábeis

As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis podem ser assim resumidas:

a. As operações da Empresa são contabilizadas de acordo com o regime de competência;
b. Os Estoques estão apresentados estão conforme a movimentação apresentada através de notas de compra e saídas, o controlo do mesmo e conforme relatórios apresentado pela empresa;
c. As Receitas e Despesas no exercício de 2022 foram incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram,de acordo com o regime de competência.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2022.

William de Jesus dos Santos
Socio Administrador
CPF: 979.801.886-91

Thiago Lucas de Almeida Santos
Contador
CPF: 014.410.486-50
CRCMG 89008

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

BELO HORIZONTE, 31/12/2022

À

CONTHALES CONTABILIDADE LTDA
CRC n.º MG-089008/O-0
Endereço: Rua PITANGUI, nº 1601, COLEGIO BATISTA, CEP nº 31110-492
BELO HORIZONTE, MG

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ 30.824.284/0001-00, que as informações relativas ao período base 31/12/2022, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

(a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;

(b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;

(c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;

(d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2022;

(e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

(a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;

(b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;

(c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

.....
WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
10000	S	1	ATIVO	1
11000	S	1.1	ATIVO CIRCULANTE	2
11001	S	1.1.1	DISPONIVEL	3
11002	S	1.1.1.1	DISPONIBILIDADE IMEDIATA	4
11110	S	1.1.1.1.01	CAIXA	5
11111		1.1.1.1.01.0001	CAIXA	6
11120	S	1.1.1.1.20	BANCO CONTA MOVIMENTO	5
11121		1.1.1.1.20.0001	BANCO DO BRASIL	6
11150	S	1.1.1.1.50	APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	5
11151		1.1.1.1.50.0001	BANCO DO BRASIL APLICACOES	6
11159	S	1.1.1.2	OUTRAS DISPONIBILIDADES	4
11160	S	1.1.1.2.01	DEPOSITO BLOQUEADOS	5
11161		1.1.1.2.01.0001	DEPOSITOS BLOQUEADOS	6
11170	S	1.1.1.2.02	CHEQUE EM TRANSITO	5
11171		1.1.1.2.02.0001	CHEQUES EM TRANSITO	6
11181	S	1.1.1.2.03	DISPONIBILIDADE EM MOEDA ESTRANGEIRA	5
11182		1.1.1.2.03.0001	MOEDA ESTRANGEIRA DOLAR	6
11199	S	1.1.2	REALIZAVEL A CURTO PRAZO	3
11200	S	1.1.2.1	CLIENTES	4
60000	S	1.1.2.1.01	CLIENTES NACIONAIS	5
60001		1.1.2.1.01.0001	CLIENTES NACIONAIS	6
60002		1.1.2.1.01.0002	CLIENTES DIVERSOS	6
62000	S	1.1.2.1.02	CARTÃO DE CREDITO	5
62001		1.1.2.1.02.0001	CARTÃO DE CREDITO	6
67000	S	1.1.2.1.05	TITULOS A RECEBER	5
68000	S	1.1.2.1.06	(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	5
68001		1.1.2.1.06.0001	(-) NOME DO BANCO	6
69000	S	1.1.2.1.90	DEDUÇOES DOS DIREITOS A RECEBER	5
69001		1.1.2.1.90.0001	(-) PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	6
69002		1.1.2.1.90.0002	(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	6
11300	S	1.1.2.3	TITUTLOS E VALORES MOBILIARIOS	4
11301	S	1.1.2.3.01	APLICAÇOES EM TITULOS DE RENDA FIXA	5
11302		1.1.2.3.01.0001	BANCO	6
11340	S	1.1.2.3.02	APLICAÇOES EM TITULOS DE RENDA VARIAVEL	5
11341		1.1.2.3.02.0001	FUNDO DE AÇOES	6
11360	S	1.1.2.3.03	APLICAÇOES EM CARDENETA DE POUPANÇA	5
11361		1.1.2.3.03.0001	BANCO	6
11380	S	1.1.2.3.04	APLICAÇOES EM ATIVOS FINANCEIROS	5
11381		1.1.2.3.04.0001	ATIVOS FINANCEIROS	6
11400	S	1.1.2.4	ADIANTAMENTOS	4
11401	S	1.1.2.4.01	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	5
11402		1.1.2.4.01.0002	ADIANTAMENTO SALARIAL	6
11403		1.1.2.4.01.0003	EMPRESTIMO PARA FUNCIONARIOS	6
11430	S	1.1.2.4.02	ANTECIPAÇAO DE LUCROS	5
11431		1.1.2.4.02.0001	ANTECIPAÇAO DE LUCROS SOCIOS	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
11432		1.1.2.4.02.0002	NOME DO SOCIO	6
11440	S	1.1.2.4.03	ADIANTAMENTO PARA FERIAS	5
11441		1.1.2.4.03.0001	ADIANTAMENTO PARA FERIAS DIVERSAS	6
11450	S	1.1.2.4.04	ADIANTAMENTO PARA 13º SALARIO	5
11451		1.1.2.4.04.0001	ADIANTAMENTO PARA 13º SALARIO	6
11460	S	1.1.2.4.05	ADIANTAMENTO PARA VIAGENS	5
11461		1.1.2.4.05.0001	ADIANTAMENTOS PARA VIAGENS	6
11470	S	1.1.2.4.06	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	5
11471		1.1.2.4.06.0001	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	6
11490	S	1.1.2.4.09	ADIANTAMENTO PARA IMPORTAÇAO	5
11500	S	1.1.2.5	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇOES A RECUPERAR	4
11510	S	1.1.2.5.01	ICMS A COMPENSAR	5
11511		1.1.2.5.01.0001	ICMS A COMPENSAR	6
11512		1.1.2.5.01.0002	ICMS ST	6
11513		1.1.2.5.01.0003	ICMS SOBRE IMOBILIZADO	6
11514		1.1.2.5.01.0004	ICMS A RECUPERAR	6
11520	S	1.1.2.5.02	IPI A COMPENSAR	5
11521		1.1.2.5.02.0001	IPI A COMPENSAR	6
11530	S	1.1.2.5.03	IRRF SOBRE FATURAMENTO	5
11531		1.1.2.5.03.0001	IRRF SOBRE FATURAMENTO	6
11540	S	1.1.2.5.04	IRRF SOBRE APLICAÇOES FINANCEIRAS	5
11541		1.1.2.5.04.0001	IRRF SOBRE APLICAÇOES FINANCEIRAS	6
11550	S	1.1.2.5.05	IRRF-OUTRAS RENTENÇOES	5
11551		1.1.2.5.05.0001	IRRF-OUTRAS RENTENÇOES	6
11553		1.1.2.5.05.0003	IRRF S/SERVIÇOS	6
11560	S	1.1.2.5.06	IRPJ A RECUPERAR	5
11561		1.1.2.5.06.0001	IRPJ A RECUPERAR	6
11570	S	1.1.2.5.07	CONTRIBUIÇAO SOCIAL A RECUPERAR	5
11571		1.1.2.5.07.0001	CONTRIBUIÇAO SOCIAL A RECUPERAR	6
11580	S	1.1.2.5.08	SEGURIDADE SOCIAL	5
11581		1.1.2.5.08.0001	INSS RETENÇAO SOBRE CESSAO DE MAO DE O	6
11590	S	1.1.2.5.09	TRIBUTOS A COMPENSAR	5
11591		1.1.2.5.09.0001	PIS A COMPENSAR	6
11592		1.1.2.5.09.0002	COFINS A COMPENSAR	6
11593		1.1.2.5.09.0003	SIMPLES A COMPENSAR	6
11594		1.1.2.5.09.0004	ISSQN A COMPENSAR	6
11596		1.1.2.5.09.0006	IRRF A COMPENSAR	6
11597		1.1.2.5.09.0007	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS A COMPENSAR	6
11598		1.1.2.5.09.0008	INSS A COMPENSAR	6
11501	S	1.1.2.5.10	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS- LEI 10.833	5
11502		1.1.2.5.10.0001	CSLL- LEI 10.833	6
11503		1.1.2.5.10.0002	PIS- LEI 10.833	6
11504		1.1.2.5.10.0003	COFINS- LEI 10.833	6
11600	S	1.1.2.6	ESTOQUES	4
11610	S	1.1.2.6.01	MERCADORIAS PARA REVENDA	5
11611		1.1.2.6.01.0001	MERCADORIAS ADQUIRIDAS A VISTA	6
11612		1.1.2.6.01.0002	MERCADORIAS ADQUIRIDAS A PRAZO	6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
11615		1.1.2.6.01.0005	MERCADORIAS P/DEMOSNTRAÇAO	6
11616		1.1.2.6.01.0006	REBANHO BOVINO	6
11617		1.1.2.6.01.0007	ESTOQUE DE PEÇAS E ACESSORIOS P/VEICULOS	6
11620	S	1.1.2.6.02	MATERIA PRIMA	5
11621		1.1.2.6.02.0001	MATERIA PRIMA ADQUIRIDA A VISTA	6
11622		1.1.2.6.02.0002	MATERIA PRIMA ADQUIRIDA A PRAZO	6
11630	S	1.1.2.6.03	MATERIAL DE CONSUMO E ALMOXARIFADO	5
11631		1.1.2.6.03.0001	MAT. DE CONSUMO E ALMOXARIFADO- A VISTA	6
11632		1.1.2.6.03.0002	MAT. DE CONSUMO E ALMOXARIFADO- A PRAZO	6
11640	S	1.1.2.6.04	PRODUTOS EM ELABORAÇAO	5
11641		1.1.2.6.04.0001	PRODUTOS EM ELABORAÇAO	6
11643		1.1.2.6.04.0003	PRODUTOS EM ELABORAÇAO-FILIAL	6
11650	S	1.1.2.6.05	PRODUTOS ACABADOS	5
11651		1.1.2.6.05.0001	PRODUTOS ACABADOS	6
11653		1.1.2.6.05.0003	PRODUTOS ACABADOS-FILIAL	6
11660	S	1.1.2.6.06	ALMOXARIFADO	5
11661		1.1.2.6.06.0001	MATERIAL DE CONSUMO	6
11662		1.1.2.6.06.0002	UNIFORMES E ACESSORIOS	6
11663		1.1.2.6.06.0003	MATERIAL DE EXPEDIENTE	6
11664		1.1.2.6.06.0004	MATERIAL DE LIMPEZA	6
11665		1.1.2.6.06.0005	MATERIAL DE EMBALAGEM	6
11670	S	1.1.2.6.07	ESTOQUE DE TERCEIROS	5
11671		1.1.2.6.07.0001	ESTOQUE EM PODER DE TERCEIROS	6
11672		1.1.2.6.07.0002	ESTOQUE DE TERCEIROS EM MEU PODER	6
11680		1.1.2.6.08	CONSTRUÇOES EM ANDAMENTO	5
11681		1.1.2.6.08.0001	MATERIAIS	6
11690	S	1.1.2.6.90	TRANSFERENCIAS	5
11691		1.1.2.6.90.0001	ESTOQUE DE TERCEIRO	6
11692		1.1.2.6.90.0002	(-) ESTOQUE DE TERCEIRO	6
11698	S	1.1.2.6.99	(-) PROVISAO DE PERDA P/DESCLASSIFICAÇAO	5
11699		1.1.2.6.99.0001	(-) PROVISAO DE PERDA P/DESCLASSIFICAÇAO	6
11700	S	1.1.2.7	OUTRAS CONTAS ATIVAS	4
11701	S	1.1.2.7.01	DEVEDORES DIVERSOS	5
11702		1.1.2.7.01.0001	OUTRAS	6
11750	S	1.1.2.7.02	IMOVEIS DESTINADOS A VENDA	5
11751		1.1.2.7.02.0001	OUTRAS	6
11760	S	1.1.2.7.03	IMPORTAÇAO EM ANDAMENTO	5
11761		1.1.2.7.03.0001	IMPORTAÇAO EM ANDAMENTO	6
11799	S	1.1.2.8	DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	4
11800	S	1.1.2.8.01	SEGUROS A APROPIAR	5
11801		1.1.2.8.01.0001	OUTRAS	6
11820	S	1.1.2.8.02	ASSINATURAS DE PERIODICOS A APROPIAR	5
11821		1.1.2.8.02.0001	OUTRAS	6
11830	S	1.1.2.8.03	OUTRAS DISPESAS ANTECIPADAS A APROPIAR	5
11831		1.1.2.8.03.0001	IPTU IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	6
15990	S	1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	2
16000	S	1.2.2	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
16001	S	1.2.2.1	DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	4
16002	S	1.2.2.1.01	CLIENTES	5
16003		1.2.2.1.01.0001	OUTRAS	6
16120	S	1.2.2.1.02	TITULOS A RECEBER	5
16121		1.2.2.1.02.0001	OUTRAS	6
16130	S	1.2.2.1.03	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	5
16131		1.2.2.1.03.0001	OUTRAS	6
16140	S	1.2.2.1.04	CONSORCIO EM ANDAMENTO	5
16141		1.2.2.1.04.0001	OUTRAS	6
16150	S	1.2.2.1.05	EMPRESTIMOS COMPULSORIOS	5
16151		1.2.2.1.05.0001	OUTRAS	6
16160	S	1.2.2.1.06	DEPOSITOS JUDICIAIS	5
16161		1.2.2.1.06.0001	DEPOSITO JUDICIAL PROCESSOS Nº	6
16175	S	1.2.2.1.07	ADIANTAMENTO PARA INVESTIMENTO	5
16176		1.2.2.1.07.0001	OUTRAS	6
16180	S	1.2.2.1.08	INCENTIVOS FISCAIS	5
16181		1.2.2.1.08.0001	FINOR	6
16182		1.2.2.1.08.0002	FINAM	6
16183		1.2.2.1.08.0003	EMBRAER	6
16184		1.2.2.1.08.0004	FISET	6
16185		1.2.2.1.08.0005	INFORMATICA	6
16186		1.2.2.1.08.0006	ISSQN	6
16187		1.2.2.1.08.0007	OUTRAS	6
16190	S	1.2.2.1.09	OUTROS VALORES A RECEBER	5
16191		1.2.2.1.09.0001	OUTRAS	6
16170	S	1.2.2.1.10	DEVEDORES DIVERSOS	5
16171		1.2.2.1.10.0001	OUTRAS	6
16200	S	1.2.2.2	DIREITOS A RECEBER DE PESSOA LIGADAS	4
16210	S	1.2.2.2.01	PESSOAS JURIDICAS	5
16211		1.2.2.2.01.0001	PESSOAS JURIDICAS	6
16220	S	1.2.2.2.02	CONTA CORRENTE C/SOCIOS	5
16221		1.2.2.2.02.0001	CONTA CORRENTE C/SOCIOS	6
16230	S	1.2.2.2.03	OUTROS VALORES A RECEBER	5
18000	S	1.2.3	NAO CIRCULANTE	3
18100	S	1.2.3.1	INVESTIMENTOS	4
18110	S	1.2.3.1.01	PARTICIP.AVALIADA PELO CUSTO CORRIDO	5
18120	S	1.2.3.1.02	PARTCIPAÇAO SOCIETARIA	5
18121		1.2.3.1.02.0001	PARTICIPAÇAO SOCIETARIA	6
18130	S	1.2.3.1.03	PARTICIPAÇOES POR INCENTIVOS FISCAIS	5
18131		1.2.3.1.03.0001	FINOR	6
18132		1.2.3.1.03.0002	FINAM	6
18133		1.2.3.1.03.0003	EMBRAER	6
18134		1.2.3.1.03.0004	FISET	6
18135		1.2.3.1.03.0005	INFORMATICA	6
18136		1.2.3.1.03.0006	ISSQN	6
18140	S	1.2.3.1.04	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	5
18150	S	1.2.3.1.05	IMOVEIS PARA RENDA	5
18160	S	1.2.3.1.06	INVESTIMENTOS AGROPECUARIA	5

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
18161		1.2.3.1.06.0001	VACAS C/CRIA	6
18162		1.2.3.1.06.0002	VACAS SOLTEIRAS	6
18163		1.2.3.1.06.0003	BOIS DE TRAÇAO	6
18164		1.2.3.1.06.0004	BOIS REPRODUTORES	6
18165		1.2.3.1.06.0005	EQUIDEOS	6
18200	S	1.2.3.2	IMOBILIZADO	4
18210	S	1.2.3.2.01	IMOBILIZAÇOES TECNICAS	5
18211		1.2.3.2.01.0001	IMOVEIS-TERRENOS	6
18212		1.2.3.2.01.0002	IMOVEIS-EDIFICAÇOES	6
18213		1.2.3.2.01.0003	INSTALAÇOES	6
18214		1.2.3.2.01.0004	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
18215		1.2.3.2.01.0005	MOVEIS E UTENSILIOS	6
18216		1.2.3.2.01.0006	VEICULOS	6
18217		1.2.3.2.01.0007	COMPUTADORES E PERIFERICOS	6
18220		1.2.3.2.01.0020	FERRAMENTAS	6
18222		1.2.3.2.01.0022	RECURSOS MINERAIS	6
18223		1.2.3.2.01.0023	FLORESTAMENTOS E REFLORESTAMENTOS	6
18224		1.2.3.2.01.0024	DIREITO CONTRATUAL EXPLORAÇAO FLORESTAS	6
18225		1.2.3.2.01.0025	BIBLIOTECA	6
18240		1.2.3.2.01.0040	OUTRAS IMOBILIZAÇOES	6
18241		1.2.3.2.01.0041	BENFEITORIAS FAZENDA	6
18242		1.2.3.2.01.0042	GADO BOVINO	6
18243		1.2.3.2.01.0043	BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	6
18250	S	1.2.3.2.02	DEPRECIAÇOES ACUMULADAS	5
18252		1.2.3.2.02.0002	IMOVEIS- EDIFICAÇOES	6
18253		1.2.3.2.02.0003	INSTALAÇOES	6
18254		1.2.3.2.02.0054	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
18255		1.2.3.2.02.0055	MOVEIS E UTENSILIOS	6
18256		1.2.3.2.02.0056	VEICULOS	6
18257		1.2.3.2.02.0057	COMPUTADORES E PERIFERICOS	6
18260		1.2.3.2.02.0060	FERRAMENTAS	6
18262		1.2.3.2.02.0062	RECURSOS MINERAIS	6
18263		1.2.3.2.02.0063	FLORESTAMENTOS E REFLORESTAMENTOS	6
18264		1.2.3.2.02.0064	DIREITO CONTRATUAL EXPLORAÇAO FLORESTA	6
18265		1.2.3.2.02.0065	BIBLIOTECA	6
18266		1.2.3.2.02.0066	GADO BOVINO	6
18267		1.2.3.2.02.0067	BENFEITORIA EM IMOVEIS DE TERCEIROS	6
18280		1.2.3.2.02.0080	OUTRAS IMOBILIZAÇOES	6
18290	S	1.2.3.2.03	IMOBILIZAÇOES EM ANDAMENTO	5
18291		1.2.3.2.03.0001	OBRAS EM ANDAMENTO	6
18292		1.2.3.2.03.0002	IMOBILIZAÇOES EM CURSO	6
18300	S	1.2.3.2.04	CONSTRUÇOES EM ANDAMENTO	5
18301		1.2.3.2.04.0001	NOME IDENTIFICADOR DA OBRA	6
18310	S	1.2.3.2.05	IMOBILIZAÇOES TEC.-REAVALIAÇAO	5
18311		1.2.3.2.05.0001	TERRENOS	6
18312		1.2.3.2.05.0002	IMOVEIS- EDIFICAÇOES	6
18313		1.2.3.2.05.0003	INSTALAÇOES	6
18314		1.2.3.2.05.0004	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
18315		1.2.3.2.05.0005	MOVEIS E UTENSILIOS	6
18316		1.2.3.2.05.0006	VEICULOS	6
18317		1.2.3.2.05.0007	COMPUTADORES PERIFERICOS	6
18320		1.2.3.2.05.0010	FERRAMENTAS	6
18322		1.2.3.2.05.0012	RECURSOS MINERAIS	6
18323		1.2.3.2.05.0013	FLORESTAMENTOS E REFLORESTAMENTOS	6
18324		1.2.3.2.05.0014	DIREITO CONTRATUAL DE EXPLORAÇAO FLORESTAS	6
18325		1.2.3.2.05.0015	ARMAMENTOS	6
18326		1.2.3.2.05.0016	EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇOES	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
18327		1.2.3.2.05.0017	EQUIPAMENTOS DE FILMAGEM	6
18350	S	1.2.3.2.06	DEPREC.ACUMULADAS-REAVALIAÇAO	5
18352		1.2.3.2.06.0002	IMOVEIS-EDIFICAÇOES	6
18353		1.2.3.2.06.0003	INSTALAÇOES	6
18354		1.2.3.2.06.0004	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
18355		1.2.3.2.06.0005	MOVEIS E UTENSILIOS	6
18356		1.2.3.2.06.0006	VEICULOS	6
18357		1.2.3.2.06.0007	COMPUTADORES E PERIFERICOS	6
18360		1.2.3.2.06.0010	FERRAMENTAS	6
18362		1.2.3.2.06.0012	RECURSOS MINERAIS	6
18363		1.2.3.2.06.0013	FLORESTAMENTOS E REFLORESTAMENTOS	6
18364		1.2.3.2.06.0014	DIREITO CONTRATUAL DE EXPLORAÇAO FLORESTAS	6
18365		1.2.3.2.06.0015	ARMAMENTOS	6
18366		1.2.3.2.06.0016	EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇOES	6
18367		1.2.3.2.06.0017	EQUIPAMENTOS DE FILMAGENS	6
18500	S	1.2.3.3	INTANGIVEL	4
18510	S	1.2.3.3.01	INTANGIVEIS TECNICOS	5
18511		1.2.3.3.01.0001	DIREITO DE USO DE SOFTWARE	6
18512		1.2.3.3.01.0002	DIREITO DE USO TELEFONICO	6
18513		1.2.3.3.01.0003	MARCAS. DIREITOS E PATENTES	6
18549		1.2.3.3.01.0099	OUTROS INTANGIVEIS	6
18611	S	1.2.3.3.05	INSTANGIVEIS TECNICOS- REAVALIAÇAO	5
18318		1.2.3.3.05.0008	DIRETO DE USO DE SOFTWARE	6
18319		1.2.3.3.05.0009	DIREITO DE USO TELEFONICO	6
18321		1.2.3.3.05.0011	MARCAS.DIREITOS E PATENTES	6
18612	S	1.2.3.3.06	AMORT.ACUM.INTANGIVEL-REAVALIAÇAO	5
18358		1.2.3.3.06.0008	DIREITO DE USO DE SOFTWARE	6
18359		1.2.3.3.06.0009	DIREITO DE USO TELEFONICO	6
18361		1.2.3.3.06.0011	MARCAS.DIREITOS E PATENTES	6
18601	S	1.2.3.3.30	GASTOS DE IMPLANTAÇAO E PRE-OPERACIONAIS	5
18602		1.2.3.3.30.0001	GASTOS DE IMPLANTAÇAO E PRE-OPERACIONAIS	6
18610	S	1.2.3.3.40	PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	5
18620	S	1.2.3.3.50	GASTOS DE IMPLANT.DE SISTEMAS E METODOS	5
18630	S	1.2.3.3.60	GASTOS DE REORGANIZAÇAO	5
18640	S	1.2.3.3.70	GASTOS FINANCEIROS	5
18641		1.2.3.3.70.0001	JUROS S/EMPRESTIMO	6
18642		1.2.3.3.70.0002	TAXAS E COMISSOES BANCARIAS	6
18643		1.2.3.3.70.0003	CORREÇAO MONETARIA	6
18690	S	1.2.3.3.90	AMORTIZAÇOES ACUMULADAS	5
18691		1.2.3.3.90.0001	GASTOS DE IMPLANTAÇAO E PRE-OPERACIONAIS	6
18692		1.2.3.3.90.0002	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	6
18693		1.2.3.3.90.0003	GASTOS DE IMLANT.DE SISTEMAS E METODOS	6
18694		1.2.3.3.90.0004	GASTOS DE REORGANIZAÇAO	6
20000	S	2	PASSIVO	1
20001	S	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	2
21000	S	2.1.1	EXIGIVEL A CURTO PRAZO	3
70000	S	2.1.1.1	FORNECEDORES	4
70001	S	2.1.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS	5
70003		2.1.1.1.01.0002	CONTHALES CONTABILIDADE	6
70002		2.1.1.1.01.0002	FORNECEDORES - DIARIO AUXILIAR	6
71000	S	2.1.1.1.02	FORNECEDORES INTERNACIONAIS	5
71001		2.1.1.1.02.0001	FORNECEDORES INTERNACIONAIS-DIARIO AUXILIAR	6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
21200	S	2.1.1.2	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4
21201	S	2.1.1.2.01	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	5
21250	S	2.1.1.2.02	OUTROS EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5
21251		2.1.1.2.02.0001	OUTROS EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6
21300	S	2.1.1.3	OBRIGAÇOES TRABALHISTAS	4
21310	S	2.1.1.3.01	OBRIGAÇOES COM EMPREGADOS	5
21311		2.1.1.3.01.0001	SALARIOS A PAGAR	6
21312		2.1.1.3.01.0002	RECISOES A PAGAR	6
21313		2.1.1.3.01.0003	FERIAS A PAGAR	6
21314		2.1.1.3.01.0004	13º SALARIO A PAGAR	6
21315		2.1.1.3.01.0005	PENSOES ALIMENTICIAS	6
21316		2.1.1.3.01.0006	ESTAGIARIOS	6
21350	S	2.1.1.3.50	OBRIGAÇOES COM DIRIGENTES	5
21351		2.1.1.3.50.0001	PRO LABORE	6
21380	S	2.1.1.3.80	OBRIGAÇOES COM AUTONOMOS	5
21381		2.1.1.3.80.0001	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS-PESSOA FISICA	6
21390	S	2.1.1.3.90	OBRIGAÇOES FISCAIS	5
21391		2.1.1.3.90.0001	INSS A PAGAR	6
21392		2.1.1.3.90.0002	FGTS A PAGAR	6
21393		2.1.1.3.90.0003	CONTRIBUIÇAO SINDICAL-EMPREGADOS	6
21394		2.1.1.3.90.0004	CONTRIBUIÇAO ASSISTENCIAL-EMPREGADOS	6
21395		2.1.1.3.90.0005	CONTRIBUIÇAO CONFEDERATIVA	6
21396		2.1.1.3.90.0006	PIS S/SALARIOS	6
21400	S	2.1.1.4	OBRIGAÇOES TRIBUTARIAS	4
21401	S	2.1.1.4.01	TRIBUTOS A RECOLHER	5
21402		2.1.1.4.01.0002	IRRF S/ SALARIO - COD 0561	6
21403		2.1.1.4.01.0003	IPI A RECOLHER	6
21404		2.1.1.4.01.0004	ICMS A RECOLHER	6
21405		2.1.1.4.01.0005	ISSQN	6
21406		2.1.1.4.01.0006	IPTU	6
21407		2.1.1.4.01.0007	IRRF A RECOLHER-PJ	6
21408		2.1.1.4.01.0008	SIMPLES	6
21409		2.1.1.4.01.0009	ICMS-ST A RECOLHER	6
21410		2.1.1.4.01.0010	ISSQN DE TERCEIROS-FONTE	6
21411		2.1.1.4.01.0011	COFINS-LEI 10.833	6
21412		2.1.1.4.01.0012	PIS RETENÇAO FONTE LEI 10.833	6
21413		2.1.1.4.01.0013	CSLL RENTENÇAO FONTE LEI 10.833	6
21414		2.1.1.4.01.0014	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS-LEI 10.833	6
21415		2.1.1.4.01.0015	ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTA A RECOLHER	6
21416		2.1.1.4.01.0016	INSS RETIDO	6
21417		2.1.1.4.01.0017	ICMS ST SOBRE SERVIÇO DE TRANSPORTE	6
21418		2.1.1.4.01.0018	ICMS SUBSTITUIÇAO TRIBUTARIA	6
21419		2.1.1.4.01.0019	IRRF S/ ALUGUEL - COD 3208	6
21499		2.1.1.4.01.0099	ICMS ANTECIPACAO	6
21440	S	2.1.1.4.02	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS A RECOLHER	5
21442		2.1.1.4.02.0002	PIS S/FATURAMENTO	6
21443		2.1.1.4.02.0003	COFINS S/FATURAMENTO	6
21444		2.1.1.4.02.0004	INSS S/FATURAMENTO	6
21460	S	2.1.1.4.04	TAXAS DIVERSAS A RECOLHER	5
21461		2.1.1.4.04.0001	TLF	6
21462		2.1.1.4.04.0002	IMPOSTO DE IMPORTAÇAO II	6
21480	S	2.1.1.4.05	PROVISOES FISCAIS	5
21481		2.1.1.4.05.0001	IMPOSTO DE RENDA-PESSOA JURIDICA	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
21482		2.1.1.4.05.0002	CONTRIBUIÇAO SOCIAL	6
21500	S	2.1.1.5	OUTRAS CONTAS CIRCULANTES	4
21501	S	2.1.1.5.01	CONTAS A PAGAR	5
21502		2.1.1.5.01.0002	OUTRAS	6
21503		2.1.1.5.01.0003	ALUGUEL Á PAGAR	6
21700	S	2.1.1.5.02	TRIBUTOS PARCELADOS	5
21701		2.1.1.5.02.0001	IRPJ	6
21702		2.1.1.5.02.0002	IPI	6
21703		2.1.1.5.02.0003	INSS	6
21704		2.1.1.5.02.0004	IPTU	6
21705		2.1.1.5.02.0005	ICMS-1º PARCELAMENTO	6
21706		2.1.1.5.02.0006	ISSQN	6
21707		2.1.1.5.02.0007	REFIS A RECOLHER	6
21708		2.1.1.5.02.0008	PAES A RECOLHER	6
21709		2.1.1.5.02.0009	PAEX A RECOLHER	6
21710		2.1.1.5.02.0010	PIS	6
21711		2.1.1.5.02.0011	TFLF	6
21712		2.1.1.5.02.0012	SIMPLES	6
21713		2.1.1.5.02.0013	COFINS	6
21714		2.1.1.5.02.0014	CSLL	6
21715		2.1.1.5.02.0015	REFIS IV	6
21716		2.1.1.5.02.0016	INSS S/FATURAMENTO	6
21717		2.1.1.5.02.0017	ICMS 2º PARCELAMENTO	6
21718		2.1.1.5.02.0018	MULTA CONTRATUAL	6
21719		2.1.1.5.02.0019	ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTA (DF)	6
21720		2.1.1.5.02.0021	PARCELAMENTO PERT	6
21750	S	2.1.1.5.03	BANCOS CONTA GARANTIDA	5
21751		2.1.1.5.03.0001	BANCO BRADESCO	6
21800	S	2.1.1.5.04	PATROCINIOS	5
21810	S	2.1.1.5.05	MUTUOS	5
21811		2.1.1.5.05.0001	MUTUOS	6
21820	S	2.1.1.5.08	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	5
21821		2.1.1.5.08.0001	CLIENTES DIVERSOS	6
21880	S	2.1.1.5.09	LUCROS A PAGAR	5
21881		2.1.1.5.09.0001	LUCROS DISTRIBUIDOS	6
21900	S	2.1.1.9	PROVISOES E ENCARGOS TRABALHISTAS	4
21910	S	2.1.1.9.01	PROVISOES PARA FERIAS E 13ª SALARIOS	5
21911		2.1.1.9.01.0001	PROVISAO PARA FERIAS	6
21912		2.1.1.9.01.0002	INSS SOBRE PROVISAO PARA FERIAS	6
21913		2.1.1.9.01.0003	FGTS SOBRE PROVISAO PARA FERIAS	6
21914		2.1.1.9.01.0004	PROVISAO PARA 13º SALARIO	6
21915		2.1.1.9.01.0005	INSS SOBRE PROVISAO PARA 13º SALARIO	6
21916		2.1.1.9.01.0006	FGTS SOBRE PROVISAO PARA 13º SALARIO	6
21917		2.1.1.9.01.0007	PIS SOBRE PROVISAO PARA FERIAS	6
21918		2.1.1.9.01.0008	PIS SOBRE PROVISAO DE 13ª SALARIO	6
25990	S	2.2	PASSIVO NAO CIRCULANTE	2
26000	S	2.2.2	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	3
26001	S	2.2.2.1	FORNECEDORES	4
26002	S	2.2.2.1.01	FORNCEDORES NACIONAIS	5
26003		2.2.2.1.01.0001	FORNECEDORES-DIARIO AUXILIAR	6
26200	S	2.2.2.2	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4
26201	S	2.2.2.2.01	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	5

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
26202		2.2.2.2.01.0002	EMPRESTIMO	6
26210	S	2.2.2.2.02	OBRIGAÇAO C/SOCIO	5
26211		2.2.2.2.02.0001	OBRIGAÇOES COM O SOCIO	6
26300	S	2.2.2.3	OBRIGAÇOES TRIBUTARIAS	4
26310	S	2.2.2.3.01	OBRIGAÇOES COM EMPREGADOS	5
26320		2.2.2.3.01.0020	ACORDOS TRABALHISTAS	6
26350	S	2.2.2.3.50	OBRIGAÇOES COM DIRIGENTES	5
26351		2.2.2.3.50.0001	HONORARIOS A PAGAR	6
26380	S	2.2.2.3.80	OBRIGAÇOES COM AUTONOMOS	5
26390	S	2.2.2.3.90	OBRIGAÇOES FISCAIS	5
26391		2.2.2.3.90.0001	IMPOSTO DE RENDA-PESSOA JURIDICA	6
26392		2.2.2.3.90.0002	CONTRIBUIÇAO SOCIAL	6
26450	S	2.2.2.4	CREDITOS DE ACIONISTAS E EMPR.LIGADAS	4
26451	S	2.2.2.4.01	CREDITOS DE ACIONISTAS/COTISTAS	5
26470	S	2.2.2.4.02	CREDITOS DE EMPRESAS LIGADAS	5
26471		2.2.2.4.02.0001	CREDITOS DE EMPRESAS LIGADAS	6
26480	S	2.2.2.4.03	ADIANTAMENTO P/AUMENTO DE CAPITAL	5
26500	S	2.2.2.5	CREDORES DIVERSOS A LONGO PRAZO	4
26501	S	2.2.2.5.01	CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	5
26502		2.2.2.5.01.0002	CARTAO DE CREDITO	6
26700	S	2.2.2.5.02	TRIBUTOS PARCELADOS	5
26701		2.2.2.5.02.0001	IRPJ	6
26702		2.2.2.5.02.0002	IPI	6
26703		2.2.2.5.02.0003	INSS	6
26704		2.2.2.5.02.0004	IPTU	6
26705		2.2.2.5.02.0005	ICMS- 1ª PARCELAMENTO	6
26706		2.2.2.5.02.0006	ISSQN	6
26707		2.2.2.5.02.0007	REFIS A RECOLHER	6
26708		2.2.2.5.02.0008	PAES A RECOLHER	6
26709		2.2.2.5.02.0009	PAEX A RECOLHER	6
26710		2.2.2.5.02.0010	PIS	6
26711		2.2.2.5.02.0011	TFLF	6
26712		2.2.2.5.02.0012	SIMPLES	6
26713		2.2.2.5.02.0013	COFINS	6
26714		2.2.2.5.02.0014	CSLL	6
26715		2.2.2.5.02.0015	REFIS IV	6
26716		2.2.2.5.02.0016	ICMS-2ª PARCELAMENTO	6
26717		2.2.2.5.02.0017	MULTA CONTRATUAL	6
26718		2.2.2.5.02.0018	ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTA (DF)	6
26750	S	2.2.2.5.03	IMPOSTO DE RENDA/CONT.SOCIAL DIFERIDO	5
26751		2.2.2.5.03.0001	PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	6
26754		2.2.2.5.03.0002	PROVISAO P/COFINS DIFERIDO	6
26752		2.2.2.5.03.0003	PROVISAO P/CONTRIBUIÇAO SOCIAL DIFERIDO	6
26753		2.2.2.5.03.0004	PROVISAO P/PIS DIFERIDO	6
27000	S	2.2.2.6	RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS	4
27001	S	2.2.2.6.01	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	5
27003		2.2.2.6.01.0001	VENDAS DE MERCADORIAS	6
27004		2.2.2.6.01.0002	PRESTAÇAO DE SERVIÇOS	6
27300	S	2.2.2.6.02	DEDUÇOES ANTECIPADAS DA RECEITA BRUTA	5
27301		2.2.2.6.02.0001	IPI	6
27302		2.2.2.6.02.0002	PIS	6
27303		2.2.2.6.02.0003	COFINS	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
27304		2.2.2.6.02.0004	FINSOCIAL	6
27305		2.2.2.6.02.0005	ICMS	6
27306		2.2.2.6.02.0006	ISSQN	6
28000	S	2.4	PATRIMONIO LIQUIDO	2
28001	S	2.4.1	PATRIMONIO LIQUIDO	3
28101	S	2.4.1.4	PATRIMONIO LIQUIDO	4
28100	S	2.4.4.1	CAPITAL SOCIAL	4
28110	S	2.4.4.1.01	CAPITAL SOCIAL	5
28111		2.4.4.1.01.0001	CAPITAL INTEGRALIZADO	6
28112		2.4.4.1.01.0002	CAPITAL AUTORIZADO	6
28113		2.4.4.1.01.0003	CAPITAL A SUBSCREVER	6
28114		2.4.4.1.01.0004	CAPITAL A INTEGRALIZAR	6
28115		2.4.4.1.01.0005	PATRIMONIO SOCIAL	6
28199		2.4.4.1.01.0099	(-) GASTOSCOM EMISSOES DE AÇOES	6
28200	S	2.4.4.2	RESERVAS DE CAPITAL	4
28201	S	2.4.4.2.01	CORREÇAO MONETARIA	5
28202		2.4.4.2.01.0001	CORREÇAO MONETARIA	6
28210	S	2.4.4.2.02	DOAÇOES E SUBVENÇOES PARA INVESTIMENTOS	5
28211		2.4.4.2.02.0001	DOAÇOES PARA INVESTIMENTOS	6
28212		2.4.4.2.02.0002	SUBVENÇOES PARA INVESTIMENTOS	6
28250	S	2.4.4.2.03	INCENTIVOS FISCAIS	5
28251		2.4.4.2.03.0001	FINOR	6
28252		2.4.4.2.03.0002	FINAM	6
28253		2.4.4.2.03.0003	EMBRAER	6
28254		2.4.4.2.03.0004	FISET	6
28255		2.4.4.2.03.0005	INFORMATICA	6
28256		2.4.4.2.03.0006	ISSQN	6
28270	S	2.4.4.2.04	OPÇOES OUTORGADAS RECONHECIDAS	5
28271		2.4.4.2.04.0001	OPÇOES OUTORGADAS RECONHECIDAS	6
28300	S	2.4.4.3	RESERVA DE REAVALIAÇAO	4
28301	S	2.4.4.3.01	REAVALIAÇAO DE ATIVOS PROPRIOS	5
28302		2.4.4.3.01.0001	REAVAL ATIVOS EMPRESAS LIGADAS-EQUITY	6
28303		2.4.4.3.01.0002	RESERVA DE REAVALIAÇAO DE ATIVOS PROPOS	6
28304		2.4.4.3.01.0004	(-) REALIZAÇAO DA RESERVA DE REAVALIAÇAO	6
28400	S	2.4.4.4	RESERVAS DE LUCROS	4
28401	S	2.4.4.4.01	RESERVA LEGAL	5
28402		2.4.4.4.01.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	6
28403		2.4.4.4.01.0002	EXERCICIO BASE 2008	6
28410	S	2.4.4.4.10	RESERVAS ESTATUARIAS	5
28411		2.4.4.4.10.0001	RESERVAS ESTATUARIAS	6
28420	S	2.4.4.4.20	RESERVAS PARA CONTIGENCIAS	5
28430	S	2.4.4.4.30	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	5
28431		2.4.4.4.30.0001	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	6
28440	S	2.4.4.4.40	RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSAO	5
28450	S	2.4.4.4.50	RESERVA P/DIVIDENDO OBRIG.NAO DISTRIB.	5
28460	S	2.4.4.4.60	RESERVAS DE LUCROS NAO DISTRIBUIDOS	5
28461		2.4.4.4.60.0001	RESERVAS DE LUCROS NAO DISTRIBUIDOS	6
28470	S	2.4.4.4.70	AJUSTES DE AVALIÇAO PATRIMONIAL	5
28471		2.4.4.4.70.0001	AJUSTES DE AVALIAÇAO PATRIMONIAL	6
28480	S	2.4.4.4.80	AJUSTES ACUMULADOS DE CONVERSAO	5

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
28481		2.4.4.4.80.0001	AJUSTES ACUMULADOS DE CONVERSAO	6
28490	S	2.4.4.4.90	(-) AÇOES OU QUOTAS EM TESOURARIA	5
28491		2.4.4.4.90.0001	(-) AÇOES EM TESOURARIA	6
28492		2.4.4.4.90.0002	(-) QUOTAS EM TESOURARIA	6
28493	S	2.4.4.5	DEMAIS RESERVAS PARA ENTIDADES ISENTAS	4
28494	S	2.4.4.5.01	RESERVAS PATRIMONIAIS	5
28495		2.4.4.5.01.0001	RESERVAS PATRIMONIAIS	6
28496	S	2.4.4.5.02	RESERVAS ESTATUTARIAS	5
28497		2.4.4.5.02.0001	RESERVAS PATRIMONIAIS	6
28499	S	2.4.4.7	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	4
28500	S	2.4.4.7.01	RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	5
28501		2.4.4.7.01.0001	RESULTADOS ACUMULADOS-LUCROS	6
28502		2.4.4.7.01.0002	RESULTADOS ACUMULADOS-PREJUIZOS	6
28503		2.4.4.7.01.0003	LUCROS DO EXERCICIO	6
28504		2.4.4.7.01.0004	PREJUIZOS DO EXERICICO	6
28530	S	2.4.4.7.02	RESULTADOS ACUMULADOS-PREJUIZOS	5
28550	S	2.4.4.7.03	LUCROS DISTRIBUIDOS PARA SOCIOS	5
28551		2.4.4.7.03.0001	SOCIO XXXXXX	6
28552		2.4.4.7.03.0002	SOCIO XXXXXX	6
28600	S	2.4.4.7.04	LUCROS CAPITALIZADOS OU TRANSF.P/RESER	5
28700	S	2.4.4.7.06	RESULTADOS ACUMULADOS	5
28701		2.4.4.7.06.0001	RESULTADO ACUMULADO	6
28800	S	2.4.4.7.07	RESULTADOS ACUMULADOS	5
28801		2.4.4.7.07.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	6
28900	S	2.4.4.7.08	AJUSTE DE EXERCICIO	5
28901		2.4.4.7.08.0001	AJUSTE DE EXERCICIO	6
30000	S	3	RECEITAS	1
30100	S	3.1	RECEITA GERAIS	2
30110	S	3.1.1	RECEITAS OPERACIONAIS	3
30111	S	3.1.1.1	RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	4
31000	S	3.1.1.1.01	PRODUCAO DE ESTABELECIMENTO	5
31001		3.1.1.1.01.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	6
31002		3.1.1.1.01.0002	VENDAS NO MERCADO EXTERNO	6
31003		3.1.1.1.01.0003	EXPORTAÇAO INCENTIVADA DE PRODUTOS	6
31004		3.1.1.1.01.0004	EXPORTAÇAO NAO INCENTIVADA DE PRODUTOS	6
31005		3.1.1.1.01.0005	VENDA DE ANIMAIS	6
31100	S	3.1.1.1.02	REVENDA DE MERCADORIAS	5
31101		3.1.1.1.02.0001	VENDAS NO MERCADO INTERNO	6
31102		3.1.1.1.02.0002	VENDAS NO MERCADO EXTERNO	6
31103		3.1.1.1.02.0003	VENDAS DE SUCATA	6
31104		3.1.1.1.02.0004	EXPORTAÇAO NAO INCENTIVADA DE PRODUTOS	6
31151	S	3.1.1.1.03	PRESTAÇAO DE SERVIÇO	5
31152		3.1.1.1.03.0001	SERVIÇOS PRESTADOS	6
31153		3.1.1.1.03.0003	CONTRIBUIÇOES RECEBIDAS	6
31154		3.1.1.1.03.0004	CURSOS	6
31160	S	3.1.1.1.04	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	5
31161		3.1.1.1.04.0001	VENDAS DE IMOVEIS A COMERCIALIZAR	6
31162		3.1.1.1.04.0002	RECEITAS DE ALUGUEIS	6
31170	S	3.1.1.1.05	RECEITA DA ATIVIDADE RURAL	5

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
31171		3.1.1.1.05.0001	RECEITA DA ATIVIDADE RURAL	6
31180	S	3.1.1.1.06	RECEITA DE VENDA DE PRODUTOS	5
31181		3.1.1.1.06.0001	DA ATIVIDADE DE EDUCAÇAO	6
31182		3.1.1.1.06.0002	DA ATIVIDADE DE SAUDE	6
31183		3.1.1.1.06.0003	DA ATIVIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL	6
31184		3.1.1.1.06.0004	OUTRAS	6
31190	S	3.1.1.1.07	RECEITA DE PRESTAÇAO DOS SERVIÇOS	5
31191		3.1.1.1.07.0001	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	6
31192		3.1.1.1.07.0002	DOAÇOES/SUBVENÇOES VINCULDAS	6
31193		3.1.1.1.07.0003	DOAÇOES	6
31194		3.1.1.1.07.0004	CONTRIBUIÇOES	6
31195		3.1.1.1.07.0005	OUTRAS	6
31300	S	3.1.1.1.08	RECEITA DE SERVIÇOS DE SAUDE	5
31301		3.1.1.1.08.0001	PACIENTES PARTICULARES	6
31302		3.1.1.1.08.0002	CONVENIOS-SUS	6
31303		3.1.1.1.08.0003	CONVENIOS-OUTROS	6
31304		3.1.1.1.08.0004	DOAÇOES/SUBVENÇOES VINCULADAS	6
31305		3.1.1.1.08.0005	DOAÇOES	6
31306		3.1.1.1.08.0006	CONTRIBUIÇOES	6
31307		3.1.1.1.08.0007	OUTRAS	6
31320	S	3.1.1.1.09	RECEITAS DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL	5
31321		3.1.1.1.09.0001	PACIENTES PARTICULARES	6
31322		3.1.1.1.09.0002	CONVENIOS-OUTROS	6
31323		3.1.1.1.09.0003	DOAÇOES/SUBVENÇOES VINCULADAS	6
31324		3.1.1.1.09.0004	DOAÇOES	6
31325		3.1.1.1.09.0005	CONTRIBUIÇOES	6
31326		3.1.1.1.09.0006	OUTRAS	6
31330	S	3.1.1.1.10	RECEITAS DE OUTRAS ATIVIDADES	5
31331		3.1.1.1.10.0001	CONTRIBUIÇOES SINDICAIS	6
31332		3.1.1.1.10.0002	CONTRIBUIÇOES CONFEDERATIVAS/ASSOCIATIVA	6
31333		3.1.1.1.10.0003	MENSALIDADES	6
31334		3.1.1.1.10.0004	DOAÇOES/SUBVENÇOES	6
31335		3.1.1.1.10.0005	OUTRAS CONTRIBUIÇOES	6
31336		3.1.1.1.10.0006	OUTRAS	6
31200	S	3.1.1.2	DEDUÇOES DA RECEITA BRUTA	4
31201	S	3.1.1.2.01	TRIBUTOS	5
31203		3.1.1.2.01.0003	PIS S/RECEITA OPERACIONAL	6
31205		3.1.1.2.01.0004	COFINS	6
31206		3.1.1.2.01.0005	IPI	6
31207		3.1.1.2.01.0006	ICMS	6
31208		3.1.1.2.01.0007	ISSQN	6
31209		3.1.1.2.01.0008	ICMS ST	6
31210		3.1.1.2.01.0009	SIMPLES	6
31250	S	3.1.1.2.02	DEVOLUÇOES DE VENDAS E SERVIÇOS	5
31251		3.1.1.2.02.0001	DEVOLUÇAO DE VENDAS	6
31252		3.1.1.2.02.0002	DEVOLUÇAO DE SERVIÇO	6
31253		3.1.1.2.02.0003	OUTRAS DEVOLUÇOES	6
31270	S	3.1.1.2.03	DESCONTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	5
31271		3.1.1.2.03.0001	DESCONTOS INCONDICIONAIS	6
31280	S	3.1.1.2.04	VENDAS CANCELADAS	5
31281		3.1.1.2.04.0001	VENDAS CANCELADAS	6
31500	S	3.1.1.5	RECEITAS FINACEIRAS	4

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
31501	S	3.1.1.5.01	RECEITAS FINANCEIRAS	5
31502		3.1.1.5.01.0001	DESCONTOS OBTIDOS	6
31503		3.1.1.5.01.0002	JUROS ATIVOS	6
31504		3.1.1.5.01.0003	RENDIMENTOS DE APLICAÇOES FINANCEIRAS	6
31505		3.1.1.5.01.0004	RENDIMENTOS DE TITULOS E VAL.MOBILIARIOS	6
31506		3.1.1.5.01.0005	VARIAÇAO MONETARIA ATIVA	6
31507		3.1.1.5.01.0006	PREMIOS DE RESGATES TITULOS E DEBENTURES	6
31508		3.1.1.5.01.0007	VARIAÇAO CAMBIAL ATIVA	6
31509		3.1.1.5.01.0008	GANHOS EM OPERAÇOES DAY-TRADE	6
31510		3.1.1.5.01.0009	RECEITAS DE JUROS SOBRE CAPITAL PROPRI	6
31511		3.1.1.5.01.0010	OUTRAS RECEITAS DE APLICAÇOES FINANCEIRAS	6
31600	S	3.1.1.6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4
31601	S	3.1.1.6.01	DIVIDENDOS	5
31602		3.1.1.6.01.0001	EMPRESAS DIVERSAS	6
31620	S	3.1.1.6.02	EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	5
31621		3.1.1.6.02.0001	RESULTADOS POSITIVOS EM PARTICIPAÇOES SO	6
31622		3.1.1.6.02.0002	RESULTADOS POSITIVOS EM SPC	6
31631	S	3.1.1.6.03	RESULTADO DE PARTICIP.OUTRAS SOCIEDADES	5
31632		3.1.1.6.03.0001	GANHOS NA ALIENAÇAO DE PARTICIPAÇOES NAO	6
31630	S	3.1.1.6.04	RENDIMENTOS E GANHOS DE CAPITAL AUFERIDO	5
31633		3.1.1.6.04.0001	RENDIMENTOS E GANHOS DE CAPITAL AUFERIDO	6
31680	S	3.1.1.6.08	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	5
31681		3.1.1.6.08.0001	RECUPERAÇAO DE DESPESAS	6
31682		3.1.1.6.08.0002	RECUPERAÇAO FISCAL	6
31683		3.1.1.6.08.0003	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6
31690	S	3.1.1.6.09	REVERSAO DE PROVISOES	5
31691		3.1.1.6.09.0001	REVERSAO DE PROVISOES	6
30101	S	3.2	RECEITAS NAO OPERACIONAIS	2
35000	S	3.2.2	RECEITAS NAO OPERACIONAIS	3
35001	S	3.2.2.1	GANHOS DE CAPITAL	4
35002	S	3.2.2.1.01	GANHOS NA ALIENAÇAO DE INVESTIMENTOS	5
35003		3.2.2.1.01.0001	GANHOS NA ALIENAÇAO DE INVESTIMENTOS	6
35004		3.2.2.1.01.0002	RECEITAS NAO OPERACION.INVEST.EQUITY	6
35005		3.2.2.1.01.0003	OUTRAS RECEITAS	6
35100	S	3.2.2.1.02	GANHOS DE CAPITAL NO IMOBILIZADO/INTANGI	5
35101		3.2.2.1.02.0001	IMOVEIS-TERRENOS	6
35102		3.2.2.1.02.0002	IMOVEIS-EDIFICAÇOES	6
35103		3.2.2.1.02.0003	INSTALAÇOES	6
35104		3.2.2.1.02.0004	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
35105		3.2.2.1.02.0005	MOVEIS E UTENSILIOS	6
35106		3.2.2.1.02.0006	VEICULOS	6
35107		3.2.2.1.02.0007	COMPUTADORES PERIFERICOS	6
35108		3.2.2.1.02.0008	DIREITO DE USO DE SOFTWARE	6
35109		3.2.2.1.02.0009	DIREITO DE USO TELEFONICO	6
35110		3.2.2.1.02.0010	FERRAMENTAS	6
35111		3.2.2.1.02.0011	MARCAS.DIREITOS E PATENTES	6
35112		3.2.2.1.02.0012	RECURSOS MINERAIS	6
35113		3.2.2.1.02.0013	FLORESTAMENTOS E REFLORESTAMENTOS	6
35114		3.2.2.1.02.0014	DIREITO CONTRATUAL EXPLORAÇAO FLORESTAS	6
35130		3.2.2.1.02.0030	OUTROS IMOBILIZADOS	6
35153	S	3.2.2.1.03	GANHOS DE CAPITAL NO ATIVO DIFERIDO	5
35154		3.2.2.1.03.0001	GANHOS DAS BAIXAS DE ATIVOS DIFERIDOS	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
36000	S	3.2.2.1.04	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	5
36001		3.2.2.1.04.0001	RECEITAS NAO OPERACIONAIS	6
38000	S	3.2.2.5	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	4
38001	S	3.2.2.5.01	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	5
38002		3.2.2.5.01.0001	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	6
38003		3.2.2.5.01.0002	RECUPERAÇAO DE DESPESAS	6
40000	S	4	DESPESAS/CUSTOS	1
40001	S	4.1	CUSTOS	2
50000	S	4.1.1	CUSTOS GERAIS	3
50001	S	4.1.1.1	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	4
50002	S	4.1.1.1.01	CUSTO PRODUTOS FABRIC PROPRIA VENDIDA	5
50302		4.1.1.1.01.0002	ESTOQUES NO INICIO DO PERIODO BASE	6
50003		4.1.1.1.01.0003	CUSTOS DOS PRODUTOS FABRICAÇAO PROPRIA	6
50004		4.1.1.1.01.0004	OUTROS CUSTOS	6
50040	S	4.1.1.1.02	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS PARA EDUCAÇA	5
50041		4.1.1.1.02.0001	CUSTOS DOS PRODUTOS PARA EDUCAÇAO-VEND	6
50042		4.1.1.1.02.0002	CUSTOS DOS PRODUTOS PARA EDUCAÇAO-GRAT	6
50043		4.1.1.1.02.0003	OUTROS CUSTOS	6
50060	S	4.1.1.1.03	CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS PARA SAUDE	5
50061		4.1.1.1.03.0001	CUSTOS DOS PRODUTOS PARA SAUDE-VENDIDO	6
50062		4.1.1.1.03.0002	CUSTOS DOS PRODUTOS PARA SAUDE-GRATUID	6
50063		4.1.1.1.03.0003	OUTROS CUSTOS	6
50080	S	4.1.1.1.04	CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS PARA ASSISTE	5
50081		4.1.1.1.04.0001	CUSTOS DOS PRODUTOS PARA ASSISTENCIA SOC	6
50082		4.1.1.1.04.0002	CUSTOS DOS PRODUTOS PARA ASSISTENCIA SOC	6
50083		4.1.1.1.04.0003	OUTRAS	6
50090	S	4.1.1.1.05	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS PARA DEMAIS	5
50091		4.1.1.1.05.0001	CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS EM GERAL	6
50092		4.1.1.1.05.0002	OUTROS CUSTOS	6
50300	S	4.1.1.2	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	4
50301	S	4.1.1.2.01	CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS	5
50303		4.1.1.2.01.0003	COMPRAS A VISTA	6
50304		4.1.1.2.01.0004	COMPRAS A PRAZO	6
50305		4.1.1.2.01.0005	(-) ESTOQUES NO FINAL DO PERIODO BASE	6
50306		4.1.1.2.01.0006	IMPORTAÇOES	6
50307		4.1.1.2.01.0007	DEVOLUÇAO DE COMPRAS	6
50308		4.1.1.2.01.0008	FRETES E CARRETOS A VISTA	6
50309		4.1.1.2.01.0009	IMPOSTOS	6
50310		4.1.1.2.01.0010	CUSTO DE ANIMAIS	6
50311		4.1.1.2.01.0011	MATERIAL APLICADO	6
50312		4.1.1.2.01.0012	IMPORTAÇOES A PRAZO	6
50313		4.1.1.2.01.0013	FRETES E CARRETOS A PRAZO	6
50500	S	4.1.1.3	CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	4
50501	S	4.1.1.3.01	CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	5
50502		4.1.1.3.01.0002	SALDO INICIAL DE SERVIÇOS EM ANDAMENTO	6
50503		4.1.1.3.01.0003	RENUMERAÇAO DIRIGENTES PRODUÇAIO SERVIÇOS	6
50504		4.1.1.3.01.0004	CUSTO PESSOAL APLICADO PROD-SERVIÇOS	6
50505		4.1.1.3.01.0005	ENCARGOS SOCIAIS	6
50506		4.1.1.3.01.0006	ALIMENTAÇAO DO TRABALHADOR	6
50507		4.1.1.3.01.0007	TRANSPORTE DE EMPREGADOS	6
50508		4.1.1.3.01.0008	ENCARGOS DE DEPRECIAÇAO E AMORTIZAÇAO	6
50509		4.1.1.3.01.0009	ARRENDAMENTO MERCANTIL	6
50510		4.1.1.3.01.0010	COMISSOES E CORRETAGENS	6
50511		4.1.1.3.01.0011	CONSTITUIÇAO DE PROVISOES	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
50512		4.1.1.3.01.0012	ROYALTIES E ASSIETNCIA TECNICA-PAIS	6
50513		4.1.1.3.01.0013	ROYALTIES E ASSIST TECNICA-EXTERIOR	6
50514		4.1.1.3.01.0014	OUTROS CUSTOS	6
50515		4.1.1.3.01.0015	(-) SALDO FINAL DE SERVIÇOS EM ANDAMENTO	6
50516		4.1.1.3.01.0016	DIREITOS AUTORAIS	6
50517		4.1.1.3.01.0017	MATERIAL DE PINTURA E REPAROS	6
50518		4.1.1.3.01.0018	SERVIÇOS PRESTADOS-PESSOA JURIDICA	6
50519		4.1.1.3.01.0019	DISTRIBUIDORAS DE FILMES	6
50520		4.1.1.3.01.0020	MATERIAL APLICADO NA PRODUÇAO DOS SERVIÇ	6
50521		4.1.1.3.01.0021	SEVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA SEM	6
50522		4.1.1.3.01.0022	ENCARGOS SOCIAIS-PREVIDENCIA SOCIAL	6
50523		4.1.1.3.01.0023	ENCARGOS SOCIAIS-FGTS	6
50524		4.1.1.3.01.0024	ENCARGOS SOCIAIS-OUTROS	6
51000	S	4.1.1.3.02	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA EDUCAÇ	5
51001		4.1.1.3.02.0001	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A ALUNOS NÃ	6
51002		4.1.1.3.02.0002	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A CONVENIOS	6
51003		4.1.1.3.02.0003	CUSTOS DOS SEVIÇOS PRESTADOS A DOAÇOES/S	6
51004		4.1.1.3.02.0004	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A DOAÇOES	6
51005		4.1.1.3.02.0005	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO PROUNI	6
51006		4.1.1.3.02.0006	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A GRATUIDAD	6
51007		4.1.1.3.02.0007	OUTROS CUSTOS	6
52000	S	4.1.1.3.03	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA SAUDE	5
52001		4.1.1.3.03.0001	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A PACIENTES	6
52002		4.1.1.3.03.0002	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A CONVENIOS	6
52003		4.1.1.3.03.0003	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A CONVENIOS	6
52004		4.1.1.3.03.0004	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A DOAÇOES/S	6
52005		4.1.1.3.03.0005	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS DOAÇOES	6
52006		4.1.1.3.03.0006	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS GRATUIDAD	6
52007		4.1.1.3.03.0007	OUTROS CUSTOS	6
53000	S	4.1.1.3.04	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA ASSIST	5
53001		4.1.1.3.04.0001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS A PACIENTES	6
53002		4.1.1.3.04.0002	CUSTO A SERVIÇOS PRESTADOS A CONVENIOS	6
53003		4.1.1.3.04.0003	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS A DOAÇOES/S	6
53004		4.1.1.3.04.0004	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS DOAÇOES	6
53005		4.1.1.3.04.0005	CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS A GRATUIDADE	6
53006		4.1.1.3.04.0006	OUTROS CUSTOS	6
53020	S	4.1.1.3.05	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA AS DEM	5
53021		4.1.1.3.05.0001	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM GERAL	6
53022		4.1.1.3.05.0002	OUTROS CUSTOS	6
53100	S	4.1.1.3.06	BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE TERCEIROS	5
53101		4.1.1.3.06.0001	ALUGUEIS	6
53102		4.1.1.3.06.0002	LOCAÇOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
53103		4.1.1.3.06.0003	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	6
53104		4.1.1.3.06.0004	ENERGIA ELETRICA	6
53105		4.1.1.3.06.0005	FRETES E CARRETOS	6
53106		4.1.1.3.06.0006	INSUMOS	6
53107		4.1.1.3.06.0007	MATERIAL DE CONSUMO	6
53108		4.1.1.3.06.0008	MATERIAL DE SEGURANÇA	6
53109		4.1.1.3.06.0009	CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS EM GERAL	6
54000	S	4.1.1.5	CUSTO DAS UNIDADES IMOBILIARIAS VENDIDAS	4
54001	S	4.1.1.5.01	CUSTO DOS IMOVEIS A COMERCIALIZAR	5
54002		4.1.1.5.01.0001	CUSTO DOS IMOVEIS A COMERCIALIZAR	6
54500	S	4.1.1.6	AJUSTES UNIDADES IMOBILIARIAS VENDIDAS	4
54800	S	4.1.1.7	AJUSTES ESTOQUE DECORRENTES ARBITRAMENTO	4
54801	S	4.1.1.7.01	AJUTES ESTOQUE DECORRENTES ARBITRAMENTO	5

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
40002	S	4.2	DESPESAS	2
40003	S	4.2.2	DESPESAS OPERACIONAIS	3
41000	S	4.2.2.1	DESPESAS COM VENDAS	4
41001	S	4.2.2.1.01	PESSOAL	5
41002		4.2.2.1.01.0002	SALARIOS	6
41003		4.2.2.1.01.0003	HORAS EXTRAS	6
41004		4.2.2.1.01.0004	FERIAS	6
41005		4.2.2.1.01.0005	13ºSALARIO	6
41006		4.2.2.1.01.0006	AVISO PREVIO	6
41007		4.2.2.1.01.0007	INDENIZAÇOES TRABALHISTAS	6
41008		4.2.2.1.01.0008	GRATIFICAÇOES	6
41009		4.2.2.1.01.0009	ABONOS DIVERSOS	6
41010		4.2.2.1.01.0010	UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	6
41011		4.2.2.1.01.0011	VALE TRANSPORTE	6
41012		4.2.2.1.01.0012	AJUDA DE CUSTO	6
41014		4.2.2.1.01.0013	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	6
41013		4.2.2.1.01.0014	DIARIAS E AJUDA DE CUSTO	6
41015		4.2.2.1.01.0015	PREMIOS DIVERSOS	6
41016		4.2.2.1.01.0016	DESPESAS COM ALIMENTAÇOES	6
41017		4.2.2.1.01.0017	PAT-PROGRAMA ALIMENTAÇAO TRABALHADOR	6
41018		4.2.2.1.01.0018	INSS	6
41019		4.2.2.1.01.0019	FGTS	6
41020		4.2.2.1.01.0020	CONTRIBUIÇAO SOCIAL	6
41021		4.2.2.1.01.0021	DESCANSO S/REPOUSO RENUMERADO	6
41022		4.2.2.1.01.0022	CONTRIBUIÇAO CONFEDERATIVA	6
41023		4.2.2.1.01.0023	CESTA BASICA	6
41024		4.2.2.1.01.0024	COMISSOES	6
41025		4.2.2.1.01.0025	ESTAGIARIOS	6
41026		4.2.2.1.01.0026	SEGURO DE VIDA	6
41027		4.2.2.1.01.0027	RECISOES CONTRATUAIS	6
41028		4.2.2.1.01.0028	ENCARGOS SOCIAIS	6
41029		4.2.2.1.01.0029	TREINAMENTO DE PESSOAL	6
41040		4.2.2.1.01.0030	RECLAMAÇOES TRABALHISTAS	6
41099		4.2.2.1.01.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
41201	S	4.2.2.1.02	HONORARIOS	5
41202		4.2.2.1.02.0001	PRO-LABORE	6
41203		4.2.2.1.02.0002	RENUMERAÇAO A DIRIGENTES E A CONSELHO DE	6
41299		4.2.2.1.02.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
41401	S	4.2.2.1.03	SERVIÇOS DE TERCEIROS	5
41402		4.2.2.1.03.0002	SERVIÇOS PRESTADOS-PESSOA FISICA	6
41403		4.2.2.1.03.0003	SERVIÇOS PRESTADOS-PESSOA JURIDICA	6
41499		4.2.2.1.03.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
41400	S	4.2.2.1.04	DESPESAS COM OCUPAÇAO	5
41404		4.2.2.1.04.0002	ALUGUEIS	6
41405		4.2.2.1.04.0003	CONDOMINIOS	6
41406		4.2.2.1.04.0004	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DE IMOVEIS	6
41498		4.2.2.1.04.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
41501	S	4.2.2.1.05	DESPESAS GERAIS COM VENDAS	5
41502		4.2.2.1.05.0002	AGUA E ESGOTO	6
41503		4.2.2.1.05.0003	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	6
41504		4.2.2.1.05.0004	AMOSTRA GRATIS	6
41505		4.2.2.1.05.0005	ARRENDAMENTO MERCANTIL	6
41506		4.2.2.1.05.0006	ASSINATURAS E PUBLICAÇOES	6
41507		4.2.2.1.05.0007	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	6
41508		4.2.2.1.05.0008	ASSOCIAÇOES E ENTIDADES	6
41509		4.2.2.1.05.0009	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	6
41510		4.2.2.1.05.0010	BRINDES E MATERIAL PROMOCIONAL	6
41511		4.2.2.1.05.0011	CAFE LANCHES E REFEIÇOES	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
41512		4.2.2.1.05.0012	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	6
41513		4.2.2.1.05.0013	CONDUÇAO E ESTACIONAMENTO	6
41514		4.2.2.1.05.0014	CONFRATERNIZAÇAO	6
41515		4.2.2.1.05.0015	CONSERVAÇOES E REPAROS	6
41516		4.2.2.1.05.0016	CONSULTORIA E ACESSORIA	6
41517		4.2.2.1.05.0017	CONTRIBUIÇAO SINDICAL PATRONAL	6
41518		4.2.2.1.05.0018	CONTRIBUIÇOES E DOAÇOES	6
41519		4.2.2.1.05.0019	COPIAS E REPRODUÇOES	6
41520		4.2.2.1.05.0020	DEPRECIAÇOES E AMORTIZAÇOES	6
41521		4.2.2.1.05.0021	DESPESAS COM TAXI	6
41522		4.2.2.1.05.0022	DESPESAS C/CLIENTES NAO REEMBOLSAVEIS	6
41523		4.2.2.1.05.0023	DESPESAS COM CARTORIOS	6
41524		4.2.2.1.05.0024	DESPESAS COM COMUNICAÇOES TELEFONICAS	6
41525		4.2.2.1.05.0025	DESPESAS COM IMPORTAÇOES/EXPORTAÇOES	6
41526		4.2.2.1.05.0026	DESPESAS COM VEICULOS	6
41527		4.2.2.1.05.0027	DESPESAS COM VIAGENS	6
41528		4.2.2.1.05.0028	DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	6
41529		4.2.2.1.05.0029	DESPESAS POSTAIS	6
41530		4.2.2.1.05.0030	DEVEDORES DUVIDOSOS	6
41531		4.2.2.1.05.0031	DOAÇOES AOS FUNDOS DOS DIREITOS CRIANÇA	6
41532		4.2.2.1.05.0032	DOAÇOES E PATROC CAR.CULT ARTISTICO	6
41533		4.2.2.1.05.0033	DOAÇOES PARA ENTIDADES CIVIS	6
41534		4.2.2.1.05.0034	ENCARDERNAÇOES	6
41535		4.2.2.1.05.0035	ENERGIA ELETRICA	6
41536		4.2.2.1.05.0036	FARMACIA	6
41537		4.2.2.1.05.0037	FEIRAS.CONGRESSOS.SIMPOSIOS E CURSOS	6
41538		4.2.2.1.05.0038	FRANQUIAS	6
41539		4.2.2.1.05.0039	FRETES E CARRETOS	6
41540		4.2.2.1.05.0040	HOME PAGE	6
41541		4.2.2.1.05.0041	HOSPEDAGEM	6
41542		4.2.2.1.05.0042	IMPRESSOS E MATERIAIS EXPEDIENTES	6
41543		4.2.2.1.05.0043	INDENIZAÇAO A CLIENTES	6
41544		4.2.2.1.05.0044	INDENIZAÇOES CIVEIS	6
41545		4.2.2.1.05.0045	INSTRUTORES	6
41546		4.2.2.1.05.0046	JORNAIS.REVISTAS E PERIODICOS	6
41547		4.2.2.1.05.0047	LEASING	6
41548		4.2.2.1.05.0048	LOCAÇAO DE VEICULOS	6
41549		4.2.2.1.05.0049	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO	6
41550		4.2.2.1.05.0050	MATERIAIS DE LIMPEZA	6
41551		4.2.2.1.05.0051	MATERIAL DE EMBALAGEM	6
41552		4.2.2.1.05.0052	MATERIAL DE ESCRITORIO E CONSUMO	6
41553		4.2.2.1.05.0053	MATERIAL ESPORTIVO	6
41554		4.2.2.1.05.0054	MONSTRUARIO	6
41555		4.2.2.1.05.0055	MULTAS	6
41556		4.2.2.1.05.0056	OUTRAS CONTRIBUIÇOES	6
41557		4.2.2.1.05.0057	PASSAGENS AEREAS	6
41558		4.2.2.1.05.0058	PREMIOS DE SEGUROS	6
41559		4.2.2.1.05.0059	PROMOÇOES E EVENTOS	6
41560		4.2.2.1.05.0060	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	6
41561		4.2.2.1.05.0061	PROVIMENTO DE ACESSO A INTERNET	6
41562		4.2.2.1.05.0062	RECRUTAMENTO E SELEÇAO	6
41563		4.2.2.1.05.0063	RESSARCIMENTOS	6
41564		4.2.2.1.05.0064	SERVIÇOS GRAFICOS	6
41565		4.2.2.1.05.0065	TARIFAS BANCARIAS	6
41566		4.2.2.1.05.0066	TRANSPORTES	6
41567		4.2.2.1.05.0067	UNIFORMES	6
41568		4.2.2.1.05.0068	DOAÇOES A INSTITUIÇOES DE ENSINO E PESQUISA	6
41569		4.2.2.1.05.0069	ROYALTIES E ASSITENCIA TECNICA-PAÍS	6
41570		4.2.2.1.05.0070	ROYALTIES E ASSISTENCIA TECNICA-EXTERI	6
41571		4.2.2.1.05.0071	GRATIFICAÇOES A ADMINISTRADORES	6
41572		4.2.2.1.05.0072	PROVISAO PARA PERDA DE ESTOQUE	6
41573		4.2.2.1.05.0073	PESQUISAS CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS	6

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
41575		4.2.2.1.05.0075	BONIFICAÇÃO	6
41574		4.2.2.1.05.0098	OUTRAS DESPESAS	6
41599		4.2.2.1.05.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
43000	S	4.2.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4
43001	S	4.2.2.2.01	PESSOAL	5
43002		4.2.2.2.01.0002	SALARIOS	6
43003		4.2.2.2.01.0003	HORAS EXTRAS	6
43004		4.2.2.2.01.0004	FERIAS	6
43005		4.2.2.2.01.0005	13º SALARIO	6
43006		4.2.2.2.01.0006	AVISO PREVIO	6
43007		4.2.2.2.01.0007	INDENIZAÇOES TRABALHISTAS	6
43008		4.2.2.2.01.0008	GRATIFICAÇOES	6
43009		4.2.2.2.01.0009	ABONOS DIVERSOS	6
43010		4.2.2.2.01.0010	UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	6
43011		4.2.2.2.01.0011	VALE TRANSPORTE	6
43012		4.2.2.2.01.0012	AJUDA DE CUSTO	6
43013		4.2.2.2.01.0013	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	6
43014		4.2.2.2.01.0014	DIARIAS E AJUDA DE CUSTO	6
43015		4.2.2.2.01.0015	PREMIOS DIVERSOS	6
43016		4.2.2.2.01.0016	DESPESAS COM ALIMENTAÇOES	6
43017		4.2.2.2.01.0017	PAT-PROGRAMA ALIMENTAÇAO TRABALHADOR	6
43018		4.2.2.2.01.0018	INSS	6
43019		4.2.2.2.01.0019	FGTS	6
43020		4.2.2.2.01.0020	CONTRIBUIÇAO SINDICAL	6
43021		4.2.2.2.01.0021	DESCANSO S/REPOUSO RENUMERADO	6
43022		4.2.2.2.01.0022	CONTRIBUIÇAO CONFEDERATIVA	6
43023		4.2.2.2.01.0023	CESTA BASICA	6
43024		4.2.2.2.01.0024	COMISSOES	6
43025		4.2.2.2.01.0025	ESTAGIARIOS	6
43026		4.2.2.2.01.0026	CONTRIBUIÇAO SOCIAL LEI COMPL.110/2001	6
43027		4.2.2.2.01.0027	RESCISOES CONTRATUAIS	6
43028		4.2.2.2.01.0028	ENCARGOS SOCIAIS	6
43029		4.2.2.2.01.0029	TREINAMENTO PESSOAL	6
43030		4.2.2.2.01.0030	RECLAMAÇOES TRABALHISTAS	6
43099		4.2.2.2.01.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
43201	S	4.2.2.2.02	HONORARIOS	5
43202		4.2.2.2.02.0002	PRO-LABORE	6
43203		4.2.2.2.02.0003	RENUMERAÇAO A DIRIGENTES E A CONSELHO DE	6
43299		4.2.2.2.02.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
43301	S	4.2.2.2.03	SERVIÇOS DE TERCEIROS	5
43302		4.2.2.2.03.0002	SERVIÇOS PRESTADOS-PESSOA FISICA	6
43303		4.2.2.2.03.0003	SERVIÇOS PRETADOS-PESSOA JURIDICA	6
43304		4.2.2.2.03.0004	SERVIÇOS PRESTADOS-COOPERATIVA	6
43305		4.2.2.2.03.0005	ACESSORIA JURIDICA	6
43306		4.2.2.2.03.0006	CONTADORES E AUDITORIA	6
43307		4.2.2.2.03.0007	SERVIÇOS EM INFORMATICA	6
43308		4.2.2.2.03.0008	ARMAZENAMENTO/GUARDA DE DOCUMENTOS	6
43309		4.2.2.2.03.0009	SEGURANÇA E VIGILANCIA	6
43310		4.2.2.2.03.0010	COMISSOES E CORRETAGEM	6
43399		4.2.2.2.03.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
43401	S	4.2.2.2.04	DESPESAS COM OCUPAÇAO	5
43402		4.2.2.2.04.0002	ALUGUEIS	6
43403		4.2.2.2.04.0003	CONDOMINIOS	6
43404		4.2.2.2.04.0004	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAODE IMOVEIS	6
43499		4.2.2.2.04.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
43501	S	4.2.2.2.05	DESPESAS GERAIS	5
43502		4.2.2.2.05.000	AGUA E ESGOTO	6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
43503		4.2.2.2.05.0003	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	6
43504		4.2.2.2.05.0004	GAS	6
43506		4.2.2.2.05.0006	ASSINATURAS E PUBLICAÇOES	6
43507		4.2.2.2.05.0007	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	6
43508		4.2.2.2.05.0008	ASSOCIAÇOES ENTIDADES DE CLASSES	6
43509		4.2.2.2.05.0009	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	6
43510		4.2.2.2.05.0010	BRINDES E MATERIAL PROMOCIONAL	6
43511		4.2.2.2.05.0011	CAFE LANCHES E REFEIÇOES	6
43512		4.2.2.2.05.0012	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	6
43513		4.2.2.2.05.0013	CONDUÇAO E ESTACIONAMENTO	6
43514		4.2.2.2.05.0014	CONFRATERNIZAÇAO	6
43515		4.2.2.2.05.0015	CONSERVAÇOES E REPAROS	6
43516		4.2.2.2.05.0016	CONSULTORIA E ACESSORIA	6
43517		4.2.2.2.05.0017	CONTRIBUIÇAO SINDICAL PATRONAL	6
43518		4.2.2.2.05.0018	CONTRIBUIÇOES E DOAÇOES	6
43519		4.2.2.2.05.0019	COPIAS E REPRODUÇOES	6
43520		4.2.2.2.05.0020	DEPRECIAÇOES E AMORTIZAÇOES	6
43521		4.2.2.2.05.0021	DESPESAS COM TAXI	6
43522		4.2.2.2.05.0022	DESPESAS S/CLIENTES NAO REEMBOLSAVEIS	6
43523		4.2.2.2.05.0023	DESPESAS COM CARTORIO	6
43524		4.2.2.2.05.0024	DESPESAS COM COMUNICAÇOES TELEFONICAS	6
43525		4.2.2.2.05.0025	DESPESAS COM IMPORTAÇOES/EXPORTAÇOES	6
43526		4.2.2.2.05.0026	DESPESAS COM VEICULOS	6
43527		4.2.2.2.05.0027	DESPESAS COM VIAGENS	6
43528		4.2.2.2.05.0028	DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	6
43529		4.2.2.2.05.0029	DESPESAS POSTAIS	6
43530		4.2.2.2.05.0030	DEVEDORES DUVIDOSOS	6
43531		4.2.2.2.05.0031	DOAÇOES AOS FUNDOS DOS DIITOS CRIANÇA	6
43532		4.2.2.2.05.0032	DOAÇOES E PATROC CAR.CULT.ARTISTICO	6
43533		4.2.2.2.05.0033	DOAÇOES	6
43534		4.2.2.2.05.0034	ENCADERNAÇOES	6
43535		4.2.2.2.05.0035	ENERGIA ELETRICA	6
43536		4.2.2.2.05.0036	FARMACIA	6
43537		4.2.2.2.05.0037	FEIRAS.CONGRESSOS.SIMPOSIOS E CURSOS	6
43538		4.2.2.2.05.0038	FRANQUIAS	6
43539		4.2.2.2.05.0039	FRETES E CARRETOS	6
43540		4.2.2.2.05.0040	HOME PAGE	6
43541		4.2.2.2.05.0041	HOSPEDAGEM	6
43542		4.2.2.2.05.0042	IMPRESSOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTES	6
43543		4.2.2.2.05.0043	INDENIZAÇAO A CLIENTES	6
43544		4.2.2.2.05.0044	INDENIZAÇOES CIVEIS	6
43545		4.2.2.2.05.0045	INSTRUTORES	6
43546		4.2.2.2.05.0046	JORNAIS.REVISTAS E PERIODICOS	6
43547		4.2.2.2.05.0047	LEASING	6
43548		4.2.2.2.05.0048	LOCAÇAO DE VEICULOS	6
43549		4.2.2.2.05.0049	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO	6
43550		4.2.2.2.05.0050	MATERIAL DE LIMPEZA	6
43551		4.2.2.2.05.0051	MATERIAL DE EMBALAGEM	6
43552		4.2.2.2.05.0052	MATERIAL DE ESCRITORIO	6
43553		4.2.2.2.05.0053	MATERIAL ESPORTIVO	6
43554		4.2.2.2.05.0054	MONSTRUARIO	6
43555		4.2.2.2.05.0055	MULTAS	6
43556		4.2.2.2.05.0056	OUTRAS CONTRIBUIÇOES E DOAÇOES	6
43557		4.2.2.2.05.0057	PASSAGENS AEREAS	6
43558		4.2.2.2.05.0058	MATERIAL DE USO E CONSUMO	6
43597		4.2.2.2.05.0097	DESPESA COM SEGUROS	6
43598		4.2.2.2.05.0098	PROMOÇOES E EVENTOS	6
43599		4.2.2.2.05.0099	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	6
43600		4.2.2.2.05.0100	PROVIMENTO DE ACESSO A INTERNET	6
43601		4.2.2.2.05.0101	RECRUTAMENTO E SELEÇAO	6
43602		4.2.2.2.05.0102	RESSARCIMENTOS	6
43603		4.2.2.2.05.0103	SERVIÇOS GRAFICOS	6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
43604		4.2.2.2.05.0104	TARIFAS BANCARIAS	6
43605		4.2.2.2.05.0105	TRANSPORTE	6
43606		4.2.2.2.05.0106	UNIFORMES	6
43607		4.2.2.2.05.0107	DOAÇOES A INSTITUIÇOES DE ENSINO E PESQUI	6
43608		4.2.2.2.05.0108	ROYALTIES E ASSISTENCIA TECNICA-PAÍS	6
43609		4.2.2.2.05.0109	BONIFICACAO	6
43610		4.2.2.2.05.0110	GRATIFICAÇOES A ADMINISTRADORES	6
43611		4.2.2.2.05.0111	PROVISAO PARA PERDA DE ESTOQUE	6
43612		4.2.2.2.05.0112	PESQUISAS CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS	6
43698		4.2.2.2.05.0198	OUTRAS DESPESAS	6
43699		4.2.2.2.05.0199	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
44000	S	4.2.2.4	DESPESAS FINANCEIRAS	4
44001	S	4.2.2.4.01	FINANCEIRAS	5
44002		4.2.2.4.01.0002	VARIAÇAO MONETARIA PASSIVA	6
44003		4.2.2.4.01.0003	VARIAÇAO CAMBIAL PASSIVA	6
44004		4.2.2.4.01.0004	JUROS PASSIVO	6
44005		4.2.2.4.01.0005	DESCONTOS CONCEDIDOS	6
44006		4.2.2.4.01.0006	DESPESA BANCARIA	6
44007		4.2.2.4.01.0007	ACRESCIMO LEGAIS S/TRIBUTOS	6
44008		4.2.2.4.01.0008	PERDAS INCORRIDAS NO MERCADO DE RENDA VA	6
44009		4.2.2.4.01.0009	PERDAS EM OPERAÇOES DAY-TRADE	6
44010		4.2.2.4.01.0010	JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO	6
44011		4.2.2.4.01.0011	OUTRAS DESPESAS DE APLICAÇOES	6
44012		4.2.2.4.01.0013	TARIFA BANCARIA	6
44099		4.2.2.4.01.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
45000	S	4.2.2.5	DESPESAS TRIBUTARIAS	4
45001	S	4.2.2.5.01	TRIBUTOS DIVERSOS	5
45002		4.2.2.5.01.0001	IPTU	6
45003		4.2.2.5.01.0002	ITR-IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	6
45004		4.2.2.5.01.0004	IOF	6
45005		4.2.2.5.01.0006	IPVA	6
45006		4.2.2.5.01.0007	CPMF	6
45007		4.2.2.5.01.0008	PIS-FOLHA DE PAGAMENTO	6
45008		4.2.2.5.01.0009	TAXAS DIVERSAS	6
45009		4.2.2.5.01.0010	PIS S/OUTRAS RECEITAS	6
45010		4.2.2.5.01.0011	COFINS S/OUTRAS RECEITAS	6
45011		4.2.2.5.01.0012	ISSQN	6
45012		4.2.2.5.01.0013	ICMS	6
45013		4.2.2.5.01.0014	TFLF-TFA-TFS	6
45014		4.2.2.5.01.0015	ITBI	6
45015		4.2.2.5.01.0016	INSS	6
45016		4.2.2.5.01.0017	PAES	6
45017		4.2.2.5.01.0018	TAXAS DE INCENDIO	6
45018		4.2.2.5.01.0019	CSLL	6
45019		4.2.2.5.01.0020	IRRF SOBRE APLICAÇOES FINANCEIRAS	6
45098		4.2.2.5.01.0098	IRRF S/CONTRATO DE CAMBIO	6
45099		4.2.2.5.01.0099	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	6
46000	S	4.2.2.6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	4
46001	S	4.2.2.6.01	PREJUIZOS PARTICIP.OUTRAS SOICIEDADES	5
46002		4.2.2.6.01.0001	PREJUIZOS PARTICIPAÇOES OUTRAS SOCIEDADES	6
46003		4.2.2.6.01.0002	PREJUIZOS NA ALIENÇAO DE PARTCIPAÇOES	6
46004		4.2.2.6.01.0003	RESULTADOS NEGATIVOS EM SCP	6
46020	S	4.2.2.6.02	PERDAS EM OPERAÇOES REALIZADAS NO EXTERI	5
46021		4.2.2.6.02.0001	PERDAS EM OPERAÇOES REALIZADAS NO EXTERI	6
46100	S	4.2.2.6.10	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	5
46101		4.2.2.6.10.0001	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	6
46102		4.2.2.6.10.0002	PERDAS DE CAPITAL	6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
46103		4.2.2.6.10.0003	DOAÇOES	6
46500	S	4.2.3	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	3
46501	S	4.2.3.1	DESPESAS NAO OPERACIONAIS	4
46502		4.2.3.1.01	ALIENAÇAO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE	5
46503		4.2.3.1.01.0003	IMOVEIS-TERRENOS	6
46504		4.2.3.1.01.0004	IMOVEIS-EDIFICAÇOES	6
46505		4.2.3.1.01.0005	INSTALAÇOES	6
46506		4.2.3.1.01.0006	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
46507		4.2.3.1.01.0007	MOVEIS E UTENSILIOS	6
46508		4.2.3.1.01.0008	VEICULOS	6
46509		4.2.3.1.01.0009	COMPUTADORES E PERIFERICOS	6
46510		4.2.3.1.01.0010	DIREITO DE USO DE SOFTWARE	6
46511		4.2.3.1.01.0011	DIREITO DE USO TELEFONICO	6
46512		4.2.3.1.01.0012	FERRAMENTAS	6
46513		4.2.3.1.01.0013	MARCAS.DIREITOS E PATENTES	6
46514		4.2.3.1.01.0014	RECURSOS MINEIRAIS	6
46515		4.2.3.1.01.0015	FLORESTAMENTOS E REFLORESTAMENTOS	6
46516		4.2.3.1.01.0016	DIREITO CONTRATUAL EXPLORAÇAO FLORESTAS	6
46530		4.2.3.1.01.0030	OUTROS IMOBILIZADOS	6
46540		4.2.3.1.01.0140	BAIXA DE BENS DO INVESTIMENTO	6
46560		4.2.3.1.01.0160	BAIXA DE BENS DO DIFERIDO	6
46700	S	4.2.3.1.02	EFEITOS INFLACIONARIOS	5
46701		4.2.3.1.02.0001	CORREÇAO MONETARIA DEVEDORA	6
46702		4.2.3.1.02.0002	AJUSTES PROGRAMA ESTABILIZ.ECONOMICA	6
46750	S	4.2.3.1.09	OUTRAS DESPESAS NAO OPERACIONAIS	5
46751		4.2.3.1.09.0001	DOAÇOES	6
46900	S	4.2.4	PROVISOES FISCAIS	3
46901	S	4.2.4.1	PROVISOES FISCAIS	4
47000	S	4.2.4.1.01	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇOES	5
47001		4.2.4.1.01.0001	IMPOSTO DE RENDA-PESSOA JURIDICA	6
47002		4.2.4.1.01.0002	ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA-P.J	6
47003		4.2.4.1.01.0004	CONTRIBUIÇAO SOCIAL	6
47004		4.2.4.1.01.0005	IRPJ CREDITO TRIBUTARIO	6
47005		4.2.4.1.01.0006	ADICIONAL IRPJ CREDITO TRIBUTARIO	6
47006		4.2.4.1.01.0007	CSLL CREDITO TRIBUTARIO	6
48900	S	4.2.5	PARTICIPAÇOES	3
48901	S	4.2.5.1	PARTICIPAÇOES NOS LUCROS	4
48000	S	4.2.5.1.01	PARTICIPAÇOES DE EMPREGADOS	5
48001		4.2.5.1.01.0001	PARTICIPAÇOES DE EMPREGADOS	6
48002		4.2.5.1.01.0002	CONTRIBUIÇOES PARA ASSISTENCIA OU PREVID	6
48003		4.2.5.1.01.0003	OUTRAS PARTICIPAÇOES DE EMPREGADOS	6
48020	S	4.2.5.1.02	OUTRAS PARTICIPAÇOES	5
48021		4.2.5.1.02.0001	PARTICIPAÇOES DE ADMINISTRADORES E PARTE	6
48022		4.2.5.1.02.0002	PARTICIPAÇOES DE DEBENTURES	6
48023		4.2.5.1.02.0003	OUTRAS	6
58900	S	5	TRANSFERENCIAS PARA APURAÇAO RESULTADOS	1
58910	S	5.1	TRANSFERENCIAS PARA APURAÇAO RESULTADOS	2
58911	S	5.1.1	TRANSFERENCIAS PARA APURAÇAO RESULTADOS	3
59000	S	5.1.1.1.01	RESULTADO APURADO	5

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

PLANO DE CONTAS

Código	T	Classificação	Nome	Grau
59001		5.1.1.1.01.0001	EXERCICIOS ANTERIORES	6

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 979.801.886-91

THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS
Reg. no CRC - MG sob o No. MG-089008/O-0
CPF: 014.410.486-50

Sistema licenciado para CONTHALES CONTABILIDADE LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

Termo de Encerramento

Dados da empresa					
Nome Empresarial:					
BELA VISTA TEXTIL LTDA					
NIRE:	3121377463-7	CNPJ:	30.824.284/0001-00	NIRE Anterior:	3181274261-9
Nome Anterior:					
WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS 97980188691					
Município:	BELO HORIZONTE			UF:	MINAS GERAIS
Inscrição Estadual:		Inscrição Municipal:			

Dados do Livro			
Finalidade:	DIARIO		
Número de ordem:	1	Data assinatura:	03/05/2023
Quantidade de páginas:	34		
Período de escrituração			
Início:	02/01/2022	Fim:	31/12/2022
Período de retificação:			
Início:		Fim:	

Assinante(s)			
CPF	Nome	Função	CRC
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	Administrador	
014.410.486-50	THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS	Contador	0890080

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Este Livro foi protocolado sob o nº 23/234.112-5 no dia 03/05/2023. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

RECEBEMOS DE BELA VISTA TEXTIL LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO - DESTINATÁRIO: DIST. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARANAIBA LTDA-EPP - AV OTAVIO DE ALMEIDA RODRIGUES, 170 - JARDIM BELA VISTA - VESPASIANO - MG - EMISSÃO: 14-03-2023 - VALOR TOTAL: R$ 42.580,00

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº: 4
Série: 1

BELA VISTA TEXTIL LTDA

Madre Teresa de Calcuta, 91
Sao Joao Batista
Belo Horizonte
MG (31) 3429-9800 31.520-085

DANFE

Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saída: 1
Entrada: 0
1

FL 1 / 1
Nº: 4
Série: 1

CHAVE DE ACESSO
3123 0330 8242 8400 0100 5500 1000 0000 0418 0263 6024

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	131235265062841 14/03/2023 08:43:18

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTÁRIA	CNPJ
0032227400005		30.824.284/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
DIST. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARANAIBA LTDA-EPP	19.825.613/0001-96	14-03-2023

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA ENTRADA/SAÍDA
AV OTAVIO DE ALMEIDA RODRIGUES, 170	JARDIM BELA VISTA	33.200-000	14-03-2023

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INDICADOR IE	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA ENTRADA/SAÍDA
VESPASIANO		MG	1-Contribuinte	0023196410056	18:00:00

FATURA

NÚMERO	VALOR ORIGINAL	VALOR DO DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
4	42.580,00	0,00	42.580,00

DUPLICATAS

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	13-04-2023	42.580,00	------	------	------	------	------	------	------	------	------

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. DE ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	42.580,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.580,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0 - Emitente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID	QTD.	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL	BC.ICMS	VLR.ICMS	VLR.IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI
000559	MOCHILAS	63053900	0102	5102	UN	2.000,000	12,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
000134	ESTOJO	63053900	0102	5102	UN	2.000,000	2,50	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
002304	NECESSAIRE	63053900	0102	5102	UN	2.000,000	4,90	9.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
000580	SACOLAS ECOLOGICAS	63053900	0102	5102	UN	2.000,000	1,89	3.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI. - Voce pagou aproximadamente : R$8375,49 de tributos federais R$7664,40 de tributos estaduais Fonte : IBPT	

powered by alterdata

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **30.824.284/0001-00** DUNS®: **947589352**
Razão Social: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
Nome Fantasia: **BELA VISTA TEXTIL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **06/02/2024**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Micro Empresa**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 100.000,00** Data de Abertura da Empresa: **30/06/2018**
CNAE Primário: **1521-1/00 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS PARA VIAGEM, BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL**

CNAE Secundário 1: **1412-6/01 - CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS**
CNAE Secundário 2: **1412-6/02 - CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE PEÇAS DO VESTUÁRIO,**
CNAE Secundário 3: **1412-6/03 - FACÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS**
CNAE Secundário 4: **1413-4/01 - CONFECÇÃO DE ROUPAS PROFISSIONAIS, EXCETO SOB**
CNAE Secundário 5: **1413-4/02 - CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS**
CNAE Secundário 6: **1813-0/01 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO**
CNAE Secundário 7: **4641-9/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS**
CNAE Secundário 8: **4642-7/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E**
CNAE Secundário 9: **4642-7/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA**
CNAE Secundário 10: **4643-5/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS**
CNAE Secundário 11: **4643-5/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE**
CNAE Secundário 12: **4645-1/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS**
CNAE Secundário 13: **4647-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E**
CNAE Secundário 14: **4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE**
CNAE Secundário 15: **4651-6/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA**
CNAE Secundário 16: **4686-9/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS**
CNAE Secundário 17: **8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO**
CNAE Secundário 18: **9529-1/01 - REPARAÇÃO DE CALÇADOS, BOLSAS E ARTIGOS DE**
CNAE Secundário 19: **9529-1/99 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS OBJETOS E**

Relatório de Credenciamento

Dados para Contato

CEP:	**31.520-085**
Endereço:	**RUA MADRE TERESA DE CALCUTA, 91 - SAO JOAO BATISTA**
Município / UF:	**Belo Horizonte / Minas Gerais**
Telefone:	**(31) 81092105**
E-mail:	**BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM**

Dados do Responsável Legal

CPF:	**979.801.886-91**
Nome:	**WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**979.801.886-91**
Nome:	**WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS**
E-mail:	**tiowillian1@hotmail.com**

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	**979.801.886-91**	Participação Societária:	**100,00%**
Nome:	**WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS**		
Número do Documento:	**03745136608**	Órgão Expedidor:	**DETRAN**
Data de Expedição:	**31/01/2022**	Data de Nascimento:	**08/11/1971**
Filiação Materna:	**NADIR MARIA DE JESUS**		
Estado Civil:	**Divorciado(a)**		
CEP:	**30.280-000**		
Endereço:	**RUA ITAPEMIRIM, 638 - ALTO VERA CRUZ**		
Município / UF:	**Belo Horizonte / Minas Gerais**		
Telefone:	**(00) 00000000**		
E-mail:	**tiowillian1@hotmail.com**		

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: **30.824.284/0001-00** DUNS®: **947589352**
Razão Social: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
Nome Fantasia: **BELA VISTA TEXTIL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **06/02/2024**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **13/05/2024**
Código de Controle: **B25922593AAB4E98**

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **23/12/2023**
Código de Controle: **2023112407123577206696**

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **22/05/2024**
Código de Controle: **668897342023**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: **30.824.284/0001-00** DUNS®: **947589352**
Razão Social: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
Nome Fantasia: **BELA VISTA TEXTIL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: **0032227400005**
Inscrição Municipal: **10909730013**

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **09/01/2024**
Código de Controle: **CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000695907402**

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **24/12/2023**
Código de Controle: **Codigo de Controle: ABGDLJILOJ**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**30.824.284/0001-00**	DUNS®:	**947589352**
Razão Social:	**BELA VISTA TEXTIL LTDA**		
Nome Fantasia:	**BELA VISTA TEXTIL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Balanço Anual - 12/2022

Exercício Financeiro:

Período:	**01/2022 a 12/2022**	Validade:	**04/2024**

A,
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - PR

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no edital do Pregão Eletrônico nº 70/2023 viemos apresentar proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.Nossa proposta é válida por mais de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a sua entrega, sendo o preço ofertado firme e irreajustável durante o prazo de validade desta proposta.Informamos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

ITEM	QUANT.		DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	650	Unid.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm refor-çadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identifica-ção e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). Marca: Própria Modelo: Próprio Entrega: 30 DIAS Pagamento: 30 DIAS Validade da proposta: 60 DIAS Amostra: 20 DIAS Garantia: CONFORME O EDITAL	R$ 22,80	R$ 14.820,00

Declaramos que os objetos cotados atendem todas as exigências do edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Belo Horizonte 5 de OUTUBRO de 2023 .

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 30824284000100

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/11/2023 10:53:10

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **BELA VISTA TEXTIL LTDA**
CNPJ: **30.824.284/0001-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, por mim conferido e autenticado sob o nº 99775293 em 04/05/2023. Assinado digitalmente por Marilda dos Santos Costa. Para validação da Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e a chave de segurança abaixo:

Número de Protocolo	Chave de Segurança
23/234.112-5	7tjj

Identificação da Empresa	
Nome Empresarial:	BELA VISTA TEXTIL LTDA
Nire:	3121377463-7
CNPJ:	30.824.284/0001-00
Município:	BELO HORIZONTE

Identificação do Livro Digital	
Espécie:	DIARIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	02/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)		
CPF	Nome	CRC
979.801.886-91	WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS	
014.410.486-50	THIAGO LUCAS DE ALMEIDA SANTOS	0890080

SRM

Documento assinado eletrônicamente por Marilda dos Santos Costa, Servidor (a) Público(a), em 04/05/2023, às 10:39 conforme horário oficial de Brasília.

Belo Horizonte. quinta-feira, 04 de maio de 2023

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 23/234.112-5.

Memorando 30- 2.986/2023

De: SILVIO R. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 30/11/2023 às 13:22:48

Ata Sessão e Resultado por fornecedor

_

Silvio Alves da Rosa

Anexos:

ATA_SESSAO.pdf
RESULTADO_POR_FORNECEDOR.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
SILVIO ALVES DA ROSA	30/11/2023 13:23:31	ICP-Brasil	SILVIO ALVES DA ROSA CPF 032.XXX.XXX-62
Micheli Leticia Dietrich	18/12/2023 08:15:37	ICP-Brasil	MICHELI LETICIA DIETRICH CPF 081.XXX.XXX-05

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **FA18-2881-E816-8B31**

Pregão/Concorrência Eletrônica

987503.702023 .9468 .5000 .91264700

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00070/2023

Às 09:00 horas do dia 05 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Decreto 423/2022 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 119/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00070/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de Sacolas Ecologicas para o Projeto "Carregando Sonhos". O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Sacola
Descrição Complementar: Sacola Material: Tecido Algodão Cru , Comprimento: 40 CM, Largura: 35 CM, Cor: 4/0 , Material Alça: Algodão Cru , Características Adicionais: Personalizada, Acabamento Overlock , Tipo: Mão/Ombro , Aplicação: Transporte Bagagem , Comprimento Da Alça: 50 CM, Gramatura: 150 G/M2, Largura Alça: 3 C
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 650
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 14.820,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: -

Aceito para: BELA VISTA TEXTIL LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 9.940,0000 **e com valor negociado a** R$ 9.938,5000 .

Histórico

Item: 1 - Sacola

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
20.376.556/0001-94	BERTONI INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,7900	R$ 14.813,5000	04/10/2023 16:21:39
	Marca: PROPRIA **Fabricante:** BERTONI TEXTIL **Modelo / Versão:** SACOLA PERSONALIZADA **Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). **Porte da empresa:** ME/EPP						
46.651.315/0001-08	ADC4 INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	29/09/2023 13:40:16
	Marca: ADC4 **Fabricante:** ADC4 INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA **Modelo / Versão:** SACOLA **Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º; **Porte da empresa:** ME/EPP						
11.746.408/0001-23	ANA ESTELA SANTOS DE OLIVEIRA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	03/10/2023 14:49:59
	Marca: Própria **Fabricante:** Próprio **Modelo / Versão:** Sacola Ecobag **Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm. **Porte da empresa:** ME/EPP						
30.824.284/0001-00	BELA VISTA TEXTIL LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	04/10/2023 14:39:05
	Marca: PROPRIA **Fabricante:** PROPRIO **Modelo / Versão:** PROPRIO **Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** SacolaEcobagemtecidooxfordnacorvermelhanasmedidas:40cmdelargurax45cmdealturax20cmprofundidadecomalçasde3cmx60cmreforçadasnomesmomaterial,contendobolsoexternonapartesuperior,notamanho15cmdelargurax10cmdealturacomvisortransparenteparaidentificaçãoecosturasnamesmacordotecidoeladoaladonaparteinferiorsublimaçãodobrasãodaprefeituramunicipaldeChopinzinhoedoCMDCAnasmedidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).Marca: Própria Modelo: Próprio Entrega: 30 DIAS Pagamento: 30 DIAS Validade da proposta: 60 DIAS Amostra: 20 DIAS Garantia: CONFORME O EDITAL **Porte da empresa:** ME/EPP						
06.137.748/0001-17	FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	04/10/2023 14:39:37

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELLI TAIS DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

Marca: FIND
Fabricante: FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Modelo / Versão: PADRÃO
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm refor-çadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identifica-ção e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).
Porte da empresa: ME/EPP

36.187.642/0001-99	ELISABETH RITA GARCIA ALCALDE LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	04/10/2023 16:45:32

Marca: propria
Fabricante: propria
Modelo / Versão: sacola
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm re-forçadas no mesmo material, contendo bolso ex-terno na parte superior, no tamanho 15 cm de lar-gura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).
Porte da empresa: ME/EPP

46.202.155/0001-01	RMR GRAFICA LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	04/10/2023 16:50:34

Marca: rmr
Fabricante: rmr
Modelo / Versão: rmr
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Material: Tecido Algodão Cru , Comprimento: 40 CM, Largura: 35 CM, Cor: 4/0 , Material Alça: Algodão Cru , Características Adicionais: Personalizada, Acabamento Overlock , Tipo: Mão/Ombro , Aplicação: Transporte Bagagem , Comprimento Da Alça: 50 CM, Gramatura: 150 G/M2, Largura Alça: 3 C
Porte da empresa: ME/EPP

37.652.289/0001-33	MARCELO SIMONI	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	04/10/2023 17:46:55

Marca: própria
Fabricante: própria
Modelo / Versão: própria
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Descrição: Sacola Material: Tecido Algodão Cru , Comprimento: 40 CM, Largura: 35 CM, Cor: 4/0 , Material Alça: Algodão Cru , Características Adicionais: Personalizada, Acabamento Overlock , Tipo: Mão/Ombro , Aplicação: Transporte Bagagem , Comprimento Da Alça: 50 CM, Gramatura: 150 G/M2, Largura Alça: 3 C
Porte da empresa: ME/EPP

29.605.329/0001-68	EDSON RODRIGO MELLADO DE LIMA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	04/10/2023 19:10:19

Marca: Própria
Fabricante: Própria
Modelo / Versão: Conforme Edital
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm
Porte da empresa: ME/EPP

21.544.717/0001-74	JN FABRICA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	05/10/2023 02:04:54

Marca: DIAMATINA
Fabricante: JN BOLSAS
Modelo / Versão: SACOLA
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm refor- çadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identifica- ção e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm
Porte da empresa: ME/EPP

51.650.195/0001-56	51.650.195 IVONILDE CESARIO DA SILVA SOUZA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	05/10/2023 07:29:57

Marca: PROPRIA
Fabricante: NACIONAL
Modelo / Versão: SACOLA
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Material: Tecido Algodão Cru , Comprimento: 40 CM, Largura: 35 CM, Cor: 4/0 , Material Alça: Algodão Cru , Características Adicionais: Personalizada, Acabamento Overlock , Tipo: Mão/Ombro , Aplicação: Transporte Bagagem , Comprimento Da Alça: 50 CM, Gramatura: 150 G/M2, Largura Alça: 3 C
Porte da empresa: ME/EPP

30.577.619/0001-24	MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECCOES LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	05/10/2023 08:22:50

Marca: PROPRIA
Fabricante: ME CONFECÇÕES
Modelo / Versão: PROPRIO
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).
Porte da empresa: ME/EPP

11.309.519/0001-72	VAREJO BRINDES SOLUCAO EM IMPRESSOS GRAFICOS LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	05/10/2023 08:23:27

Marca: PRÓPRIA
Fabricante: PRÓPRIA
Modelo / Versão: ECOBAG OXFORD
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SACOLA, MATERIAL TECIDO ALGODÃO CRU, COMPRIMENTO 40 CM, LARGURA 35 CM, COR 4/ 0, MATERIAL ALÇA ALGODÃO CRU, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PERSONALIZADA, ACABAMENTO OVERLOCK, TIPO MÃO/OMBRO, APLICAÇÃO TRANSPORTE BAGAGEM, COMPRIMENTODA ALÇA 50 CM, GRAMATURA 150 G/M2, LARGURA ALÇA 3 CM
Porte da empresa: ME/EPP

23.663.284/0001-00	LIKE DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA	Sim	Sim	650	R$ 22,8000	R$ 14.820,0000	05/10/2023 08:29:50

Marca: CRT
Fabricante: CRT
Modelo / Versão: 0200

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES BARROSA e MICHELI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: "Sacola Material: Tecido Algodão Cru , Comprimento: 40 CM, Largura: 35 CM, Cor: 4/0 , Material Alça: Algodão Cru , Características Adicionais: Personalizada, Acabamento Overlock , Tipo: Mão/Ombro , Aplicação: Transporte Bagagem , Comprimento Da Alça: 50 CM, Gramatura: 150 G/M2, Largura Alça: 3 C"
Porte da empresa: ME/EPP

36.572.982/0001-33	AGENCIA IMPERO LTDA	Sim	Sim	650	R$ 23,0000	R$ 14.950,0000	05/10/2023 06:28:22

Marca: IMPERO
Fabricante: IMPERO
Modelo / Versão: SACOLA
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).
Porte da empresa: ME/EPP

50.892.186/0001-09	BOLSAS FENIX LTDA	Sim	Sim	650	R$ 60,0000	R$ 39.000,0000	04/10/2023 21:12:03

Marca: fenix
Fabricante: fenix
Modelo / Versão: sacola
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).
Porte da empresa: ME/EPP

44.119.251/0001-65	BPMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	Sim	Sim	650	R$ 1.000,0000	R$ 650.000,0000	04/10/2023 17:37:14

Marca: bag e packs
Fabricante: bag e packs
Modelo / Versão: ecobag
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm refor-çadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identifica-ção e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 650.000,0000	44.119.251/0001-65	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 39.000,0000	50.892.186/0001-09	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.950,0000	36.572.982/0001-33	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	51.650.195/0001-56	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	30.577.619/0001-24	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	11.309.519/0001-72	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	23.663.284/0001-00	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	29.605.329/0001-68	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	21.544.717/0001-74	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	46.202.155/0001-01	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	37.652.289/0001-33	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	11.746.408/0001-23	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.820,0000	06.137.748/0001-17	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.813,5000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:00:01:037
R$ 14.813,4900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:01:23:097
R$ 14.813,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:04:08:740
R$ 14.812,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:04:15:720
R$ 14.812,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:05:27:817
R$ 14.811,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:05:30:763
R$ 14.813,0000	29.605.329/0001-68	05/10/2023 09:05:36:317
R$ 14.810,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:05:46:407
R$ 14.809,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:05:48:787
R$ 14.809,9800	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:06:12:533
R$ 14.809,9700	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:06:18:827
R$ 14.809,9600	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:06:53:400
R$ 14.809,9500	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:06:57:823
R$ 14.812,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:07:13:310
R$ 14.809,9600	29.605.329/0001-68	05/10/2023 09:07:51:880
R$ 14.810,0000	50.892.186/0001-09	05/10/2023 09:10:57:037
R$ 14.809,9400	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:11:42:540
R$ 14.809,9300	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:11:51:907
R$ 14.809,9200	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:12:41:890
R$ 14.809,9100	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:12:48:950
R$ 14.500,0000	21.544.717/0001-74	05/10/2023 09:12:49:300
R$ 14.499,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:12:51:950
R$ 14.809,9000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:13:04:483
R$ 14.498,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:13:13:463
R$ 14.497,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:13:18:953

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

R$ 14.500,0000	50.892.186/0001-09	05/10/2023 09:13:23:980
R$ 14.496,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:13:25:393
R$ 14.495,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:13:36:947
R$ 14.495,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:13:37:340
R$ 14.494,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:13:39:970
R$ 14.494,9000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:13:58:237
R$ 14.494,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:14:06:893
R$ 14.400,0000	11.746.408/0001-23	05/10/2023 09:14:07:190
R$ 14.399,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:14:09:983
R$ 14.398,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:14:19:450
R$ 14.397,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:14:21:243
R$ 14.396,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:14:24:703
R$ 14.395,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:14:27:977
R$ 14.395,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:14:29:847
R$ 14.394,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:14:30:977
R$ 14.350,0000	11.746.408/0001-23	05/10/2023 09:14:34:317
R$ 14.349,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:14:39:970
R$ 14.349,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:14:42:607
R$ 14.348,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:14:42:990
R$ 14.351,0000	29.605.329/0001-68	05/10/2023 09:14:43:200
R$ 14.345,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:14:47:627
R$ 14.344,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:14:49:037
R$ 14.346,0000	29.605.329/0001-68	05/10/2023 09:14:53:950
R$ 14.343,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:14:55:533
R$ 14.342,0000	36.187.642/0001-99	05/10/2023 09:14:57:023
R$ 14.341,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:15:00:433
R$ 14.340,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:15:00:977
R$ 14,2990	21.544.717/0001-74	05/10/2023 09:15:01:903
R$ 14.342,0100	37.652.289/0001-33	05/10/2023 09:15:02:707
R$ 14.150,0000	23.663.284/0001-00	05/10/2023 09:15:06:237
R$ 14.340,9800	46.202.155/0001-01	05/10/2023 09:15:06:517
R$ 14.300,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:15:16:740
R$ 14.149,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:15:16:950
R$ 14.149,9800	46.202.155/0001-01	05/10/2023 09:15:17:210
R$ 14.340,0000	20.376.556/0001-94	05/10/2023 09:15:17:353
R$ 14.151,0000	50.892.186/0001-09	05/10/2023 09:15:22:433
R$ 14.100,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:15:25:833
R$ 14.099,9900	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:15:27:997
R$ 9.940,0000	30.824.284/0001-00	05/10/2023 09:15:56:310
R$ 11.310,0000	46.651.315/0001-08	05/10/2023 09:17:11:023
R$ 7.468,5000	46.202.155/0001-01	05/10/2023 09:18:34:363

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Abertura	05/10/2023 09:00:03	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	05/10/2023 09:15:31	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	05/10/2023 09:15:31	Convocados os fornecedores para a 1º etapa fechada que apresentaram lance entre R$ 14,2990 e R$ 14.149,9800.
Encerramento etapa fechada	05/10/2023 09:20:32	Item com etapa fechada encerrada.
Sorteio eletrônico	05/10/2023 09:20:32	Item teve empate real para o valor 14.820,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
Encerramento	05/10/2023 09:20:32	Item encerrado para lances.
Recusa de proposta	05/10/2023 09:43:18	Recusa da proposta. Fornecedor: JN FABRICA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA, CNPJ/CPF: 21.544.717/0001-74, pelo melhor lance de R$ 14,2990. Motivo: Desclassificada, lance final inexequível (possível erro de digitação), convocada empresa para confirmação do lance, esta permaneceu silente.
Abertura do prazo - Convocação anexo	05/10/2023 09:55:32	Convocado para envio de anexo o fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	05/10/2023 10:33:06	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01.
Abertura do prazo - Convocação anexo	05/10/2023 11:08:06	Convocado para envio de anexo o fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	05/10/2023 11:18:12	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01.
Recusa de proposta	07/11/2023 09:52:19	Recusa da proposta. Fornecedor: RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01, pelo melhor lance de R$ 7.468,5000. Motivo: Desclassificada, conforme manifestação em relatório de análise da amostra da Secretaria Municipal de Educação e Esportes "O produto não atende as especificações do edital em relação as medidas da sacola, bolso externo e das sublimações."

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

Abertura do prazo - Convocação anexo	07/11/2023 10:01:16	Convocado para envio de anexo o fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	07/11/2023 10:31:33	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00.
Abertura do prazo - Convocação anexo	29/11/2023 11:07:46	Convocado para envio de anexo o fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	29/11/2023 11:15:48	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00.
Aceite de proposta	30/11/2023 09:06:39	Aceite individual da proposta. Fornecedor: BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00, pelo melhor lance de R$ 9.940,0000. Motivo: Conforme parecer de analise da amostra, o produto atendeu as exigências presentes no termo de referência
Negociação de valor	30/11/2023 09:07:59	Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00, pelo melhor lance de R$ 9.940,0000 e com valor negociado a R$ 9.938,5000. Motivo: Valor ajustada com anuência da proponente
Habilitação de fornecedor	30/11/2023 09:09:12	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: BELA VISTA TEXTIL LTDA - CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	05/10/2023 09:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	05/10/2023 09:00:03	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	05/10/2023 09:15:31	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R$ 14,2990 e R$ 14.149,9800 poderá enviar um lance único e fechado até às 09:20:31 do dia 05/10/2023.
Sistema	05/10/2023 09:20:32	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 11.310,0000, R$ 9.940,0000 e R$ 7.468,5000.
Sistema	05/10/2023 09:20:32	O item 1 teve empate real para o valor 14.820,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	05/10/2023 09:20:32	O item 1 está encerrado.
Sistema	05/10/2023 09:20:39	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	05/10/2023 09:28:44	Bom dia senhores licitantes, agradecemos a participação de todos em nosso certame
Pregoeiro	05/10/2023 09:29:20	Para JN FABRICA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA - Senhor licitante, confirma seu lance final?
Pregoeiro	05/10/2023 09:34:19	Para JN FABRICA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA - Senhor licitante, confirma seu lance final?
Pregoeiro	05/10/2023 09:39:53	Proponente permaneceu silente
Pregoeiro	05/10/2023 09:45:22	Senhores licitantes, para o bom andamento do certame, peço por gentileza que se mantenham conectados e ativos ao solicitado no chat. O abandono da sessão poderá gerar sanção.
Pregoeiro	05/10/2023 09:46:23	Para RMR GRAFICA LTDA - Senhor licitante é possível maior desconto?
Pregoeiro	05/10/2023 09:51:41	Para RMR GRAFICA LTDA - Empresa permaneceu silente
Sistema	05/10/2023 09:55:32	Senhor fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	05/10/2023 09:56:37	Para RMR GRAFICA LTDA - Solicito a proposta ajustada e todas asa declarações dos anexos do edital com assinatura digital. Devem ser anexados no prazo de 2 horas
Sistema	05/10/2023 10:33:06	Senhor Pregoeiro, o fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	05/10/2023 10:42:42	Para RMR GRAFICA LTDA - Para o item 1, o licitante detentor da melhor proposta será convocado pelo pregoeiro para enviar amostra do produto para análise e testes
Pregoeiro	05/10/2023 10:43:10	Para RMR GRAFICA LTDA - O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias contados da solicitação do pregoeiro (a)...
Pregoeiro	05/10/2023 10:43:30	Para RMR GRAFICA LTDA - ...contado em contrato, quando serão recebidas e analisadas pela equipe Técnica da secretaria de Educação, Cultura e Esporte, comandada pela Sra. Mari Lucia Lazarotto e Fabiane Riedi Rossi, responsável pela avaliação de amostras.
Pregoeiro	05/10/2023 11:00:50	Para RMR GRAFICA LTDA - Senhor licitante, o prazo para envio das amostras se encera no dia 06 de novembro de 2023.
Pregoeiro	05/10/2023 11:03:30	Para RMR GRAFICA LTDA - As amostras deverão ser acompanhadas de ficha técnica dos produtos ofertados contendo suas características, especificações e matéria prima utilizada, de acordo com o Termo de Referência, podendo os dados dessa ficha estar grafada no corpo da embalagem do produto ou no próprio produto.
Pregoeiro	05/10/2023 11:05:27	A sessão fica suspensa para envio e análise das amostras, assim que recebido o parecer, daremos continuidade no certame. Sera comunicado via chat, com antecedência de 24 horas.
Pregoeiro	05/10/2023 11:07:57	Para RMR GRAFICA LTDA - Senhor licitante, ouve um equivoco, sua proposta esta acima do valor final favor enviar proposta corrigida
Sistema	05/10/2023 11:08:06	Senhor fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELLI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

Sistema	05/10/2023 11:18:12	Senhor Pregoeiro, o fornecedor RMR GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF: 46.202.155/0001-01, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	05/10/2023 11:25:04	Aberto prazo pra enviou das amostras
Pregoeiro	30/10/2023 08:05:14	Bom dia senhores licitantes, a sessão sera retomada dia 07/11/2023 as 10h00m.
Pregoeiro	07/11/2023 09:49:18	Bom dia senhores licitantes, daremos seguimento ao certame
Sistema	07/11/2023 10:01:16	Senhor fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	07/11/2023 10:01:33	Para BELA VISTA TEXTIL LTDA - Solicito a proposta ajustada
Pregoeiro	07/11/2023 10:03:49	Proposta deve ser enviada ate as 12h00m do dia hoje
Sistema	07/11/2023 10:31:33	Senhor Pregoeiro, o fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	07/11/2023 10:42:25	Para BELA VISTA TEXTIL LTDA - O licitante detentor do menor preço será convocado para enviar amostra do produto para análise, devendo esta ser enviada a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000, no prazo de máximo de 20 (vinte) dias
Pregoeiro	07/11/2023 10:43:22	Para BELA VISTA TEXTIL LTDA - Senhor licitante a amostra devera ser entregue no endereço citado no item 8.2.1.1 do edital ate o dia 27/11/2023.
Pregoeiro	07/11/2023 10:44:05	Sessão suspensa ate dia 27/11/2023 as 09h00m.
Pregoeiro	27/11/2023 08:57:48	Bom dia senhores licitantes, estamos aguardando parecer da amostra, sessão suspensa ate dia 28/11/2023 as 10h00m
Pregoeiro	28/11/2023 10:13:17	Bom dia senhores licitantes
Pregoeiro	28/11/2023 10:14:59	Ainda não recebemos o parecer de avaliação da amostra. Sessão suspensa ate as 14h00m do dia de hoje.
Pregoeiro	28/11/2023 14:09:00	Boa tarde senhores licitantes
Pregoeiro	28/11/2023 16:07:32	Sessão suspensa ate dia 29/11/2023 as 10h00m.
Pregoeiro	29/11/2023 10:48:38	Bom dia senhores licitantes
Pregoeiro	29/11/2023 10:49:04	Para BELA VISTA TEXTIL LTDA - Senhor licitante, esta conectado?
30.824.284/0001-00	29/11/2023 11:03:14	Boa tarde, estamos sim
Pregoeiro	29/11/2023 11:07:38	Para BELA VISTA TEXTIL LTDA - Sua amostra foi aprovada Pela Secretaria de Educação, estarei convocando anexo para envio da Certidão Negativa de Falência e Concordata atualizada. Anexo ficar aberto ate amanhã dia 30/11/2023 as 09h00m. Estamos publicando o relatório de amostras hoje e finalizaremos o certame amanhã.
Sistema	29/11/2023 11:07:46	Senhor fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	29/11/2023 11:08:09	Sessão suspensa ate dia 30/11/2023 as 09h00m.
Sistema	29/11/2023 11:15:48	Senhor Pregoeiro, o fornecedor BELA VISTA TEXTIL LTDA, CNPJ/CPF: 30.824.284/0001-00, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	30/11/2023 09:05:37	Bom dia senhores licitantes
Pregoeiro	30/11/2023 09:09:08	Senhores licitantes o certame será encerrado e aberto prazo para intenção de recurso
Sistema	30/11/2023 09:09:14	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	30/11/2023 09:09:30	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 30/11/2023 às 09:30:00.

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	05/10/2023 08:26:00	
Alteração equipe	05/10/2023 08:26:04	
Abertura da sessão pública	05/10/2023 09:00:01	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	05/10/2023 09:20:39	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	30/11/2023 09:09:14	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	30/11/2023 09:09:30	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 30/11/2023 às 09:30:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 10:00 horas do dia 30 de novembro de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SILVIO ALVES DA ROSA
Pregoeiro Oficial

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

MICHELI LETICIA DIETRICH
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

Resultado por Fornecedor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

Pregão Nº 00070/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

30.824.284/0001-00 - BELA VISTA TEXTIL LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Sacola	Unidade	650	R$ 14.820,0000	R$ 15,2900	R$ 9.938,5000

Marca: PROPRIA
Fabricante: PROPRIO
Modelo / Versão: PROPRIO
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SacolaEcobagemtecidooxfordnacorvermelhanasmedidas:40cmdelargurax45cmdealturax20cmprofundidadecomalçasde3cmx60cmreforçadasnomesmomaterial,contendobolsoexternonapartesuperior,notamanho15cmdelargurax10cmdealturacomvisortransparenteparaidentificaçãoecosturasnamesmacordotecidoeladoaladonaparteinferiorsublimaçãodobrasãodaprefeituramunicipaldeChopinzinhoedoCMDCAnasmedidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa).Marca: Própria Modelo: Próprio Entrega: 30 DIAS Pagamento: 30 DIAS Validade da proposta: 60 DIAS Amostra: 20 DIAS Garantia: CONFORME O EDITAL

Total do Fornecedor: R$ 9.938,5000

Valor Global da Ata: R$ 9.938,5000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Assinado por 2 pessoas: SILVIO ALVES DA ROSA e MICHELI LETICIA DIETRICH
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31 e informe o código FA18-2881-E816-8B31

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: FA18-2881-E816-8B31

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SILVIO ALVES DA ROSA (CPF 032.XXX.XXX-62) em 30/11/2023 13:23:20 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

MICHELI LETICIA DIETRICH (CPF 081.XXX.XXX-05) em 18/12/2023 08:15:32 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FA18-2881-E816-8B31

Memorando 31- 2.986/2023

De: SILVIO R. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 30/11/2023 às 13:26:01

Adjudicação

_

Silvio Alves da Rosa

Anexos:

ADJUDICACAO_2_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
SILVIO ALVES DA ROSA	30/11/2023 13:26:18	ICP-Brasil	SILVIO ALVES DA ROSA CPF 032.XXX.XXX-62

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **2AEA-3E2B-FD3E-9AD7**

ADJUDICAÇÃO

REF. Pregão Eletrônico Nº 70/2023

Tendo em vista o resultado do **Pregão Eletrônico nº 70/2023**, de 20 de setembro de 2023 e não havendo interposição recursal, eu, **Silvio Alves da Rosa**, Pregoeiro, **ADJUDICO** o procedimento licitatório em epígrafe da seguinte forma:

Item	Valor Total – R$	Empresa(s)
1	9.938,50	BELA VISTA TEXTIL LTDA

CHOPINZINHO, PR., 30 de novembro de 2023

Silvio Alves da Rosa
Pregoeiro

Assinado por 1 pessoa: SILVIO ALVES DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2AEA-3E2B-FD3E-9AD7 e informe o código 2AEA-3E2B-FD3E-9AD7

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2AEA-3E2B-FD3E-9AD7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SILVIO ALVES DA ROSA (CPF 032.XXX.XXX-62) em 30/11/2023 13:26:10 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2AEA-3E2B-FD3E-9AD7

Memorando 32- 2.986/2023

De: SILVIO R. - SMA-LC

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 30/11/2023 às 13:27:03

Setores envolvidos:

SMASMF, GAB, SMF, SMECE, PGM, SMA-LC, SMF-C, SMECE-DE, SMASMF-CLIFA, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de pessoa jurídica para aquisição de sacolas ecológicas projeto "Carregando Sonhos" conforme Edital n° 02/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FMDCA aprovado pela Resolução n° 29/2023 – CMDCA

Homologação

_

Silvio Alves da Rosa

Anexos:

HOMOLOGACAO.pdf

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3480-C3CF-101A-BD30 e informe o código 3480-C3CF-101A-BD30

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico Nº 70/2023

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Item - Compras nº 70/2023, de 20/09/23, e após expirado o prazo recursal, eu EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
BELA VISTA TEXTIL LTDA	9.938,50

VALOR TOTAL R$	9.938,50

Que apresentou o Menor Preço Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 30 de novembro de 2023

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3480-C3CF-101A-BD30 e informe o código 3480-C3CF-101A-BD30

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3480-C3CF-101A-BD30

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 30/11/2023 14:25:30 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3480-C3CF-101A-BD30

Memorando 33- 2.986/2023

De: Andreia S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 01/12/2023 às 15:49:25

Extrato do Contrato.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

EXTRATO_CONTRATO_375_2023_PE_70_2023.pdf

Extrato dos Contratos, do Pregão Eletrônico nº 70/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO “CARREGANDO SONHOS”. VIGÊNCIA: 12 meses. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000. A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091. Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880. Gestora do Contrato: Edina Accorsi. Fiscal: Ana Flávia Mafioletti Zuconelli. Fiscal Substituta: Zeli Terezinha Soares de Freitas. Fiscal: Fabiane Riedi Rossi, Fiscal Substituta: Simone Biava. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato 375/2023 – BELA VISTA TEXTIL LTDA. Valor Total R$ 9.983,50. Data da assinatura: 30 de novembro de 2023. Chopinzinho - PR, Edson Luiz Cenci – Prefeito

Memorando 34- 2.986/2023

De: Andreia S. - SMA-LC

Para: GAB-LC - Licitações e Contratos

Data: 01/12/2023 às 15:52:07

Contrato 375/2023, para assinatura.

_

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

CONTRATO_375_2023_BELA_VISTA_TEXTIL_LTDA_Assinado.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Simone Biava	01/12/2023 16:05:09	1Doc	SIMONE BIAVA CPF 058.XXX.XXX-20
Ana Flavia Mafioletti Zuco...	01/12/2023 16:08:38	1Doc	ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI CPF 060.XXX....
Edson Luiz Cenci	01/12/2023 16:29:18	ICP-Brasil	EDSON LUIZ CENCI CPF 518.XXX.XXX-68
Edina Accorsi	01/12/2023 16:57:46	1Doc	EDINA ACCORSI CPF 053.XXX.XXX-55
Zeli Terezinha Soares de F...	04/12/2023 17:27:50	1Doc	ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS CPF 603.XXX...
Fabiane Riedi Rossi	11/12/2023 09:26:35	1Doc	FABIANE RIEDI ROSSI CPF 039.XXX.XXX-10

Para verificar as assinaturas, acesse **https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **316F-6855-64AD-0DC7**

EDITAL DE PREGÃO Nº 70/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL **POR ITEM**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS"

ANEXO – VII
TERMO DE CONTRATO 375/2023

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o ***MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO-PR***, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, CEP: 85.560-000, Chopinzinho, Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor ***Edson Luiz Cenci***, inscrito no CPF sob o nº 518.894.719-68, RG nº 3.533.5934 SSP/PR, abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro a Empresa: ***Bela Vista Textil Ltda***, inscrita no CNPJ sob o nº 30.824.284/0001-00, com sede na Rua Madre Teresa de Calcuta, nº 91, Bairro São João Batista, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Fone (31) 98109-2105, E-mail BELAVISTATEXTIL@GMAIL.COM; neste ato representada pelo Senhor ***Willian de Jesus dos Santos***, portador do CPF 979.801.886-91 e do RG MT-475520060, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 70/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT. R$	TOTAL R$
01	650	UNID.	Sacola Ecobag em tecido oxford na cor vermelha nas medidas: 40cm de largura x 45cm de altura x 20cm profundidade com alças de 3cm x 60cm reforçadas no mesmo material, contendo bolso externo na parte superior, no tamanho 15 cm de largura x 10 cm de altura com visor transparente para identificação e costuras na mesma cor do tecido e lado a lado na parte inferior sublimação do brasão da prefeitura municipal de Chopinzinho e do CMDCA nas medidas 10cm x 10cm (conforme imagem ilustrativa). 	BV Bela Vista BRASIL	15,29	9.938,50
Total – R$						**9.938,50**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:
2.1 A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BIAVA, ANA FLAVIA MAFFOLETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

2.2 A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.
2.3 Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos.
2.4 O MUNICÍPIO registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega dos produtos e serviços, encaminhando cópias à Contratada, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
2.5 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência.
2.6 A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e na legislação vigente, sendo que em caso de não aceitação do produto ou da necessidade de repô-lo, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa contratada.
2.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a solução do problema, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.
2.8 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de proceder a diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se o licitante às cominações legais.
2.9 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato.
2.10 É vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
3.1 O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento.
3.1.1 Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pela CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.
3.3 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.
3.4 O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.
3.5 A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.
3.6 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
4.1 Fica estimado o valor máximo de R$ 9.938,50 (nove mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.
4.2 Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BRAVO, ANA FLAVIA MARIOLETTI ZUCONELLO, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

5.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
5.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
5.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
5.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
5.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
5.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
5.7 Dar à Contratada as condições necessárias para a execução do Contrato.
5.8 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos.
5.9 Prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
6.1.3 Caberá à empresa Contratada atender as exigências legais, bem como estabelecer diretrizes básicas para entrega dos produtos e seus detalhamentos.
6.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.1.5 Cumprir todas as condições especificadas no Contrato.
6.1.6 Submeter-se a fiscalização do Município.
6.1.7 Manter o Município informado com relação ao início e ao progresso da execução do objeto em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento sempre que solicitado.
6.1.8 Notificar a CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho dos materiais entregues.
6.1.9 Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos materiais, providenciando as medidas necessárias para regularização de quaisquer irregularidades levantadas no cumprimento do Contrato.
6.1.10 Manter a regularidade fiscal e a capacidade técnico-operacional.
6.1.11 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
7.1 O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do Contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
7.2 A gestão do(s) Contrato(s) gerados a partir dela ficará a cargo da Secretária de Assistência Social, Mulher e Família Senhora Edina Accorsi.
7.3 A responsabilidade pela fiscalização do contrato gerado, ficará a cargo das servidoras da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, Senhora Ana Flávia Mafioletti Zuconelli, e fiscal substituta a cargo do Servidora Senhora Zeli Terezinha Soares de Freitas; e da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte,

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BAVA, ANA FLÁVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

Senhora Fabiane Riedi Rossi e fiscal substituta Senhora Simone Biava, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.
7.4 Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos do Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.
7.6 Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 8.8. e 10.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.
7.7 Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:
8.1 O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):
8.1.1 Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.1.2 Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**;
8.1.3 A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.
8.2 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.
8.3 Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.
8.4 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
8.5 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.
8.6 Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.
8.7 A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:
8.7.1 A não entrega dos produtos contratados;
8.7.2 Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
8.7.3 Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
8.8 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
8.8.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
8.8.2 Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

Assinado por 9 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BIAVA, ANA FLAVIA MARIOLETTI LUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA PASCOSKI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

8.8.3 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
8.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
8.8.5 Decisão do Prefeito Municipal;
8.8.6 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo em decisão irrecorrível;
8.8.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES:
9.1 O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao presente se aderirá passando a dele fazer parte (Artigo 57, §1º e ss. e 65, da Lei 8.666/93).
9.2 Aplica-se ao presente Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93. (Artigo 65, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES:
10.1 Denúncias relacionadas ao não cumprimento do(s) Contrato(s) e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.
10.2 O **CONTRATANTE** decide aplicar ao(s) Contrato(s), na hipótese de inexecução das obrigações pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:
I - Advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.
II - Advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.
III - Penalidades pecuniárias:
a) Multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor total do Contrato;
b) Multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;
c) Multa punitiva de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções médias;
d) Multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, quando verificada distorções graves;
e) Multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;
f) Multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.
IV - Suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.
V - Rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.
VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BIAVA, ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDNA ACCORSI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

VII- O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
10.3 Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei n° 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.
10.4 Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.
10.5 Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.
10.6 Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.
10.7 Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:
10.7.1 Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.2 Manifestação do gestor do Contrato e/ou da Secretaria Assistência Social, Mulher e Família, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;
10.7.3 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo gestor do Contrato;
10.7.4 Parecer da Procuradoria-Geral do Município;
10.7.5 Decisão do Prefeito Municipal;
10.7.6 Notificação da **CONTRATADA,** via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo em decisão irrecorrível;
10.7.7 As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO:
11.1 Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
11.2 Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de contrato;
e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.
11.3 Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a **CONTRATADA** ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da **CONTRATADA**, diretamente ou por meio de um agente, em práticas

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BIAVA, ANA FLAVIA MARGUETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI ZELI, FERNANDA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

11.4 Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO:

12.1 A publicação resumida do instrumento Contratual ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

13.2 E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmarão o instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho, 30 de novembro de 2023.

Município de Chopinzinho – CONTRATANTE
Edson Luiz Cenci – Prefeito

Bela Vista Textil Ltda – CONTRATADA
Willian de Jesus dos Santos – Representante Legal

Edina Accorsi
Gestora do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Fiscal do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Fabiane Riedi Rossi
Fiscal do Contrato – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Zeli Terezinha Soares de Freitas
Fiscal Substituto do Contrato – Secretaria de Assistência, Mulher e Família

Simone Biava
Fiscal Substituta do Contrato – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Testemunhas:

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BIAVA, ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Assinado por 7 pessoas: WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS, SIMONE BIAVA, ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI, EDSON LUIZ CENCI, EDINA ACCORSI, ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS e FABIANE RIEDI ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7 e informe o código 316F-6855-64AD-0DC7

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 316F-6855-64AD-0DC7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:30:01 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:30:40 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:30:51 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:31:03 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:31:14 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:31:30 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILLIAM DE JESUS DOS SANTOS (CPF 979.XXX.XXX-91) em 01/12/2023 15:31:56 (GMT-03:00)
Emitido por: AC CERTIFICA MINAS v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

SIMONE BIAVA (CPF 058.XXX.XXX-20) em 01/12/2023 16:05:06 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANA FLAVIA MAFIOLETTI ZUCONELLI (CPF 060.XXX.XXX-44) em 01/12/2023 16:08:36 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 01/12/2023 16:29:08 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

EDINA ACCORSI (CPF 053.XXX.XXX-55) em 01/12/2023 16:57:43 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ZELI TEREZINHA SOARES DE FREITAS (CPF 603.XXX.XXX-34) em 04/12/2023 17:27:47 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

FABIANE RIEDI ROSSI (CPF 039.XXX.XXX-10) em 11/12/2023 09:26:32 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/316F-6855-64AD-0DC7

Memorando 35- 2.986/2023

De: Andreia S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 04/12/2023 às 13:51:50

Publicações.

–

Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

Extrato_do_Contrato_AMP.pdf
Homologacao_AMP.pdf

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 375-2023-PE 70-2023

Extrato dos Contratos, do Pregão Eletrônico nº 70/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOLAS ECOLOGICAS PARA O PROJETO "CARREGANDO SONHOS". VIGÊNCIA: 12 meses. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos, sem custos para o Município na Prefeitura Municipal de Chopinzinho, localizada na Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel – Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000. A contratada deverá entregar o produto no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento. Correrão por conta da contratada todas as despesas relacionadas com a execução do objeto da presente licitação: entrega/transportes/fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O PAGAMENTO será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, relativa aos produtos entregues, que atestadas pela Secretaria Solicitante, serão encaminhadas para a Secretaria de Finanças da PREFEITURA para pagamento. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091. Os recursos para o pagamento do referido objeto, serão das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família - 08.03.082430005.6.002.3.3.90.30 (2097) F: 880. Gestora do Contrato: Edina Accorsi. Fiscal: Ana Flávia Mafioletti Zuconelli. Fiscal Substituta: Zeli Terezinha Soares de Freitas. Fiscal: Fabiane Riedi Rossi, Fiscal Substituta: Simone Biava. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato 375/2023 – BELA VISTA TEXTIL LTDA. Valor Total R$ 9.983,50. Data da assinatura: 30 de novembro de 2023. Chopinzinho - PR,

EDSON LUIZ CENCI –
Prefeito

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:2C73E2BF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/12/2023. Edição 2911
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO PE 70-2023

HOMOLOGAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico Nº 70/2023

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Item - Compras nº 70/2023, de 20/09/23, e após expirado o prazo recursal, eu EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
BELA VISTA TEXTIL LTDA	9.938,50

VALOR TOTAL R$	9.938,50

Que apresentou o Menor Preço Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 30 de novembro de 2023

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:10592486

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/12/2023. Edição 2911
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/